



CATÓLICA PORTO

EDUCAÇÃO E PSICOLOGIA

Relatório Final de Avaliação do Programa

*“Elaboração, Desenvolvimento e
Avaliação de Projetos Educativos
Municipais e de Projeto Educativo
Metropolitano”*

dezembro de 2013

Ficha Técnica

Título

Relatório Final de Avaliação do Programa “Elaboração, Desenvolvimento e Avaliação de Projetos Educativos Municipais e de Projeto Educativo Metropolitano”

Coordenação Global

José Matias Alves

Equipa Técnica

Cristina Palmeirão

Ilídia Vieira

Isabel Salvado

Joaquim Machado

José Matias Alves (Diretor Científico e Operacional)

Luísa Orvalho

Valdemar Castro Almeida (Coordenador Operacional)

Universidade Católica Portuguesa | Centro Regional do Porto | *Campus Foz*

Faculdade de Educação e Psicologia

Rua Diogo de Botelho, 1327

4169-005 Porto | Portugal



Índice

I. Introdução	7
II. Sumário Executivo	8
III. Contextualização da génese e desenvolvimento do PEM.....	14
IV. Modelo organizacional adotado	17
V. Fases do processo: cronograma das ações realizadas	19
VI. Projeto Educativo Metropolitano	24
VII. Avaliação dos processos	27
VIII. Avaliação dos Produtos.....	76
IX. Conclusões e recomendações	128
Referências bibliográficas	135
Apêndices	137
Apêndice 1 – Referencial do Projeto Educativo Municipal	138
Apêndice 2 – Referencial para a elaboração, Desenvolvimento e Avaliação do Projeto Educativo Metropolitano	143
Apêndice 3 – Ações a desenvolver no âmbito do Projeto Educativo Metropolitano	147
Apêndice 4 - Guia de Boas Práticas e Projetos Inovadores em Educação e Formação na AMP	157
Apêndice 5 - Programas dos Seminários e Workshops.....	182
Apêndice 6 - Plataforma de apoio à elaboração dos PEM	190
Apêndice 7 - Questionários aplicados na avaliação do processo de elaboração dos PEM... ..	191
Apêndice 8 – Exemplo de questionário de avaliação das iniciativas de formação desenvolvidas pela Católica Porto	213
Anexos	215
Anexo 1 – Entrevista ao Presidente da Comissão Executiva Metropolitana	216
Anexo 2 - Entrevista a uma assessora da Comissão Executiva Metropolitana	220

Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Metodologia utilizada no processo de elaboração do PEM	28
Gráfico 2 - Eficácia dos programas existentes	31
Gráfico 3 - Mobilização de recursos.....	31
Gráfico 4 - Mecanismos de auscultação e participação.....	32
Gráfico 5 - Dispositivo de coleta de dados.....	33

Gráfico 6 - Envolvimento do CME	34
Gráfico 7 - Aprovação das linhas orientadoras pelo CME	34
Gráfico 8 - Sistematização de boas práticas.....	35
Gráfico 9 - Análise participada dos resultados e definição de melhorias	36
Gráfico 10 - Promoção de aprendizagens 1º ciclo	38
Gráfico 11 - articulação entre setores / departamentos municipais	40
Gráfico 12 - Articulação de diferentes projetos, ações e/ou programas municipais.....	41
Gráfico 13 - Processo de elaboração dos PEM e dinâmicas de trabalho das equipas técnicas da educação	42
Gráfico 14 - Participação dos parceiros e aproveitamento e racionalização dos recursos mobilizados para o PEM.....	44
Gráfico 15 - O processo de elaboração do PEM contribuiu para a articulação de diferentes projetos, ações e/ou programas municipais?	48
Gráfico 16 - O processo de elaboração do PEM imprimiu uma nova dinâmica no trabalho da equipa técnica da Educação?	49
Gráfico 17 - O processo de elaboração do PEM impulsionou uma dinâmica de articulação de vontades entre o município e os parceiros locais?	50
Gráfico 18 - O documento final produzido é um documento estratégico importante para o desenvolvimento do município?	50
Gráfico 19 - Qual a relevância do papel da Universidade Católica, através das iniciativas de formação, promoção de seminários internacionais, consultoria e disponibilização de recursos, para o processo de elaboração do PEM?	51
Gráfico 20 - O processo de elaboração do PEM contribuiu para uma maior interação entre os serviços educativos do município e os parceiros educativos locais?.....	55
Gráfico 21 - O processo de elaboração do PEM contribuiu para a melhoria de articulação entre os projetos municipais e os projetos educativos das escolas/agrupamentos?	56
Gráfico 22 - O processo de elaboração do PEM impulsionou uma dinâmica de articulação de vontades entre o município e os parceiros locais?	57
Gráfico 23 - A participação dos parceiros no processo de elaboração do PEM permitiu um melhor aproveitamento e uma maior racionalização dos recursos mobilizados para o PEM?..	57
Gráfico 24 - Considera que o PEM é um instrumento útil para as entidades educativas e formativas do concelho?	58
Gráfico 25 - O documento final produzido é um documento estratégico importante para o desenvolvimento do município?	58
Gráfico 26 - Considera que os objetivos do programa PEM foram alcançados?	59

Gráfico 27 - Avaliação da Jornada de Formação Técnico-científica (Organização das Jornadas)_N=73.....	71
Gráfico 28 - Avaliação do Seminário Internacional “Projetos Educativos Municipais – Dinâmicas de construção, implementação e monitorização”_N=71	72
Gráfico 29 - Avaliação do Seminário Internacional “Projetos Inovadores em Educação e Formação – Dinâmicas de Participação, Implicação e Inovação Social”_N=25	73
Gráfico 30 - Avaliação das Jornadas de Formação “Metas, modos de avaliação e redes de cooperação”_N=23	74
Gráfico 31- Avaliação global das iniciativas desenvolvidas pela Católica Porto no âmbito do PEM_N=191.....	75
Gráfico 32 - Contexto e diagnóstico e plano de ação	77
Gráfico 33 - Legitimação do PEM	79
Gráfico 34 - Análise pormenorizada das redes de escola	85
Gráfico 35 - Análise pormenorizada das formas de participação	87
Gráfico 36 - Fontes para os indicadores de contexto	88
Gráfico 37 - Fontes de dados de diagnóstico educativo	94
Gráfico 38 - Indicadores educativos: os pontos fortes	107
Gráfico 39 - Indicadores educativos: pontos fracos.....	108
Gráfico 40 - Eixos/domínios, objetivos gerais e específicos, e ações.....	110
Gráfico 41 - Oferta educativa e formativa	112
Gráfico 42 - Sociedade e cidadania	113
Gráfico 43 - Resultados académicos	114
Gráfico 44 - Modalidade de educação / nível de ensino.....	115
Gráfico 45 - Funções da equipa PEM	122

Índice de Quadros

Quadro 1 – Distribuição dos consultores por município.....	17
Quadro 2 - Cronograma de execução do programa de elaboração desenvolvimento e avaliação de projetos educativos municipais e de projeto educativo metropolitano.....	19
Quadro 3- Número de visitas realizadas aos municípios (à data de 31/12/2013).....	22
Quadro 4 - Síntese das respostas obtidas para a afirmação nº 2 (A elaboração do PEM contou com a colaboração das seguintes instituições).....	29

Quadro 5 - Síntese das respostas obtidas para a afirmação nº 18: “Foram analisados os indicadores do sucesso educativo e fixadas metas temporalmente definidas relativamente a:”	37
Quadro 6 - síntese dos principais parceiros envolvidos no processo de elaboração dos PEM, por ordem de importância.....	43
Quadro 7 - síntese das linhas a desenvolver no município como suporte ao processo de implementação do PEM	46
Quadro 8 - Síntese das linhas a desenvolver no município como suporte ao processo de implementação do PEM	52
Quadro 9 – Caracterização dos parceiros educativos locais inquiridos	54
Quadro 10 - síntese das linhas a desenvolver no município como suporte ao processo de implementação do PEM	59
Quadro 11 - Grelha de análise da entrevista ao presidente da comissão executiva metropolitana	63
Quadro 12- Grelha de análise da entrevista à assessora do presidente da comissão executiva metropolitana	65
Quadro 13 - Entidades referidas: árvore de categorias, subcategorias e número de fontes.....	83
Quadro 14 - Formas de participação: árvore de categorias, subcategorias e número de fontes	86
Quadro 15 - Rede escolar.....	96
Quadro 16 - Categorias e subcategorias da oferta educativa	99
Quadro 17 - Estruturas locais e municipais de apoio à educação.....	101
Quadro 18 - Redes de parcerias e projetos socioeducativos	103
Quadro 19 - Categorias e subcategorias relativas ao sucesso educativo	104
Quadro 20 - Número de categorias, subcategorias e referências em cada PEM.....	110
Quadro 21 - Fontes e referências em cada eixo do Plano de Ação.....	111
Quadro 22 - Fontes e referências em cada modalidade de educação ou nível de ensino	114
Quadro 23 - Fontes e referências por grupo de participantes e/ou destinatários	117
Quadro 24 - Cruzamento de referências por participantes e/ou destinatários na prestação do serviço educativo	119
Quadro 25 - Fontes e referências por área do saber	120
Quadro 26 - Funções da equipa PEM.....	122
Quadro 27 – Resumo das temáticas dos posters sobre boas práticas dos municípios apresentados no seminário internacional de 23 e 24 de janeiro de 2013	159
Quadro 28 – Candidaturas a projetos inovadores em educação e formação por categoria	161

Quadro 29 – Resumo das candidaturas à Mostra de Projetos de Inovação Educacional na AMP e apresentadas no seminário internacional de 27 e 28 de maio de 2013	162
--	-----

Índice de Figuras

Figura 1 - Contexto e diagnóstico.....	89
Figura 2- Organização do sistema educativo português (Ministério da Educação – GEPE).....	97
Figura 3 - Domínios de avaliação das escolas (IGEC, 2013).....	106

I. Introdução

O presente relatório constitui o elemento final do programa *de Elaboração, desenvolvimento e avaliação de projetos educativos municipais e de projeto educativo metropolitano* desenvolvido pela Área Metropolitana do Porto (AMP) sob a direção científica e coordenação técnica da Faculdade de Educação e Psicologia da Católica Porto entre julho de 2012 e dezembro de 2013.

O relatório encontra-se estruturado em seis grandes partes: a primeira parte (capítulos I e II), onde se contextualiza a elaboração deste documento e se apresenta uma súmula dos seus principais pontos, destacando-se os seus aspetos fundamentais; a segunda parte (capítulos III e IV), na qual se contextualiza o programa supra referido no que toca à sua génese e modelo organizacional; uma terceira parte (capítulos V e VI) centrada nas fases do desenvolvimento do programa e explicitando o processo de elaboração de um referencial para o Projeto Educativo Metropolitano; uma quarta parte (capítulo VII), onde se procede a uma avaliação dos processos desencadeados pelo programa em questão; a quinta parte (capítulo VIII), na qual se apresenta a avaliação dos produtos do programa, designadamente dos diferentes Projetos Educativos Municipais analisados e, finalmente, uma sexta parte (IX), que consiste na apresentação das principais conclusões e recomendações.

Especificamente os nove capítulos atrás referidos são:

- I. Introdução
- II. Sumário Executivo
- III. Contextualização da génese e desenvolvimento do PEM
- IV. Modelo organizacional adotado
- V. Fases do processo: Cronograma e breve caraterização das ações realizadas
- VI. Projeto Educativo Metropolitano
- VII. Avaliação dos processos
- VIII. Avaliação dos Produtos
- IX. Conclusões e recomendações

O relatório termina com a lista das referências bibliográficas usadas e com os apêndices e anexos indicados no texto.

II. Sumário Executivo

Assumindo a Educação como *fator de competitividade e de coesão social* e definindo-a como prioridade estratégica metropolitana, o projeto de *Elaboração, Desenvolvimento e Avaliação dos Projetos Educativos Municipais e do Projeto Educativo Metropolitano* tinha em vista o estabelecimento de práticas sistemáticas de cooperação, no quadro de um processo evolutivo e de uma dinâmica de auscultação, participação, implicação e compromisso dos atores educativos, no âmbito de uma estratégia de afirmação da identidade dos territórios educativos, concebendo a educação como factor de desenvolvimento articulado e sustentado, enquanto elemento inspirador e catalisador da ação e como vantagem mobilizadora das políticas educativas.

Ao lançar um projeto deste âmbito, a AMP pretendeu potenciar a possibilidade de realização educativa das comunidades locais, enquadrar a regulação territorial da educação e a organização de sistemas educativos nas estruturas de governo metropolitano, superar a fragmentação e duplicação de redes de serviços, racionalizar os recursos educativos existentes e fomentar a afirmação de uma identidade metropolitana.

Em termos mais específicos, o projeto (os projetos) visava *qualificar e densificar as redes de instituições educativas, consensualizar a construção e desenvolvimento de projetos educativos municipais (PEM), unificar a ação dos atores educativos, elevar a qualidade dos processos e dos resultados educativos, dotar os territórios concelhios de políticas e de práticas mais integradas.*

Para isso realizaram-se diversas atividades (e produtos), sendo de destacar a *elaboração de um referencial para o Projeto Educativo Municipal (PEM) e para o Projeto Educativo Metropolitano, a elaboração de 16 PEM, a realização de dois seminários internacionais, a disponibilização de um livro de atas do 1º seminário, a sistematização das boas práticas educativas municipais* que puderam ser observadas ao longo do projeto.

Para levar a cabo o projeto, constituiu-se uma Comissão Científica integrando professores doutorados da área da educação da Católica Porto, uma comissão de gestão, uma equipa de consultores, para além da equipa técnica de acompanhamento (no âmbito da AMP) e da Comissão de Acompanhamento constituída pelos vereadores de educação da AMP.

O projeto decorreu entre setembro de 2012 (mês em que se apresenta e lança publicamente o projeto) e dezembro de 2013 (mês em que formalmente se encerra), havendo no entanto ações programadas para depois desta data decorrendo de acordo bilateral entre consultores e equipas municipais.

A metodologia geral adotada seguiu os princípios de uma investigação-ação tendo sido concebidos e desenvolvidos múltiplos instrumentos indutores e estruturadores da ação, de recolha de dados (inquéritos por questionário, por entrevista, guiões de *focus group*), disponibilização de recursos bibliográficos, realização de jornadas de formação técnica, realização de dois seminários internacionais, disponibilização de atas, interação mensal com as equipas técnicas municipais.

Como principais resultados são de salientar os seguintes:

A. Ao nível dos processos

A avaliação dos processos de construção dos PEM ocorreu de forma sistemática e contínua, recorrendo-se a uma diversidade de instrumentos e fontes. Os dados recolhidos, depois de devidamente triangulados, permitem sustentar a existência de uma significativa participação e a qualidade elevada dos procedimentos adotados. Da avaliação da qualidade dos processos de elaboração pode salientar-se

- i) A adoção de uma metodologia eficaz geradora da participação social;
- ii) Pertinência e relevância do referencial para a elaboração dos PEM por parte de cada município;
- iii) Um maior conhecimento, articulação e rentabilização dos recursos educativos e formativos existentes no município, densificando e qualificando, deste modo, a resposta educativa a nível municipal;
- iv) A vontade de continuar a implicar os diferentes atores educativos no desenvolvimento e avaliação do PEM.
- v) A instituição ou manutenção de um dispositivo de coleta de dados sobre práticas e dinâmicas de educação e formação de base municipal.
- vi) O processo de elaboração do PEM parece ter tido um impacto positivo ao nível da articulação entre diferentes setores / departamentos municipais e entre diferentes projetos, ações e/ou programas municipais
- vii) Esta unanimidade face à importância do documento para o desenvolvimento do município revela, por um lado, as elevadas expectativas que os interlocutores municipais colocam na implementação

do PEM e, por outro lado, o cariz operacional deste documento, que parece ser encarado não como uma mera *carta de intenções*, mas sim como um documento orientador de uma ação mais sustentada e eficaz no âmbito da educação.

- viii) O envolvimento das equipas municipais com as escolas e agrupamentos de escola terá ido para além da mera recolha de dados estatísticos, apontando para dinâmicas de interação mais abrangentes, eventualmente centradas no (re)conhecimento mútuo e na criação de sinergias.
- ix) Estes dados parecem apontar para o facto de o processo de elaboração do PEM ter aparentemente aberto caminho para uma colaboração mais estreita entre os parceiros locais e o município, podendo, contudo, haver a necessidade de cimentar dinâmicas de interação e implicação dos parceiros que permitam uma efetiva articulação de vontades.
- x) Os municípios reconheceram a importância da ação global da Universidade Católica Portuguesa para a elaboração dos Projetos Educativos Municipais da AMP.
- xi) Em suma, partindo da avaliação realizada, podemos dizer que o processo de elaboração dos PEM parece ter lançado as bases para um trabalho mais participado, mais colaborativo e mais integrado ao nível da educação nos municípios. Contudo, as dinâmicas instituídas com este processo só poderão enraizar-se e dar frutos consistentes ao nível da melhoria das respostas e dos resultados educativos se forem consolidadas na fase de implementação dos PEM. Para tal, revela-se essencial criar mecanismos consistentes de monitorização do PEM, que envolvam efetiva e eficazmente os parceiros educativos locais, criando espaços de reflexão conjunta sobre as ações realizadas e sobre formas de as melhorar e atuando em rede intra e intermunicipal, numa atitude de real implicação e corresponsabilização de todos os parceiros pelos projetos educativos municipais e metropolitano.

B. Ao nível dos produtos

Elaboração de 15 PEM¹ de dimensão e consistência variáveis, revelando grande abrangência das dinâmicas de auscultação e implicação, sistematização das *boas práticas educativas e formativas* observadas em cada município, criação de

¹ O município de Vila Nova de Gaia não entregou, até á data de conclusão deste relatório, o seu Projeto Educativo Municipal.

mecanismos e redes de comunicação e de recolha de dados, elevação das oportunidades de sucesso educativo, elaboração de um referencial para a construção de um Projeto Educativo Metropolitano, identificação e construção de 4 projetos de intervenção a nível do Projeto Metropolitano.

Face aos dados recolhidos através de múltiplos instrumentos e junto de diversas fontes é sustentável recomendar:

1. A educação é uma matéria eminentemente política no sentido em que é vital para o desenvolvimento pessoal, social, cultural, económico e institucional e em que interfere com as vontades individuais e coletivas. Como tal, é indispensável uma maior implicação política no reconhecimento do potencial de *territorialização das políticas educativas e formativas*. De facto, estando genericamente cumprida a fase da instalação de uma rede escolar, parece imperativo passar-se à fase da rendibilização dos investimentos, dotando os municípios de instrumentos de gestão política que, de algum modo, superem a fragmentação, a débil articulação e a dispersão que vem caracterizando a política educativa global.
2. Como forma de densificar a ação política, sugere-se a revisão *urgente* da missão, atribuições, composição do Conselho Municipal de Educação e Formação, reforçando as suas competências de participação comunitária na condução e avaliação das políticas municipais de educação e formação. A integração de representantes da direção das escolas e agrupamentos, centros de formação, a manutenção da representação das entidades competentes ao nível da saúde, emprego, ação social, segurança, a representação das associações de pais e de estudantes, de associações empresariais e sindicais, de associações culturais e desportivas é uma ação vital se queremos fazer da educação uma base indispensável para o desenvolvimento integrado, comprometido e sustentado do território.
3. O trabalho realizado tornou evidente o largo e expressivo número de atividades realizadas a nível municipal. Os dados recolhidos apontam, no entanto, para a necessidade de haver um maior investimento ao nível da avaliação da eficácia dos programas educativos e formativos já existentes, pois foi emergindo a hipótese de que alguns eixos de ação podem não estar alinhados com as estratégias de promoção de mais e melhor educação para todos os cidadãos. Neste campo, ganha pertinência a criação de um observatório das qualidades da educação e formação em cada município e ao nível metropolitano.

4. O trabalho evidenciou que os municípios não dispõem de dados (nomeadamente estatísticos) que retratem a realidade concelhia, interconcelhia, regional e nacional a nível dos principais indicadores de realização educativa: taxas de abandono, abandono escolar precoce, taxas de transição, resultados académicos internos e externos por séries temporais, qualidade do sucesso, valor esperado face ao contexto, taxas de empregabilidade dos cursos profissionais... Considera-se que o poder municipal tem de dispor de indicadores atualizados do seu desempenho educativo, criando para o efeito uma base de dados que permita consolidar e desenvolver os mecanismos de coleta de dados já existentes na maioria dos municípios.
5. As ações realizadas permitiram, por outro lado, reconhecer e visibilizar um conjunto expressivo de boas práticas educativas e formativas. Uma linha de ação que importaria prosseguir consiste no conhecimento e reconhecimento de boas práticas, numa lógica de partilha e divulgação capaz de gerar dinâmicas de coesão inter e intramunicipal e, por outro lado, identificar aquelas que careçam de intervenções que aumentem o seu grau de eficácia e adequação.
6. Todos os municípios têm assento, de forma direta ou indireta, nos conselhos gerais das escolas e agrupamentos. Os resultados académicos, sociais e pessoais obtidos pelas instituições educativas passam, em regra, à margem das políticas educativas municipais. Ora, sendo estes resultados um dos indicadores centrais da atividade formativa, parece ser relevante conhecer e analisar esses resultados para que possam ser decididas medidas de apoio à promoção da qualidade da educação ministrada no território.
7. O 1º ciclo (e a educação de infância) tem sido sistematicamente reconhecido como o alicerce essencial para uma escolaridade bem-sucedida. Embora o município não detenha legalmente competências pedagógicas neste campo, o facto é que despende avultados recursos na gestão da rede do ensino básico, no apoio económico aos alunos carenciados, na gestão de rede de transportes, na gestão do pessoal não docente. E, dado o relativo *abandono* a que é votado e dada a centralidade do investimento na promoção das aprendizagens neste nível de ensino, é altamente recomendável que os poderes municipais ajam no sentido de promover e garantir a elevação das oportunidades de aprendizagem de todos os alunos através de parcerias ativas com os agrupamentos de escolas.
8. De um modo geral, praticamente todos os municípios elaboraram *o seu projeto educativo*. É agora necessário passar à fase da implementação, monitorização e avaliação. Uma estratégia congruente de desenvolvimento metropolitano passa agora

por uma aposta consistente no apoio à implementação dos Projetos Educativos Municipais enquanto ferramenta para uma ação educativa mais estratégica e eficaz, cujas traves mestras assentam na promoção do sucesso educativo e numa gestão integrada da oferta e da procura do ensino profissional.

9. A ação empreendida veio revelar e visibilizar o poder transformador do conselho de vereadores da educação da AMP. A partilha (mais sistemática) de recursos e boas práticas entre municípios da AMP e a realização de iniciativas *anuais* que permitam pensar a Educação numa perspetiva local e metropolitana é outro vetor de desenvolvimento que pode prolongar os efeitos positivos desta dinâmica.
10. Para que seja possível agir de forma mais concertada a nível do ensino profissional e criar mais sinergias com o tecido empresarial da região, parece recomendável a criação e gestão de uma Plataforma Metropolitana da Rede Educativa e Formativa, com o objetivo de fazer uma gestão integrada das ofertas educativas na região em articulação com o tecido empresarial.
11. O esforço de articulação entre as escolas e entre estas e os poderes municipais deveria poder gerar um maior entrosamento entre projetos educativos municipais e projetos educativos de escola. Os princípios que subjazem a esta recomendação são o da *soma positiva*, em que todos podem ganhar com um maior conhecimento e articulação, e o da *subsidiariedade* em que tudo o que puder ser feito a nível da escola aí deverá ser decidido. Assume-se, por outro lado, como decorre aliás do enunciado dos próprios PEM, que as escolas e agrupamentos devem manter (e reforçar) as autonomias legais de que dispõem.
12. O trabalho realizado revela diversas desigualdades intra e intermunicipais no que diz respeito à *igualdade de sucesso*. As desigualdades evidenciadas sugerem a necessidade de criação de um dispositivo de acompanhamento e de apoio, bem como a diversificação dos meios para alavancarem a implementação dos projetos educativos municipais que estejam efetivamente ao serviço da elevação das oportunidades de sucesso de todos os alunos, com particular destaque para o 1º ciclo do ensino básico, para as populações escolares mais fragilizadas, para os alunos do ensino profissional e vocacional.

III. Contextualização da génese e desenvolvimento do PEM

Na sequência de uma proposta emanada do Conselho Metropolitano de Vereadores da Educação, e aprovada pela Junta Metropolitana, no início de junho de 2012 a Área Metropolitana do Porto (AMP) lançou um concurso² de prestação de serviços para ***elaboração, desenvolvimento e avaliação de projetos educativos municipais e de um projeto educativo metropolitano***. Analisadas as duas candidaturas que se apresentaram a concurso, o júri deliberou entregar a responsabilidade pela coordenação deste programa à Faculdade de Educação e Psicologia da Católica Porto.

Assumindo a Educação como *fator de competitividade e de coesão social* e definindo-a como prioridade estratégica metropolitana, o projeto tinha em vista o *estabelecimento de práticas sistemáticas de cooperação, no quadro de um processo evolutivo e de uma dinâmica de auscultação, participação, implicação e compromisso dos atores educativos, no âmbito de uma estratégia de afirmação da identidade dos territórios educativos, concebendo a educação como factor de desenvolvimento articulado e sustentado, enquanto elemento inspirador e catalisador da ação e como vantagem mobilizadora das políticas educativas*.

A prestação de serviços contratualizada com a Católica Porto deveria prosseguir, de acordo com o *Caderno de Encargos*, os seguintes **objetivos**:

- i) Estimular a aprendizagem e a inovação, visando o enriquecimento dos cidadãos e a valorização do seu capital humano, através do envolvimento cooperativo entre instituições educativas, baseado em plataformas de experimentação e consolidação no quadro de projetos educativos identitários, conjugando fatores culturais e de contexto para construir, município a município, e à escala metropolitana, uma verdadeira sociedade do conhecimento inclusiva;
- ii) Potenciar a possibilidade de realização educativa das comunidades e clarificar o papel dos diferentes agentes na rentabilização dessas potencialidades, na implementação de políticas ativas integrais e projetos concretos de desenvolvimento pessoal e coletivo do potencial humano;
- iii) Enquadrar nas estruturas de governo locais e metropolitanas a regulação territorial da educação e a organização de sistemas educativos, em função de projetos educativos integrais e integradores, que consolidem parcerias estratégicas para a implementação de iniciativas inovadoras para o desenvolvimento de políticas e estratégias educativas;

² Anúncio de procedimento n.º 2267/2012, publicado no DR de 01 de junho, II Série, Parte L

- iv) Densificar e qualificar as redes de instituições educativas, locais e metropolitanas, conjugando ações de promoção e valorização da escola e das qualificações escolares como motores de desenvolvimento local e metropolitano sustentado, e ações de dinamização dos *interfaces* entre a escola e agentes locais, nomeadamente empresas, e entidades associativas, culturais e de lazer.
- v) Consensualizar projetos educativos municipais e metropolitano como dinâmica de afirmação de uma identidade dos territórios educativos, assumindo a educação como fator de desenvolvimento articulado e sustentado, enquanto elemento inspirador e catalisador da ação, e como vantagem mobilizadora;
- vi) Consensualizar políticas educativas locais e metropolitana, que devam revelar-se possíveis, na avaliação da sua eficácia;
- vii) Superar a fragmentação e duplicação de redes de serviços e racionalizar os recursos educativos existentes;
- viii) Perspetivar sobre a criação de uma plataforma /um órgão integrador e/ou uma fórmula político-administrativa de coordenação das diversas realizações no âmbito do projeto educativo comum, e de conjugação da ação de políticos, técnicos e participação da sociedade civil em todo o processo;
- ix) Monitorizar e avaliar o processo, os projetos educativos, políticas e iniciativas, seus aspectos positivos e negativos, e delinear propostas de melhoria.

Conforme estabelecido no Caderno de Encargos, as **atividades** e os **produtos** a concretizar no âmbito do programa PEM eram os seguintes:

- a) Elaboração de Referencial para os Projetos Educativos Municipais (cf. Apêndice 1);
- b) Elaboração de 16 Projetos Educativos Municipais;
- c) Elaboração de Referencial para o Projeto Educativo Metropolitano (cf. Apêndice 2);
- d) Realização de um Seminário Internacional sobre Projetos Educativos e publicação do respetivo Livro de Atas;
- e) Dinamização e capacitação de Grupos de Trabalho Municipais, responsáveis pela coordenação e animação local dos projetos educativos nos respetivos municípios;
- f) Dinamização do processo de auscultação, envolvimento e participação dos agentes educativos municipais;
- g) Criação de uma plataforma electrónica de apoio ao projeto (cf. Apêndice 6);
- h) Elaboração de um Guia de Boas Práticas de Melhoria de Processos e Resultados Educativos;
- i) Articulação com a Comissão de Acompanhamento e a Equipa Técnica de Coordenação;

- j) Avaliação do programa;
- l) Relatório Final.

A partir da fase de diagnóstico, o trabalho desenvolver-se-ia numa lógica de investigação-ação e seguindo numa espiral de ciclos de três fases: planeamento, ação e monitorização dos resultados.

A apresentação pública do programa realizou-se no início de Setembro de 2012, com a presença de Vereadores da Educação, técnicos municipais e consultores da Católica Porto. Desde logo se deu início, ainda no mesmo mês, ao trabalho dos consultores com as diferentes equipas municipais, prevendo-se uma periodicidade mensal das reuniões. O programa deveria estar concluído no final de dezembro de 2013, competindo à Católica Porto a direção científica, a coordenação técnica e o apoio às equipas técnicas municipais.

Tendo em vista a operacionalização do apoio a prestar aos municípios, foram constituídas, por parte da Católica Porto, uma equipa de nove consultores e uma comissão de gestão, tendo-se distribuído os 16 municípios por sete dos nove consultores, para apoio direto.

IV. Modelo organizacional adotado

Para dar cumprimento aos objetivos enunciados, incrementar os processos e atividades e gerar os produtos visados, foi criada a seguinte estrutura organizacional:

- a) *Comissão Científica*, responsável pela coordenação técnico-científica dos referenciais de trabalho, pela metodologia geral, pelos instrumentos de recolha de dados e pela validação geral dos resultados.

Esta comissão foi constituída pelos professores doutores Cristina Palmeirão, Joaquim Azevedo, Joaquim Machado, José Matias Alves (Coordenador), Maria do Céu Roldão.

- b) *Comissão de gestão*, responsável pela gestão operacional do programa, competindo-lhe, em especial, planejar, acompanhar e avaliar todas as atividades previstas no programa – seminários internacionais, jornadas de trabalho, produtos de livros de atas, coordenação da equipa de consultores, interação com a AMP.

A comissão foi constituída pelos seguintes elementos: Ilídia Vieira, José Matias Alves e Valdemar Castro Almeida (Coordenador).

- c) *Equipa de consultores* e sua relação com os municípios

Esta equipa tinha como atribuição essencial assegurar a unidade de ação junto de cada município, constituindo-se ainda como rede de consultoria da comissão de gestão. Por cada município foi designado um consultor que reunia com as equipas técnicas municipais numa base mensal, sendo o interlocutor privilegiado para todas as ações referentes ao desenvolvimento do programa.

A distribuição dos consultores por município foi a que se apresenta no quadro 1:

Quadro 1 – Distribuição dos consultores por município

Consultor	Município(s)
Cristina Palmeirão	Espinho Vila Nova de Gaia Valongo
Ilídia Vieira	Trofa
Isabel Salvado	Arouca Vale de Cambra
Joaquim Machado	Vila do Conde Póvoa de Varzim
José Matias Alves	Gondomar

Luísa Orvalho	Matosinhos Maia Santo Tirso
Valdemar Castro Almeida	Porto Oliveira de Azeméis S. João da Madeira Santa Maria da Feira

d) Equipa Técnica de coordenação do programa

A nível da AMP foi constituída uma Equipa Técnica, integrando representantes da AMP e dos municípios de Gondomar, Porto, Valongo, Oliveira de Azeméis e Trofa, a quem foi atribuída a função básica de acompanhar a execução do programa.

e) Comissão de acompanhamento

A nível técnico-político, o conselho metropolitano de vereadores da educação assumiu a função de acompanhamento e avaliação contínua do programa.

Para além das diferentes estruturas referenciadas importa destacar o papel relevante de coordenação operacional do programa no interface entre a Católica Porto e os diferentes municípios, sempre assegurado pelo Presidente da Comissão Executiva, Lino Ferreira, e pela assessora Susana Castanheira.

O modelo descrito conjugou as diferentes vertentes necessárias à execução do programa (a vertente científica, técnica, política e operacional) e garantiu a unidade, a interatividade, a cooperação, a eficiência e eficácia da ação.

V. Fases do processo: cronograma das ações realizadas

O processo de *Elaboração, desenvolvimento e avaliação de projetos educativos municipais e de projeto educativo metropolitano* desenvolveu-se de acordo com o cronograma inicialmente previsto no Caderno de Encargos, que a seguir se apresenta (Quadro 2).

Quadro 2 - Cronograma de execução do programa de elaboração desenvolvimento e avaliação de projetos educativos municipais e de projeto educativo metropolitano

Etapas do processo	Intervenientes	Calendarização
1. Apresentação pública do projeto	Comissão Executiva da AMP Conselho de Vereadores da Educação Equipa técnica da Faculdade de Educação e Psicologia da Universidade Católica Portuguesa (FEP-UCP)	Durante o 1º mês
2. Recolha e análise de informação (projetos já existentes, informação estatística e documental, boas práticas...) junto dos 16 Municípios da AMP, da AMP, do INE e outros, tendo em vista o conhecimento dos contextos municipais no que se refere aos índices de escolarização e de sucesso educativo, da organização do parque escolar, das iniciativas de educação não-formal existentes, dos recursos e das estruturas de apoio, das carências e das oportunidades.	Equipa técnica da FEP-UCP e técnicos municipais	Durante o 1º mês
3. Elaboração de uma proposta com a estrutura, o referencial e os conteúdos temáticos dos Projetos Educativos Municipais (PEM) para a AMP.	Equipa técnica da FEP-UCP	Durante o 1º e 2º mês
4. Reuniões para audição dos Vereadores da Educação e da Equipa Técnica de Coordenação relativamente à proposta de referencial dos PEM	Equipa Técnica FEP-UCP Vereadores/Equipa Técnica de Coordenação	Durante o 2º mês

5. Revisão e apresentação à Equipa Técnica de Coordenação da proposta final de referencial dos PEM	Equipa técnica da FEP-UCP Equipa Técnica de Coordenação	Durante o 2º mês
6. Elaboração do Relatório sobre “Referencial para a Elaboração de Projetos Educativos Municipais”	Equipa técnica da FEP-UCP	Durante o 3º mês
7. Aprovação do Relatório sobre “Referencial para a Elaboração de Projetos Educativos Municipais”	Comissão de Acompanhamento	Até final do 3º mês
8. Realização, na Católica Porto, de uma jornada de formação técnico científica com a duração de um dia, para todas as equipas municipais. Esta jornada assume uma natureza teórico-prática sobre os modos de conceção, desenvolvimento, monitorização e avaliação dos PEM	Equipa técnica da FEP-UCP	Entre o 3º e 4º mês
9. Apoio técnico, presencial e à distância à execução e implementação dos 16 PEM	Equipa técnica FEP-UCP Técnicos municipais	A partir do 3º mês
10. Promoção de concurso de projetos inovadores dirigidos a instituições de educação e formação da AMP nos âmbitos organizacional e pedagógico	Equipa técnica FEP-UCP	Entre o 4º e o 5º mês
11. Apoio a dinâmicas de cooperação intra e intermunicipal através da realização de <i>fora</i> de discussão, disponibilização de recursos e partilha das boas práticas	Equipa técnica FEP-UCP	A partir do 4º mês
12. Realização do Seminário Internacional	Equipa técnica FEP-UCP Equipa Técnica de Coordenação	Durante o 5º mês
13. Publicação do “Livro de Atas do seminário internacional”	Equipa técnica FEP-UCP	Até final do 8º mês

14. Elaboração de um “Repositório de documentos de referência e de exemplos de PEM de diversos municípios”	Equipa técnica FEP-UCP	Até final do 10º mês
15. Avaliação intercalar da execução dos 16 PEM que incluirá a construção e aplicação de questionários de satisfação aos principais intervenientes autárquicos na Educação, a outros institucionais e aos munícipes (amostra);	Equipa técnica FEP-UCP Equipa Técnica de Coordenação	Durante o 10º mês
16. Organização de módulos de (auto) formação sobre dinâmicas de grupo e ação social	Equipa técnica FEP-UCP	Entre o 10º e 11º mês
17. Criação de uma “Plataforma de suporte à elaboração, desenvolvimento e avaliação do PEM”	Equipa técnica FEP-UCP	Entre o 10º e o 12º mês
18. Elaboração da proposta de “Referencial para a elaboração, desenvolvimento e avaliação de um Projeto Educativo Metropolitano”	Equipa técnica FEP-UCP	Entre o 12º e o 13º mês
19. Aprovação da proposta de “Referencial para a elaboração, desenvolvimento e avaliação de um Projeto Educativo Metropolitano”	Equipa técnica FEP-UCP Comissão de Acompanhamento	Até final do 13º mês
20. Elaboração de um “Guia de boas práticas de melhoria de processos e resultados educativos”	Equipa técnica FEP-UCP	Até final do 14º mês
21. Avaliação dos PEM e divulgação dos resultados	Equipa técnica FEP-UCP Equipa Técnica de Coordenação Serviços/Departamentos municipais	Entre 15º e 16º mês
22. Elaboração do Relatório Final	Equipa técnica FEP-UCP	Entre o 17º e 18º mês

23. Aprovação do Relatório Final	Comissão de Acompanhamento	Até final do 18º mês
----------------------------------	----------------------------	----------------------

Como podemos ver no quadro supra, combinaram-se dinâmicas processuais com o desenvolvimento e apresentação de produtos (referenciais para o Projeto Educativo Municipal e para o Projeto Educativo Metropolitano, livro de atas do 1º seminário internacional, plataforma de suporte à elaboração, desenvolvimento e avaliação do PEM e ao Guia de boas práticas de melhoria de processos e resultados educativos) que serviram de suporte à ação dos municípios e deram visibilidade ao trabalho que foi sendo realizado. Destacamos, a este título, o *Guia de Boas Práticas e Projetos Inovadores em Educação e Formação na AMP* (cf. Apêndice 4), fruto de um trabalho de sistematização das Boas Práticas e Projetos Inovadores em Educação e Formação que os municípios, as escolas e demais parceiros socioeducativos apresentaram nos dois Seminários Internacionais realizados, e que dá testemunho de uma cultura de inovação e de colaboração com os parceiros socioeducativos e da riqueza e diversidade dos projetos existentes na AMP.

As ações de consultoria nos 16 municípios iniciaram-se após a apresentação pública do projeto, prevendo-se, como referido em capítulo anterior, reuniões de trabalho mensais com as equipas técnicas municipais. Contudo, o número de visitas por município variou, conforme se pode observar no quadro 3, o que resulta de dinâmicas de trabalho distintas que se foram desenvolvendo nos diferentes municípios no âmbito do PEM³.

Quadro 3- Número de visitas realizadas aos municípios (à data de 31/12/2013)

Municípios	Reuniões de trabalho com Equipa PEM	Outras atividades	Nº total de visitas
Matosinhos	8	7	15
Gondomar ⁴	10	10	20
Santo Tirso	8	2	10
Oliveira de Azeméis	15	3	18

³ A diferença de números entre os 16 municípios deve-se não só à dificuldade de marcação de datas para as visitas como também às frequentes desmarcações, por parte de alguns municípios, de visitas programadas por ambas as partes (consultor e interlocutor).

⁴ O PEM de Gondomar começou a ser elaborado em 2010, tendo havido uma sessão de apresentação pública de uma versão preliminar em janeiro de 2012. O consultor da Católica Porto foi o coordenador do Grupo de Trabalho incumbido da elaboração do PEM designado no âmbito do Conselho Municipal de Educação do qual era membro por inerência de funções de Presidente da Assembleia Municipal.

Trofa	11	2	13
SM Feira	12	---	12
Maia	6	2	8
Valongo	12	4	16
Arouca	13	2	15
Póvoa	10	1	11
Vila do Conde	12	3	15
Gaia	9	1	10
Porto	13	---	13
Espinho	10	---	10
S.J. Madeira	10	---	10
Vale Cambra	10	---	10
TOTAIS	169	37	206
MÉDIA	13 visitas / município		

Por fim, ressalva-se que o cronograma inicial foi sendo adaptado às necessidades evidenciadas pelos municípios no decorrer do processo, procedendo-se a alguns ajustes temporais que permitiram harmonizar diferentes ritmos de trabalho e garantir o bom desenvolvimento do programa. No entanto, todas as atividades previstas foram integralmente cumpridas, chegando-se, em alguns casos, a ir além do previamente estabelecido, nomeadamente no que se refere à realização de dois seminários internacionais e de duas jornadas de formação técnico-científica para todas as equipas municipais.

VI. Projeto Educativo Metropolitano

Para além da elaboração dos projetos educativos municipais, o concurso de prestação de serviços promovido pela AMP previa ainda a elaboração de um *referencial para um Projeto Educativo Metropolitano*. Desta forma, a AMP assumia a competência de "assegurar a articulação das atuações" entre os municípios e os serviços da administração central em várias áreas, nomeadamente na da rede educativa e de formação profissional (Lei nº 46/2008, de 27 de agosto, artº 4º, nº 2, al. c). Ao lançar um projeto deste âmbito, a AMP pretendeu potenciar a possibilidade de realização educativa das comunidades locais, enquadrar a regulação territorial da educação e a organização de sistemas educativos nas estruturas de governo metropolitano, superar a fragmentação e duplicação de redes de serviços, racionalizar os recursos educativos existentes e fomentar a afirmação de uma identidade metropolitana.

De acordo com o Caderno de Encargos, competia à Católica Porto elaborar esse *referencial* para um Projeto Educativo Metropolitano (ver Apêndice 2). Assim, no prazo previsto, foi apresentada à AMP uma proposta que contempla objetivos, princípios orientadores, metodologias, eixos de estruturação da ação, estruturação do projeto, monitorização e avaliação. Após auscultação da AMP sobre uma primeira versão da proposta, foi apresentado o documento final em 18/09/2013.

A não conclusão atempada dos projetos educativos municipais por parte de alguns municípios, impossibilitando a Católica Porto de recolher informação relevante nesses projetos, condicionou e limitou o âmbito desejado da proposta de Projeto Educativo Metropolitano então apresentada. Para além disso, a utilização de fontes distintas, por parte dos municípios, na recolha de dados estatísticos inviabilizou o uso dessa informação no Projeto.

Tendo como pressupostos os princípios da participação, da flexibilidade, da cooperação, da integração, da subsidiariedade e da autonomia, estabelecidos para os projetos educativos municipais, a proposta de referencial adotou os seguintes **objetivos**:

- desenvolver uma cultura de pesquisa, reflexão e interação em Educação;
- detetar eventuais situações desajustadas ou problemáticas, tendo em vista a busca de soluções eficazes e inovadoras;
- fomentar a interdisciplinaridade, relacionando diferentes áreas e contextos educativos;
- desenvolver a criatividade e a capacidade de questionar;
- elaborar produtos úteis, necessários e aplicáveis;
- inovar e melhorar as práticas na área e contexto-alvo;

- contribuir para o desenvolvimento e resolução de problemas.

Como **eixos de estruturação da ação**, o referencial propõe, entre outros, a realização de estudos para a elaboração de uma proposta de carta educativa/formativa metropolitana para os ensinos secundário e superior, educação de adultos e formação profissional, um plano de utilização/fruição de equipamentos culturais localizados na AMP, uma plataforma de gestão integrada da oferta e da procura da formação profissional, a revalorização do ensino profissional e sua ligação ao mundo empresarial, a promoção do sucesso escolar e a monitorização, avaliação e melhoria dos PEM. Como apêndice do presente Relatório (cf. Apêndice 3) são apresentadas as linhas gerais de quatro ações a implementar no âmbito do Projeto Educativo Metropolitano, a saber:

- *Monitorização e Avaliação dos Projetos Educativos Municipais e do Projeto Educativo Metropolitano*
- *Promoção do sucesso escolar*
- *Revalorização do Ensino Profissional e sua ligação ao mundo empresarial*
- *Plataforma Tecnológica de gestão da oferta e da procura de formação no município.*

As dinâmicas de *investigação-ação*, que permitam realizar um projeto de intervenção elaborado em função das necessidades do meio num esforço contínuo para ligar, relacionar e confrontar a ação e a reflexão, caracterizam a metodologia proposta para o desenvolvimento de novas opções para a ação, dinâmicas essas complementadas por uma lógica de formação-ação, que permita capacitar os agentes envolvidos na construção dos projetos.

O trabalho a realizar desenvolver-se-á a partir de uma fase inicial de diagnóstico que consiste na recolha e análise de informação sobre projetos educativos e projetos em educação junto dos 16 municípios da AMP. A partir da fase de diagnóstico o trabalho desenvolver-se-á com base na seguinte **estrutura de projeto**: 1. Diagnóstico de contexto, tendo como referencial os eixos de ação; 2. Objetivos estratégicos, prioridades e metas; 3. Plano de ação; 4. Metodologia de implementação; 5. Organização e gestão; 6. Avaliação.

O controlo e a garantia da qualidade dos processos e dos resultados do Projeto poderão ser assegurados através de procedimentos de **acompanhamento, monitorização e avaliação** que garantam o rigor científico do trabalho a desenvolver, quer seja através da definição de parâmetros de *benchmarking* referentes aos modos de elaboração e concretização do Projeto

Educativo Metropolitano, quer da triangulação de fontes e métodos, quer ainda da constituição de uma comissão científica do projeto e da contratação de um auditor externo.

VII. Avaliação dos processos

Avaliação do processo de elaboração dos PEM

O processo de elaboração dos Projetos Educativos Municipais nos diferentes municípios da AMP foi avaliado através da aplicação de questionários a interlocutores municipais, Vereadores da Educação e parceiros educativos.

Os questionários para avaliação do processo de elaboração dos PEM (cf. Apêndice 7) foram construídos pela equipa de gestão do programa, validados pelos consultores da Universidade Católica e distribuídos a partir do serviço de armazenamento e sincronização de arquivos *Google Drive*, para preenchimento *online*⁵.

Foi aplicado um total de quatro questionários: dois aos interlocutores municipais (julho e novembro de 2013), um aos Vereadores (setembro/outubro de 2013) e outro aos parceiros educativos locais (novembro de 2013).

Os questionários são essencialmente de resposta fechada, havendo, contudo, um ou dois itens de resposta aberta para permitir uma auscultação mais livre ao nível das sugestões para o desenvolvimento do município e da AMP.

Alguns dos dados obtidos foram tratados automaticamente a partir do *Google Drive*, tendo havido também lugar a um tratamento estatístico simples com recurso ao *software* Microsoft Excel.

As perguntas de resposta aberta foram alvo de leitura, análise e produção de síntese aglutinadora.

Dado o universo de sujeitos e a quantidade de informação que se queria recolher este instrumento é reconhecido como o mais adequado pela literatura da especialidade.

Passamos, em seguida, à apresentação dos dados por grupo de sujeitos inquiridos.

A perspetiva dos interlocutores municipais

Terminada a fase prevista para a elaboração dos PEM (julho de 2013), foi aplicado um inquérito por questionário aos interlocutores das equipas de trabalho dos diferentes municípios, com os seguintes objetivos:

- i. fazer um retrato do processo e dos resultados da elaboração do PEM em cada município;

⁵ O questionário para os parceiros educativos locais foi-lhes enviado por email diretamente pelos interlocutores municipais, a quem foi pedido que identificassem até três parceiros para responder ao mesmo.

- ii. recolher informação relevante sobre as variáveis, os indicadores educativos e as prioridades que os municípios mais valorizam em determinado contexto;
- iii. perceber as dinâmicas de envolvimento dos parceiros educativos;
- iv. recolher informação necessária à elaboração do Projeto Educativo Metropolitano.

O questionário continha 51 afirmações que pretendiam caracterizar o processo de elaboração dos PEM, devendo os respondentes posicionar-se face a cada uma delas através de uma escala de resposta tipo Likert com 3 itens (Sim, parcialmente; Sim, absolutamente; Não), tendo em conta a situação relativa ao PEM do seu Município. Num universo de 16 municípios obtivemos 14 respostas⁶, recebidas entre 11 de julho e 6 de setembro de 2013.

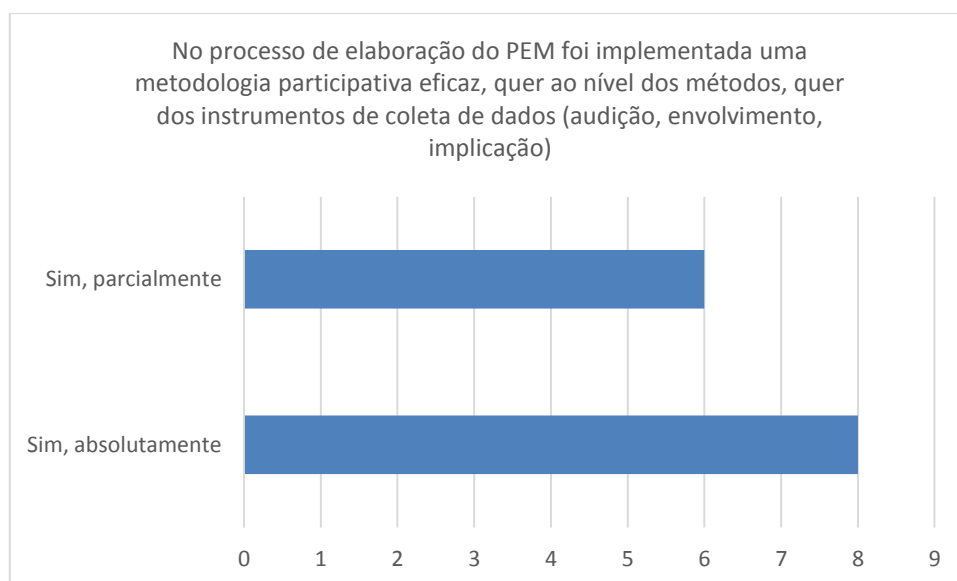
Uma análise global dos dados permitiu-nos identificar alguns pontos fortes no processo de elaboração dos PEM, bem como algumas áreas de melhoria, que passamos a expor.

Como dimensões positivas do processo de elaboração dos PEM, destacam-se:

- i. *A implementação de uma metodologia participativa eficaz*

Conforme é possível observar no gráfico 1, todos os respondentes afirmam ter implementado uma metodologia participativa eficaz, quer ao nível dos métodos, quer dos instrumentos de coleta de dados.

Gráfico 1 - Metodologia utilizada no processo de elaboração do PEM



⁶ Maia, Oliveira de Azeméis, Arouca, Matosinhos, Santo Tirso, Porto, Póvoa de Varzim, Vila do Conde, Vale de Cambra, Valongo, Trofa, Santa Maria da Feira, São João da Madeira e Gondomar

O facto de 6 dos municípios afirmarem que esta metodologia foi implementada apenas de forma parcial sugere, contudo, a existência de margens de melhoria no que toca ao desenvolvimento de melhores e mais eficazes estratégias de envolvimento dos parceiros.

Quando questionados sobre o tipo de instituições com as quais os municípios puderam contar ao longo da elaboração do PEM, destacam-se as escolas / agrupamentos, centros de formação profissional, outras instituições educativas/formativas, as associações de pais e encarregados de educação e outros serviços / departamentos municipais (cf. Quadro 4).

Quadro 4 - Síntese das respostas obtidas para a afirmação nº 2 (A elaboração do PEM contou com a colaboração das seguintes instituições)

Instituições	Nº de respostas por item (N=14)		
	Sim, parcialmente	Sim, absolutamente	Não
Outros serviços / departamentos municipais	3	11	0
Escolas / agrupamentos	4	10	0
Outras instituições educativas / formativas	5	9	0
Centros de formação profissional	6	8	0
Associações de pais e encarregados de educação	7	7	0
Associações culturais, recreativas e de solidariedade social	9	4	1
CPCJ	6	6	2
Serviços / instituições de segurança	5	7	2
Serviços / instituições de saúde	5	7	2
Associações empresariais	4	6	4

A existência de respostas negativas por parte de alguns municípios no que concerne à colaboração das CPCJ, associações empresariais, serviços / instituições de saúde e serviços / instituições de segurança parece apontar para uma tendência de maior participação nas questões da educação por parte das instituições que lhe estão mais diretamente ligadas, havendo, aparentemente, uma maior dificuldade no envolvimento de outros atores locais.

ii. Definição e adoção de um referencial para o PEM

De acordo com os dados obtidos através do questionário, o programa de “Elaboração, Desenvolvimento e Avaliação de Projectos Educativos Municipais e de Projecto Educativo Metropolitano” contribuiu em absoluto (12 respostas em 14) ou parcialmente (2 respostas em 14) para a definição e adoção de um referencial para o PEM. Entendemos que a definição e adoção deste referencial terá contribuído para um processo mais rigoroso, sistemático e estratégico de elaboração deste documento, tornando-o mais operacional e orientado para metas concretas e facilitando ainda a elaboração e implementação futura de um projeto educativo metropolitano.

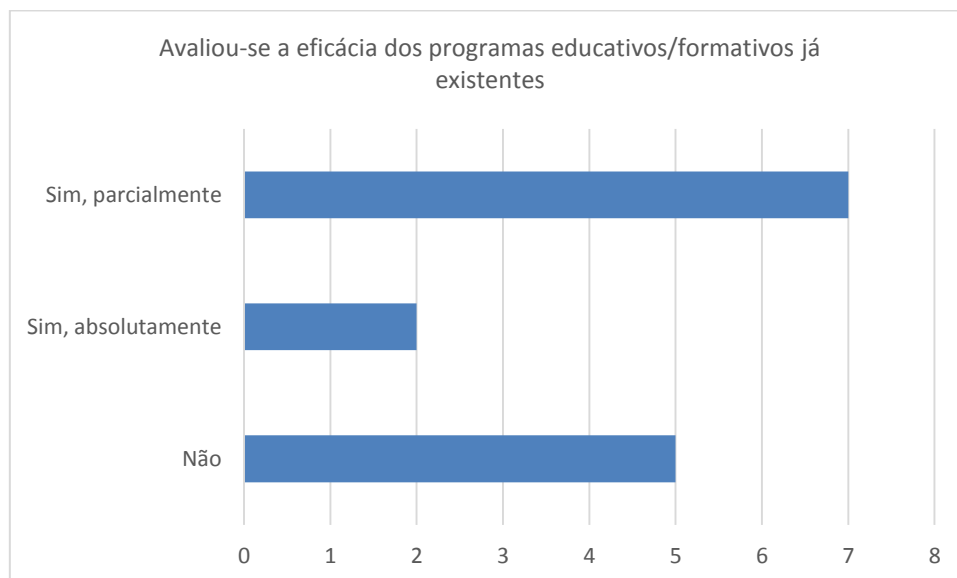
iii. Conhecimento mais rigoroso e sistemático dos indicadores educativos do município, bem como dos seus recursos, pontos fortes e oportunidades

No processo de elaboração dos PEM foi efetuada uma análise SWOT por todos os municípios respondentes (total ou parcialmente), o que pensamos ter contribuído para um melhor conhecimento dos recursos educativos disponíveis no município. Nove dos catorze municípios respondentes afirmam, de forma absoluta, terem tratado os dados da auscultação realizada, projetando-os em novas ações. Tal deverá contribuir, no nosso entender, para uma melhor adequação dos recursos e das ações a realizar às potencialidades e necessidades concretas dos municípios.

No entanto, apesar do aparente contributo do PEM para um maior conhecimento, articulação e rentabilização dos recursos educativos e formativos do município, os dados apontam para a necessidade de haver um maior investimento ao nível da avaliação da eficácia dos programas educativos e formativos já existentes. Tal como podemos ver no gráfico 2, dos catorze municípios respondentes apenas dois afirmam, de forma inequívoca, ter avaliado a eficácia destes programas. É desejável que a implementação dos PEM possa também contribuir para o desenvolvimento de uma cultura de monitorização e avaliação das diferentes ações realizadas,

de forma a evitar a proliferação de programas educativos pouco eficazes, equacionando as hipóteses que melhor respondam, efetivamente, às necessidades concretas dos municípios.

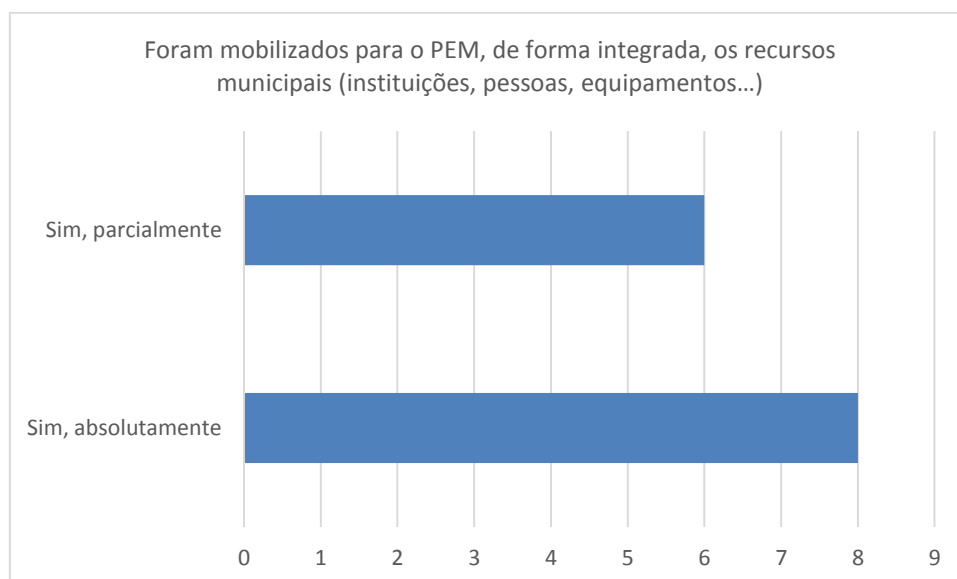
Gráfico 2 - Eficácia dos programas existentes



iv. Mobilização integrada dos recursos municipais existentes

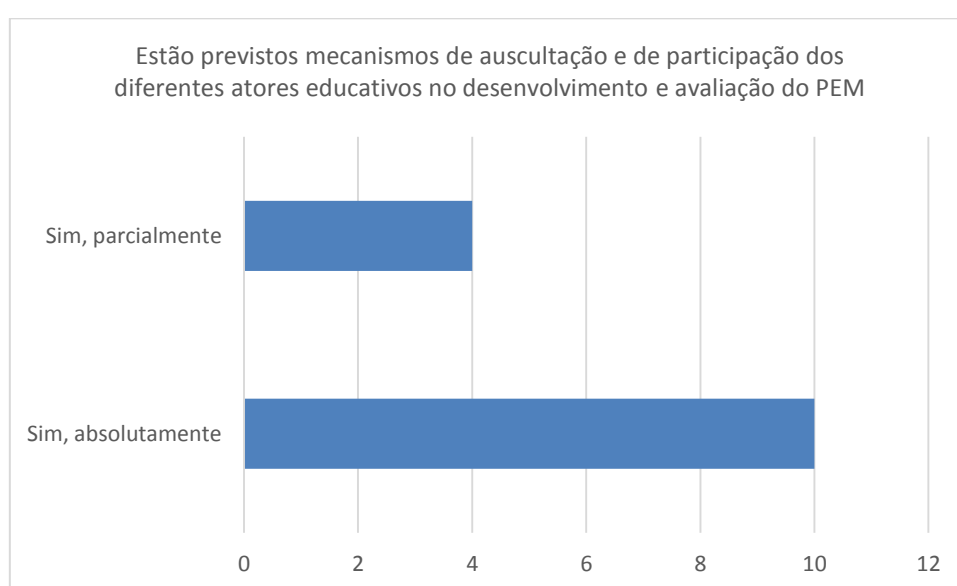
O processo de elaboração dos PEM parece ter contribuído também para a mobilização de forma integrada de recursos municipais de diversa natureza, como se pode constatar pelo gráfico 3.

Gráfico 3 - Mobilização de recursos



É importante, contudo, que esta mobilização total ou parcial venha a corresponder a uma efetiva gestão integrada dos recursos municipais, o que só poderá conseguir-se através da implicação dos diversos atores sociais nas dinâmicas futuras de monitorização e avaliação da implementação dos projetos educativos municipais. Apesar de, a este nível, nos situarmos ainda no plano das intenções, existem indícios da vontade de continuar a implicar os diferentes atores educativos no desenvolvimento e avaliação do PEM, tal como podemos ver no gráfico 4.

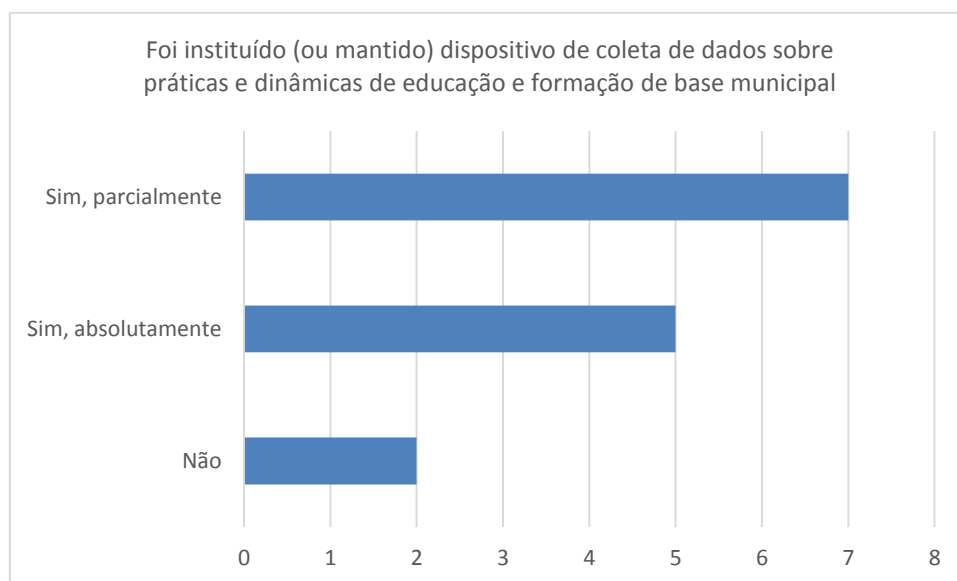
Gráfico 4 - Mecanismos de auscultação e participação



v. *Instituição ou manutenção de dispositivo de coleta de dados sobre práticas e dinâmicas de educação e formação de base municipal*

A recolha sistemática de informação, ao nível do município, sobre indicadores relativos a dinâmicas de educação / formação é central em processos de construção e implementação de projetos educativos municipais, pois é esta recolha que permitirá conhecer a realidade educativa para sobre ela intervir de forma eficaz. Assim sendo, parece-nos importante registar que, tal como podemos constatar a partir do gráfico 5, 12 dos 14 municípios respondentes afirmam ter sido instituído ou mantido um dispositivo de coleta de dados sobre práticas e dinâmicas de educação e formação de base municipal.

Gráfico 5 - Dispositivo de coleta de dados



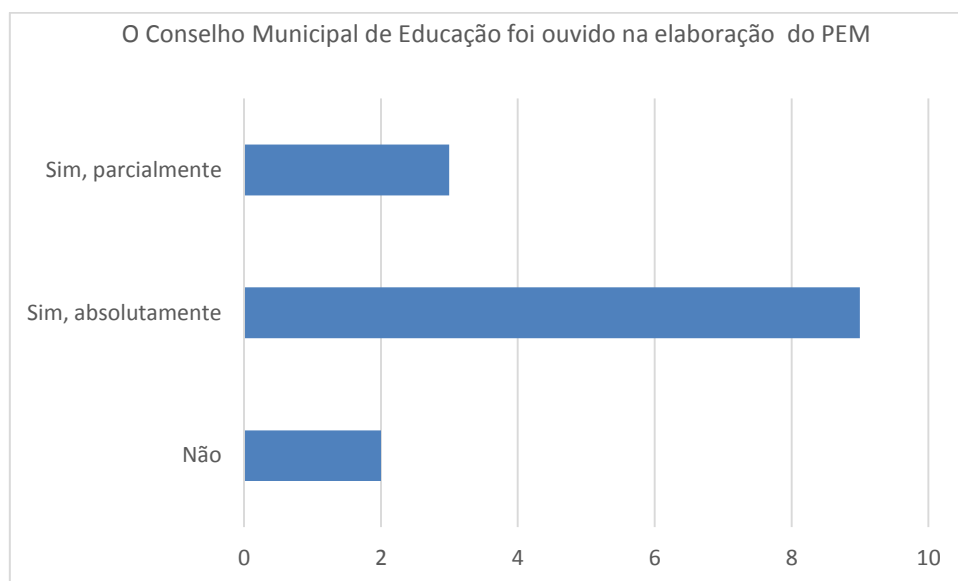
A leitura do gráfico 5 permite-nos, contudo, identificar margens de melhoria a este nível. Havendo duas respostas negativas e situando-se a maioria das respostas no “Sim, parcialmente”, parece emergir a necessidade de consolidação dos mecanismos de coleta de dados existentes na maioria dos municípios.

Referidos alguns dos pontos positivos que foi possível identificar através de uma análise preliminar dos dados recolhidos, passamos a apontar algumas das dimensões a aperfeiçoar no âmbito da elaboração dos PEM:

i. Envolvimento e participação do Conselho Municipal da Educação

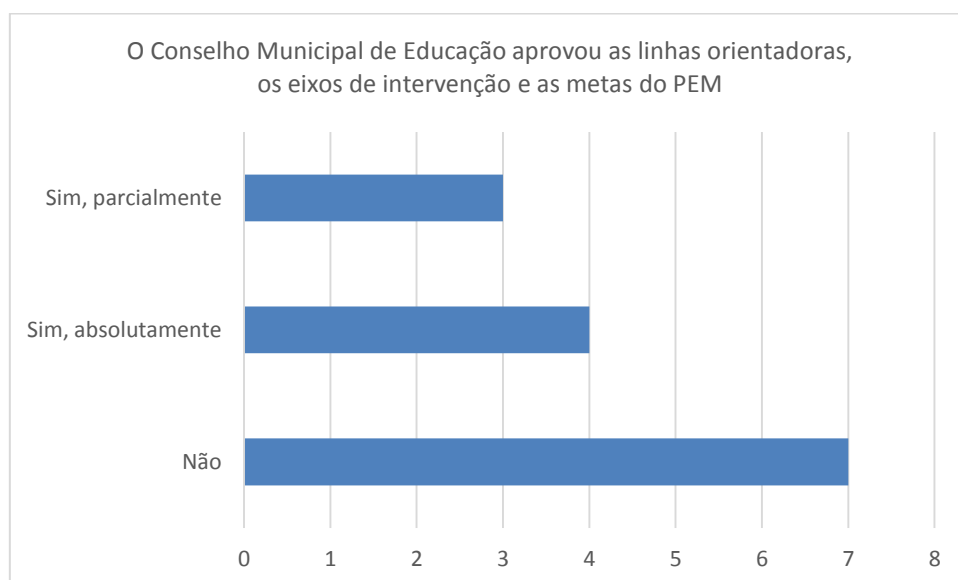
Quando questionados quanto à auscultação do Conselho Municipal de Educação ao longo da elaboração do PEM, 9 municípios em 14 situam-se no item de resposta “Sim, absolutamente”, conforme se pode verificar no gráfico 6.

Gráfico 6 - Envolvimento do CME



Para além de este órgão não ter sido inequivocamente ouvido em 5 dos 14 municípios respondentes, apenas em 4 aprovou em absoluto as linhas orientadoras, os eixos de intervenção e as metas do PEM, conforme se pode constatar pelo gráfico 7.

Gráfico 7 - Aprovação das linhas orientadoras pelo CME



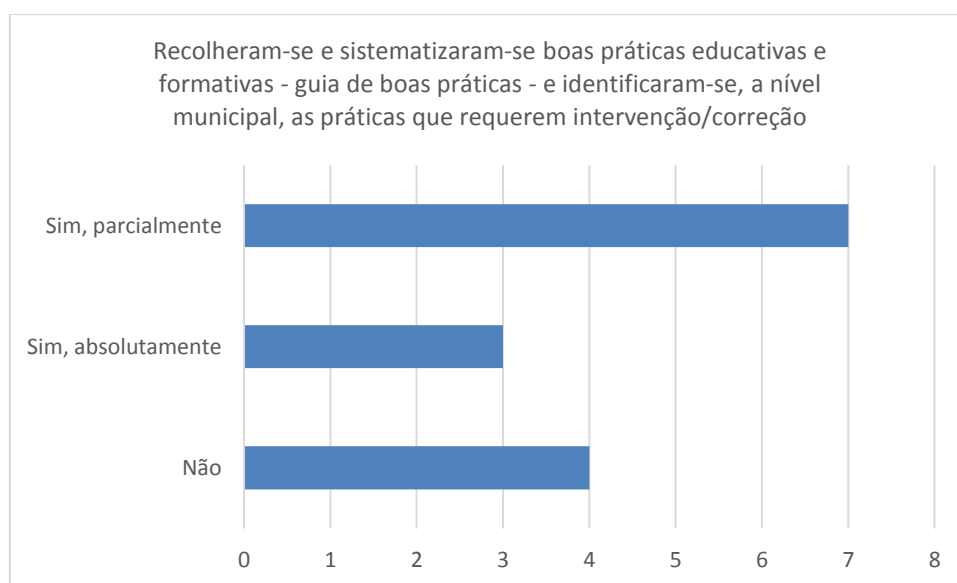
Contudo, na interpretação destes dados não podemos deixar de referir que vários municípios declararam que o CME reúne duas vezes por ano e que só excecionalmente seria convocado antes de terem concluído o PEM. Sendo que a maioria dos municípios respondentes se encontrava, à data da aplicação do questionário, a alguma distância da fase de conclusão do

PEM, admitimos que a aprovação das suas linhas orientadoras, eixos de intervenção e metas pelo CME estivesse prevista para uma fase posterior.

ii. Identificação e sistematização de boas práticas educativas e formativas

O gráfico 8 permite-nos verificar que apenas 3 dos 14 municípios respondentes afirmam inequivocamente terem procedido à recolha sistemática de boas práticas educativas e formativas, havendo 4 municípios que afirmam não o terem feito.

Gráfico 8 - Sistematização de boas práticas

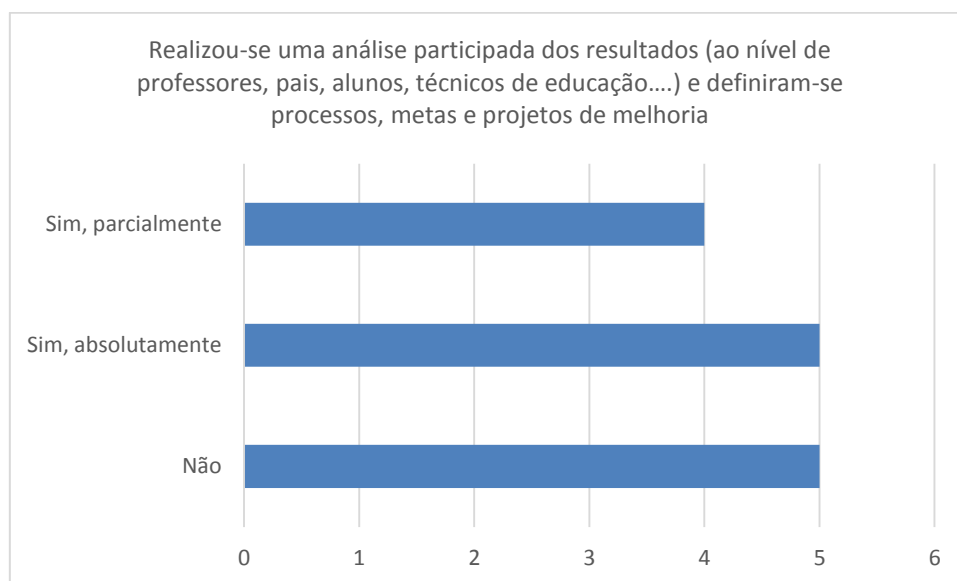


Esta é claramente uma dimensão a melhorar, pois no âmbito da construção de um projeto educativo municipal não basta proceder ao simples inventário das práticas educativas e formativas existentes. É importante, por um lado, conhecer e reconhecer as boas práticas, numa lógica de partilha e divulgação capaz de gerar dinâmicas de coesão inter e intramunicipal e, por outro lado, identificar aquelas que careçam de intervenções que aumentem o seu grau de eficácia e adequação.

iii. Análise participada dos resultados educativos e consequente definição de processos, metas e projetos de melhoria

Os dados obtidos levam-nos a concluir da necessidade de melhorar a dinâmica de análise dos resultados escolares, tornando-a mais participada, sistemática e implicando diferentes atores educativos (cf. gráfico 9).

Gráfico 9 - Análise participada dos resultados e definição de melhorias



Como já referimos, o processo de elaboração do PEM é percecionado, pela maioria dos municípios respondentes, como tendo sido um processo participado. No entanto, o gráfico acima apresentado faz-nos acreditar que o foco dessa participação se tenha situado mais noutras dimensões da educação / formação e não tanto ao nível dos resultados escolares. Esta é, contudo, uma dimensão central, em parte reveladora da qualidade dos processos de ensino / aprendizagem e que deverá, portanto, ser alvo de uma análise participada e focada em processos de melhoria das aprendizagens e, consequentemente, dos resultados.

iv. Investimento na análise dos indicadores do sucesso educativo e consequente fixação de metas temporalmente definidas

Apesar da importância central da análise dos resultados escolares, existem outros indicadores do sucesso educativo que, numa perspetiva holística e integradora, deverão ser considerados no processo de elaboração de um PEM.

O quadro 5 apresenta uma síntese das respostas obtidas relativamente à análise e fixação de metas temporalmente definidas para 16 indicadores educativos.

Quadro 5 - Síntese das respostas obtidas para a afirmação nº 18: “Foram analisados os indicadores do sucesso educativo e fixadas metas temporalmente definidas relativamente a:”

Indicadores do sucesso educativo	Nº de respostas por indicador (N=14)		
	Sim, parcialmente	Sim, absolutamente	Não
Frequência da população escolar (dos 3 aos 18 anos)	5	8	1
Taxas de transição e de conclusão	4	9	1
Resultados dos exames do 4º, 6º, 9º, 11º e 12º ano	4	8	2
Frequência do ensino profissional	6	7	1
Acesso ao ensino superior	3	3	8
Inserção no mercado de trabalho	3	3	8
Educação / formação de adultos	7	3	4
Estágios profissionais	5	1	8
Frequência das bibliotecas	4	1	9
Visitas de estudo (museus, monumentos, parques, etc.)	4	2	8
Frequência de atividades desportivas	4	1	9
Outras atividades de enriquecimento curricular	8	3	3
População escolar com apoios socioeducativos	6	5	3
Respostas a necessidades educativas especiais	5	4	5
Oferta de formação profissional	6	2	6
Oferta de formação parental	6	3	5

A leitura deste quadro permite-nos identificar que os indicadores do sucesso educativo sobre os quais recaiu maior atenção por parte dos municípios foram a frequência da população

escolar, as taxas de transição e de conclusão, os resultados dos exames do 4º, 6º, 9º, 11º e 12º ano e a frequência do ensino profissional. Por outro lado, os indicadores mais negligenciados são os que se referem ao acesso ao ensino superior, à inserção no mercado de trabalho, estágios profissionais, frequência das bibliotecas, visitas de estudo e frequência das atividades desportivas.

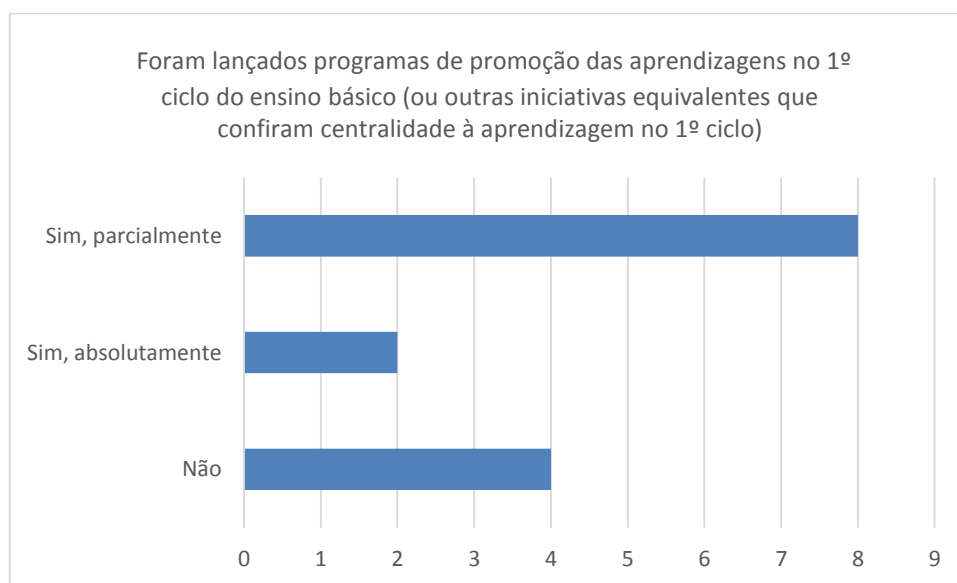
Estes dados refletem algum empobrecimento da análise realizada ao nível dos indicadores educativos, sugerindo a necessidade de integração de outros indicadores que possam contribuir para uma visão mais ampla e consistente da realidade educativa dos municípios.

v. *Investimento na promoção das aprendizagens no 1º Ciclo do Ensino Básico*

O 1º ciclo do ensino básico constitui uma etapa fundamental na estruturação das aprendizagens. Como tal, a aposta em percursos escolares de sucesso deve partir de um investimento na promoção da qualidade das aprendizagens neste nível de ensino. Este deverá, portanto, ser um dos eixos centrais na construção de projetos educativos municipais.

Apesar de, como se pode constatar pelo gráfico 10, 8 dos municípios respondentes afirmarem ter lançado, parcialmente, programas de promoção das aprendizagens no 1º ciclo do ensino básico, apenas duas das respostas se situam ao nível do “Sim, absolutamente”, havendo 4 municípios que respondem negativamente.

Gráfico 10 - Promoção de aprendizagens 1º ciclo



Estes dados parecem sugerir a falta de reconhecimento, por parte de alguns municípios, da centralidade do investimento na promoção das aprendizagens neste nível de ensino, pelo que

seria desejável uma maior sensibilização dos vários atores educativos no sentido de agir preventivamente no que concerne ao (in)sucesso escolar, atuando desde logo nos primeiros anos.

Os dados obtidos com este questionário permitiram-nos traçar, à data da sua aplicação, um cenário bastante positivo relativamente ao processo de elaboração dos PEM nos diferentes municípios da AMP, não obstante os pontos a melhorar que foi possível identificar.

Sendo que, tal como já referido, em julho de 2013 alguns dos municípios se encontravam ainda a alguma distância da conclusão dos seus Projetos Educativos Municipais, a Comissão de Gestão PEM entendeu que seria relevante aplicar um novo questionário numa fase posterior, mais centrado nos impactos deste processo e no próprio produto, englobando também uma avaliação do papel da Universidade Católica em todo o processo. Assim, em novembro de 2013 foi enviado aos interlocutores municipais novo questionário composto por doze itens de resposta fechada e um item de resposta aberta.

Os itens de resposta fechada consistiam, essencialmente, em questões sobre:

- i. Impactos do processo de elaboração dos PEM ao nível dos diferentes setores/departamentos municipais
- ii. Impactos do processo de elaboração dos PEM ao nível do envolvimento dos parceiros locais e da articulação e diversificação da oferta educativa dos municípios
- iii. Perceção sobre a utilidade do documento final produzido para o desenvolvimento do município
- iv. Avaliação do papel da Universidade Católica Portuguesa nas diferentes vertentes de apoio ao processo de elaboração dos PEM
- v. Perceção sobre o grau de consecução dos objetivos do programa PEM

Foi pedido aos interlocutores municipais que respondessem a cada uma das questões através de escalas de resposta tipo Likert com 4 ou 5 itens (Sim, completamente; Sim, parcialmente; Não; Sem Opinião || Muito relevante; Relevante; Pouco Relevante; Nada Relevante; Sem opinião || Muito adequado; Adequado; Pouco adequado; Nada Adequado; Sem opinião).

O 12º item de resposta fechada tinha como objetivo a identificação de linhas de ação que, na ótica dos interlocutores PEM, fizesse sentido desenvolver no município como suporte ao processo de implementação dos PEM.

O item de resposta aberta pretendia obter sugestões de projetos para o desenvolvimento estratégico da educação e formação na AMP (a considerar num Projeto Educativo Metropolitano).

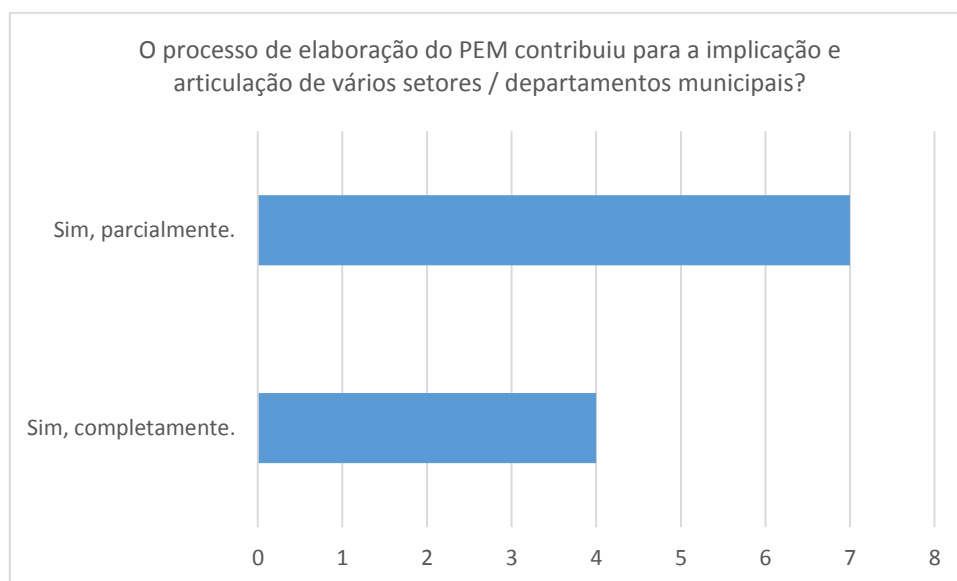
Num universo de 16 municípios obtivemos 11 respostas válidas⁷, recebidas entre 13 e 25 de novembro de 2013.

Apresenta-se, em seguida, uma breve análise dos dados obtidos.

i. Impactos do processo de elaboração dos PEM ao nível dos diferentes setores/departamentos municipais

O processo de elaboração do PEM parece ter tido um impacto positivo ao nível da articulação entre diferentes setores / departamentos municipais e entre diferentes projetos, ações e/ou programas municipais. No entanto, a incidência de respostas para estes dois itens ao nível do “Sim, parcialmente” (cf. gráficos 11 e 12), indicia que existem ainda margens de melhoria no que respeita à implicação dos diferentes setores municipais no PEM.

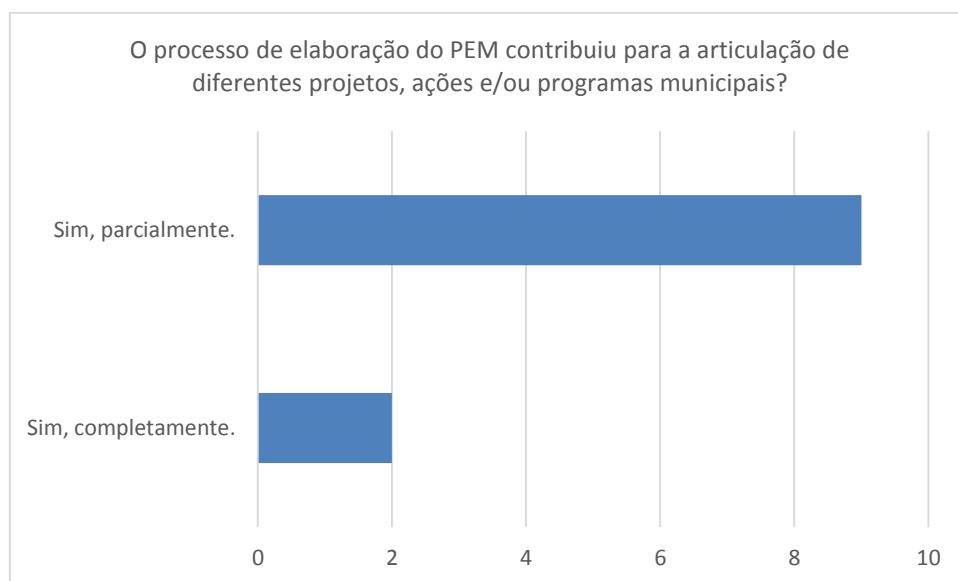
Gráfico 11 - articulação entre setores / departamentos municipais



⁷ Arouca, Trofa, Matosinhos, Porto, Oliveira de Azeméis, Espinho, Póvoa de Varzim, Valongo, Maia, Santo Tirso e Vale de Cambra.

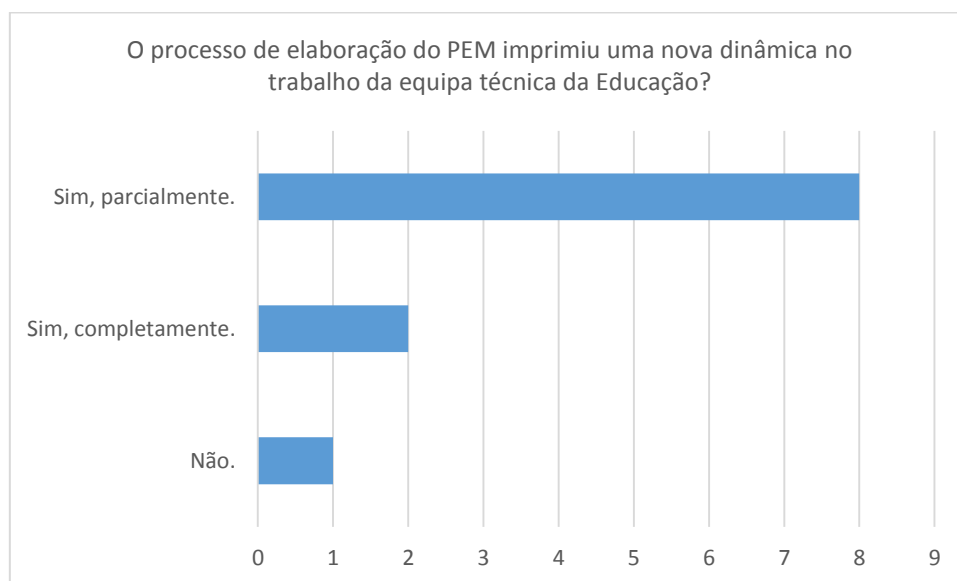
Obtivemos 3 registos de resposta diferentes do município de Santa Maria da Feira, o que fez com que tivéssemos que considerar inválidas as respostas deste município, não as considerando na análise e interpretação de dados que se apresenta neste relatório.

Gráfico 12 - Articulação de diferentes projetos, ações e/ou programas municipais



No que respeita ao trabalho desenvolvido dentro das equipas técnicas da Educação, os dados evidenciam a introdução de alterações na forma de trabalhar destas equipas na maioria dos municípios, decorrentes do processo de elaboração dos PEM. Estas alterações são, no entanto, parciais (8 respostas em 11), havendo apenas dois municípios que referem impactos mais consistentes a este nível, conforme se pode ver no gráfico 13. Estes dados, bem como a existência de uma resposta que não assinala alterações na forma de trabalhar da equipa municipal da Educação, podem ser lidos de duas formas distintas. Por um lado, podem significar a existência prévia de dinâmicas de trabalho já de si congruentes com as ações desenvolvidas no âmbito do PEM. Por outro lado, poderão indiciar que existem ainda margens de melhoria ao nível das dinâmicas de trabalho das equipas de Educação.

Gráfico 13 - Processo de elaboração dos PEM e dinâmicas de trabalho das equipas técnicas da educação



ii. Impactos do processo de elaboração dos PEM ao nível do envolvimento dos parceiros locais e da articulação e diversificação da oferta educativa dos municípios

A maioria dos municípios respondentes (9 em 11) afirma que o processo de elaboração do PEM fomentou parcialmente o envolvimento e a colaboração dos parceiros locais, havendo 2 municípios que se situam no item de resposta “Sim, completamente”. Entendemos que o facto de a maior parte das respostas se situar ao nível do “Sim, parcialmente” pode estar ligado a uma maior participação dos parceiros locais na fase de auscultação/diagnóstico (como referido, inclusivamente, por um dos municípios) e não tanto na fase de elaboração do PEM.

No que se refere aos principais parceiros envolvidos, por ordem de importância, a grande maioria dos municípios (10 em 11) refere em primeiro lugar os agrupamentos de escolas, o que evidencia um maior envolvimento neste processo por parte das instituições de educação escolar (cf. Quadro 6). Tal facto não se revela, contudo, surpreendente, se atentarmos na centralidade de que se revestem estas instituições para o desenvolvimento dos processos e resultados educativos nos municípios, não obstante o importante papel desempenhado por outras instituições / associações de educação não formal.

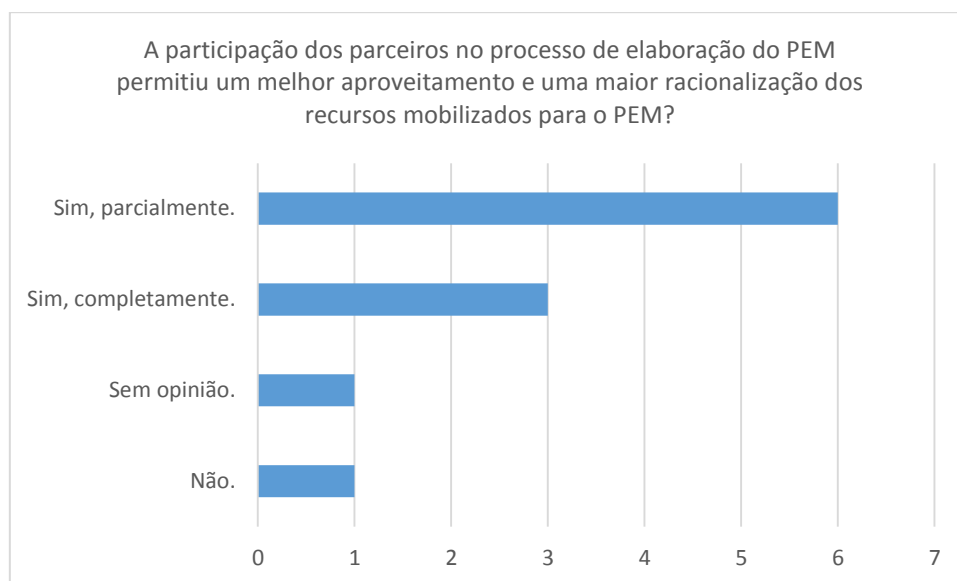
A prevalência dos agrupamentos de escola pode ainda ser explicada pela centralidade da recolha, na fase de diagnóstico, de dados sobre um leque alargado de indicadores escolares que permitissem caracterizar os diferentes municípios e traçar metas exequíveis ao nível da qualidade dos resultados escolares municipais no âmbito dos PEM.

**Quadro 6 - Síntese dos principais parceiros envolvidos no processo de elaboração dos PEM,
por ordem de importância**

Ordem de importância da participação	Principais parceiros envolvidos	Nº de ocorrências
1º lugar	Agrupamentos de Escolas	10
	Associação	1
2º lugar	Parceiros sociais	3
	Mundo associativo	2
	Associações de Pais	2
	Agrupamentos de Escolas	1
	IPSS	1
	Entidades representadas no Conselho Municipal da Educação	1
	Ensino Particular e Cooperativo	1
3º lugar	Associações de Pais	2
	IPSS	2
	Escolas Profissionais	1
	Agrupamentos de Escolas	1
	Tecido Empresarial	1
	Entidades públicas	1
	Parceiros sociais e Presidentes de Junta	1
	Departamentos da Câmara Municipal	1
	Fundação	1

Ainda dentro da avaliação da participação dos parceiros no processo de elaboração dos PEM, os interlocutores foram questionados sobre se esta participação teria contribuído para um melhor aproveitamento e uma maior racionalização dos recursos mobilizados para o PEM. Apesar de a maioria dos municípios respondentes se situar ao nível do “Sim, parcialmente”, verificou-se uma certa dispersão das respostas, que se dividem pelos quatro itens da escala de resposta, conforme se pode contactar no gráfico 14.

Gráfico 14 - Participação dos parceiros e aproveitamento e racionalização dos recursos mobilizados para o PEM



Estes dados, se bem que numa primeira leitura se apresentem como tendencialmente positivos, não podem deixar de nos interrogar face à natureza da participação dos parceiros. Para que haja uma efetiva racionalização dos recursos mobilizados para o PEM é essencial que a participação dos parceiros locais não se resuma ao fornecimento de dados sobre indicadores educativos do município, mas que haja uma efetiva implicação dos mesmos na elaboração e implementação dos PEM, capaz de levar ao compromisso necessário para que todas as instituições de cariz educativo/formativo possam contribuir de forma articulada e integrada para a melhoria da qualidade e da diversidade das respostas educativas municipais.

iii. Perceção sobre a utilidade do documento final produzido para o desenvolvimento do município

A questão relativa à utilidade do PEM para o desenvolvimento estratégico do município “O documento final produzido é um documento estratégico importante para o desenvolvimento do município?” obteve 10 respostas em 11 ao nível do “Sim, completamente” e uma resposta situada no “Sim, parcialmente”. Esta unanimidade face à importância do documento para o desenvolvimento do município revela, por um lado, as elevadas expectativas que os interlocutores municipais colocam na implementação do PEM e, por outro lado, o cariz operacional deste documento, que parece ser encarado não como uma mera *carta de intenções*, mas sim como um documento orientador de uma ação mais sustentada e eficaz no âmbito da educação.

iv. Avaliação do papel da Universidade Católica Portuguesa nas diferentes vertentes de apoio ao processo de elaboração dos PEM

O papel da Universidade Católica Portuguesa no apoio ao processo de elaboração dos PEM foi considerado “Relevante” (5 em 11) ou “Muito relevante” (5 em 11) pela maioria dos municípios respondentes, tanto ao nível das iniciativas de formação, promoção de seminários internacionais e disponibilização de recursos para o processo de elaboração dos PEM, como no que respeita ao trabalho desenvolvido pelo consultor da universidade.

Relativamente ao grau de adequabilidade do referencial para a elaboração do PEM apresentado pela Católica à realidade e às necessidades do município, 7 dos municípios consideraram-no adequado e 4, muito adequado.

Estes dados, na sua generalidade, parecem revelar o reconhecimento por parte dos municípios da importância da ação global da Universidade Católica Portuguesa para a elaboração dos Projetos Educativos Municipais da AMP.

v. Perceção sobre o grau de consecução dos objetivos do programa PEM

A grande maioria dos municípios respondentes considera que os objetivos do Programa PEM foram alcançados, parcial (6 em 11) ou completamente (4 em 11), havendo um município que afirma não ter opinião relativamente a esta questão.

Atendendo às dificuldades de diversa ordem que foram sendo relatadas periodicamente pelos consultores da Universidade à Comissão de Gestão (desde a falta de recursos humanos em alguns dos municípios para a execução das diversas tarefas ligadas à elaboração do PEM, até à resistência de algumas das instituições locais em colaborar neste processo) entendemos que esta é uma avaliação bastante positiva no que toca à consecução dos objetivos previamente traçados.

vi. Linhas de ação a desenvolver no município como suporte ao processo de implementação dos PEM.

Foi pedido aos interlocutores municipais que identificassem as três linhas que faria mais sentido desenvolver no município como suporte ao processo de implementação dos PEM, podendo os respondentes escolher de entre 5 opções disponíveis⁸ ou acrescentar outras sugestões.

⁸ Monitorização do PEM, Gestão integrada da oferta e da procura do Ensino profissional, Valorização do Ensino Profissional, Promoção do Sucesso Escolar, Apoio ao 1º Ciclo do Ensino Básico.

As respostas obtidas apontam como principais linhas a desenvolver a monitorização do PEM, a gestão integrada da oferta e da procura do Ensino Profissional e a promoção do sucesso educativo, conforme se pode verificar no quadro síntese que a seguir se apresenta.

Quadro 7 - Síntese das linhas a desenvolver no município como suporte ao processo de implementação do PEM

Linhas a desenvolver	Nº de ocorrências
Monitorização do PEM	10
Gestão integrada da oferta e da procura do Ensino profissional	8
Promoção do Sucesso Escolar	8
Valorização do Ensino Profissional	2
Apoio ao 1º Ciclo do Ensino Básico	1
Criação de uma rede integrada e articulada de oferta de ensino qualificante, desde o nível básico ao secundário	1
Operacionalização da rede	1
Gestão integrada da oferta educativa ao nível dos projetos socioeducativos desenvolvidos por diversos parceiros locais	1

A expressiva concentração das respostas nestas 3 linhas parece revelar preocupações comuns por parte dos diferentes municípios da AMP, antevendo-se uma estratégia de desenvolvimento metropolitano que passa por uma aposta consistente na implementação dos Projetos Educativos Municipais enquanto ferramenta para uma ação educativa mais estratégica e eficaz, cujas traves mestras assentam na promoção do sucesso educativo e numa gestão integrada da oferta e da procura do ensino profissional.

vii. Sugestões de projetos para o desenvolvimento estratégico da educação e formação (a considerar num Projeto Educativo Metropolitano)

Da análise das sugestões de projetos para o desenvolvimento estratégico da educação e formação sobressai a predominância de referências a projetos ligados às seguintes dimensões:

1. Partilha de recursos e boas práticas entre municípios da AMP e realização de iniciativas que permitam pensar a Educação numa perspetiva local e metropolitana
2. Criação e gestão de uma Plataforma Metropolitana da Rede Educativa e Formativa, com o objetivo de fazer uma gestão integrada das ofertas educativas na região em articulação com o tecido empresarial

São ainda feitas referências a projetos associados ao empreendedorismo e ao fomento da empregabilidade, à uniformização de critérios e procedimentos na implementação das atividades de enriquecimento curricular, à formação contínua na área do desenvolvimento, implementação, monitorização e avaliação de projetos e à monitorização periódica dos processos e resultados educativos (criação de um Observatório Metropolitano da Educação).

Estas sugestões parecem ser reveladoras da valorização do espaço metropolitano enquanto espaço de aprendizagem intermunicipal, potenciador do desenvolvimento dos diferentes municípios numa lógica integrada de empoderamento em rede.

A perspetiva dos Vereadores

Os Vereadores da Educação dos diferentes municípios foram também auscultados sobre o processo de elaboração dos PEM através da aplicação de um questionário cuja estruturação e conteúdos foram semelhantes aos do segundo questionário aplicado aos interlocutores PEM. O questionário incluiu 9 itens de resposta fechada com escalas de resposta tipo Likert com 3 ou 4 itens (Sim, completamente; Sim, parcialmente; Não; Sem Opinião || Muito relevante; Relevante; Pouco Relevante; Sem opinião || Sim; Não; Não sabe). Foram também incluídos dois itens de resposta aberta com o objetivo de colher sugestões para o desenvolvimento estratégico da educação e formação no município, bem como sobre projetos para o desenvolvimento estratégico da educação e formação na AMP (a considerar num projeto educativo metropolitano).

Foi possível obter treze respostas⁹ entre 23 de setembro e 2 de outubro de 2013.

Passando à apresentação dos resultados, numa leitura global pode dizer-se que a perceção dos Vereadores face ao processo de elaboração dos PEM se assemelha bastante à dos interlocutores municipais, o que parece ser revelador do conhecimento, direto ou indireto, deste processo.

i. Impactos do processo de elaboração dos PEM ao nível dos diferentes setores/departamentos municipais

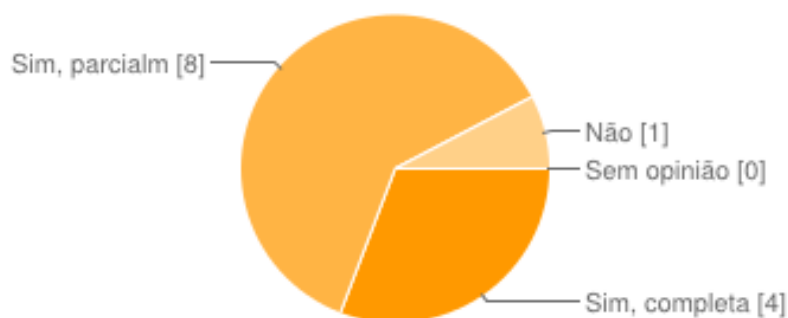
À semelhança do que acontece com os interlocutores PEM, também a maioria dos Vereadores (7 em 13) afirma que o processo de elaboração do PEM contribuiu parcialmente para a

⁹ Arouca, Gondomar, Matosinhos, Santa Maria da Feira, Vila do Conde, Valongo, Trofa e Vale de Cambra. Não foi possível identificar 5 dos municípios respondentes, dado que o campo relativo à identificação do município foi inserido apenas após a receção das 5 primeiras respostas.

implicação e articulação de vários setores / departamentos municipais, havendo 6 vereadores que se situam no item de resposta “Sim, completamente”.

No que respeita à contribuição do PEM para a articulação de diferentes projetos, ações e/ou programas municipais, como podemos verificar no gráfico 15, a maioria dos respondentes responde afirmativamente, apesar de haver uma resposta negativa.

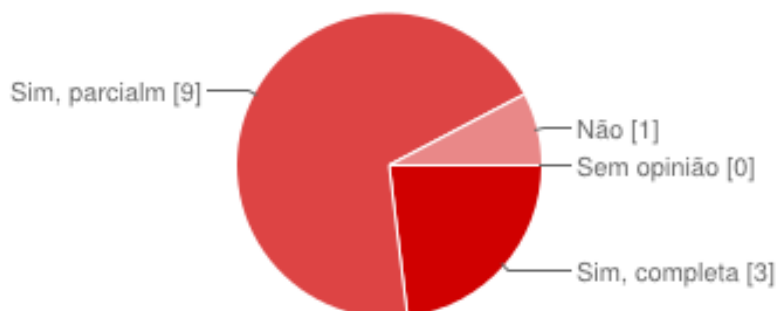
Gráfico 15 - O processo de elaboração do PEM contribuiu para a articulação de diferentes projetos, ações e/ou programas municipais?



Este quadro de respostas parece indicar que, não obstante a maior articulação entre departamentos municipais que possa ter advindo do processo de elaboração do PEM, será ainda possível alargar essa articulação aos diferentes projetos municipais.

O gráfico 16 mostra a percepção dos Vereadores face aos impactos do processo de elaboração do PEM nas dinâmicas de trabalho das equipas técnicas da Educação. Conforme podemos verificar, o padrão das respostas é semelhante ao dos interlocutores municipais, havendo também no caso deste grupo de inquiridos a percepção de ter havido mudanças mais ou menos significativas a este nível.

Gráfico 16 - O processo de elaboração do PEM imprimiu uma nova dinâmica no trabalho da equipa técnica da Educação?

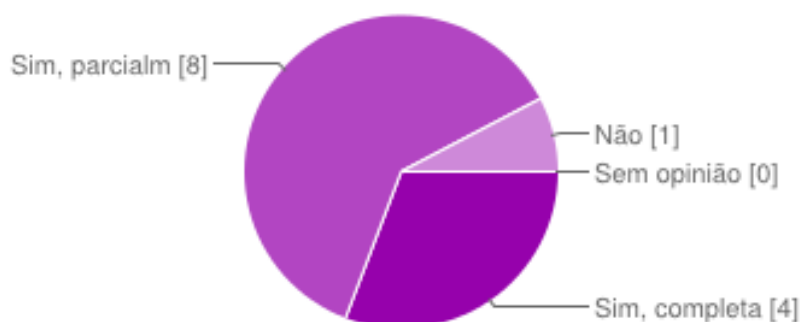


ii. Impactos do processo de elaboração dos PEM ao nível do envolvimento dos parceiros locais e da articulação e diversificação da oferta educativa dos municípios

No que se refere a esta dimensão da avaliação, parece também existir congruência entre as respostas dos interlocutores municipais e dos vereadores. Todos os respondentes deste grupo de inquiridos consideram que houve um envolvimento parcial (9 em 13) ou completo (4 em 13) dos parceiros locais. Como principais parceiros envolvidos destacam-se as escolas e centros de formação (11 referências), as associações culturais, sociais e/ou recreativas (10 referências) e entidades públicas (8 referências), o que vai também de encontro ao padrão de respostas dos interlocutores municipais.

O envolvimento e a colaboração dos parceiros locais assinalada pela maioria dos Vereadores parece corresponder também a uma dinâmica de articulação de vontades entre o município e os parceiros locais, conforme se pode verificar no gráfico 17.

Gráfico 17 - O processo de elaboração do PEM impulsionou uma dinâmica de articulação de vontades entre o município e os parceiros locais?

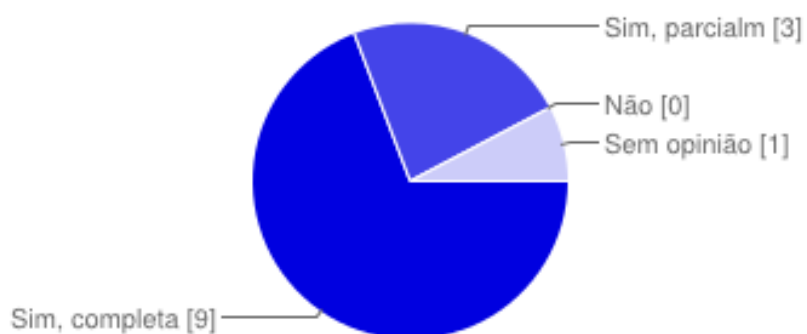


No entanto, a predominância de respostas ao nível do “Sim, parcialmente” e a existência de uma resposta negativa, sugerem a necessidade de continuar a investir no envolvimento efetivo dos parceiros locais na implementação dos PEM, a fim de melhorar a referida articulação de vontades, essencial na assunção de compromissos partilhados.

iii. Perceção sobre a utilidade do documento final produzido para o desenvolvimento do município e criação de mecanismos de acompanhamento e monitorização do PEM

No que concerne à importância estratégica do documento final produzido, mais uma vez a maioria das respostas se concentra no item de resposta “Sim, completamente”, o que revela a importância que também este grupo de inquiridos parece atribuir ao documento como ferramenta ao serviço do desenvolvimento do município (cf. Gráfico 18)

Gráfico 18 - O documento final produzido é um documento estratégico importante para o desenvolvimento do município?



A resposta que se situa no item “Sem opinião” poderá eventualmente ser decorrente de um menor conhecimento do documento.

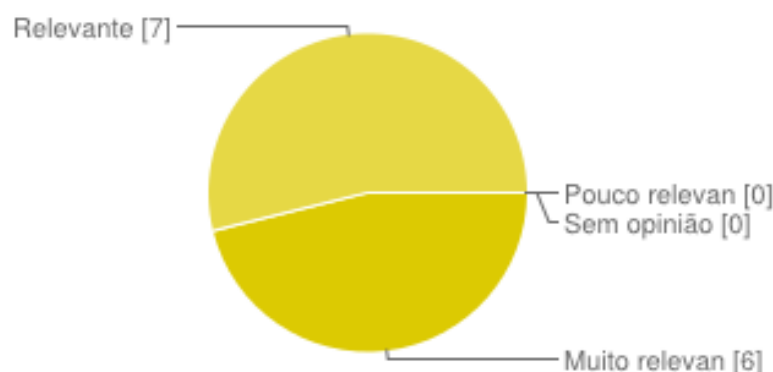
A grande maioria dos Vereadores respondentes (12 em 13) afirma terem sido criados dispositivos de acompanhamento e monitorização da implementação do PEM, havendo uma resposta para este item situada ao nível do “Não sabe”. Este padrão de resposta parece evidenciar, mais uma vez, a importância atribuída ao PEM, criando-se as condições que permitam uma implementação bem-sucedida do mesmo.

Relativamente aos dispositivos de acompanhamento e monitorização previstos, sobressaem a criação de métodos e instrumentos (com 10 referências) e a constituição de equipa própria (com 9 referências). É ainda assinalada a elaboração de referencial específico (2 referências) e é feita menção por um dos Vereadores à criação de uma grelha detalhada do Plano de Ação, da qual constam as formas de monitorização previstas.

iv. Avaliação do papel da Universidade Católica Portuguesa nas diferentes vertentes de apoio ao processo de elaboração dos PEM

Conforme podemos verificar no gráfico 19, a totalidade dos Vereadores inquiridos considera que o papel da Universidade Católica no processo de elaboração dos PEM foi relevante ou muito relevante, o que se assemelha ao padrão de resposta fornecido pelos interlocutores municipais.

Gráfico 19 - Qual a relevância do papel da Universidade Católica, através das iniciativas de formação, promoção de seminários internacionais, consultoria e disponibilização de recursos, para o processo de elaboração do PEM?



v. Linhas de apoio ao processo de implementação do PEM

Conforme se pode verificar pelo quadro 8, o perfil de resposta dos Vereadores relativamente à identificação das linhas que faria mais sentido desenvolver no município como suporte ao processo de implementação do PEM está muito alinhado com o perfil de resposta dos interlocutores municipais. Destacam-se por maioria de resposta a monitorização do PEM, a gestão integrada da oferta e da procura do ensino profissional e a promoção do sucesso escolar.

Quadro 8 - Síntese das linhas a desenvolver no município como suporte ao processo de implementação do PEM

Linhas a desenvolver	Nº de ocorrências
Monitorização do PEM	11
Gestão integrada da oferta e da procura do Ensino profissional	7
Promoção do Sucesso Escolar	7
Apoio ao 1º Ciclo do Ensino Básico	2
Valorização do Ensino Profissional	1
Apoio a alunos com Necessidades Educativas Especiais	1

vi. Sugestões para o desenvolvimento estratégico da educação e formação no município e na AMP

Da análise das respostas obtidas relativamente às sugestões para o desenvolvimento estratégico da educação e formação no município é possível identificar as seguintes linhas de ação:

- Maior implicação do tecido empresarial na definição da oferta formativa e consequente articulação entre a oferta formativa e as necessidades do tecido empresarial
- Promoção do sucesso educativo numa perspetiva integradora e abrangente, englobando todas as modalidades e tipos de ensino, a educação formal, não formal e informal, numa perspetiva de aprendizagem ao longo da vida
- Monitorização dos desempenhos escolares a nível concelhio e nacional (taxas de conclusão de ciclo, taxa de abandono escolar, taxa de abandono escolar precoce, taxas de retenção e resultados das provas nacionais)
- Promoção da Educação para a cidadania ativa e democrática

- e) Promoção da empregabilidade e aposta no empreendedorismo jovem e social e na criatividade e inovação como forma de fazer face aos grandes desafios das sociedades contemporâneas
- f) Assunção partilhada de responsabilidades e criação de mecanismos de trabalho em rede e de cooperação estratégica entre parceiros locais de vários setores
- g) Preparação de ações no âmbito da educação em função das necessidades das escolas e do seu plano anual de atividades
- h) Valorização do Ensino Profissional
- i) Promoção da igualdade de oportunidades e da plena inclusão através do desenvolvimento de projetos específicos para populações em risco de exclusão.

Relativamente aos projetos para o desenvolvimento estratégico da educação e formação na AMP (a considerar num Projeto Educativo Metropolitano) parece haver alguma sobreposição com as respostas obtidas para o município, o que de alguma forma revela o alinhamento da estratégia de desenvolvimento municipal com a lógica de desenvolvimento territorial ao nível da AMP. Destacam-se as seguintes sugestões:

- a) Articulação e definição conjunta da oferta formativa (criação de plataforma *online*)
- b) Promoção do sucesso educativo
- c) Aprendizagem ao longo da vida
- d) Empreendedorismo Jovem e Social
- e) Observatório Metropolitano da Educação
- f) Criação de repositório de boas práticas na AMP no setor da Educação
- g) Criação de Fora Metropolitanos relativos à educação e formação
- h) Plataforma Metropolitana da Rede Educativa
- i) Ciclos temáticos de discussão e partilha de experiências a nível intermunicipal
- j) Manutenção da parceria entre a AMP e a Universidade Católica Portuguesa para acompanhamento e monitorização dos PEM e apoio ao processo de descentralização de competências

A perspetiva dos parceiros educativos

Os parceiros educativos, elementos fundamentais no processo de elaboração dos PEM, foram também inquiridos através de questionário. A amostra foi selecionada pelos interlocutores municipais, a quem foi pedido que, de acordo com o maior grau de envolvimento neste processo e respeitando o critério da diversidade institucional, identificassem até três parceiros educativos para responder ao referido questionário.

Obteve-se um total de 23 respostas oriundas de 11 municípios¹⁰, recebidas entre 13 e 21 de novembro de 2013.

No que respeita à caracterização dos parceiros inquiridos, a maioria (48%) são instituições educativas, pertencendo as restantes respostas a parceiros de diferente natureza, conforme se pode verificar no quadro 9.

Quadro 9 – Caracterização dos parceiros educativos locais inquiridos

Natureza das instituições	Incidência
Instituição Educativa	11
IPSS	2
ONG	2
Associação de Pais	1
Autarquia	1
Município	1
Saúde	1
Federação de Associação de Pais	1
Junta de Freguesia	1
Rede Social	1
Centro Ciência Viva	1

O questionário aplicado é semelhante, na forma e no conteúdo aos questionários aplicados aos interlocutores (em novembro) e vereadores. O questionário é composto por 8 itens de resposta fechada e um item de resposta aberta que pretende obter sugestões de projetos para o desenvolvimento estratégico da educação e formação na AMP (a considerar num Projeto Educativo Metropolitano). A maioria dos itens de resposta fechada apresenta uma escala de resposta tipo Likert com 4 itens (Sim, completamente; Sim, parcialmente; Não; Sem opinião).

O questionário encontra-se estruturado em duas partes:

- i. Processo de elaboração do PEM
- ii. Linhas de desenvolvimento futuro e sugestões

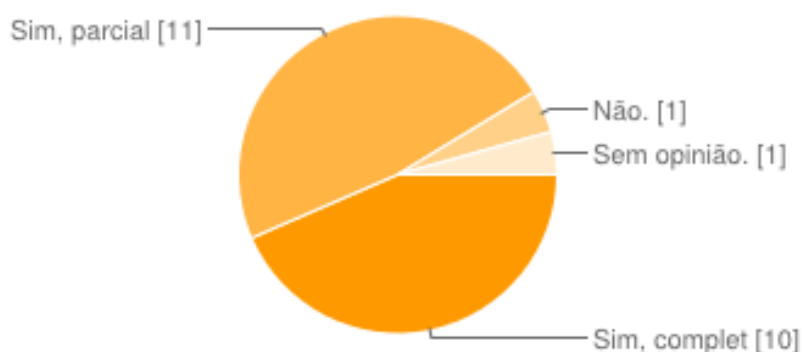
¹⁰ Santo Tirso, Arouca, Trofa, Matosinhos, Oliveira de Azeméis, Espinho, Vila do Conde, Vale de Cambra, Póvoa de Varzim, Maia e Santa Maria da Feira

Apresentam-se, em seguida, os dados obtidos.

i. Processo de elaboração dos PEM

No que respeita à contribuição do processo de elaboração dos PEM para uma maior interação entre os serviços educativos do município e os parceiros educativos locais, a resposta dos parceiros locais é, na generalidade, bastante favorável, conforme se pode constatar a partir do gráfico 20.

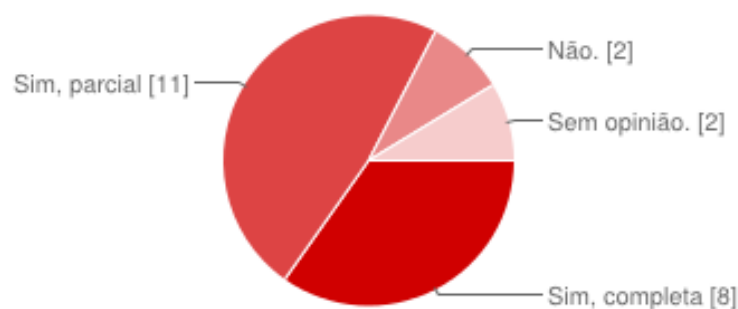
Gráfico 20 - O processo de elaboração do PEM contribuiu para uma maior interação entre os serviços educativos do município e os parceiros educativos locais?



Este padrão de resposta parece revelar que os parceiros locais têm uma perceção mais positiva face aos impactos do PEM na sua interação com o município do que os interlocutores municipais e os Vereadores. Isto porque estes dois grupos de inquiridos respondem maioritariamente ao nível do “Sim, parcialmente”, enquanto no caso dos parceiros locais há uma percentagem expressiva de respostas que se situa no “Sim, completamente” (43%).

Uma grande percentagem dos inquiridos (83%) considera ainda que o processo de elaboração do PEM contribuiu para uma melhoria da articulação entre os projetos municipais e os projetos educativos das escolas/agrupamentos (cf. Gráfico 21).

Gráfico 21 - O processo de elaboração do PEM contribuiu para a melhoria de articulação entre os projetos municipais e os projetos educativos das escolas/agrupamentos?

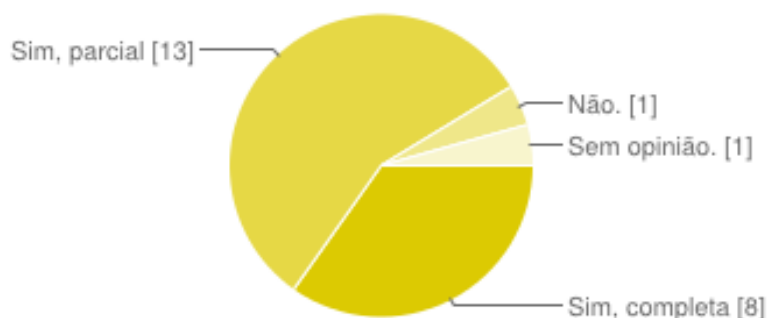


Estes dados parecem revelar que o envolvimento das equipas municipais com as escolas e agrupamentos de escola terá ido para além da mera recolha de dados estatísticos, apontando para dinâmicas de interação mais abrangentes, eventualmente centradas no (re)conhecimento mútuo e na criação de sinergias.

Não podemos, contudo, ignorar que 4 dos parceiros se dividem entre o “Não” e o “Sem opinião”. Este facto, assim como os 48% de respostas ao nível do “Sim, parcialmente”, levam-nos a equacionar a hipótese de, em alguns casos, poder haver ainda margens de melhoria significativas no que toca à articulação entre projetos educativos municipais e projetos educativos de escola.

No que respeita ao contributo do PEM para a articulação de vontades entre o município e os parceiros locais, o perfil de resposta dos parceiros educativos locais assemelha-se, também, ao dos Vereadores. A maioria dos inquiridos refere ter havido impactos a este nível, dividindo-se as respostas afirmativas entre o “Sim, parcialmente” (13 em 23) e o “Sim, completamente” (8 em 23) (cf. Gráfico 22).

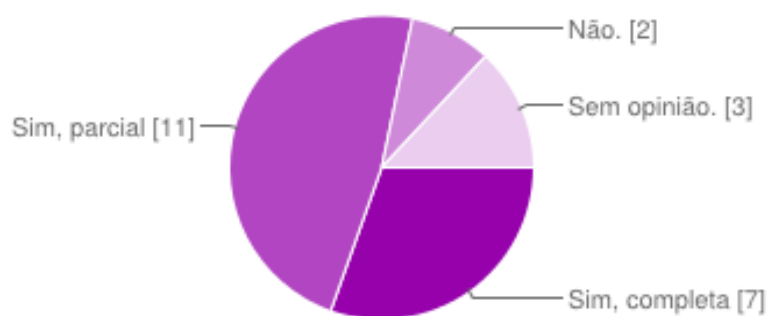
Gráfico 22 - O processo de elaboração do PEM impulsionou uma dinâmica de articulação de vontades entre o município e os parceiros locais?



Estes dados parecem apontar para o facto de o processo de elaboração do PEM ter aparentemente aberto caminho para uma colaboração mais estreita entre os parceiros locais e o município, podendo, contudo, haver a necessidade de cimentar dinâmicas de interação e implicação dos parceiros que permitam uma efetiva articulação de vontades.

Ainda relativamente à participação dos parceiros no processo de elaboração do PEM, a maioria dos inquiridos afirma que esta permitiu parcialmente (11 em 23) ou completamente (7 em 23) um melhor aproveitamento e uma maior racionalização dos recursos mobilizados para o PEM (cf. Gráfico 23).

Gráfico 23 - A participação dos parceiros no processo de elaboração do PEM permitiu um melhor aproveitamento e uma maior racionalização dos recursos mobilizados para o PEM?

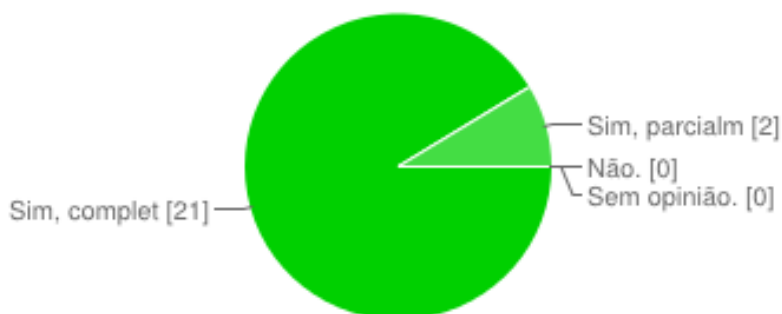


No entanto, 22% das respostas situam-se ao nível do “Não” (2 em 23) e do “Sem opinião” (3 em 23), o que revela que em alguns municípios o objetivo central de racionalização e otimização dos recursos educativos poderá não ter sido atingido.

No que toca às respostas dadas pelos parceiros educativos locais sobre a utilidade e importância do PEM, podemos afirmar que são francamente positivas, sendo que a totalidade

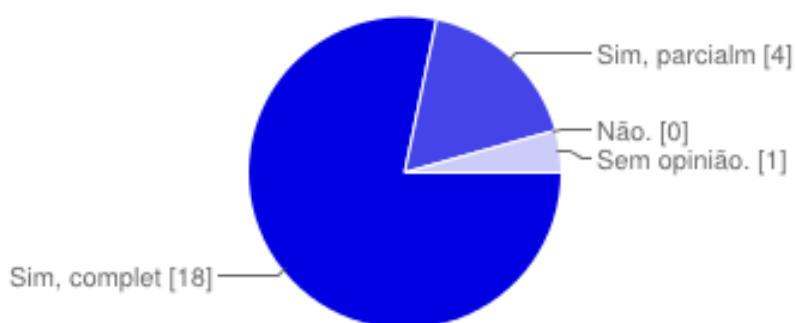
dos inquiridos afirma que o PEM é um instrumento útil para as entidades educativas. Conforme podemos verificar no Gráfico 24, 91% das respostas situam-se ao nível do “Sim, completamente”, o que evidencia um forte reconhecimento do potencial deste documento para o desenvolvimento da educação por parte dos parceiros locais.

Gráfico 24 - Considera que o PEM é um instrumento útil para as entidades educativas e formativas do concelho?



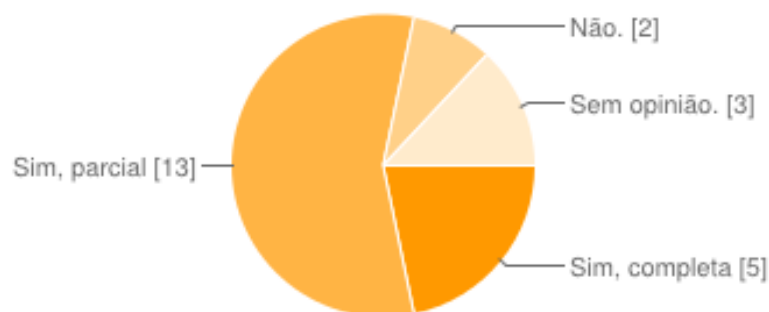
Este reconhecimento é corroborado pelas respostas obtidas para a questão “O documento final produzido é um documento estratégico importante para o desenvolvimento do município?”, que se situam maioritariamente no item de resposta “Sim, completamente” (cf. Gráfico 25).

Gráfico 25 - O documento final produzido é um documento estratégico importante para o desenvolvimento do município?



Apesar do reconhecimento da importância e utilidade do PEM por parte dos parceiros locais, o perfil de resposta não é tão positivo quando questionados sobre o cumprimento dos objetivos do programa PEM. Conforme podemos ver no Gráfico 26, a maioria das respostas situa-se ao nível do “Sim, parcialmente” (13 em 23), havendo 2 respostas negativas e 3 inquiridos que afirmam não ter opinião.

Gráfico 26 - Considera que os objetivos do programa PEM foram alcançados?



Estas respostas encontram-se relativamente alinhadas com as dos interlocutores PEM que também se situam, na sua maioria, ao nível do “Sim, parcialmente”.

Estes dados podem explicar-se pelo facto

ii. Linhas de desenvolvimento futuro e sugestões

À semelhança do que sucede com os interlocutores municipais e com os vereadores, também os parceiros locais indicam como principais linhas a desenvolver a “Promoção do sucesso escolar”, a “Monitorização dos PEM” e a “Gestão integrada da oferta e da procura do Ensino Profissional” (cf. Quadro 10).

Quadro 10 - Síntese das linhas a desenvolver no município como suporte ao processo de implementação do PEM

Linhas a desenvolver (1ª prioridade)	Nº de ocorrências
Promoção do Sucesso Escolar	8
Monitorização do PEM	7
Gestão integrada da oferta e da procura do Ensino Profissional	6
Valorização do Ensino Profissional	1
Gestão integrada da oferta formativa do concelho	1

Quanto às sugestões de projetos para o desenvolvimento estratégico da educação e da formação na AMP, destacam-se as seguintes:

- a) Projetos que visem o envolvimento de toda a comunidade
- b) Articulação PEM, AMP e Redes Sociais

- c) Aprofundamento da articulação interescolas e escolas/município
- d) Projetos de diferenciação pedagógica para a inclusão
- e) Harmonização entre os cursos profissionais e o mundo empresarial
- f) Criação de uma plataforma digital dedicada à partilha de informação e troca de experiências entre todos os municípios

A análise global dos dados obtidos junto dos interlocutores municipais, Vereadores e parceiros educativos permite-nos extrair as seguintes conclusões sobre o processo de elaboração dos Projetos Educativos Municipais (PEM):

- i. De um modo geral o processo de elaboração dos PEM é visto como positivo pelos diferentes grupos de inquiridos, o que confere consistência e validade interna aos resultados.
- ii. O processo de elaboração do PEM parece ter tido um impacto positivo ao nível da articulação entre diferentes setores/departamentos municipais. No entanto, haverá margens de melhoria a este nível, essencialmente no que se refere à necessidade de uma maior articulação entre projetos, ações e/ou programas municipais.
- iii. Os PEM parecem ter sido desenvolvidos, na maioria dos casos, com base numa metodologia participada, tendo sido previstas e aplicadas estratégias de envolvimento dos parceiros educativos locais. Contudo, será necessário desenvolver mecanismos de auscultação e envolvimento sistemático dos parceiros para que, ao longo da implementação dos PEM, possa haver uma efetiva conjugação de vontades e a uma gestão participada dos recursos educativos municipais.
- iv. Os parceiros educativos locais envolvidos no processo de elaboração do PEM foram, na sua maioria, os agrupamentos de escola. A predominância destas instituições é compreensível, dada a importância central de que se reveste a articulação entre projetos educativos de escola e projetos educativos municipais. No entanto, será sensato definir e implementar dinâmicas que permitam um envolvimento mais expressivo de outras instituições de educação e formação, com vista ao desenvolvimento de projetos educativos municipais verdadeiramente

integradores e que se constituam enquanto resposta educativa de qualidade para todos os municípios.

- v. Os dados obtidos sugerem ainda a necessidade de um maior envolvimento e participação dos Conselhos Municipais da Educação nas dinâmicas do PEM, dado que este órgão parece estar subvalorizado no que respeita ao seu potencial ao nível da articulação e integração das políticas educativas municipais. Pode ainda revelar a relativa impertinência da composição do órgão, pelo que se sugere a importância de rever sua a composição e atribuições.
- vi. O processo de elaboração do PEM contribuiu, à luz dos dados recolhidos, para um conhecimento mais rigoroso dos indicadores educativos dos municípios, bem como dos recursos disponíveis, pontos fortes e oportunidades de melhoria. Contudo, os dados obtidos sugerem a necessidade de um maior investimento ao nível da avaliação da eficácia dos programas educativos e formativos já existentes, o que permitirá ao município tomar decisões mais fundamentadas e adequadas relativamente às respostas educativas a manter e/ou implementar.
- vii. Os indicadores do sucesso educativo recolhidos e analisados pela maioria dos municípios referem-se à frequência da população escolar, às taxas de transição e de conclusão, aos resultados dos exames do 4º, 6º, 9º, 11º e 12º ano e à frequência do ensino profissional. A análise realizada pelos diferentes municípios ao nível dos indicadores educativos poderá, contudo, ser enriquecida a partir da integração de outros indicadores que possam contribuir para uma visão mais ampla e consistente da realidade educativa dos municípios.
- viii. O processo de elaboração do PEM promoveu uma dinâmica de coleta de dados sobre práticas de educação e formação nos diversos municípios. No entanto, será necessário consolidar e aprimorar os mecanismos de recolha de dados e realizar esta ação de forma periódica e sistemática, para que os municípios disponham de dados atualizados que lhes permitam ajustar os seus PEM e tomar decisões em tempo útil que possam responder às necessidades identificadas.
- ix. A utilidade e importância do documento final produzido para o desenvolvimento estratégico do município é inequivocamente assumida pela grande maioria dos

respondentes nos três grupos de inquiridos. Estes dados revelam que existem elevadas expectativas no potencial deste documento para uma gestão mais eficaz e estratégica das respostas educativas municipais, com impactos ao nível dos resultados educativos.

- x. Os municípios da Área Metropolitana do Porto (AMP) reconhecem a importância da ação global da Universidade Católica Portuguesa (UCP) para o processo de elaboração dos PEM, valorizando-a nas suas diferentes vertentes.
- xi. Os diferentes grupos de inquiridos são unânimes ao elegerem como linhas de ação a desenvolver como suporte ao processo de implementação dos PEM a Monitorização dos PEM, a Gestão Integrada da Oferta e da Procura do Ensino Profissional e a Promoção do Sucesso Escolar.
- xii. No que respeita a projetos para o desenvolvimento estratégico da educação e formação na AMP, as sugestões feitas pelos diferentes grupos de respondentes podem ser agregadas, essencialmente, em duas grandes linhas:
 - a) Partilha de recursos e boas práticas entre municípios da AMP e realização de iniciativas que permitam pensar a educação numa perspetiva local e metropolitana
 - b) Criação e gestão integrada de uma plataforma metropolitana da Rede Educativa e Formativa, com o objetivo de fazer uma gestão integrada das ofertas educativas na região, em articulação com o tecido empresarial.É de mencionar, ainda a referência à importância da criação de um Observatório Metropolitano da Educação, que permita a monitorização periódica dos processos e resultados educativos na AMP.
- xiii. As respostas que obtivemos aos questionários aplicados permitem-nos perceber que a AMP é vista pelos inquiridos como o espaço por excelência para o debate e reflexão sobre as questões ligadas à educação e formação, bem como para o desenvolvimento de dinâmicas intermunicipais que conduzam ao enriquecimento mútuo e a um desenvolvimento sustentado e integrado da região.

Em suma, partindo da avaliação realizada, podemos dizer que o processo de elaboração dos PEM parece ter lançado as bases para um trabalho mais participado, mais colaborativo e mais

integrado ao nível da educação nos municípios. Contudo, as dinâmicas instituídas com este processo só poderão enraizar-se e dar frutos consistentes ao nível da melhoria das respostas e dos resultados educativos se forem consolidadas na fase de implementação dos PEM. Para tal, revela-se essencial criar mecanismos consistentes de monitorização do PEM, que envolvam efetiva e eficazmente os parceiros educativos locais, criando espaços de reflexão conjunta sobre as ações realizadas e sobre formas de as melhorar e atuando em rede intra e intermunicipal, numa atitude de real implicação e corresponsabilização de todos os parceiros pelos projetos educativos municipais e metropolitano.

A perspetiva da Comissão Executiva Metropolitana da AMP

A preocupação em triangular as percepções de diferentes atores envolvidos no programa de *Elaboração, desenvolvimento e avaliação de projetos educativos municipais e de projeto educativo metropolitano* levou-nos a inquirir, ainda, elementos da Comissão Executiva Metropolitana. Desta forma, foram elaborados dois guiões de entrevista para serem respondidos por escrito pelo Presidente e por uma Assessora da referida Comissão. Os guiões foram construídos pela equipa de gestão do programa e enviados por email em dezembro de 2013 para os destinatários e recolhidos no mesmo mês. As respostas às entrevistas podem ser lidas na íntegra nos Anexos 1 e 2.

Apresenta-se, em seguida, a análise das respostas obtidas.

i. Presidente da Comissão Executiva Metropolitana

Como podemos ver no quadro 11, o processo de elaboração dos PEM é avaliado globalmente pelo Presidente da Comissão Executiva Metropolitana de forma bastante positiva¹¹.

Quadro 11 - Grelha de análise da entrevista ao presidente da comissão executiva metropolitana

Categorias (e subcategorias)	Valoração (+ a ++++)	Unidades de registo
Consecução dos objetivos	++++	1. O principal objetivo foi plenamente atingido. 2. Foi um excelente projeto apoiado pelo QREN no âmbito da nossa candidatura à Capacitação Institucional.

¹¹ Usamos uma escala de valoração entre 1 (+) e 4 (++++), em que 1 significa uma apreciação totalmente negativa na categoria em causa e 4 traduz uma avaliação totalmente positiva em relação à dimensão em análise. A notação 3 (+++) é usada sempre que o interlocutor, embora expresse uma opinião positiva em relação à categoria em avaliação, manifesta alguma limitação no cabal cumprimento da dimensão em causa.

Papel dos consultores do projeto	++++	3.Queríamos que os consultores a contratar fossem capazes de se situar neste contexto e trabalhar em conjunto. Não queríamos sábios. Queríamos que fossem verdadeiras alavancas para o desenvolvimento.
Papel da UCP	++++	4.A melhor proposta foi, sem dúvida, a da Universidade Católica. É conhecida a experiência da Católica e, sobretudo, da sua Faculdade de Psicologia e Educação, no trabalho com as escolas e com alguns municípios.
Dinâmica da evolução do projeto	+++	5.Mais importante, contudo, que a minha opinião, é o testemunho que fomos e vamos ouvindo dos Vereadores e dos Técnicos das Autarquias. De um período inicial de algum receio e, até, desconfiança, por parte de alguns, fomos vendo ultrapassadas essas dúvidas e uma completa adesão ao projeto.
Dimensões e impactos mais positivos <ul style="list-style-type: none"> ➤ Dinâmicas de participação e alavancagem ➤ Redes de confiança 	+++	<p>6.O mais positivo é, sem dúvida, o que fica depois do projeto acabar.</p> <p>Fica o saber partilhar, pensar e planear em conjunto, trabalhar para o mesmo fim. Pode não ficar um documento acabado, aprovado nos vários órgãos do município e das escolas. Mas ficam, sem dúvida, os alicerces de um trabalho que nunca termina – o da educação e da formação.</p> <p>7.Criaram-se parcerias fiáveis e ambientes de trabalho confortáveis. O entrosamento entre os consultores e os vários grupos de trabalho foi conseguido e a confiança foi um dado adquirido.</p> <p>8.É justamente essa a grande riqueza deste trabalho. Não chegámos a impor processos, <i>timings</i>, e resultados. Chegámos, vimos, sentimos, e ajudámos a construir. Quando muito, ajudámos a criar entusiasmo pela partilha e pela definição clara de objetivos.</p>
Fatores críticos <ul style="list-style-type: none"> ➤ Tempo ➤ Calendário eleitoral ➤ Descontinuidade da dinâmica 	++	<p>9.Beneficiariámos todos se tivéssemos um pouco mais de tempo.</p> <p>10. Surge o calendário eleitoral, com novas apostas para a gestão autárquica</p> <p>11.Claro que essa riqueza, que aqui saliento, irá perder-se se não continuar o processo. Se alguém pensa que o projeto educativo municipal está feito, concluído e o arquivar, irá matá-lo, irremediavelmente.</p>

Desafios <ul style="list-style-type: none"> ➤ Continuidade da dinâmica ➤ Aposta na educação e formação 	+++	<p>12.A dinâmica terá que ser mantida, por cada município, desde o ponto em que se encontra e até ao futuro, muito longínquo. O processo educativo nunca acaba e nunca está completo, perfeito. Ele altera-se, forçosamente, com a velocidade do tempo, das novas tecnologias, da cada vez maior comunicação, da globalização.</p> <p>13.Sabemos da predominância que será dada ao desenvolvimento económico, social e à consequente criação de emprego qualificado. Quer isto dizer que será dada uma importância enorme à Educação e à Formação.</p>
---	-----	--

Destacam-se, pela apreciação positiva feita, as categorias relativas à consecução dos objetivos e ao papel da Católica Porto e dos seus consultores no decorrer do programa.

Os impactos mais positivos percecionados situam-se ao nível das dinâmicas de participação e alavancagem desencadeadas pelo programa, capazes de vencer receios iniciais e de criar redes de confiança que permitam dar continuidade ao trabalho iniciado.

Como fatores críticos são apontados a escassez de tempo e o calendário eleitoral, ressalvando-se a necessidade de dar continuidade às dinâmicas iniciadas, sob pena de perder todo o trabalho desenvolvido até ao momento. O grande desafio passa, pois, precisamente por dar continuidade às dinâmicas iniciadas, numa aposta contínua dos municípios na educação e formação como alavanca para o desenvolvimento económico e social.

ii. *Assessora da Comissão Executiva Metropolitana*

A análise da entrevista realizada à assessora da Comissão Executiva Metropolitana permite-nos também traçar uma avaliação bastante positiva do desenvolvimento do programa (cf. Quadro 12).

Quadro 12- Grelha de análise da entrevista à assessora do presidente da comissão executiva metropolitana

Categorias (e subcategorias)	Valoração (+ a ++++)	Unidades de registo
Consecução dos objetivos	+++	1.Considero que de forma gradual e no geral, estes estão a ser atingidos

		<p>2. Gostaria de destacar o envolvimento e comprometimento dos diversos agentes educativos locais na construção do PEM municipal, sendo este um fator determinante para o desenvolvimento e consequente consolidação de parcerias estratégicas, bem como para a consensualização de projetos e políticas educativas locais</p>
<p>Recetividade dos municípios</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Resistência inicial ➤ Positividade ➤ Visão comum 	+++	<p>3. Alguma “resistência” inicial, que foi sendo dissipada com intervenção da AMP e da equipa de consultores da FEP – UCP. Após este período inicial, entendo que o acolhimento do programa foi positivo, tendo os municípios assumido a mais-valia da existência de um referencial comum e articulado entre todos, bem como a construção de um referencial orientador e sistematizador da ação local</p>
<p>Papel da UCP</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Profissionalismo ➤ Disponibilidade ➤ Formação ➤ Relação institucional ➤ Adequação ➤ Plataforma eletrónica 	+++	<p>4.O processo foi conduzido de forma adequada e com elevado profissionalismo pela equipa da FEP-UCP, nas suas diferentes vertentes de coordenação, monitorização e consultoria, sendo de realçar a permanente disponibilidade para fazer ajustamentos ao processo em função das características ou particularidades dos municípios e respetivas equipas técnicas</p> <p>5.O primeiro momento de formação dos técnicos ocorrido na FEP-UCP carecia de um tempo mais alargado de preparação, tal como me foi referido pelos técnicos, no entanto, uma vez mais os condicionalismos temporais poderão ter contribuído para que tal não acontecesse. Será porem um ponto a melhorar,</p> <p>6.Relativamente à AMP, considero que a relação foi exemplar a todos os níveis. Como oportunidade de melhoria, poderá ser relevante a existência de mais momentos de partilha entre as</p>

		<p>equipas técnicas no contexto da AMP, no sentido de fomentar as sinergias e convergências intermunicipais.</p> <p>7.Globalmente, os mecanismos e instrumentos desenvolvidos pela FEP-UCP mostraram-se adequados</p> <p>8.Penso que a plataforma eletrónica foi pouco rentabilizada, enquanto instrumento de partilha intermunicipal, devendo o suporte de base ser no site da AMP para uma maior apropriação pelos municípios das potencialidades desta ferramenta de apoio à construção do PEM.</p>
<p>Referencial do Projeto Educativo Metropolitano</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Satisfação de expectativas ➤ Transversalidade 	+++	<p>9.Globalmente, o referencial vai de encontro às expetativas da AMP, nomeadamente no que se refere aos princípios, objetivos, metodologia, estrutura do projeto e alguns dos eixos estratégicos já identificados</p> <p>10.Penso que o atual referencial deveria já refletir, de forma mais clara, o trabalho desenvolvido pela FEP-UCP com os municípios no âmbito deste programa, por exemplo, com a indicação de uma <i>matrix</i> de indicadores de base transversais a todos, bem como evidenciar a pertinência de consensualizar de projetos e políticas educativas locais e metropolitanas.</p>
<p>Dinâmica da evolução do projeto</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ estratégico 	+++	<p>11.O pressuposto da Educação como “fator de competitividade e de coesão social” e definindo-a como prioridade estratégica metropolitana, considero que o PEM é sem dúvida um dos projetos mais estruturantes e estratégicos para a definição das linhas de atuação de médio e longo prazo da AMP</p>

<p>Dimensões e impactos mais positivos</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Dinâmicas de participação e alavancagem ➤ Redes de confiança ➤ Consensualização ➤ Articulação ➤ Referencialização 	<p>+++</p>	<p>12.Construção de dinâmicas de trabalho baseadas na cooperação e na partilha de informação e práticas entre os vários agentes da comunidade local, o reforço do sentido de pertença e participação na comunidade, a implementação de processos participativos estruturados e consequentes, permitindo o desenvolvimento de sentido de controle e mestria de todos os que são envolvidos no processo.</p> <p>13.A existência de um referencial permite igualmente introduzir mecanismos de avaliação do processo bem como de melhoria contínua pois passa a ter indicadores de base consensualizados, e metas bem definidas</p> <p>14.Vai possibilitar aos municípios uma maior autonomia e eficácia na sua intervenção, a médio e longo prazo, com vista à construção e dinamização de um território educativo coerente, cooperante e socialmente desafiante e inovador</p> <p>15.A nível supramunicipal, este programa permite reforçar o sentido de pertença e identidade metropolitanas, permitindo aos municípios uma leitura mais integrada do território municipal e supramunicipal.</p> <p>16.Irá contribuir para uma menor dependência do “território educativo local” em relação aos períodos eleitorais e às novas equipas políticas locais que tendem a começar tudo de novo pela inexistência de um histórico co-construído da realidade educativa local.</p>
--	------------	---

<p>Fatores críticos</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Tempo ➤ Calendário eleitoral ➤ Implicação política 	<p>++</p>	<p>17. Condicionamento temporal para o desenvolvimento do programa uma vez que seria importante para uma adequada consolidação processo o seu prolongamento por dois anos</p> <p>18.Agravado pela coincidência com o fim do mandato e período eleitoral, o que condicionou também a disponibilidade das equipas técnicas municipais para se apropriarem dos conceitos, metodologias e implementarem o processo</p> <p>19.Apesar da implementação do programa resultar de uma decisão do CMV de educação, nem sempre foi possível ou visível o envolvimento direto dos vereadores no processo, o que seria relevante para a motivação e envolvimento das equipas técnicas.</p>
<p>Desafios</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Continuidade da dinâmica ➤ Aposta na educação e formação ➤ Coesão social 	<p>+++</p>	<p>20.Considero estratégico avançar com a Monitorização e Avaliação dos PEM, uma vez que permitirá reforçar e melhorar as dinâmicas despoletadas com a construção do PEM, e simultaneamente criar condições de motivação e comprometimento para o desenvolvimento do PE Metropolitano.</p> <p>21.A apropriação pelos 17 municípios¹² da relevância do projeto na construção de um território socialmente coeso com o qual se identificam e no qual participam ativamente, terá de ser uma das metas “obrigatórias” a nível metropolitano inserida e articulada com os objetivos e metas definidas pelo programa Horizonte 2020.</p>

¹² A partir de setembro de 2013 o município de Paredes passou a integrar a AMP, constituída agora por 17 municípios.

No que se refere à consecução dos objetivos, destaca-se o envolvimento e comprometimento dos diversos agentes educativos locais que foi possível atingir. Mais uma vez se refere alguma resistência inicial por parte dos municípios, que foi sendo “dissipada com intervenção da AMP e da equipa de consultores da FEP – UCP”. As dimensões e impactos mais positivos referidos são, precisamente, as redes de confiança criadas e os processos de consensualização e de articulação gerados.

Os fatores críticos apontados são, mais uma vez, o tempo e o calendário eleitoral que “condicionou também a disponibilidade das equipas técnicas municipais para se apropriarem dos conceitos, metodologias e implementarem o processo”.

Também ao nível dos desafios futuros, a perceção da entrevistada é semelhante à do Presidente da Comissão Executiva, colocando-se a ênfase na importância vital da continuidade das dinâmicas iniciadas, apostando na educação e formação como alavanca para a coesão social da AMP.

Avaliação das iniciativas de formação desenvolvidas pela Católica Porto

Como suporte ao processo de elaboração dos PEM a Católica Porto realizou quatro iniciativas de formação (cf. Apêndice 5), designadamente:

- i. Jornada de Formação técnico-científica (6 de dezembro de 2012)
- ii. Seminário Internacional “Projetos Educativos Municipais – Dinâmicas de construção, implementação e monitorização” (23 e 24 de janeiro de 2013)
- iii. Seminário Internacional “Projetos Inovadores em Educação e Formação – Dinâmicas de Participação, Implicação e Inovação Social” (27 e 28 de maio de 2013)
- iv. Jornadas de Formação – Metas, modos de avaliação e redes de cooperação” (1 e 2 de julho de 2013)

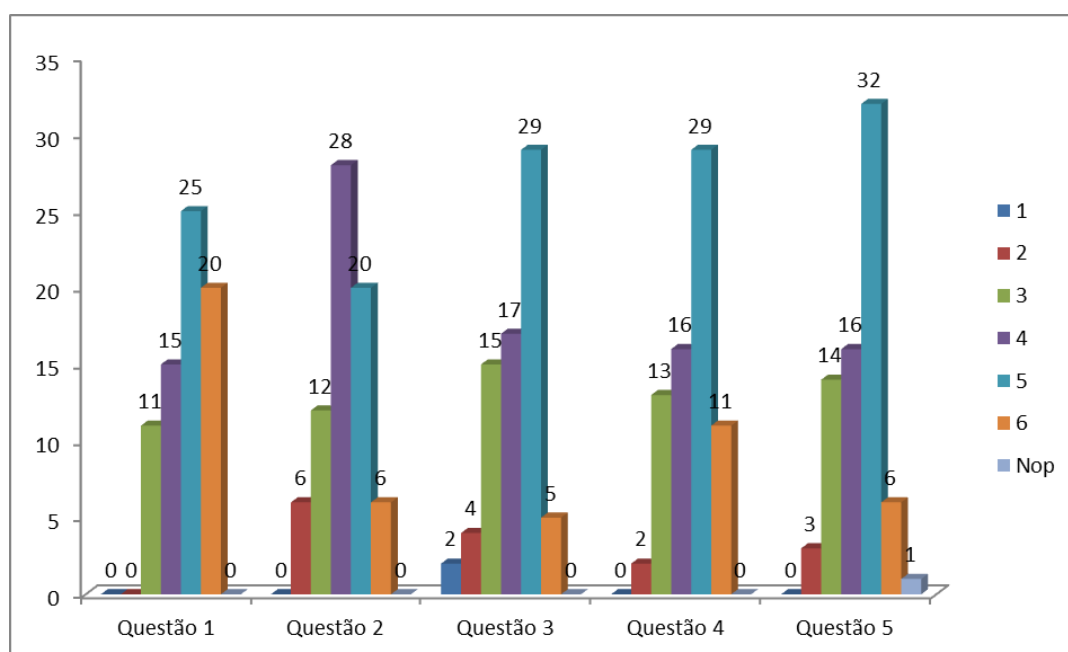
As iniciativas referidas foram submetidas a um processo de avaliação a partir da distribuição de questionários de satisfação a todos os participantes (Cf. Apêndice 8).

Apresentam-se, em seguida, os dados relativos à avaliação da organização destas iniciativas, resultantes do tratamento estatístico simples das respostas obtidas com recurso ao *software* Microsoft Excel.

i. *Jornada de Formação Técnico-científica*

Como podemos ver no gráfico 27, a Jornada de Formação técnico-científica foi avaliada de forma bastante positiva, situando-se a maioria das respostas ao nível do 5, numa escala de 1 a 6. Na apreciação global (questão 5), apesar de haver alguma dispersão de respostas, 44,4% dos respondentes situam-se no nível 5 e 8,3% no nível 6, o que demonstra um elevado grau de satisfação da maioria dos participantes com esta iniciativa.

Gráfico 27 - Avaliação da Jornada de Formação Técnico-científica (Organização das Jornadas)_N=73



Legenda:

Questões

1 - Os objectivos são claros | 2 - As jornadas estão bem organizadas | 3 - A participação foi bem gerida | 4 - A abordagem dos assuntos é clara | 5 - Globalmente fiquei satisfeito (a) com estas jornadas

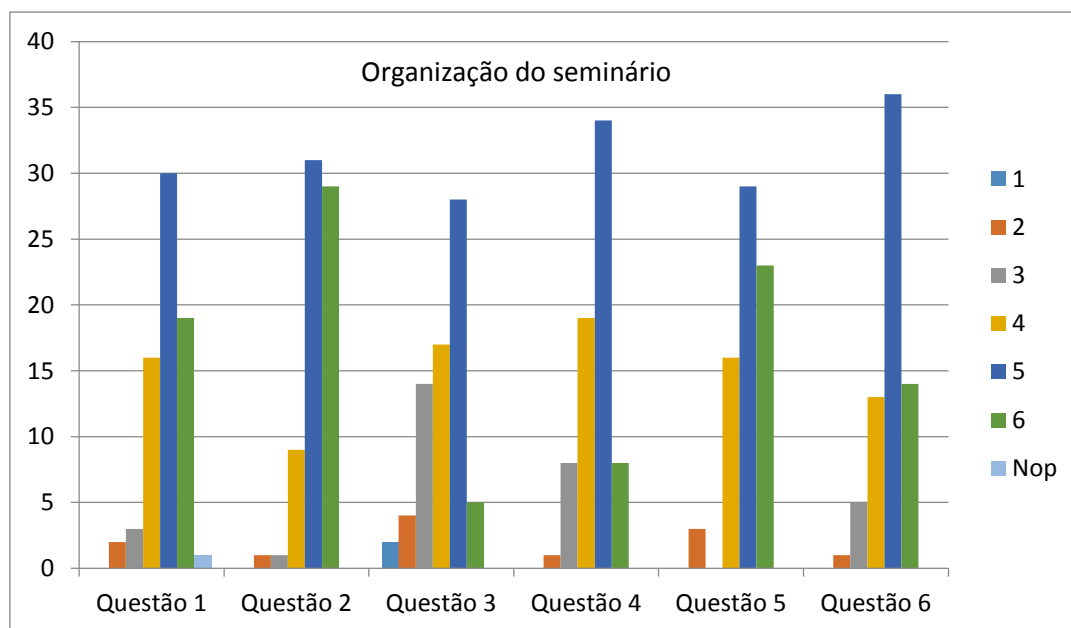
Escala de resposta

1 = Nada | 6 = Totalmente | Nop = Sem opinião ou sem informação suficiente para avaliar

ii. *Seminário Internacional “Projetos Educativos Municipais – Dinâmicas de construção, implementação e monitorização”*

Esta é a iniciativa melhor avaliada, sendo que a maioria das respostas às seis questões colocadas se situa no nível 5, numa escala de 1 a 6 (cf. Gráfico 28).

Gráfico 28 - Avaliação do Seminário Internacional “Projetos Educativos Municipais – Dinâmicas de construção, implementação e monitorização” _N=71



Legenda:

Questões

1. Os objectivos são claros | 2. O seminário está bem organizado | 3. As intervenções foram bem geridas | 4. A abordagem dos assuntos é clara | 5. As temáticas foram pertinentes | 6. Globalmente fiquei satisfeito (a) com este seminário

Escala de resposta

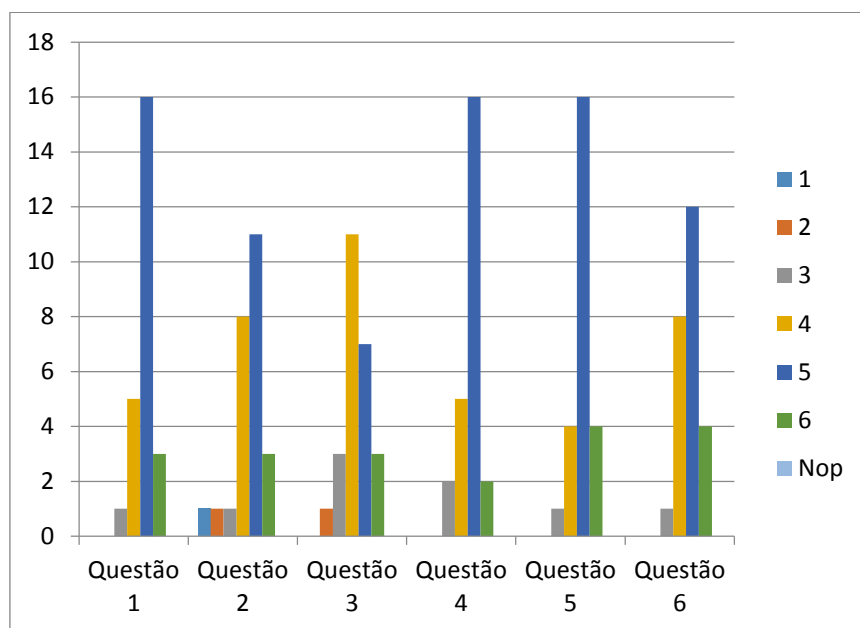
1 = Nada | 6 = Totalmente | Nop = Sem opinião ou sem informação suficiente para avaliar

A apreciação global (questão 6) é francamente positiva, com 70,4% das respostas nos níveis 5 e 6.

iii. Seminário Internacional “Projetos Inovadores em Educação e Formação – Dinâmicas de Participação, Implicação e Inovação Social”

Como podemos observar no gráfico 29, mantém-se a tendência para uma avaliação bastante positiva, situando-se a maioria das respostas no nível 5, numa escala de 1 a 6, em praticamente todas as questões.

Gráfico 29 - Avaliação do Seminário Internacional “Projetos Inovadores em Educação e Formação – Dinâmicas de Participação, Implicação e Inovação Social”_N=25



Legenda:

Questões

1. Os objectivos são claros | 2. O seminário está bem organizado | 3. As intervenções foram bem geridas | 4. A abordagem dos assuntos é clara | 5. As temáticas foram pertinentes | 6. Globalmente fiquei satisfeito (a) com este seminário

Escala de resposta

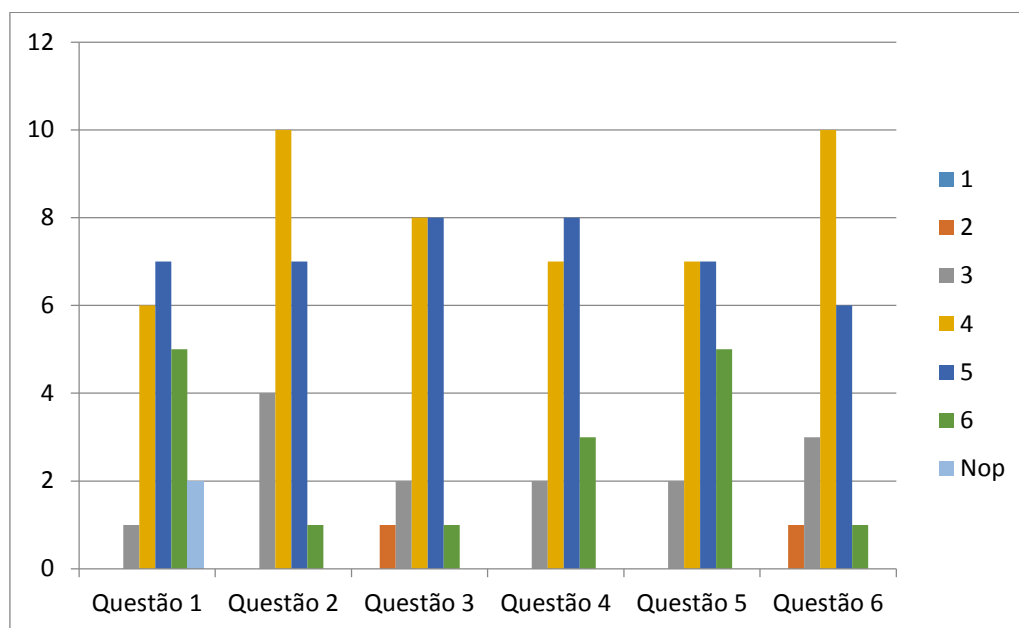
1 = Nada | 6 = Totalmente | Nop = Sem opinião ou sem informação suficiente para avaliar

A única questão cuja maioria das respostas se situa abaixo do 5 prende-se com a gestão das intervenções, o que poderá decorrer de alguma dificuldade no cumprimento dos horários previamente estabelecidos.

iv. Jornadas de Formação – “Metas, modos de avaliação e redes de cooperação”

Esta iniciativa, apesar de apresentar também uma avaliação positiva, é a menos bem avaliada. A maioria das respostas situa-se, em todas as questões, nos níveis 4 ou 5, numa escala de 1 a 6 (cf. Gráfico 30).

Gráfico 30 - Avaliação das Jornadas de Formação “Metas, modos de avaliação e redes de cooperação”_N=23



Legenda:

Questões

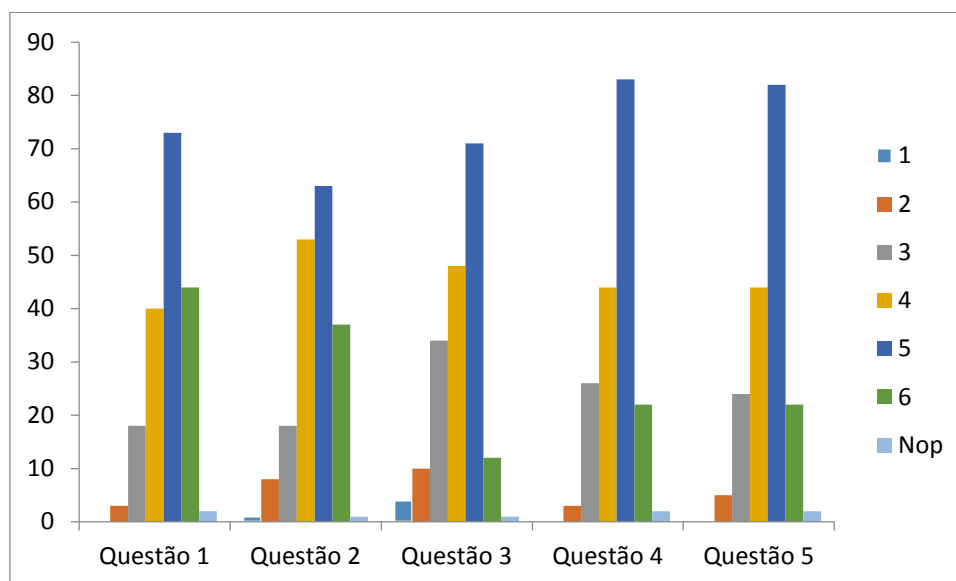
1. Os objectivos são claros | 2. O seminário está bem organizado | 3. As intervenções foram bem geridas | 4. A abordagem dos assuntos é clara | 5. As temáticas foram pertinentes | 6. Globalmente fiquei satisfeito (a) com este seminário

Escala de resposta

1 = Nada | 6 = Totalmente | Nop = Sem opinião ou sem informação suficiente para avaliar

Partindo dos dados apresentados é possível fazer uma avaliação global francamente positiva das iniciativas de formação realizadas pela Católica Porto no âmbito do programa de *Elaboração, Desenvolvimento e Avaliação de Projetos Educativos Municipais e de Projeto Educativo Metropolitano*, conforme podemos ver no gráfico 31.

Gráfico 31- Avaliação global das iniciativas desenvolvidas pela Católica Porto no âmbito do PEM_N=191¹³



Legenda:

Questões

1. Os objectivos são claros | 2. A iniciativa foi bem organizada | 3. As intervenções foram bem geridas | 4. A abordagem dos assuntos foi clara | 5. Globalmente fiquei satisfeito (a) com estas jornadas / com este seminário

Escala de resposta

1 = Nada | 6 = Totalmente | Nop = Sem opinião ou sem informação suficiente para avaliar

Pelo exposto, parece-nos legítimo afirmar que os processos desencadeados no âmbito da elaboração dos Projetos Educativos Municipais são percepcionados pelos agentes diretamente envolvidos como tendencialmente positivos e promotores de dinâmicas de trabalho intra e intermunicípios mais coerentes e consistentes no que respeita ao campo da Educação e Formação.

¹³ Gráfico construído a partir do cálculo da média aritmética simples das respostas obtidas para cada uma das questões nas quatro iniciativas realizadas

VIII. Avaliação dos Produtos¹⁴

Com o lançamento do programa de *elaboração, desenvolvimento e avaliação de projetos educativos municipais e de um projeto educativo metropolitano* a Junta Metropolitana do Porto desafiou os seus municípios a congregar a ação educativa comum à AMP. Este desafio comportava a construção coletiva de uma identidade assente na singularidade de cada território e exigia vontades individuais e coletivas ativadas no interior do município e em interação com os demais.

A congregação dessa vontade no respeito das singularidades aconselhava um processo de aprofundamento do autoconhecimento nas dimensões da vida social, económica, cultural e educativa e a antevisão de um estado de coisas distinto e desejável, porque melhor.

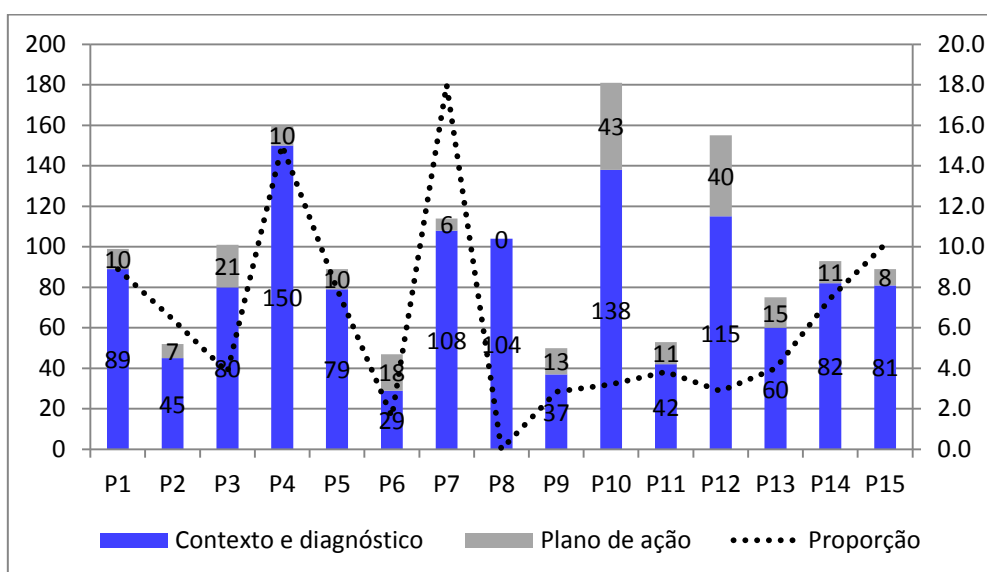
Ao lançar a ideia de um *Projeto Educativo Metropolitano*, a Junta Metropolitana do Porto criou um *Programa* que pressupunha e exigia a *Elaboração, Desenvolvimento e Avaliação dos Projetos Educativos Municipais*, que fossem fator de desenvolvimento de cada território concelhio e inspirasse e catalisasse a ação dos atores locais.

Beneficiando de um referencial comum elaborado pela Faculdade de Educação e Psicologia da Católica Porto, no âmbito do mesmo *Programa*, em 2012/2013, cada um dos 16 Municípios da Área Metropolitana do Porto elaborou o seu Projeto Educativo Municipal (PEM), estruturando-o em torno de duas grandes partes: a primeira sobre o contexto e diagnóstico e a segunda sobre o plano de ação.

O presente capítulo dá conta da análise dos quinze PEM que foi possível recolher até finais de outubro de 2013. Deve, no entanto, ressaltar-se que à data da elaboração desta análise, um deles estava ainda em fase de construção e apresentava elementos apenas relativos ao contexto e diagnóstico e que, comparando os quinze projetos recebidos, torna-se evidente uma desigualdade seja na extensão dos diferentes projetos relativamente ao contexto e diagnóstico (entre 29 e 150 páginas) e ao plano de ação (entre 6 e 43 páginas), seja na sua proporção entre estas duas partes (108 p./6 p. e 29 p./18 p.) – Ver Gráfico 32.

¹⁴ Este capítulo teve como coautor José Pedro Amorim, a quem se agradece a colaboração.

Gráfico 32 - Contexto e diagnóstico e plano de ação¹⁵



A nossa análise dos projetos educativos municipais visa assinalar as fontes de legitimidade e legitimação dos projetos locais, conhecer os principais itens considerados para a caracterização do contexto e elaboração do diagnóstico da educação no território concelhio e compreender os principais eixos de ação que vertebram os projetos educativos, bem como as diretrizes que são estabelecidas para o seu desenvolvimento e monitorização.

Este capítulo estrutura-se, assim, em três partes. Na primeira parte, debruça-se sobre a justificação de cada projeto para a sua emergência e implementação. Na segunda parte, identifica o diagnóstico estratégico dos distintos municípios no que respeita ao território, à população, à economia e à educação formal e não formal. Na terceira parte, analisa os planos de ação elaborados por cada município, destacando os principais eixos e estratégias de intervenção e clarificando o processo de acompanhamento e monitorização dos projetos educativos municipais.

Por fim, apresenta-se uma síntese conclusiva com vista à melhoria do processo de construção dos projetos educativos territoriais.

A apresentação e justificação dos projetos educativos municipais

As medidas de outorga de autonomia às escolas, de incremento da participação dos pais e encarregados de educação na contextualização das políticas nacionais e de transferência de

¹⁵ O eixo das ordenadas (y) principal (eixo vertical do lado esquerdo) refere-se ao número de páginas. O eixo das ordenadas (y) secundário (eixo vertical do lado direito) está relacionado com a "proporção" entre o número de páginas dedicadas ao "contexto e diagnóstico" e o número de páginas do "plano de ação". P1, por exemplo, dedica 89 páginas ao "contexto e diagnóstico" e 10 ao "plano de ação", logo, neste projeto, a "proporção" é de 8,9, conforme mostra a linha tracejada.

competências para as autarquias na área da educação e do ensino correspondem a uma alteração significativa dos processos de administração do sistema educativo (Wutmacher, 1992) justificada pelo crescimento exponencial do sistema educativo português, a complexidade das situações geradas pela heterogeneidade (individual, social e cultural) dos alunos, a quebra de confiança na transição entre educação e emprego, as restrições orçamentais decorrentes da crise económica e os disfuncionamentos burocráticos do aparelho administrativo do Estado.

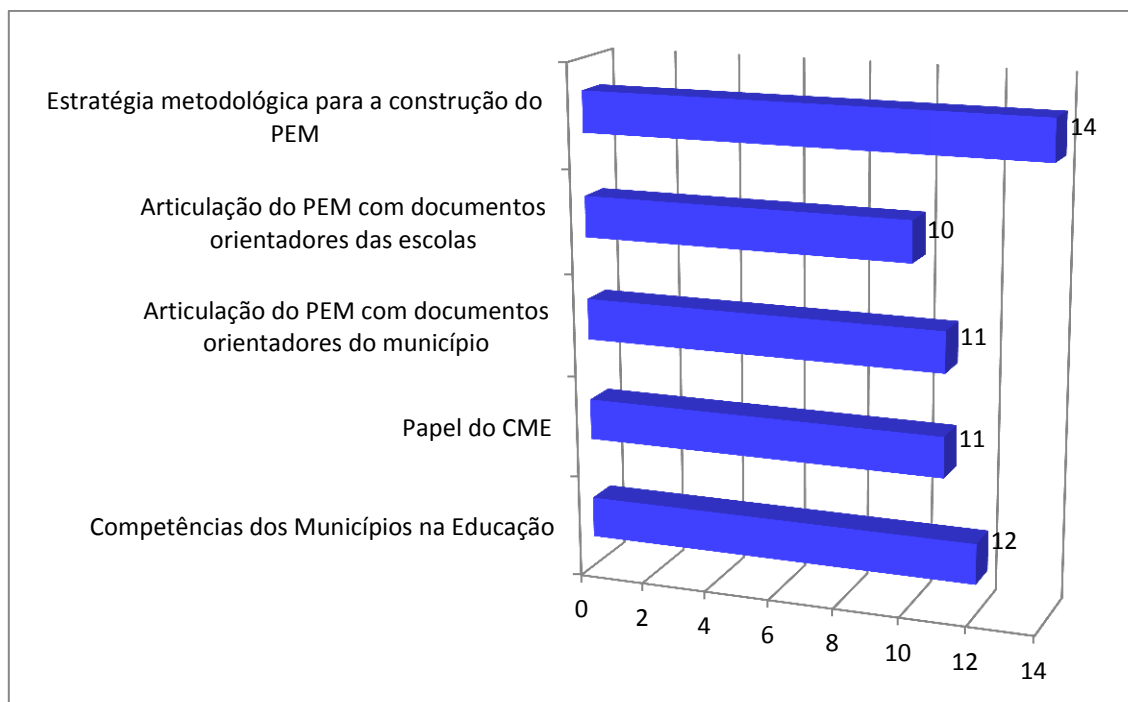
No entanto, o processo de territorialização das políticas educativas não se resume apenas à dimensão jurídico-administrativa inerente ao processo de transferência de poderes entre o Estado e as autarquias e/ou as escolas, nem à simples modernização da administração pública, porquanto a territorialização "implica um conjunto de opções que têm por pano de fundo um conflito de legitimidades entre o Estado e a Sociedade, entre o público e o privado, entre o interesse comum e os interesses individuais, entre o Central e o Local" (Barroso, 1996, p. 11). Estas implicações do processo de territorialização fazem dela um fenómeno político, no qual é possível ver um instrumento para aliviar o Estado através da introdução de uma lógica de mercado, um dispositivo de transferência para as periferias da gestão das contradições que o centralismo não consegue resolver e um processo de perpetuação do poder do Estado através do controlo baseado nos resultados. Mas, como assinala João Barroso (1996, p. 11-12), também permitem ver nesse fenómeno político "um processo de apropriação, por uma determinada comunidade, de diversos espaços sociais" e nele realçar as finalidades de contextualização das políticas e da ação educativa, de conciliação do interesse público e satisfação dos alunos e das famílias, de implicação dos atores educativos locais na definição e execução das políticas educativas, e de estabelecimento de uma relação negociada e contratual, baseada na desmultiplicação e "horizontalidade" dos controlos (centrais e locais).

Se a territorialização das políticas educativas é uma necessidade para o Estado, que altera a conceção sobre o lugar do município e, em geral, de outros atores locais na promoção e apoio das atividades educativas dirigidas às populações que habitam o território local (Fernandes, 2005), a descoberta do papel educativo dos municípios na educação e a valorização da participação das instituições e dos cidadãos na política educativa fazem da territorialização igualmente uma possibilidade para as escolas, as autarquias e as comunidades que elas servem.

Os projetos educativos municipais em análise alicerçam a sua razão de ser na legitimidade granjeada pelo município no exercício das suas competências (doze PEM assumem esta referência) e na sua ação para além do legislativo, bem como no papel do Conselho Municipal de Educação (onze PEM fazem este reconhecimento) enquanto instância de coordenação e

consulta nesta área de ação. Onze projetos realçam a articulação do PEM com os instrumentos de planeamento do município, sobretudo a carta educativa e a carta social (e até a sua continuidade relativamente a projeto educativo local anterior e correspondentes planos anuais de atividades), enquanto dez referem a articulação do PEM com os documentos orientadores das escolas. A sua apresentação completa-se com a descrição da estratégia metodológica usada para a sua construção (catorze PEM) – Ver Gráfico 33.

Gráfico 33 - Legitimação do PEM



A centralidade do Município e o papel do Conselho Municipal de Educação

Doze projetos são iniciados com uma introdução que refere de forma mais sucinta ou mais desenvolvida as competências dos municípios na educação, referindo como marcos significativos o Decreto-Lei nº 77/84, de 8 de março, e a Lei nº 159/99, de 14 de setembro ¹⁶. Esta última Lei prevê ainda que o poder local seja reforçado pela "transferência de competências não universais mediante contratualização entre os departamentos da administração central competentes e todos os municípios interessados e assenta em tipologia contratual e identificação padronizada de custos, de acordo com a atividade a transferir" (Lei nº 159/99, de 14 de setembro, art.º 6º, nº 3). O objetivo é "contratualizar com os municípios a resolução dos problemas e a redução das assimetrias que subsistem na prestação do serviço

¹⁶ A Lei nº 75/2013 de 12 de setembro vem alterar o quadro normativo em vigor e estabelecer o regime jurídico das autarquias locais, aprovando ainda o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprovando o regime jurídico do associativismo autárquico.

educativo" nomeadamente as competências a descentralizar respeitantes "ao pessoal não docente do ensino básico, ao fornecimento de refeições e apoio ao prolongamento de horário na educação pré-escolar, às atividades de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do ensino básico, à gestão do parque escolar e à ação social nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico" (Decreto-Lei nº 144/2008, de 28 de julho, Preâmbulo).

Como assinalam os quinze projetos, a cooperação dos municípios vinha já sendo requerida para o desenvolvimento de atividades de apoio às famílias na educação pré-escolar, na implementação do programa de generalização do ensino do inglês a partir do 1º ciclo do ensino básico (Despacho nº 14753/2005, de 5 de Julho) e na promoção de outras atividades de enriquecimento curricular (Despacho nº 12591/2006, de 16 de Junho, e Despacho nº 14460/2008, de 26 de Maio) neste nível de ensino.

Alguns projetos realçam ainda a ação do município para além do legalmente definido (Fernandes, 2005 e Pinhal, 2004) e onze sublinham o papel do Conselho Municipal de Educação enquanto instância local de coordenação e consulta nesta área de ação, que, em alguns casos, sucede a um "conselho local" já constituído por iniciativa do município como "estrutura de participação dos diversos agentes e parceiros sociais com vista à articulação da política educativa com outras políticas sociais" (Decreto-Lei nº 115-A/98, de 4 de maio, artº 2º).

De acordo com o Decreto-Lei nº 7/2003, de 15 de janeiro, a este órgão compete deliberar sobre o acompanhamento do processo de elaboração e de atualização da carta educativa, a apreciação dos projetos educativos a desenvolver no município, a adequação das modalidades de ação social escolar (nomeadamente apoios educativos, transportes escolares e alimentação) às necessidades locais, intervenções de qualificação e requalificação do parque escolar, programas e ações de prevenção e segurança dos espaços escolares e seus acessos e medidas de desenvolvimento educativo (apoio a crianças e jovens com necessidades educativas especiais, organização de atividades de complemento curricular, qualificação escolar e profissional dos jovens e promoção de ofertas de formação ao longo da vida, desenvolvimento do desporto escolar, bem como apoio a iniciativas relevantes de carácter cultural, artístico, desportivo, de preservação do ambiente e de educação para a cidadania). Compete-lhe ainda analisar o funcionamento dos estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino (características e adequação das instalações, desempenho do pessoal docente e não docente e assiduidade e sucesso escolar das crianças e alunos), refletir sobre as causas das situações analisadas e propor as ações adequadas à promoção da eficiência e eficácia do sistema educativo (art.º 4º, nºs 1 e 2).

Neste sentido, os quinze projetos educativos municipais referem o importante papel do Conselho Municipal de Educação na elaboração, implementação e avaliação do projeto educativo municipal e onze assinalam a articulação deste com os instrumentos de planeamento do município, sobretudo a carta educativa e a carta social (e até a sua continuidade relativamente a projeto educativo local anterior e correspondentes planos anuais de atividades)¹⁷.

A perspetiva da Cidade Educadora e a autonomia das instituições educativas

A efetivação de uma política educativa local requer a possibilidade de elaboração de projetos educativos locais mobilizadores dos agentes e dos recursos necessários para a sua concretização, implica que o seu âmbito de atuação vá para além das modalidades escolares de formação e inclua intervenções noutros domínios com influência educativa (programas culturais, equipamentos coletivos, arquitetura e ambiente urbano), exige uma organização flexível de serviços e de projetos e respeitadora das diversidades existentes e da autonomia das instituições e deve conduzir à criação de um "fórum de participação local" onde se expressem as diferentes perspetivas e se construam consensos básicos para o projeto educativo local (Fernandes, 2005).

Esta abordagem reflete-se atualmente nas políticas educativas de muitos municípios, cuja ação não se resume apenas à educação formal escolar e inclui a "intervenção em projetos de educação não formal dirigidos a uma pluralidade de pessoas, que não apenas os alunos das escolas ou dos programas de ordenamento do território municipal e de intervenção económica, cultural e social desenvolvidos pelos municípios" (Fernandes, 2005, p. 211).

É de realçar que oito Projetos assumem explicitamente a perspetiva da Cidade Educadora, ideia-projeto que realça a potência educativa da Cidade e a intencionalidade educativa da ação social, cultural e educativa do município (Machado, 2004). Na verdade, o Projeto Educativo Municipal visa interligar o conhecimento existente no território concelhio, potenciar as sinergias das entidades com valências educativas, articular as ofertas educativas existentes, criar respostas integradas e integradoras, perspetivar uma política educativa comum, definir uma visão estratégica conjunta e promover o desenvolvimento sustentado através da melhoria das condições de educação de todos os cidadãos (P1, P3, P4, P5, P7, P11, P12).

A perspetiva da Cidade Educadora não faz esgotar os espaços e tempos educativos nos espaços e tempos de educação escolar e, por isso, reveste-se de particular significado que dois

¹⁷ Note-se, no entanto, como se referiu supra, que nem sempre os planos de *orientação da ação* coincidem com a *ação*. Como se assinalou no capítulo anterior, os diversos questionários administrados a vários interlocutores revelam que a participação dos CME é, em geral, débil e difusa.

terços (dez) dos projetos analisados se refiram expressamente à articulação do PEM com os projetos educativos das escolas e dos agrupamentos (PEE/A). E se um apenas o enuncia em título (P13), outro analisa mesmo os PEE/A, assinalando-lhes os pontos de análise e problemas, linhas de ação e objetivos estratégicos comuns e as particularidades (P12). De algum modo, na prática estes projetos visam esbater eventuais resistências e reservas dos professores a um maior protagonismo local na educação e à eventual perda de autonomia, que estão na base da distância que tradicionalmente mantiveram em relação ao território local, onde as escolas estavam colocadas como extensões locais do poder central (Fernandes, 2005).

Aqui para a nossa análise, importa sobretudo assinalar a relação prevista entre os projetos educativos que se desenvolvem no território concelhio e os argumentos mobilizados nos PEM analisados. Aí afirma-se a compatibilidade entre a abrangência (âmbito, instituições, processos e agentes educativos) do PEM e a orientação pedagógica, a identidade e a marca distintiva de cada escola ou agrupamento (P4, P5, P6, P10, P12), a ação congregadora e potenciadora do PEM e a criação de sinergias para o desenvolvimento dos PEE/A (P4, P5, P6, P8, P10, P11), bem como se afirma os PEE/A como fornecedores de informação para a elaboração do PEM e inspiradores dos respetivos planos de ação (P10, P12). De igual modo, nega-se (a partícula negativa "não" aparece seis vezes) a intenção de diminuir a autonomia pedagógica ou administrativa das escolas e agrupamentos, bem como qualquer movimento de uniformização dos PEE/A ou alienação da sua individualidade (P4, P5, P6, P8) e afirma-se um patamar superior da ação educativa local mais integrada. Afirma-se também a opção pela participação mais alargada, a consideração das instituições educativas como parceiros privilegiados e o respeito pela sua autonomia (P5, P10, P12) de forma a integrar todos os projetos educativos e permitir que eles se revejam num território educador (em que a educação e a formação podem acontecer dentro e fora da escola) e, ainda, num espaço educativo local, que promove experiências enriquecedoras, rendibiliza recursos e impulsiona o desenvolvimento cívico e comunitário (Barroso, 1999).

Na verdade, nas últimas décadas os municípios portugueses têm alargado a sua intervenção e hoje são "um parceiro incontornável da política educativa e começam a assumir iniciativas para além da educação formal que configuram uma intervenção do tipo da preconizada pelas abordagens sobre a cidade educadora", perspetiva esta que potencia a promoção de "uma política educativa local flexível e atenta às potencialidades e solicitações das populações do seu território envolvente" e estimula redes de colaborações para lhes dar respostas (Fernandes, 2005, p. 221).

Estratégia metodológica e abrangência do projeto educativo

Catorze dos quinze projetos ou fontes¹⁸ referem a estratégia metodológica, mas, conforme se apresenta no Quadro 13, apenas onze identificam as entidades convocadas para a construção dos PEM. Ou seja, quatro PEM não foram considerados nesta análise setorial ou porque a secção relativa à “Estratégia metodológica” está em branco (P2, P8 e P11), ou porque a informação registada não é suficientemente pormenorizada para permitir uma codificação: “foram auscultadas todas as instituições e agentes educativos sobre o documento originado e procedeu-se à recolha dos respetivos contributos” (P9).

Estes onze projetos permitiram a codificação de 212 referências. É importante notar, não obstante, que a análise que aqui se expõe tem em consideração o número de fontes em que surge determinada categoria ou subcategoria, e não o número de referências, uma vez que algumas categorias e subcategorias surgem quer no singular quer no plural (por exemplo, agrupamento ou agrupamentos de escolas). Não se pode depreender, por isso, que um maior número de referências corresponde efetivamente a um maior número de entidades convocadas. Optamos, por conseguinte, por privilegiar a ocorrência, ou não, das categorias e das subcategorias num determinado projeto (ou fonte).

Quadro 13 - Entidades referidas: árvore de categorias, subcategorias e número de fontes

	Fontes
Entidades referidas	11
Ação social	6
Câmaras municipais e juntas de freguesia	9
CLAS	1
Conselhos municipais de educação	2
Juntas de freguesia	4
Serviços das Câmaras Municipais	7
Educação e formação de adultos	5
Centros de formação	3
Centros Novas Oportunidades	3
Ensino superior	1
Outras entidades	1
Universidades seniores	2
Escolas	10
Estudantes	2
Pais e encarregados de educação	7
Rede privada	7
Educação pré-escolar (privado)	5
Ensino básico (privado)	5
Ensino profissional (privado)	4

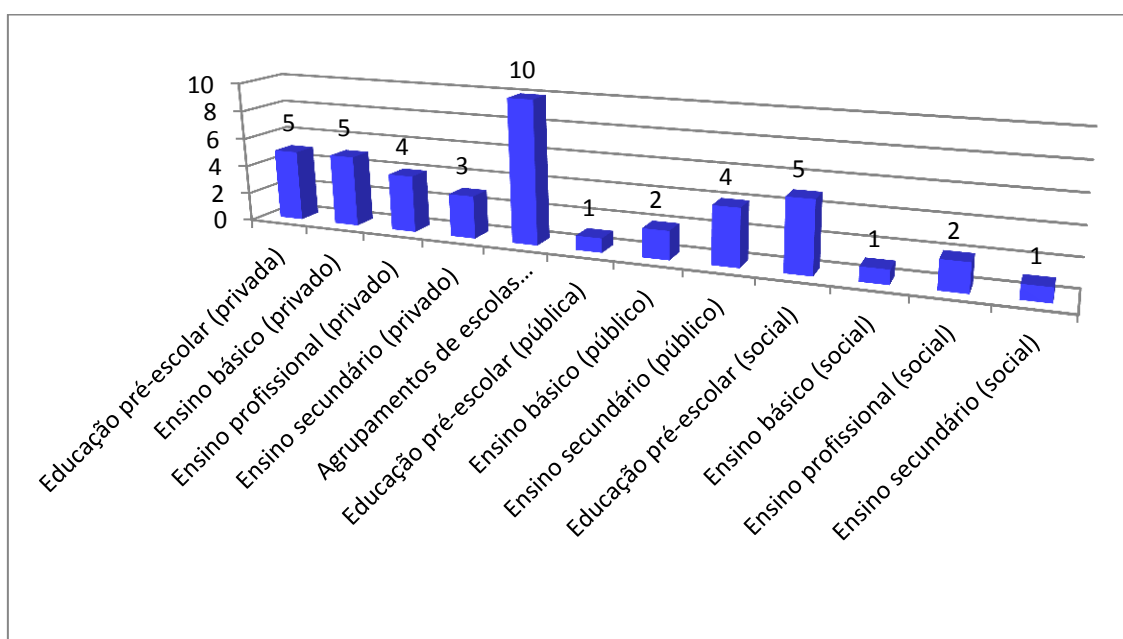
¹⁸ A análise foi realizada com recurso ao programa NVivo 9, no qual os documentos são designados de “sources” ou fontes.

Ensino secundário (privado)	3
Rede pública	10
Agrupamentos de escolas	10
Educação pré-escolar (público)	1
Ensino básico (público)	2
Ensino secundário (público)	4
Rede social	5
Educação pré-escolar (social)	5
Ensino básico (social)	1
Ensino profissional (social)	2
Ensino secundário (social)	1
Organismos públicos	6
Centros de Saúde	2
CPCJ	4
Forças de segurança	2
IEFP	4
Segurança Social	1
Outros	6
Comércio e indústria	4
Cultura e património	3
Desporto	2
Diversos	2
Partidos políticos e juventudes partidárias	2

As entidades mais referidas são as “**escolas**” (que incluem as associações de estudantes e de pais), uma vez que surgem em dez dos onze PEM codificados. A categoria “escolas” é composta por cinco subcategorias, sendo a mais representada a “rede pública” (em dez PEM), além da “rede privada” e dos “pais e encarregados de educação” (em sete). Se se considerar o conjunto das três redes de escolas — pública, privada e social —, verifica-se a preponderância inequívoca dos “agrupamentos de escola” (referidos em dez PEM). No âmbito da “rede privada”, ainda que a “educação pré-escolar”¹⁹ e o “ensino básico” obtenham os valores mais elevados (cinco PEM), observa-se um equilíbrio muito significativo, já que o “ensino profissional” está presente em quatro PEM e o “ensino secundário” em três. Já na “rede social”, há um grande desequilíbrio a favor da educação “pré-escolar” (cf. também Gráfico 34).

¹⁹ Em algumas das referências, as entidades possuem creche, além de jardim de infância.

Gráfico 34 - Análise pormenorizada das redes de escola



Depois das “escolas”, o **poder autárquico** surge como a categoria mais destacada, sendo referido em nove projetos. A este nível, são sobretudo mencionados os serviços, departamentos e unidades orgânicas das “câmaras municipais” (em sete PEM), mas também as “juntas de freguesia” (em quatro), os “conselhos municipais de educação” (em dois) e, finalmente, o “Conselho Local de Ação Social” (CLAS, em apenas um PEM).

O terceiro grupo de categorias, referidas em seis PEM, engloba a “**ação social**”, os “organismos públicos” e os “outros”, entre os quais se incluíram as associações comerciais e industriais, culturais e recreativas, desportivas, etc. Entre os “**organismos públicos**”, têm especial relevo as “Comissões de Proteção de Crianças e Jovens em risco” (CPCJ) e o “Instituto do Emprego e Formação Profissional” (IEFP) (presentes ambos em quatro PEM). Entre as **associações**, sobressaem aquelas relacionadas com o “comércio e indústria” (quatro PEM).

Em quarto lugar, aparece a categoria “**educação e formação de adultos**” (em cinco PEM), mormente representada pelos “centros de formação” e pelos “Centros Novas Oportunidades” (ambos referidos em três PEM).

Há ainda dois PEM que referem a participação de “**partidos políticos e juventudes partidárias**”.

Deste modo, é de sublinhar o envolvimento muito expressivo das escolas públicas, através dos agrupamentos de escolas, em contraste com outras entidades, votadas que sejam à ação social ou à educação de adultos, por exemplo. Com base apenas nas referências explícitas às entidades e à sua natureza, poderia pôr-se a hipótese de a mobilização de participantes se ter

centrado sobretudo nas escolas, reduzindo o alcance das expressões “todas as entidades”, “todas as instituições”, “todas as modalidades”, “todos os agentes educativos” ou “todos os interessados”, utilizadas, sem reservas, na maioria dos projetos analisados (P1, P3, P4, P5, P6, P7, P9, P10, P12, P13, P14, P15).

No que diz respeito às formas de participação, são doze os PEM que apresentaram informação válida, porque, como antes se diz, em três (P2, P8 e P11), esta secção não foi redigida. Conquanto tenham sido 66 as referências codificadas, a nossa análise foca-se, como anteriormente, no número de fontes ou PEM em que surgem as categorias e as subcategorias. A primeira observação a fazer tem que ver com o predomínio de formas de participação “mais interativas”. Isto porque, por um lado, são referidas em doze PEM, contra os nove das “menos interativas” (cf. Quadro 14).

Quadro 14 - Formas de participação: árvore de categorias, subcategorias e número de fontes

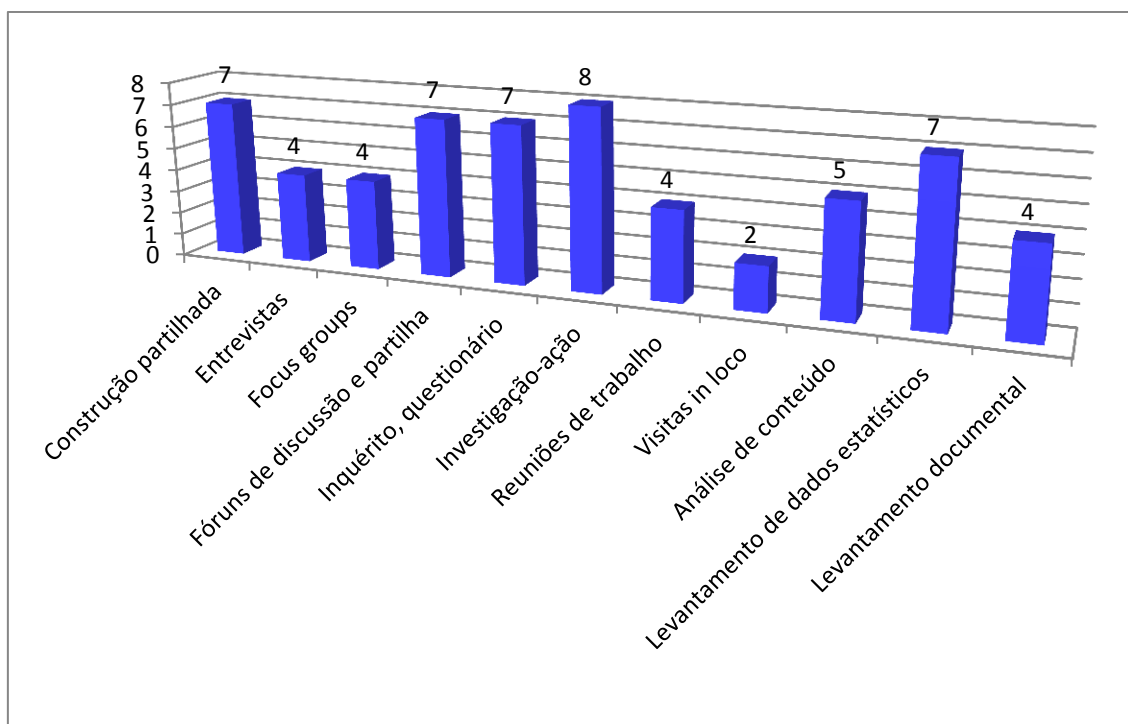
	Fontes
Formas de participação	12
Mais interativas	12
Construção partilhada	7
Entrevistas	4
<i>Focus groups</i>	4
Fóruns de discussão e partilha	7
Inquérito, questionário	7
Investigação-ação	8
Reuniões de trabalho	4
Visitas <i>in loco</i>	2
Menos interativas	9
Análise de conteúdo	5
Levantamento de dados estatísticos	7
Levantamento documental	4

Por outro lado, e ao nível das subcategorias, verifica-se que, entre as cinco mais frequentes, quatro referem-se a formas de participação “mais interativas” e apenas uma às “menos interativas”.

Uma segunda observação, mais pormenorizada, permite concluir que a forma de participação mais frequente nos PEM (em oito) é a “investigação-ação”, seguida por um conjunto de subcategorias, como sejam a “construção partilhada”, os “fóruns de discussão e partilha”, o “inquérito ou questionário” e o “levantamento de dados estatísticos” (presentes, cada uma delas, em sete PEM). A “análise de conteúdo” é referida em cinco PEM, enquanto as “entrevistas”, os “*focus groups*”, as “reuniões de trabalho” e o “levantamento documental”

surtem em quatro. A subcategoria menos presente é a das “visitas *in loco*”, com lugar em apenas dois PEM (cf. também Gráfico 35).

Gráfico 35 - Análise pormenorizada das formas de participação



Contextos e diagnóstico

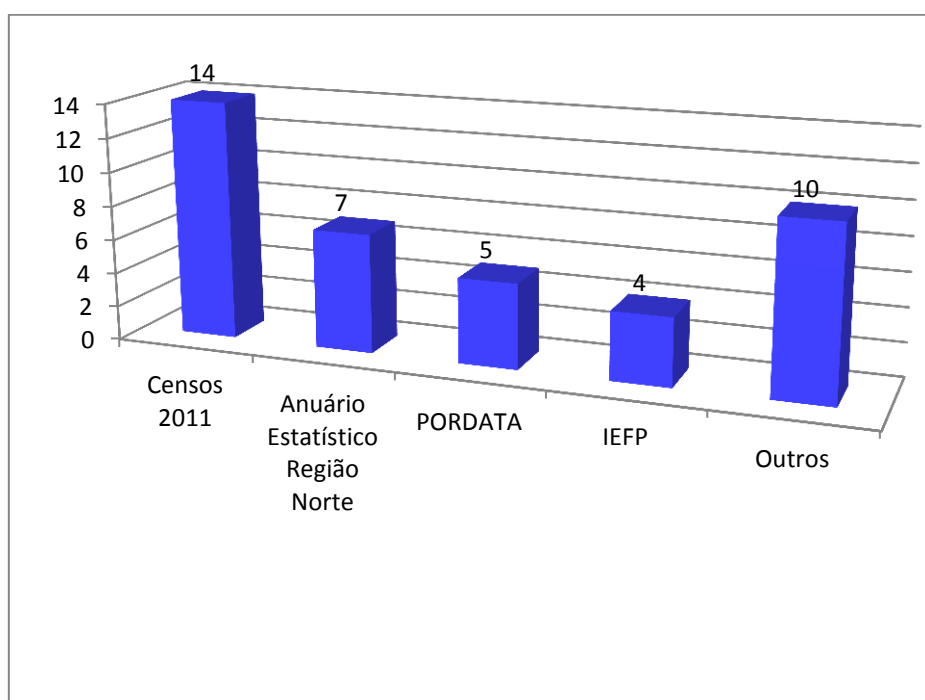
De acordo com o referencial estabelecido, o PEM parte de um diagnóstico que caracteriza o território concelhio relativamente à economia, à sociedade, à cultura e à educação. A perspetiva estratégica explica que, na maioria dos projetos, o diagnóstico seja frequentemente acompanhado de uma análise SWOT, a análise, não apenas das potencialidades e das fraquezas (ambiente interno) do território, mas também das oportunidades e das ameaças (ambiente externo) ao desenvolvimento do plano de ação.

Neste item, faz-se uma síntese dos indicadores de contexto de 15 municípios (dos 16) da área metropolitana do Porto, sabendo-se que eram quatro os apontadores presentes no referencial elaborado pela UCP, contratualizado pela AMP e assumido pelos concelhos: (1) Caracterização social, económica e cultural do município; (2) Rede escolar (pública, privada e cooperativa) e acessibilidades; (3) Oferta formativa (pública, privada e cooperativa); e (4) Estruturas locais/municipais de apoio, redes de parcerias (instituições, departamentos, equipamentos, agentes, oportunidades...) e projetos socioeducativos existentes no Município. A ideia subjacente à definição destes indicadores foi a de apresentar as condições, tendências e necessidades em relação às finalidades do projeto PEM. Assim, o objetivo central foi, em primeira instância, fazer precipitar informações relativas às condições e situações presentes

para, depois, projetar as situações de oportunidades e/ou de risco para o futuro. Os indicadores, são, tal como escreve Gilberto Gallopín (1997), “componentes essenciais na avaliação global do progresso rumo ao desenvolvimento sustentável” (p. 1).

Neste pressuposto, a avaliação da realidade de cada concelho assenta na seleção criteriosa de informação e do cruzamento das *fontes públicas e privadas*. E, a metodologia aplicada resulta da análise documental, sobretudo documentos de planeamento concelhio - Carta Educativa, Diagnóstico/Plano de Desenvolvimento Social; análise de bases estatísticas – regionais (anuário estatístico da região norte), nacionais (INE²⁰, PORDATA²¹) e internacionais (EUROSTAT²²) e, também da análise de inquérito por questionário, relatórios da Avaliação Externa das Escolas²³, Projetos Educativos de Escola, Modelos para comparação estatística dos resultados académicos em escolas de contexto análogo²⁴ e, ainda, de uma série de documentos e/ou obras de natureza diversa²⁵. No âmbito dos indicadores de contexto, as fontes mais utilizadas foram, sobretudo as de natureza pública (Gráfico 36).

Gráfico 36 - Fontes para os indicadores de contexto



²⁰ Instituto Nacional de Estatística

²¹ A Pordata é uma base de dados sobre Portugal Contemporâneo, organizada pela Fundação Francisco Manuel dos Santos.

²² *Detailed statistics on the EU*

²³ Inspeção-Geral da Educação e Ciência

²⁴ Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência

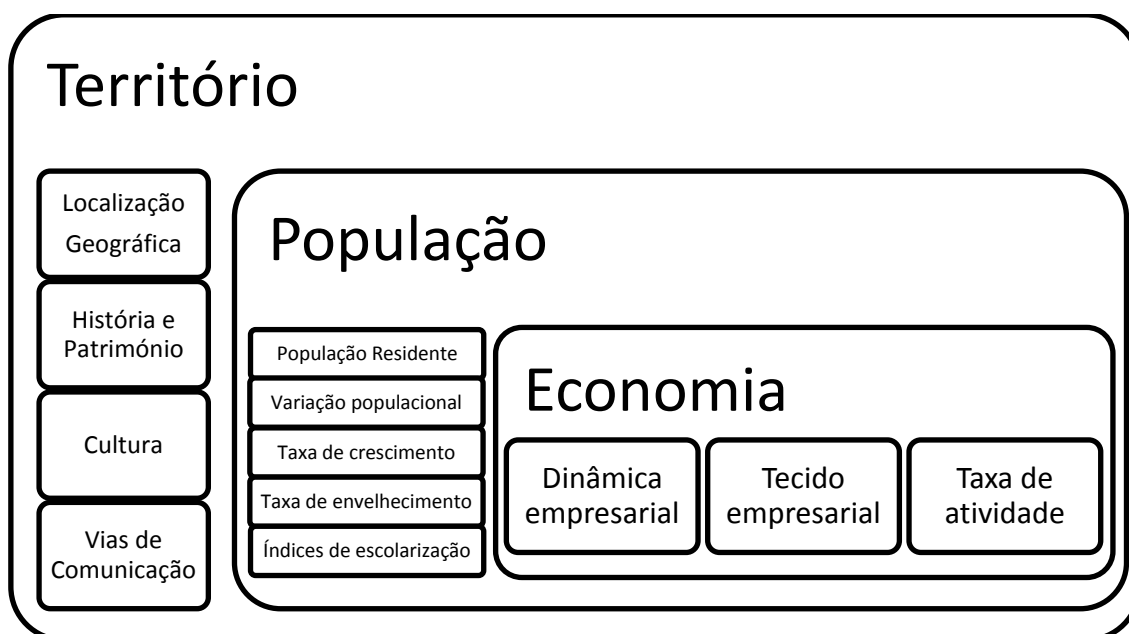
²⁵ Por exemplo: Relatório de Estado do Ordenamento do Território, 2011(P1); DGU - Direção de Gestão Urbanística (P3); CCCRN, Educação na Região Norte - evolução das disparidades territoriais 1991-2001, 2013 (P6).

Indicadores de contexto

Analisando os conteúdos relativos ao contexto, verificamos que cada município identificou, organizou e enfatizou dimensões diferenciadas para fazer a **caracterização geral do território educativo**.

Assim, ao nível do **Contexto e diagnóstico**, a maioria distinguiu três grandes campos de análise (1) Território, (2) População e (3) Economia, desenvolvendo, depois, uma estrutura concetual eclética mais ou menos pormenorizada consoante as singularidades que cada equipa considerou relevante enfatizar, no sentido de fazer sobressair os pontos fortes e as fragilidades do concelho e/ou freguesias (Figura 1).

Figura 1 - Contexto e diagnóstico



Uma análise mais atenta, por domínio, permite ainda constatar quão heterogénea e diversa é a abordagem, o desenvolvimento e a representação gráfica concedida a cada um dos “campos de análise”²⁶.

Território

Ao nível do **Território** verificamos que os quinze projetos em análise fazem o enquadramento geográfico, exibindo a área geográfica, os domínios e a linha de fronteira entre concelhos.

²⁶ O volume de dados/texto aqui em análise oscila entre um mínimo de 26 páginas (P15) e um máximo de 154 (P12).

Destes, há ainda os que recorrem a Mapas²⁷/Figuras²⁸ do Concelho e/ou Freguesias (P1, P2, P3, P4, P5, P6, P8, P9, P10, P12) e referem a densidade populacional (P4, P5, P6, P10, P15), indicam as infraestruturas rodoviárias, ferroviárias e aeroportuárias (P1, P2, P4, P5, P8, P12) e referenciam as dinâmicas familiares (P8, P10, P12, P13, P15).

Ao nível da **História e Património**, vários municípios, convocam, de forma sumária, momentos chave da sua evolução histórica, patrimonial e administrativa²⁹ (P1, P5, P7, P8, P9, P10, P11, P12 e P15), particularizando, assim, origens históricas mais antigas (P4, P5, P18, P12, P15) e “valores naturais (...), diversidade de usos e costumes que, em lugar de servirem de motivo de separação, unem o território e os modos de vida na diversidade” (P8). O maior envolvimento numa região está associado à sua génese e desenvolvimento. “Terra de contrastes, mantém, a par do crescente desenvolvimento urbano e industrial, quase intocadas parcelas de genuína ruralidade, onde a relação entre o homem, a terra e a natureza se conserva equilibrada desde há séculos (P4).

No plano **cultural**, os projetos municipais referem as formas de erudição naturais, criadas e desenvolvidas - equipamentos e espaços culturais, competentes para ativar a função pedagógica interinstitucional e, assim, estimular e dinamizar os tempos necessários a uma verdadeira aprendizagem ao longo da vida (P4, P5, P7, P8, P9, P14 e P15). “A cultura, o património, as instituições culturais são elementos construtores da identidade local, que a definem no exterior e são fonte de orgulho das populações” (P5). Importa, por isso, desafiar o visitante, a “viver em pleno o espírito dos eventos e (...) a regressar sempre que a cultura acontece” (P9). Afirma-se o compromisso com a participação e o “investimento cultural” (P14) a favor da “construção de espaços culturais, de lazer e bem-estar” (P14). Conhecer é visitar (P15), é escutar e descobrir as raízes que sustentam cada comunidade, cada instituição, cada pessoa.

Ao longo dos anos, a melhoria das **vias de comunicação**, evidente em todos os concelhos analisados, aproximam e alimentam o desenvolvimento associado de freguesias, de concelhos e do país (P1, P2, P4, P5, P8, P10, P12) e, mesmo, em interação com o mundo (P4, P12). De facto, “nos últimos anos, surge nova fase de transformação do Concelho, com a criação de importantes infraestruturas de apoio ao desenvolvimento da região (...) [e] como apoio à importante porta de ligação comercial com o resto do mundo” (P5).

²⁷ P15 apresenta, também, um mapa dos sítios arqueológicos.

²⁸ O P8 apresenta ainda fotos relativas a espaços do património natural, construído, ...

²⁹ Neste domínio apenas fazemos referência à agregação das freguesias concretizada à luz da Lei nº 11-A/2013.

População

Em cada concelho, a dinâmica ao **nível demográfico** resulta assimétrica e assume variações desiguais entre freguesias, concelhos e Área Metropolitana ao nível de: (1) população residente; (2) variação populacional; (3) taxa de crescimento; (4) índices de envelhecimento; e (5) índices de escolarização.

De facto, os Censos de 2011 robustecem a involução (quase geral) da população no país e em cada concelho. “Os resultados definitivos dos Censos 2011 indicam que a população residente em Portugal é de 10.562.178 habitantes, o que reflete um abrandamento do **crescimento demográfico**, com apenas 2% de aumento por comparação aos 5% observados na década de 90” (P14). As causas podem ser renováveis ou não renováveis (Nazareth, 2004, p. 194) e, se considerarmos que “só a morte é não renovável”, tudo o resto é renovável - natalidade, nupcialidade, divórcio, migração, Mesmo assim, os dados revelam fenómenos cumulativamente complexos e comuns.

A retangularização da pirâmide etária, traduzida pela diminuição da taxa de fecundidade, encontra fundamento, em situações várias, mormente, na taxa bruta de nupcialidade local (P8), na estruturação familiar (P12, P13, P15), na taxa de divórcios (P8) e, em particular, no envelhecimento demográfico e maior longevidade da população (P1, P2, P4, P5, P7, P8, P9, P10, P12, P13, P14, P15).

A explicitação do decréscimo demográfico natural é manifestada por 9 concelhos (P1, P2, P5, P6, P7, P8, P10, P13, P15), contrariando, assim, algum fluxo de crescimento positivo apontado apenas por dois concelhos da AMP (P4, P14).

Os factos apresentados são inegáveis: o crescimento natural não é hoje bastante para a renovação geracional e a estrutura etária da população em 2011 acentua desequilíbrios entre grupos etários e confirma que o número de pessoas jovens é cada vez menor. A redução é visível em quase todos os concelhos, especialmente ao nível dos grupos etários 0-14 e 15-24 (exceção para P4 e P14). “O escalão etário dos 0-14 que em 2001 representava 18% da população residente, passou a representar 16,3% (P15). Mais, o aumento da população entre os 25-64 e com 65 ou mais anos é (significativamente) óbvio qualquer que seja a explicitação da análise demográfica, o que impele os concelhos para índices de dependência (de pessoas idosas e de pessoas jovens) jamais vividos na história da nossa humanidade. “A pirâmide etária da população do concelho mostra-nos que o envelhecimento da população é uma realidade, uma vez que a sua base, onde se encontram representados os grupos etários mais jovens, é mais estreita do que as colunas representativas dos grupos etários mais velhos” (P6). De resto, o “fenómeno de duplo envelhecimento demográfico” é um fenómeno complexo que segue, corrobora e justifica, a tendência europeia (Baixinho, 2013, p. 269), conquanto o modelo

demográfico contemporâneo é (ainda) incapaz de compensar as taxas brutas de natalidade em relação às da mortalidade. Os dados são consistentes. Entre 2001 e 2011, vive-se “um decréscimo da taxa de crescimento em todos os municípios da AMP e em Portugal” (P7) e, nessa conjuntura, verifica-se “uma **taxa de crescimento natural** negativa” (P8) na ordem dos “-0,6‰, ou seja, em Portugal a taxa bruta de mortalidade (9,7‰) é superior à taxa bruta de natalidade (9,2‰), em 2011” (P8).

Ao nível da **densidade populacional**, a forma como a população se distribui é bastante assimétrica. As maiores concentrações, reúnem-se, regra geral, junto às zonas de maior acessibilidade e com maior dinâmica empresarial. Obviamente, as assimetrias demográficas resultam do modo como se congregam os fatores físicos e humanos, mormente, ao nível da e qualidade das infraestruturas e serviços.

No que respeita à distribuição da população segundo o **nível de instrução**, os dados revelam que, em 2011, a população elevou significativamente os seus níveis de escolaridade (P1, P4, P6, P7, P9, P10, P13, P14), o que significa que a taxa de analfabetismo ostenta uma evolução positiva, sobretudo se comparada com os censos de 2001. Não obstante, há, ainda “um longo caminho a percorrer”(P1) e um desafio extensivo a todos os municípios, conforme se pode comprovar pelos últimos dados censitários (P7). Isto porque, tal como se refere em P6, “não podemos desvalorizar que 21% da população com atividade económica apenas completou o 1º ciclo. Pois, à medida que a idade aumenta, o nível de instrução diminui”. Neste campo, importa ainda referir que, “são as mulheres que predominam entre a população sem nenhum nível de ensino” (P2 e também P14).

Economia

No quadro do **Desenvolvimento Económico**, os projetos sustentam o seu diagnóstico em perspetivas de análise diferenciadas, designadamente ao nível das (1) dinâmicas e estrutura empresarial e (2) taxa de atividade.

Comparam-se resultados de desenvolvimento económico obtidos entre os intervalos censitários (2001-2011), anuários estatísticos regionais (e.g. Grande Porto, Região Norte, Portugal) e, a finalidade é “verificar a posição relativa em termos de desenvolvimento económico e social ou de bem-estar no sentido lato em cada um dos 278 concelhos do país” (P1) e, assim, a sua “densidade industrial” (P6, P12), projeção “nacional e internacional” (P6).

A natureza do “tecido empresarial” (P6, P8, P12) é iterada como fundamento para a “natural” distribuição por setor de atividade – primário, secundário e terciário (P6, P8), bem como para referenciar os principais eixos de desenvolvimento económico no município (P1, P8) e os setores de destaque mais reconhecidos. No que diz respeito à distribuição da população ativa

empregada por sector de atividade, a AMP regista em 2011 um total de 68,75% no setor terciário, seguido do secundário que assume um total de 29,93%. O setor primário apresenta, na AMP, um total de 1,31% (P4).

A “malha empresarial” edifica-se e constrói-se segundo e seguindo as características de cada território e afirmam-se consoante a sua dimensão organizacional. Ao nível da **Estrutura do emprego**, verificamos que a taxa de atividade entre 2001 e 2011 a nível nacional aumentou ligeiramente, passando de 48,4 para 51,5%, situação inversa à verificada no espaço geográfico da AMP.

Efetivamente, a evolução da taxa de atividade por freguesia acompanha, regra geral, o movimento de retrocesso experimentado na última década.

No que respeita ao item **Desemprego**, a população desempregada na área metropolitana do Porto cresceu de 51.862 em 2001 para 130.516 em 2011, acompanhando assim a conjuntura nacional e europeia. Há, contudo, vereações cujos índices de desemprego são menos robustos quando comparados com outros espaços geográficos da AMP. Mas não deixa de ser considerado um “fenómeno complexo” (P9), se atendermos que, de 2001 para 2011, em Portugal a taxa de desemprego aumentou 7,6 pontos percentuais (P8).

Regra geral, “o desemprego aumentou em todos os níveis de escolaridade” (P1), perpassa de forma gradativa todos os concelhos, “arrastando” pessoas de todas as idades, ainda que com especial incidência em “indivíduos com idades compreendidas entre os 35 e 54 anos” (P8) ou “nos grupos etários 40 a 44 anos e 45 a 49 anos” (P4) e com maior distinção a população feminina (P4, P6, P8). Ainda neste domínio, e no que respeita aos indivíduos portadores de deficiência, o fenómeno agudiza-se e assume valores consideráveis (P8).

O diagnóstico educativo articula-se a todas estas características de contexto, porquanto “a educação é uma condição e uma promessa de desenvolvimento das pessoas e das sociedades, um meio de integração social e de construção de cidadania e um recurso decisivo nos vastos campos da economia, da cultura, da arte e da ciência” (Azevedo, 2013).

A educação no município

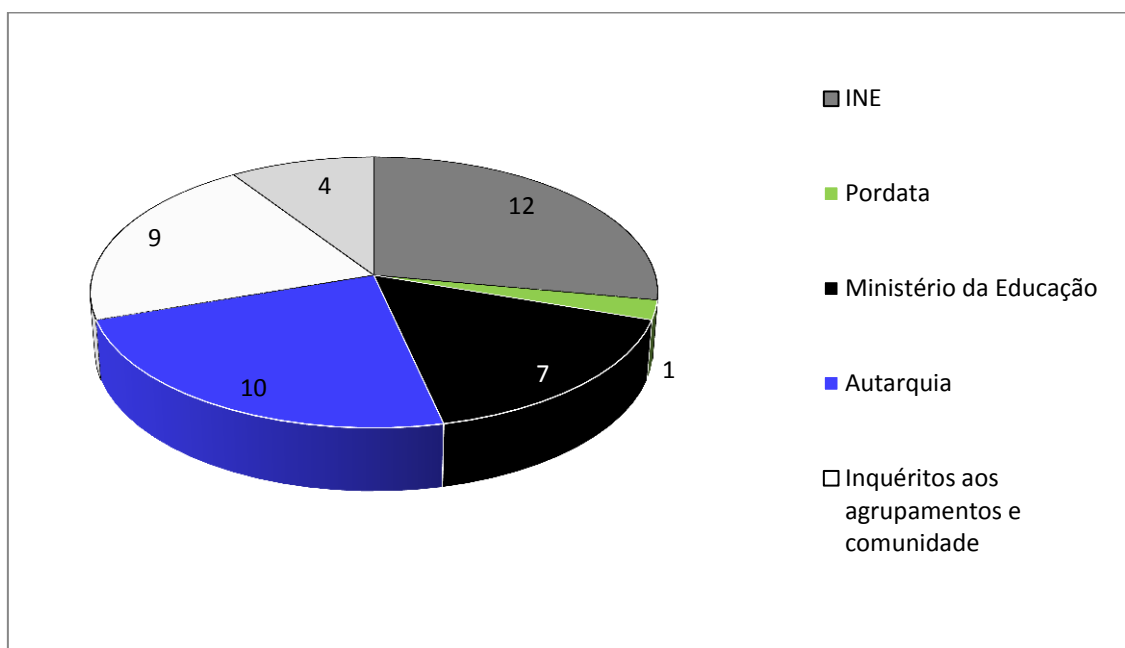
Nos quinze PEM analisados, a caracterização e diagnóstico da educação no município organiza-se em torno de cinco grandes categorias propostas no referencial: (1) rede escolar e acessibilidades; (2) oferta educativa e formativa; (3) estruturas de apoio; (4) redes de parcerias e projetos socioeducativos existentes no município; e (5) sucesso educativo.

Para a organização das categorias relativas aos indicadores educativos seguimos a estrutura proposta na lei de bases do sistema educativo, quando categoriza a oferta educativa em Portugal segundo modalidades e níveis: **educação pré-escolar**, abrangendo as crianças desde

os 3 anos até à entrada na escolaridade obrigatória; **educação escolar** contemplando três ciclos de aprendizagem no ensino básico (1º, 2º e 3º ciclos do ensino básico), o ensino secundário e o ensino superior; e a **educação extraescolar**. A escolaridade obrigatória passou para os 18 anos de idade desde 2009 (Lei 85/2009, de 27 de agosto).

Para a recolha e análise dos indicadores educativos os municípios recorreram a **fontes** variadas – Ver Gráfico 37. As principais fontes identificadas são os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) (P1, P2, P3, P5, P6, P7, P8, P10, P11, P12, P14, P15), da própria autarquia (P1, P2, P3, P4, P7, P8, P12, P13, P14, P15), dos serviços do Ministério da Educação, como por exemplo da Inspeção Geral de Educação e Ciência ou da Direção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (P1, P4, P5, P7, P11, P14, P15), e os dados recolhidos especificamente para o PEM, por exemplo através de inquérito às escolas ou a outras instituições da comunidade (P3, P4, P8, P10, P11, P12, P13, P14, P15). Aparece ainda outro conjunto de fontes que aqui são associadas como outras fontes, como por exemplo dados da Universidade Católica Portuguesa ou do Instituto de Emprego e Formação Profissional (P3, P4, P8, P14).

Gráfico 37 - Fontes de dados de diagnóstico educativo



Rede escolar

Todos os PEM analisados fazem referência à configuração e estrutura da rede escolar do concelho e, na generalidade dos projetos (93%), a descrição da rede escolar constitui um capítulo autónomo. A rede escolar é apresentada com recurso a três grandes categorias: o parque escolar, a população escolar e os recursos humanos – Ver Quadro 15.

No que diz respeito à categoria **parque escolar**, nove dos quinze projetos analisados indicam o número de estabelecimentos de ensino existentes no município (P1, P2, P4, P5, P6, P7, P8, P9, P11). Em 60% dos PEM (nove) é também apresentada a distribuição dos estabelecimentos de ensino organizada de acordo com a sua natureza jurídica: públicos, privados (com e sem fins lucrativos) e rede particular e solidária (P4, P5, P7, P8, P9, P10, P11, P12, P14). Ainda, relativamente, ao parque escolar podemos verificar que nove projetos apresentam a distribuição dos estabelecimentos de ensino por nível de ensino, indicando o número de jardins de infância, escolas básicas de primeiro ciclo, escolas básicas de 2º e 3º ciclos, escolas secundárias, instituições de ensino superior e Centros Novas Oportunidades (P1, P2, P4, P5, P6, P7, P8, P9, P11). A distribuição geográfica da rede escolar do município, é apresentada em oito projetos, estando esta, habitualmente, organizada por freguesias. Cerca de metade dos projetos apresentam a evolução da rede escolar e a reorganização de que esta foi alvo nos últimos anos: escolas que encerraram, agrupamentos e escolas que se fundiram ou reagruparam, constituição de “mega agrupamentos”, etc. (P1, P2, P3, P7, P10, P11, P12, P13). Contudo, são poucos os projetos que caracterizam as condições do parque escolar; esta é apresentada em dois projetos (P7, P8), sendo, também, apresentadas as medidas e linhas orientadoras para a requalificação do parque escolar em quatro dos documentos analisados (P7, P8, P9, P13).

Relativamente à categoria **população escolar** verificamos que as equipas PEM usaram critérios diferentes para organizar a informação. Em seis projetos encontramos a distribuição de alunos por estabelecimento de ensino (P1, P2, P4, P6, P8, P9) e são também seis os projetos que apresentam a distribuição dos alunos entre os diferentes tipos de instituições, seja da rede pública, da rede privada ou da rede particular e solidária (P2, P7, P8, P10, P11, P14). Nalguns projetos encontramos análises cumulativas usando simultaneamente mais do que um critério para a análise da população escolar (P2, P8). A maioria dos projetos (66%) faz a distribuição do número de alunos entre os diversos níveis de ensino, da educação pré-escolar ao ensino superior e incluindo as modalidades de educação de adultos (P1, P5, P6, P7, P8, P9, P10, P11, P12). A distribuição dos alunos pelos diferentes cursos frequentados no ensino básico (cursos de educação e formação e cursos de aprendizagem), no ensino secundário (cursos profissionais, cursos tecnológicos, cursos de ensino artístico especializado, cursos de aprendizagem) e no ensino pós secundário não universitário (cursos de especialização tecnológica) aparece em 60% dos projetos (P1, P4, P5, P9, P10, P12, P13, P14). No que diz respeito à evolução da frequência escolar encontramos oito documentos que caracterizam a evolução das frequências escolares ao longo dos últimos anos, organizando-a por ciclos de ensino (P1, P2, P3, P4, P5, P7, P8, P9). No que diz respeito às previsões sobre a evolução da

população escolar, podemos verificar que poucos projetos a tentam fazer (P3, P7). Sendo que no P3 a projeção é realizada até ao ano 2020 para a população do pré-escolar e dos diferentes ciclos de ensino (ensino básico e secundário). Ainda no âmbito das projeções o mesmo projeto (P3) analisa os movimentos pendulares dos estudantes.

No que diz respeito à categoria dos **recursos humanos**, o pessoal docente e o pessoal não docente são referidos em dois projetos (P4, P8). Para o pessoal docente são utilizadas as seguintes variáveis de caracterização: ciclo de ensino onde lecionam, tipo de vínculo (contratado, quadro de zona pedagógica ou quadro de escola/agrupamento). Para a caracterização do pessoal não docente são utilizadas as seguintes variáveis: escola onde trabalha e tipo e função (assistente operacional, assistente técnico, cozinheira, ajudante de cozinha, chefe serviços administrativos, técnicos superiores, etc.).

Quadro 15 - Rede escolar

Categoria	Subcategorias	
Parque escolar	Nº estabelecimentos de ensino	Rede pública
		Rede privada
		Rede privada e solidária
	Nº estabelecimento de ensino de educação pré escolar e escolar	Jardins de Infância
		Escolas básicas 1º ciclo
		Escolas básicas 2ºe 3º ciclos
		Escolas secundárias
		Escolas Profissionais
		Centros de Formação
		Instituições ensino superior
		CNO's/CQEP
	Distribuição geográfica da oferta escolar do município	
	Reorganização da rede escolar	
	Caracterização e requalificação do parque escolar	
População escolar	Distribuição de alunos	por rede pública/ rede privada/solidária
		por ciclos de ensino
		por cursos de formação
	Evolução da população escolar	
	Previsões de evolução da população escolar	
Recursos humanos	Pessoal docente	
	Pessoal não docente	

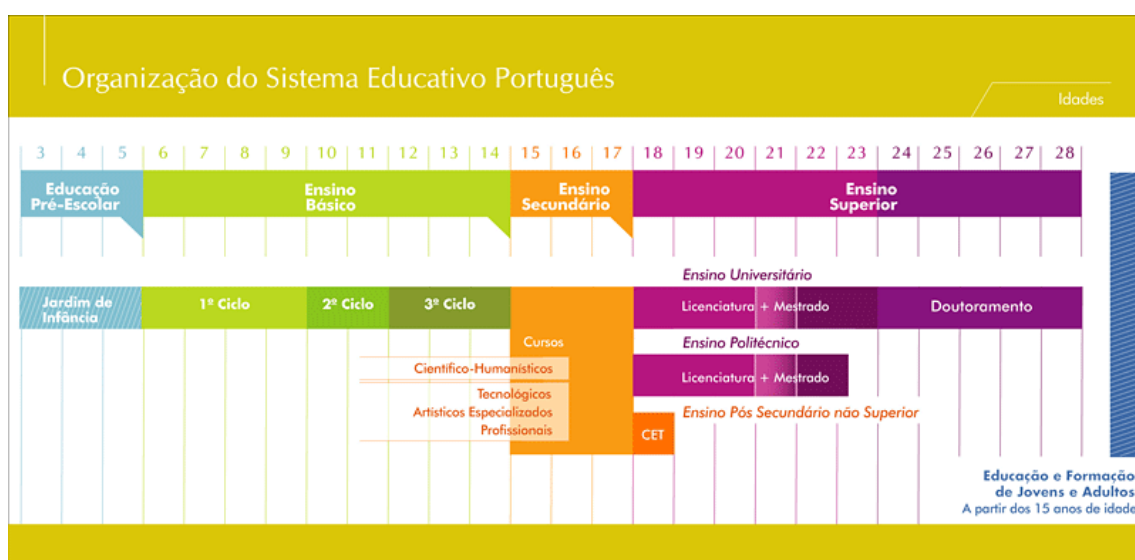
Um outro domínio deste capítulo diz respeito às **acessibilidades**. Estas são referidas como subtítulo de múltiplos projetos, no entanto, apenas um projeto (P5) as descreve resumidamente. “A generalidade dos estabelecimentos de Educação e Ensino do Concelho ... está dotada de meios e equipamentos que permitem e/ou facilitam o acesso a todos”. (P5)

Oferta formativa

Alguns projetos apresentam simultaneamente a rede escolar e a oferta formativa, ao passo que em nove dos documentos analisados a descrição da oferta formativa existente no concelho constitui um capítulo autónomo.

Para melhor enquadrar os diferentes indicadores utilizados, considere-se que o sistema educativo português encontra-se estruturado em cinco fases hierarquizadas: a educação pré-escolar, o ensino básico, o ensino secundário, o ensino pós-secundário não superior e o ensino superior (Ver Figura 2).

Figura 2- Organização do sistema educativo português (Ministério da Educação – GEPE³⁰)



No que concerne à oferta formativa e educativa do concelho, nos quinze documentos analisados, identificámos as seguintes categorias: oferta formativa de educação pré-escolar, oferta formativa de educação escolar, oferta formativa de educação extraescolar, apoio ao processo educativo, avaliação externa das escolas – Ver Quadro 16.

A **oferta formativa de educação pré-escolar** é apresentada em dez projetos, contextualizando a localização dos jardins de infância seja no que diz respeito à freguesia ou ao agrupamento de escolas a que pertencem. Noutros projetos é apresentado o número de crianças em cada um dos estabelecimentos ou no total deste nível de educação (P1, P4, P5, P7, P9, P10, P12, P13, P14, P15).

No que diz respeito à **oferta formativa de educação escolar** esta é habitualmente apresentada de acordo com os ciclos de ensino. Assim, os projetos retratam o ensino básico e o ensino

³⁰ <http://www.gepe.min-edu.pt/np4/9.html>

secundário. No ensino básico, os projetos analisados fazem a análise separando os três ciclos do ensino básico e o ensino secundário (P1, P4, P5, P9, P10, P12, P13, P14, P15).

Ainda no nível básico e secundário há doze projetos que destacam a **oferta formativa profissionalizante** (P1, P2, P4, P5, P6, P7, P8, P9, P10, P11, P12, P14, P15) ou no domínio **artístico** (P1, P2, P4, P7, P13, P15) que existe no concelho. Assim, alguns projetos referem a rede formativa existente no concelho organizada por tipos de cursos (P4, P5, P10, P11, P12). Ao nível da formação profissionalizante são referidos os Cursos de Educação e Formação de Adultos e RVCC (P4, P5, P6, P7, P9, P12, P15), Cursos de Educação e Formação (P4, P5, P7, P9), Cursos de aprendizagem (P4, P12, P15), Cursos Profissionais (P2, P4, P5, P7, P9, P10, P11, P12, P13, P14, P15), cursos tecnológicos (P4, P8, P11, P14). Ao nível da formação artística são referidos os cursos de ensino articulado (P1, P13) e os cursos do ensino artístico especializado (P4, P7, P15).

Na **formação pós secundária** são referidos os cursos de especialização tecnológica – CET – em quatro projetos (P4, P6, P7, P13), de justificada importância porquanto “veio dar resposta a uma lacuna sentida no mercado de trabalho qualificado da região, que se manifestou numa carência de quadros intermédios e pessoal especializado para o desenvolvimento de tarefas específicas nos departamentos produtivos das unidades industriais das empresas de Metalúrgica e Metalomecânica existentes, setores de grande importância na estrutura económica do Município.”(P13).

O **ensino superior, universitário e politécnico**, é referido em cinco projetos (P2,P4, P5, P6, P7, P9) e considerado uma um dos “Pontos fortes [do concelho]:...Existência de duas Instituições de ensino superior, uma delas com oferta de formação pós-secundária” (P5). Nalguns projetos (por exemplo P5 e P9), é apresentada sumariamente a oferta formativa disponibilizada nas instituições de ensino superior existentes no concelho. Noutros (por exemplo no P7), a diversidade de oferta não tornaria isso possível e são apenas referidas as instituições de ensino superior existentes.

Relativamente à **oferta formativa de educação extra escolar**, e numa lógica de aprendizagem ao longo da vida, seis projetos destacam sobretudo as universidades seniores e os clubes seniores (P1, P3, P5, P10, P12, P15). Outros projetos referem, igualmente, a oferta de formação informal presente nas associações culturais e recreativas, nos bombeiros, nas bandas musicais, entre outras...), embora muitas vezes esta referência não surja enquadrada como oferta formativa (P1, P8).

Na categoria **apoio ao processo educativo** são identificadas duas subcategorias: as necessidades educativas especiais, e a ação social escolar. No que diz respeito às **necessidades educativas especiais** (NEE), grande parte dos projetos faz o levantamento do número de

crianças e jovens com NEE, organizando-o por anos de escolaridade ou por níveis de ensino (P1, P2, P4, P5, P7, P9, P10, P11, P14). São também referidas as unidades específicas de intervenção com os alunos com NEE (por exemplo as unidades de multideficiência ou as unidades de ensino estruturado para as crianças com perturbações do espectro do autismo) (P1, P2, P5).

Relativamente à **ação social escolar**, nove projetos identificam a percentagem de alunos a beneficiar de ação social escolar organizando estes dados por níveis de ensino e pelos dois escalões de apoio (P1, P4, P5, P6, P7, P11, P12, P13, P15). Em vários projetos é feito o estudo da evolução da necessidade deste apoio, ao longo dos últimos anos (por exemplo no P12).

Quadro 16 - Categorias e subcategorias da oferta educativa

Categoria	Subcategorias		
Distribuição dos alunos pela oferta formativa pré-escolar no concelho	Pré-escolar		
Distribuição dos alunos pela oferta formativa escolar no concelho	Ensino básico	1º ciclo	
		2º ciclo	
		3º ciclo	
	Ensino articulado		
	Ensino Secundário	Cursos científico humanísticos	
		Cursos tecnológicos	
		Cursos profissionais	
		Cursos do ensino artístico especializado	
	Cursos Educação e Formação (CEF)		
	Cursos de aprendizagem		
	Educação de adultos	EFA	
		RVCC	
		Formação Modular - UFCD's	
		Ensino Recorrente	
	Ensino Superior	Universitário	
		Politécnico	
	Ensino pós secundário não universitário. Cursos de Especialização Tecnológica (CET)		
Oferta formativa de educação extraescolar	Universidades seniores		
	Oferta de educação não formal		
Apoio ao processo educativo	Alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE)		
	Unidades de apoio especializadas para alunos com NEE		
	Atividades de Complemento Curricular		
	Atividades de enriquecimento curricular - AEC's		
	Componente de Apoio à Família –CAF		
	Ação Social Escolar	Refeições escolares	
		Transportes escolares	
		Regime da Fruta e Lanche Escolar	

		Kit Escolar/manuais e material escolar	
		Kit Natação	
		Escola Solidária	
		Programas de férias escolares	
	Bolsas de Estudo		
	Prémios		

De igual modo, um número significativo de projetos (P1, P3, P4, P5, P7, P9, P10, P12) identifica outros apoios prestados pela autarquia, fundamentalmente, no âmbito da ação social, como os transportes escolares, as refeições escolares, os livros e o material escolar, as bolsas de estudo, os auxílios económicos, entre muitos outros apoios (P1, P3, P4, P7, P9, P10, P12, P14, P15). Acentua-se que "são objetivos da atribuição dos apoios no âmbito da ação social escolar a prevenção da exclusão social e do abandono escolar e a promoção do sucesso escolar e educativo, de modo a que todos, independentemente das suas condições sociais, económicas, culturais e familiares, cumpram a escolaridade obrigatória e tenham a possibilidade de concluir com sucesso o ensino secundário em qualquer das suas modalidades" (P12).

Ainda no âmbito da ação social escolar, a maioria dos projetos aborda a organização e gestão da CAF - componente de apoio à família (P1, P3, P4, P9, P10, P12, P14, P15) e das AEC - atividades de enriquecimento curricular (P1, P3, P4, P5, P7, P9, P10, P12).

Por fim, relativamente à categoria **avaliação externa das escolas** alguns projetos fazem a análise dos relatórios de avaliação externa disponibilizados pela Inspeção Geral da Educação e Ciência (P7, P14, P15). Centraram-se fundamentalmente na análise SWOT dos agrupamentos, elaborada pela equipa de avaliação externa. Daí retiraram alguns pontos fortes e pontos fracos, oportunidades e constrangimentos, identificados na avaliação externa, e que permitiram complementar o diagnóstico da educação no município.

Estruturas locais/municipais de apoio

No que diz respeito às estruturas locais e municipais de apoio, estas são caracterizadas utilizando as seguintes categorias: espaços educativos na área da cultura, estruturas locais na área do desporto e do lazer, respostas sociais – Ver Quadro 17.

Quadro 17 - Estruturas locais e municipais de apoio à educação

Categoria	Subcategorias
Espaços Educativos na área da cultura	Biblioteca Municipal
	Museu Municipal
	Centro ciência viva
	Museu Arte-sacra
	Casa da Cultura
	Castelo
	Outros
Estruturais locais na área do desporto e lazer	Piscina municipal
	Equipamentos polidesportivos
	Cinema
	Outros
Respostas e equipamentos sociais	Creches
	Lares de infância e juventude - LIJ
	Centro de acolhimento temporário - CAT
	Centro educativo do ministério da justiça
	Lar de idosos
	Centros de dia
	Centro de atividades ocupacionais - CAO
	Lar residencial
	Outras

No domínio das **estruturas locais de apoio** estas são vistas como instrumentos de apoio, ou suporte, à implementação do projeto educativo. Vários projetos (P1, P3, P4, P9, P12, P15) elaboraram um roteiro dos **espaços e estruturas educativas**, não escolares, existentes nos municípios. Alguns deles são estruturas municipais como por exemplo, a biblioteca municipal ou o museu municipal, mas outros são estruturas de outras entidades como o centro ciência viva ou um monumento nacional. Outros projetos (P1, P4, P9, P12, P15) elencaram também as estruturas locais na área do desporto e do lazer, como as piscinas municipais ou os polidesportivos.

No que diz respeito às **respostas sociais** existentes no concelho são referidas diversas instituições e IPSS's como creches, centros de atividade de tempos livres, Lar de Infância e Juventude – LIJ, Centro de acolhimento Temporário - CAT, Centro educativo (ministério da justiça), CERCI's e outras instituições de apoio a cidadão com deficiência, lares de idosos e centros de dia. Muitas destas instituições fazem parte da rede de parceiros que será abordada no ponto seguinte.

Redes de parcerias e projetos socioeducativos

As **redes de parcerias** existentes no município são caracterizadas em nove projetos (P1, P4, P5, P7, P10, P11, P12, P14, P15). A rede social, nomeadamente o conselho local de ação social (CLAS) e as comissões sociais de freguesia são referidas em cinco projetos (P4, P5, P10, P15).

São igualmente apresentadas outras redes de parcerias em funcionamento no concelho, dando destaque a parceiros como as unidades de saúde e as forças de segurança. Em número mais reduzido são também destacadas redes informais de trabalho que visam otimizar os recursos disponíveis (P14, P15), como, por exemplo, a rede dos Serviços de Psicologia e Orientação das escolas do concelho. Em vários projetos é dado um particular destaque a entidades como a comissão de proteção de crianças e jovens em risco (CPCJ) (por exemplo, P1, P3, P5, P9, P12, P15) e aos gabinetes de inserção profissional (GIP) (P1, P3, P11), no seu trabalho específico com as populações mais desfavorecidas ou em situação de risco social e educacional. Outros projetos valorizam ainda a parceria com o tecido empresarial e com as universidades (por exemplo, P7). Por fim, há projetos (por exemplo, P3) em que a constituição de redes de parcerias surge como uma necessidade de otimização de recursos e como uma resposta futura a implementar, por exemplo, no âmbito do apoio psicológico à população do concelho.

Encontramos inúmeras referências a **projetos socioeducativos** da responsabilidade dos municípios (P1, P3, P4, P5, P7, P9, P10, P12, P13, P14, P15) e ainda a projetos da responsabilidade de outras entidades educativas, nomeadamente, dos agrupamentos de escolas ou dos centros de saúde (P1, P3, P4, P7, P10, P12, P14, P15) – Ver Quadro 18. Ao analisar os projetos socioeducativos referidos nos PEM, verificamos que estes oscilam entre a ausência de referência aos projetos e a descrição e enumeração de um número superior a quarenta projetos.

Agrupámos os diversos projetos da responsabilidade dos municípios em grandes categorias: educação, ambiente e desenvolvimento, ação social, saúde e alimentação, cidadania, desporto, cultura e património, urbanismo e empreendedorismo e inovação. É de destacar que as áreas da educação e da ação social são aquelas onde identificámos maior número de projetos (sete). Por outro lado, a área do urbanismo é aquela onde são planeados menor número de projetos (um). Alguns PEM fazem ainda uma caracterização dos projetos educativos dos agrupamentos de escolas do concelho (P3, P4, P5, P10, P13, P15).

Há PEM que referem ainda mecanismos operacionais de gestão e implementação dos projetos como por exemplo o plano municipal de educação (P7) ou o mapa de programação. Para além da referência aos projetos socioeducativos, nalguns PEM é feita a caracterização e avaliação da oferta educativa municipal em funcionamento no presente (P7, P10, P13, P14).

Quadro 18 - Redes de parcerias e projetos socioeducativos

Categoria	Subcategorias
Projetos socioeducativos municipais	Educação
	Ambiente e desenvolvimento
	Ação social
	Saúde e alimentação
	Cidadania
	Desporto
	Cultura e património
	Urbanismo
	Empreendedorismo e inovação
	Formação parental
	Outros
Projetos da responsabilidade de outras entidades	Centro de saúde
	Agrupamentos de escolas
	Associativismo
Projetos educativos de agrupamento	

Sucesso educativo

A listagem de indicadores educativos e as fontes de indicadores propostas pelos consultores PEM constituíram o suporte para a análise do sucesso educativo desenvolvida no âmbito destes projetos. Nos documentos analisados foram encontradas as seguintes categorias: contextualização, analfabetismo, escolarização, abandono escolar, (in)sucesso escolar – Ver Quadro 19.

A **contextualização dos indicadores educativos** revela-se particularmente relevante uma vez que, só assim, será possível obter referentes para o trabalho educativo a desenvolver no concelho. No que diz respeito à contextualização, verificamos que cinco projetos centram a análise do sucesso educativo atendendo às metas estabelecidas para 2015 e 2020³¹ (P4, P5, P6, P10, P14) e sabendo que o "referencial quantitativo (...) permitirá: A cada agrupamento, monitorizar a evolução dos seus próprios resultados, comparar resultados entre escolas e definir as metas que se propõe alcançar em cada ano letivo. Aos responsáveis autárquicos, monitorizar a evolução no seu concelho e intervir em conformidade. Ao Ministério da Educação, avaliar e monitorizar com maior rigor a evolução a nível nacional, verificar a convergência com as metas internacionais das estratégias EF2020 (UE) e Metas educativas 2021 (OEI), tomar medidas apropriadas e informar o país" (Programa Educação 2015 – Ministério da Educação, p. 10).

A taxa de **analfabetismo** concelhio é analisada em oito projetos, sendo que em quatro deles (P3, P6, P10, P12) esta análise é realizada por freguesias, o que possibilitará a planificação de uma intervenção ajustada às especificidades de cada território. Noutros projetos, a análise é

³¹ Programa Educação 2015 – Ministério da Educação

efetuada usando a comparação com os referentes nacionais ou da área metropolitana do Porto (P3, P5, P8, P11).

Relativamente à **escolarização**, são usados como principais indicadores as taxas real e bruta de pré-escolarização em onze projetos (P1, P3, P5, P6, P7, P8, P10, P11, P13, P14, P15). O elevado número de projetos a analisar a taxa de pré-escolarização denota a grande preocupação dos municípios com este nível de educação. Por outro lado, a taxa real e bruta de escolarização é analisada em oito projetos (P3, P6, P7, P8, P10, P11, P12, P15).

Da mesma forma, a categoria **abandono** é estudada em onze projetos (P1, P2, P3, P5, P6, P7, P8, P10, P12, P14, P15) que analisam a taxa de abandono escolar, estudando alguns deles, simultaneamente, a taxa de abandono escolar precoce (P2, P5, P6, P7, P10, P15).

Na generalidade dos documentos, o **(in)sucesso escolar** é subdividido em categorias de análise mais detalhada. Assim, seis projetos apresentam a taxa de transição de ano (P4, P6, P9, P10, P11, P15), enquanto todos os projetos se debruçam sobre as taxas de conclusão de ciclo, dez analisam-nas diretamente (P2, P3, P4, P5, P7, P8, P9, P10, P14, P15) e cinco analisam a variável inversa, ou seja, a taxa de retenção e desistência por ciclos. É de referir que sete projetos fazem a comparação das suas taxas com os valores nacionais e/ou com os valores da região Entre Douro e Vouga. As taxas de retenção e desistência são apresentadas em doze dos projetos (P1, P2, P4, P5, P7, P8, P9, P10, P11, P12, P13, P14) e quatro deles fazem uma análise mais detalhada explicitando a taxa de retenção e desistência por insucesso, por abandono e por absentismo.

No capítulo do sucesso educativo, a análise dos resultados académicos ocupa um papel central em 80% dos projetos analisados (P1, P2, P3, P4, P5, P6, P10, P11, P12, P13, P14, P15). No entanto, encontramos algumas diferenças nas subcategorias que foram delineadas para elaborar uma análise mais detalhada. Assim, a maioria dos projetos analisa os resultados dos alunos do concelho na avaliação externa (P1, P2, P3, P4, P5, P6, P10, P11, P12, P13, P14, P15). Embora em menor número, vários projetos fazem também essa análise para os resultados na avaliação interna (P1, P3, P4, P6, P10, P12, P13, P14), sendo ainda em menor número os projetos que analisam o diferencial entre os resultados da avaliação interna e os resultados da avaliação externa (P1, P2, P5, P6, P10).

Quadro 19 - Categorias e subcategorias relativas ao sucesso educativo

Categoria	Subcategorias
Contextualização	Objetivos 2015
	Objetivos 2020
Escolarização	Taxa de analfabetismo concelhio
	Taxa real/bruta de pré-escolarização
	Taxa real/bruta de escolarização

Abandono escolar		Taxa de abandono escolar		
		Taxa de abandono escolar precoce		
(In)sucesso escolar		Taxa de transição de ano		
		Taxa de conclusão de ciclo	com comparação com os valores nacionais	
			com comparação com os valores de Entre Douro e Vouga	
		Taxa de retenção e desistência por ciclo, unidade territorial e ano letivo	por insucesso	
			por abandono	
			por absentismo	
		Taxa de conclusão do ensino secundário	cursos científico-humanísticos	por género e por ano de escolaridade
			tecnológicos e profissionais	por género e por ano de escolaridade
Resultados académicos	Resultado dos alunos na avaliação interna	Distribuição das médias internas por ano de escolaridade		
		Distribuição das médias internas por disciplinas e por ano de escolaridade		
		Distribuição das médias internas por disciplinas e por ano de escolaridade e por género		
	Resultados dos alunos na avaliação externa	4º ano		
		6º ano		
		9º ano		
		Secundário (11º e 12º anos)		
	Comparação dos resultados concelhios com os resultados nacionais			
	Análise do diferencial entre médias de classificações internas e classificações externas (exames nacionais)			
	Comparação dos resultados das escolas com o Valor esperado para o contexto (VEC) (diferencial)			
	Comparação dos resultados concelhios com as metas 2015 ou 2020			
	Taxa de sucesso nos Cursos de Educação e Formação			
	Taxa de sucesso na Educação de adultos (EFA, RVCC, ensino recorrente - % de alunos que concluíram no tempo certo/normal)			

Por outro lado, verifica-se que nove projetos comparam os resultados obtidos pelos alunos do concelho na avaliação externa e os resultados médios nacionais ou comparam os seus resultados com o valor esperado para o contexto (P1, P2, P4, P5, P6, P10, P12, P13, P14). Não podemos deixar de referir que os resultados obtidos pelos alunos nas provas nacionais são divulgados nos meios de comunicação social, ao passo que os resultados obtidos na avaliação interna necessitam de ser disponibilizados pelas escolas/agrupamentos, sendo de assinalar que vários PEM indicam estar ainda a aguardar o envio destes dados pelas direções das escolas.

Ainda neste domínio, alguns projetos analisam a taxa de conclusão do ensino secundário, comparando-a com a taxa nacional e com os valores da região norte (P1, P5, P7, P8, P12), assim como analisam a taxa de sucesso na educação de adultos (P3, P6, P9) e a taxa de sucesso nos cursos de educação e formação de jovens (P1, P3).

Alguns projetos (P1, P9) aludem ainda a medidas promotoras do sucesso já implementada, ou em implementação no município, referem agrupamentos integrados no Programa TEIP - Territórios Educativos de Intervenção Prioritária e/ou projetos diversificados das escolas e dos agrupamentos "para a promoção do sucesso escolar e para o combate ao insucesso escolar", não apenas "os projetos dedicados essencialmente a apoiar os alunos que revelam mais dificuldades", e até distinguem entre projetos que visam "valorizar e promover o sucesso educativo" e "o reconhecimento público do mérito dos melhores alunos" (P1).

Forças e fragilidades do território educativo

O diagnóstico estratégico inclui, na maioria dos projetos, uma análise SWOT, da qual ressaltam, sobretudo, três linhas formais de síntese. A primeira, estrutura-se em ordem a (i) forças, fraquezas, ameaças e oportunidades (P10, P15) ou, simplesmente, (ii) forças e fraquezas (P2, P11, P13); a segunda assume uma análise por eixos de intervenção e, nessa lógica, compõe um quadro síntese focalizado por eixo (P1, P4, P12); e a terceira organiza-se em ordem a fatores internos e externos de implementação do PEM (P6, P7, P9).

Independentemente da estrutura formal assumida por cada projeto PEM, a nossa análise estrutura-se tendo em conta os campos de análise estabelecidos para o contexto e diagnóstico – Território, População e Economia (Figura 1) e os domínios estabelecidos no referencial de avaliação externa das escolas desenvolvido pela Inspeção Geral de Educação e Ciência – Resultados, Prestação do Serviço Educativo e Liderança e Gestão (Figura 3).

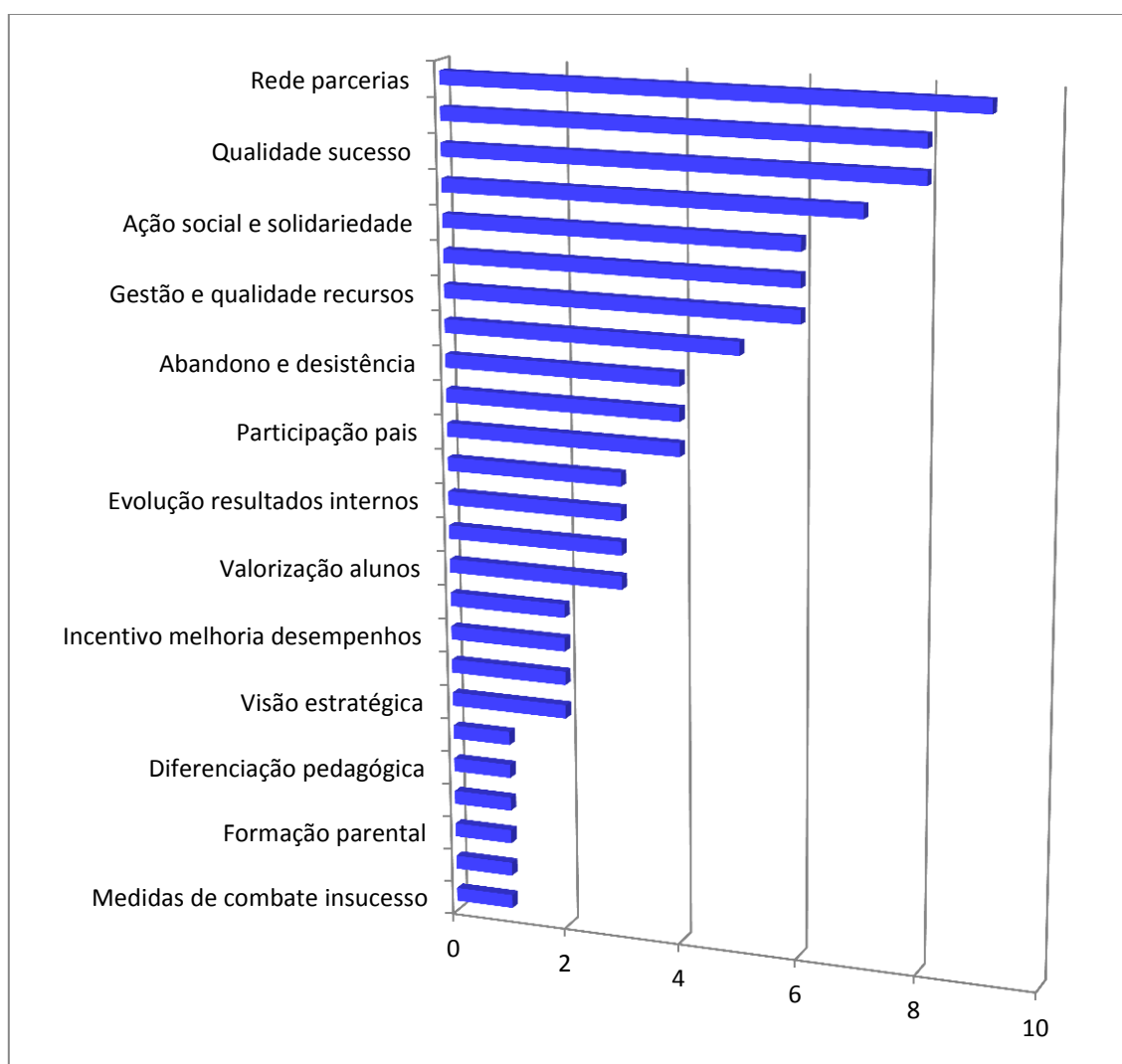
Figura 3 - Domínios de avaliação das escolas (IGEC, 2013)



Relativamente aos **indicadores de contexto**, verificamos que, em cada uma das unidades analisadas – Território, População e Economia, sobressaem como pontos fortes e/ou oportunidades, o aumento paulatino dos índices de escolarização (P2, P6, P9, P10, P11, P13) e a dinâmica empresarial (P1, P4, P10, P12, P13). Em termos menos positivos e/ou ameaças de contexto, o maior valor recai sobre as acessibilidade e/ou vias de comunicação (P1, P4, P6, P9, P10, P11, P12, P13, P15), um aspeto que merece um olhar atento por parte dos municípios, até porque a atual conjuntura e escassez de recursos financeiros (P2, P4, P6, P9, P10, P11, P12, P15), associada às atuais taxas de desemprego (P4, P6, P9, P10, P12) não favorecem a sua melhoria.

Relativamente à análise dos indicadores educativos, as unidades de análise constituem um leque de dimensões. Aplicada uma grelha quantitativa de análise, por ordem decrescente, permite aferir os domínios positivos mais enfatizados – Ver Gráfico 38.

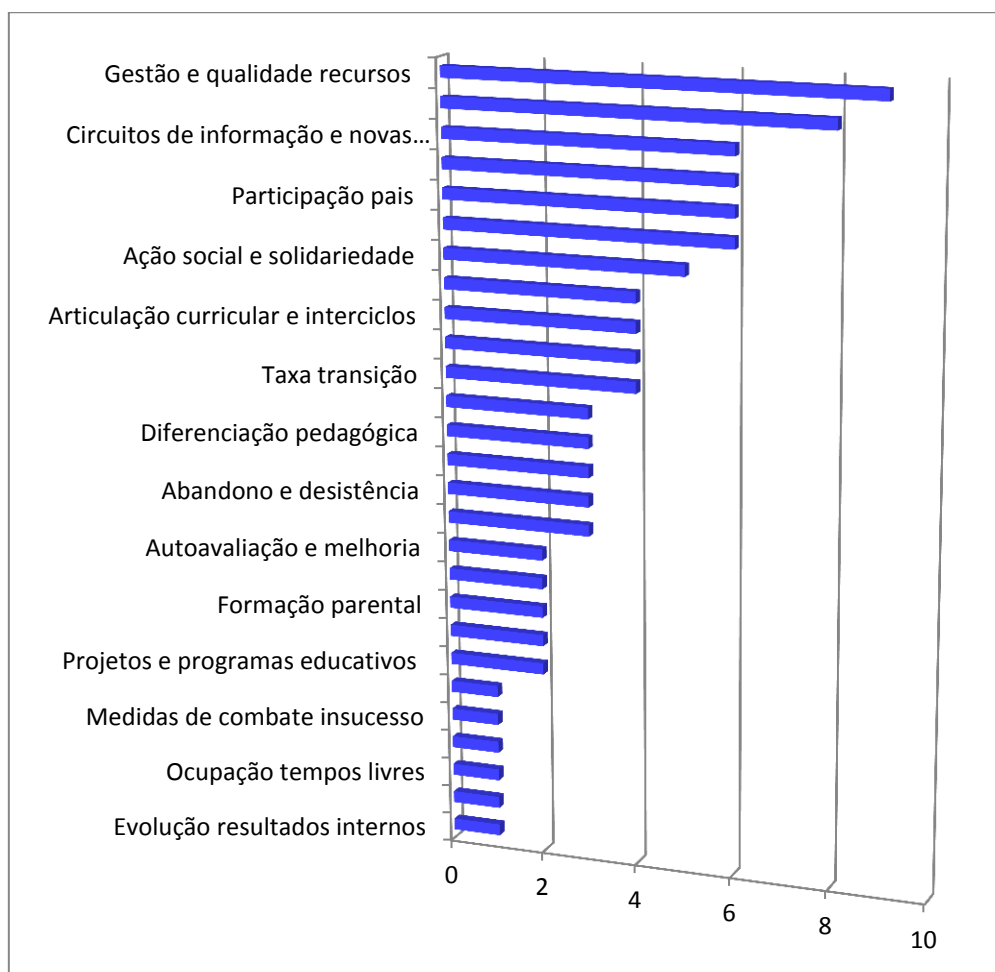
Gráfico 38 - Indicadores educativos: os pontos fortes



O ponto mais alto é conferido ao aumento e desenvolvimento da Rede de Parcerias (P1, P4, P6, P7, P9, P10, P11, P12, P13), enquanto ponto vital para o desenvolvimento dos projetos e programas educativos (P1, P4, P6, P7, P9, P10, P11, P15) e para a qualidade de sucesso (P1, P4, P9, P10, P11, P12, P13, P15).

Fazendo a leitura pela linha menos positiva, constatamos que os pontos menos fortes são, em primeiro lugar, relativos à Liderança e Gestão, designadamente no campo da Gestão e Qualidade dos Recursos (P1, P4, P6, P7, P9, P10, P11, P12, P15). Segue-se a Prestação do Serviço Educativo, mormente no que concerne à diversidade da oferta educativa (P4, P6, P7, P10, P11, P12, P13). Com menor ênfase mas número igual de indicadores (n=6), surgem os domínios dos Resultados e da Liderança e Gestão: Domínio 1 - Resultados (i) académicos - qualidade do sucesso (P2, P4, P6, P9, P10, P11) e (ii) sociais - participação (insuficiente) dos pais/EE (P1, P2, P4, P9, P11 e P12); Domínio 3 - Liderança e Gestão – (i) Liderança - rede de parcerias (P1, P4, P6, P11, P12, P15) e (ii) Gestão - Circuitos de informação e novas tecnologias - P1, P6, P10, P11, P12 e P13) – Ver Gráfico 39.

Gráfico 39 - Indicadores educativos: pontos fracos



Por último, todos os projetos remetem para os censos de 2001 a 2011, registrando que a escolarização da população aumentou significativamente, a rede de parcerias cresceu e desenvolveu de modo mais sustentado a relações Escola-Empresa (P4, P10), abrindo uma janela de oportunidades para lógicas e formas menos isoladas de atuação interinstitucional (P7).

Planos de ação

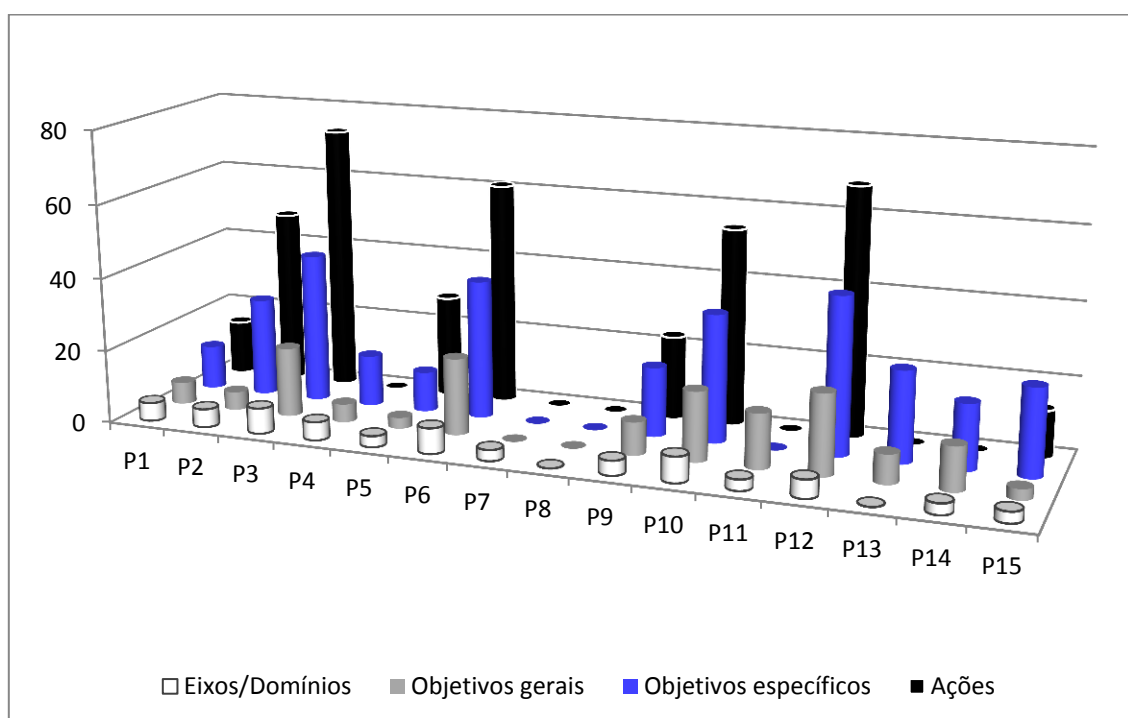
Como dizemos atrás, a maioria dos projetos educativos municipais ancora-se numa perspectiva de Cidade Educadora e de cidadania ativa. Por eles perpassa a ideia de que o projeto não é um simples documento mas antes um instrumento que fixa os princípios orientadores, os objetivos e as estratégias ou ações a implementar, que analisamos neste item, procurando ainda reconhecer as diretrizes traçadas para o acompanhamento, monitorização e avaliação do PEM.

Da visão estratégica aos projetos e ações

Conforme se observa no Gráfico 40, o número de eixos/domínios varia entre três³² e sete, sendo que P5, P7, P11, P14 e P15 têm o menor número, enquanto P3, P6 e P10 têm o maior. O número de objetivos gerais varia entre os três de P5 e P15 e os vinte e dois de P12. Os objetivos específicos são onze em P5 e quarenta e três em P12. Já as ações variam entre as treze de P15 e as setenta e três de P3. Globalmente, e considerando apenas os PEM que preenchem todos estes campos, é P1 o mais sintético, com um número total de trinta e oito itens, e P3 o mais extensivo, com cento e quarenta itens.

³² Sem contar, por isso, com aqueles projetos que não os apresentam.

Gráfico 40 - Eixos/domínios, objetivos gerais e específicos, e ações



Esta análise compreendeu a codificação dos objetivos gerais e específicos, bem como das estratégias de ação presentes nos PEM. A árvore analítica, criada a partir dos próprios PEM, compõe-se de 104 categorias e subcategorias. P2 foi o projeto que abrangeu um maior número de categorias, com 81, sendo seguido de muito perto por P3 e P12 (com 77), P6 (com 76) e P10 (com 75). No que diz respeito ao número de referências, foi P10 aquele que produziu um maior número, com 1147. P3 deu origem a 902 referências e P6 a 805 – Ver Quadro 20.

Quadro 20 - Número de categorias, subcategorias e referências em cada PEM

Name	Categorias e subcategorias	Referências
P1	46	205
P2	81	639
P3	77	902
P4	39	131
P5	58	366
P6	76	805
P7	34	77
P8	0	0
P9	46	282
P10	75	1147
P11	38	95
P12	77	761
P13	44	221
P14	52	176
P15	52	194

Estruturamos os principais eixos dos planos de ação em cinco categorias: Cultura e Patrimônio, Emprego e Economia, Prestação do Serviço Educativo, Resultados Acadêmicos, Sociedade e Cidadania.

Como o Quadro 21 mostra, há um desequilíbrio muito significativo no que toca aos eixos. Com efeito, a “prestação do serviço educativo” é o eixo que mais se destaca, com 487 referências, seguido de “sociedade e cidadania”, com 235 referências, e “resultados acadêmicos”, com 156. O emprego e a economia (51), mas sobretudo a “cultura e patrimônio” (19), têm uma presença muito mais discreta.

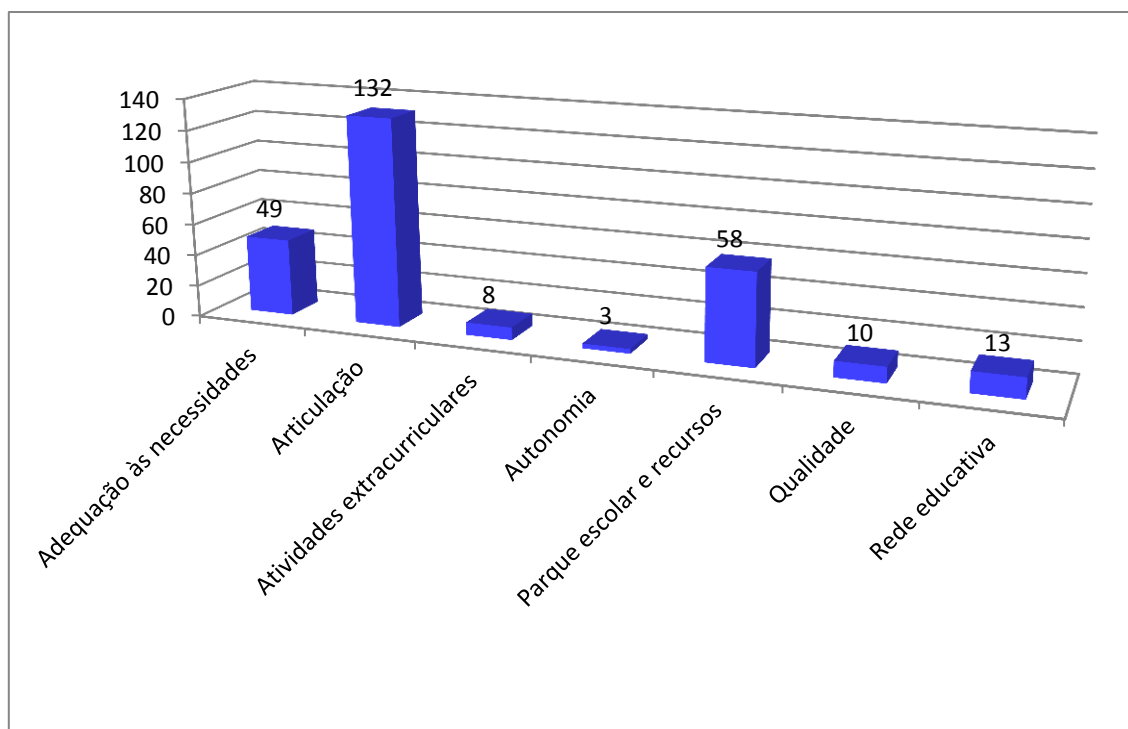
Quadro 21 - Fontes e referências em cada eixo do Plano de Ação

Eixo	Fontes	Referências
Cultura e patrimônio	9	19
Emprego e economia	11	51
Competitividade	1	1
Educação financeira	2	6
Empreendedorismo	6	15
Empregabilidade	5	9
Orientação vocacional	9	18
Prestação do serviço educativo	14	487
Apoio	12	71
Rede de transporte escolar	5	9
Transição de ciclo	3	9
Divulgação e comunicação	11	80
Monitorização e avaliação	9	36
Oferta educativa e formativa	14	300
Adequação às necessidades	13	49
Articulação	14	132
Formação em contexto de trabalho	5	7
Atividades extracurriculares	2	8
Autonomia	1	3
Parque escolar e recursos	10	58
Qualidade	6	10
Rede educativa	7	13
Resultados académicos	14	156
Insucesso educativo	13	55
Abandono	12	28
Absentismo	4	7
Analfabetismo	3	5
Sucesso educativo	14	97
Aprendizagem, aquisição	5	11
Aproveitamento	8	23
Provas externas	6	9
Provas internas	3	4
Conclusão	11	27
Frequência	6	14
Sociedade e cidadania	14	235
Ambiente	8	31

Cidadania	12	36
Exclusão social	3	4
Inclusão social	11	39
Igualdade de oportunidades	10	15
Indisciplina e violência	6	14
Pensamento crítico	3	4
Saúde	10	53
Desporto	7	17
Segurança	6	35
Escolar	5	19
Rodoviária	4	9
Tolerância, respeito, diálogo	4	10
Trabalho em equipa, cooperação, solidariedade	3	5
Total	14	948

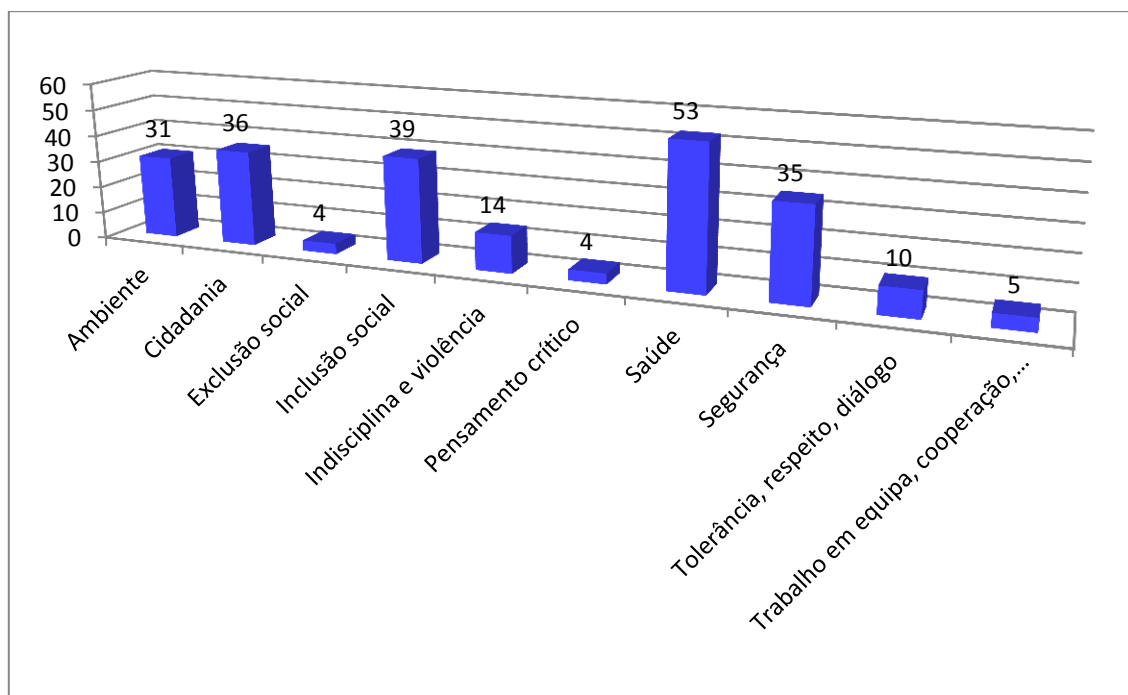
No que tem a ver com a “prestação do serviço educativo”, há uma notória concentração em volta da “oferta educativa e formativa”, com 300 referências, e que diz respeito, muito particularmente, à importância de ela ser desenvolvida em “articulação” (132 referências) (cf. também Gráfico 41). De resto, quer o “parque escolar e os recursos” (58 referências), quer a “adequação às necessidades” (49) repartem uma visibilidade que pode considerar-se secundária. Curiosamente, subcategorias como “qualidade” (10) e “autonomia” (3) são praticamente inexistentes.

Gráfico 41 - Oferta educativa e formativa



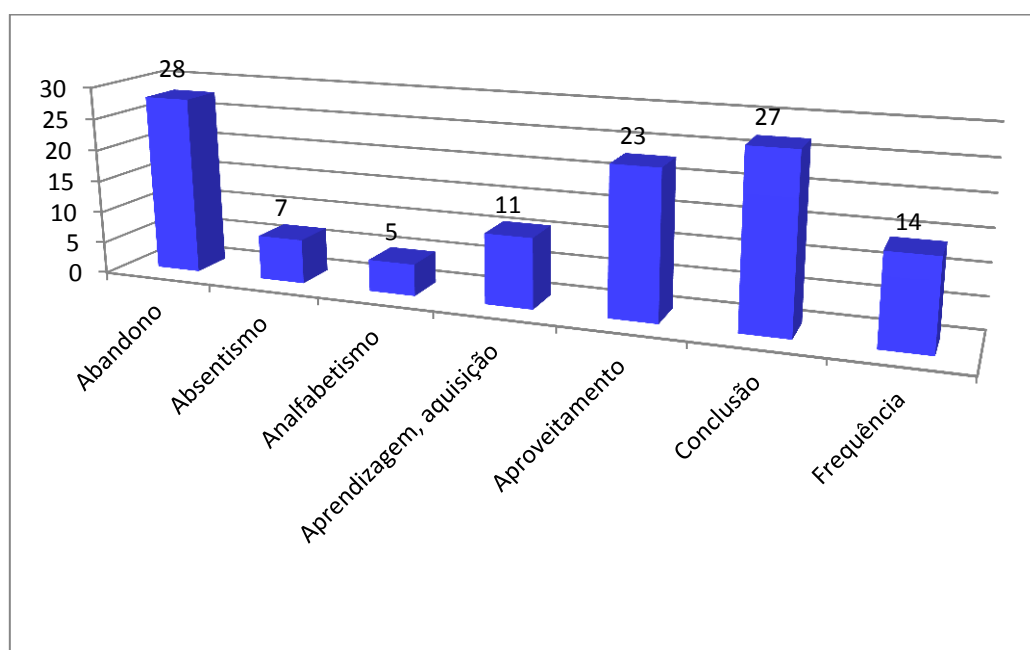
Uma análise pormenorizada da categoria “sociedade e cidadania” revela que a “saúde” (com 53 referências) é a questão social mais preponderante, conquanto a “inclusão social”, a “cidadania” e a participação cívica, a “segurança” e o “ambiente” (todas com mais de 30 referências) sejam também expressivas – Ver Gráfico 42.

Gráfico 42 - Sociedade e cidadania



No que respeita aos “resultados académicos”, é interessante notar que os planos de ação se focam mais no “sucesso” do que no “insucesso”, numa proporção de 97 contra 55 referências, respetivamente. Não obstante, a subcategoria mais referida é mesmo o “abandono”, com 28 referências, muito embora a “conclusão” de percursos de educação e formação, assim como o aproveitamento, apresentem uma frequência similar (com 27 e 23 referências) – Ver Gráfico 43.

Gráfico 43 - Resultados acadêmicos

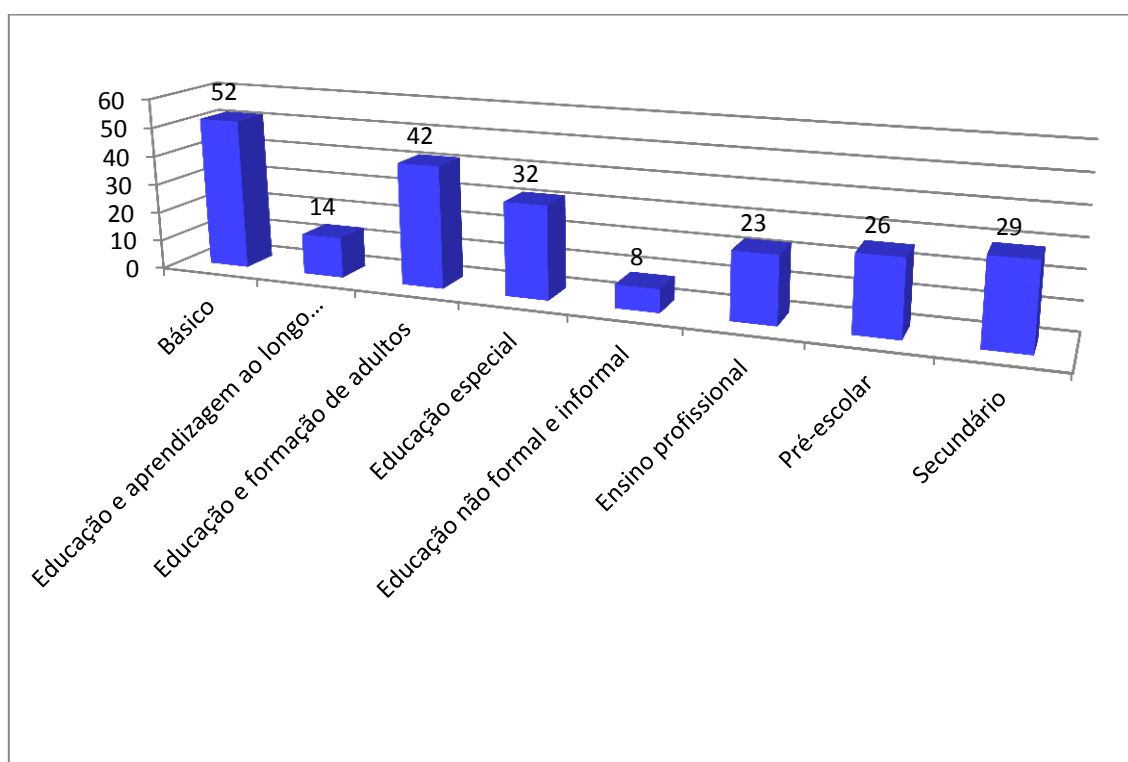


Se atendermos antes às “modalidades ou níveis de ensino”, observa-se que o percurso dito regular, e que inclui a educação “pré-escolar” (26), o ensino “básico” (52) e o ensino “secundário” (29), recolhe cerca de metade das referências, isto é, 107, num total de 226 – Ver Quadro 22 e Gráfico 44.

Quadro 22 - Fontes e referências em cada modalidade de educação ou nível de ensino

Modalidade de educação / nível de ensino	Fontes	Referências
Básico	10	52
1.º CEB	7	16
2.º CEB	7	12
3.º CEB	8	15
Educação e aprendizagem ao longo da vida	7	14
Educação e formação de adultos	9	42
Formação continua	9	26
Reconhecimento de aprendizagens prévias	1	1
Educação especial	6	32
Educação não formal e informal	5	8
Ensino profissional	10	23
Cursos profissionais	3	5
Educação pré-escolar	9	26
Secundário	8	29
Total	13	226

Gráfico 44 - Modalidade de educação / nível de ensino



A “educação e formação de adultos”, por sua vez, congrega 42 referências. É de notar, contudo, que esta subcategoria inclui a “formação contínua”, que, só ela, contribui com 26 referências. Destas, 18 (cerca de 70%) referem-se à formação de professores e pessoal não docente, logo, reportam-se também ao “escolar” e ao “formal”.

A “educação especial” obtém 32 referências. Deve ressaltar-se que codificamos nesta categoria todas as referências a “necessidades educativas especiais”, “dificuldades” de aprendizagem, “deficiências”. Não pode concluir-se, portanto, que todas elas correspondem, por isso, a iniciativas estruturadas de educação especial (cf. exemplos em caixa).

“Formar e sensibilizar os funcionários das escolas para formas de intervenção com crianças nee.” (P1)

“Promover o pleno desenvolvimento e inclusão das crianças portadoras de nee do concelho.” (P1)

“Fornecer suporte emocional aos pais de crianças e jovens portadores de nee.” (P1)

“Grupos de ajuda mútua para os encarregados de educação de crianças com deficiência.” (P1)

“Desenvolver atividades de apoio aos alunos com maiores dificuldades na disciplina de Língua Portuguesa.” (P2)

“Estimular ações de avaliação psicológica dos alunos sinalizados com dificuldades de aprendizagem ou com necessidades educativas especiais de caráter temporário, em risco de abandono escolar.” (P2)

“Garantir o acesso ao apoio nas diferentes instituições de ensino a todos os alunos com NEEs.” (P2)

Integrar as pessoas com Necessidades Educativas Especiais.” (P3)

“Garantir que todos os alunos com NEE's têm acesso a apoio nas diferentes instituições de ensino/formação.” (P3)

“Criar a figura de Provedor do Deficiente.” (P12)

O mesmo acontece relativamente à “educação e aprendizagem ao longo da vida” (com 14 referências) e à “educação não formal e informal” (com 8). Globalmente, qualquer uma destas fórmulas está presente nos PEM, sobretudo no plano retórico. Mas nem sempre se especifica como as orientações e traduzirão em práticas e ações efetivas (cf. exemplos em caixa).

“Apoiar os projetos concelhios de educação informal que atuem no âmbito do combate ao abandono escolar, designadamente dos Centros Comunitários ou outros projetos locais.” (P2)

“Promover uma articulação entre as instituições educativas/formativas com os parceiros sociais que atuam no contexto de aprendizagem ao longo da vida.” (P3)

“Numa perspetiva de aprendizagem ao longo da vida, pretende-se envolver as três Universidades Seniores no desenvolvimento de uma política educativa não formal.” (P5)

“Fomentar a participação dos adultos, em particular dos adultos pouco qualificados, na aprendizagem ao longo da vida.” (P6)

“Aumentar a participação dos adultos, em particular dos adultos pouco qualificados, na aprendizagem ao longo da vida.” (P9)

“Eliminar o analfabetismo funcional, nomeadamente em contextos não formais de educação de adultos.” (P10)

“Promover a aprendizagem ao longo da vida.” (P12)

“Promover a frequência de formações não formais nas diferentes instituições do concelho.” (P12);

“Potenciar candidaturas a programas europeus de intercâmbio de aprendizagem ao longo da vida (Sócrates, Leonardo Da Vinci, entre outros).” (P12)

“Sucesso Educativo, Aprendizagem ao longo da vida e Empregabilidade.” (P14)

“Incentivar uma cultura de escolaridade prolongada e aprendizagem ao longo da vida, potenciando os recursos do meio.” (P14)

“Promover o desenvolvimento de políticas educativas não formais e informais, numa perspetiva de educação ao longo da vida” (P15)

“Envolver pelo menos 20% dos adultos com baixas qualificações em ações de aprendizagem ao longo da vida.” (P15)

O predomínio do escolar e da educação formal é muito evidente nos “participantes e/ou destinatários” identificados nos objetivos e estratégias de ação. Na verdade, das 716 referências codificadas a este propósito, 309 têm que ver diretamente com as escolas e os agrupamentos de escolas. Além disso, muitas das referências a “crianças” e “jovens” estão relacionadas também com o contexto escolar. Além das escolas, as “pessoas” (e.g., crianças, jovens, adultos) são até mais visadas do que o conjunto das “outras instituições” (194 contra 166, respetivamente). No caso das “pessoas”, a “comunidade educativa” (62) é a mais referida, logo seguida pelos “jovens” (43). Entre as instituições, com exceção das “escolas”, predominam as “empresas”, com 57 referências, e as “autarquias” (36). Também o “mercado de emprego” ultrapassa as 30 referências – Ver Quadro 23.

Quadro 23 - Fontes e referências por grupo de participantes e/ou destinatários

Participantes e/ou destinatários	Fontes	Referências
Escolas e agrupamentos	14	309
Alunos	9	56
Pais	10	39
Pessoal não docente	9	16
Professores	7	19
Mercado de emprego	10	34
Outras instituições	13	166
Ação social	8	27
Associações	5	10
IPSS	4	8
Autarquias	10	36
Bibliotecas	3	3
Câmaras municipais	6	12
Departamentos municipais	5	8
Juntas de freguesia	3	4
CQEP, centros de formação	5	12
Empresas	11	57
Organismos públicos	8	24
Centros de saúde	5	6
IEFP	6	12
Segurança social	1	1
Pessoas	14	194
Adultos	9	29
Crianças	8	23
Jovens	10	43
Todos	14	99
Comunidade educativa	12	62
Famílias	9	20
População	5	9
Programas e planos nacionais	8	13
Total	14	716

Um cruzamento das codificações entre os eixos e os destinatários e/ou participantes permite concluir que atravessa os PEM a intenção de promover a articulação entre as escolas, assim

como entre elas, as empresas e o mercado de emprego. Em 21 ocorrências, esta articulação é formulada em termos de adequação às necessidades das empresas – Ver Quadro 24.

Quadro 24 - Cruzamento de referências por participantes e/ou destinatários na prestação do serviço educativo

Participantes Serviço educativo	Escolas e agrupamentos	Mercado de emprego	Ação social	Autarquias	CQEP, centros de formação	Empresas	Organismos públicos	Adultos	Crianças	Jovens	Comunidade educativa	Famílias	População	Programas e planos nacionais
Apoio	24	0	1	3	0	1	0	3	7	3	4	10	0	0
Rede de transporte escolar	3	0	1	1	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0
Transição de ciclo	5	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0
Divulgação e comunicação	18	4	2	5	1	9	2	2	1	2	9	1	0	1
Monitorização e avaliação	10	0	1	2	0	1	1	0	0	0	0	1	0	1
Oferta educativa e formativa	92	16	7	9	5	37	12	7	1	6	12	8	3	4
Adequação às necessidades	15	11	1	2	1	21	3	0	0	1	2	1	0	1
Articulação	53	6	4	9	4	17	9	2	1	2	9	7	0	1
Formação em contexto de trabalho	1	2	0	0	0	3	0	0	0	1	0	0	0	0
Atividades extra curriculares	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Autonomia	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Parque escolar e recursos	9	0	2	0	0	0	0	0	0	0	1	0	3	2
Qualidade	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Rede educativa	8	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1

Entre as referências às diversas “áreas do saber”, ganham destaque aquelas relacionadas com as “línguas” (com 12 referências), a “matemática” (11) e as “tecnologias da informação e comunicação” (12), pese embora sejam mencionadas também a “ciência e tecnologia” (8) e, finalmente, as “artes” (4) – Ver Quadro 25.

Quadro 25 - Fontes e referências por área do saber

Área do saber	Fontes	Referências
Artes	2	4
Ciência e tecnologia	7	8
Línguas	6	12
Língua Portuguesa	5	7
Línguas estrangeiras	2	5
Matemática	5	11
TIC	3	12
Total	10	47

Orientações para o desenvolvimento e monitorização dos projetos

A identificação e a determinação das principais ações que concretizarão o projeto educativo municipal é a primeira fase de um processo dinâmico. A segunda fase é a sua implementação e, por isso, são referidos projetos de intervenção já existentes ou novas iniciativas (P1, P9) e a necessidade de estabelecer planos anuais de atividades, constituídos pela planificação das atividades desenvolvidas pelos diversos atores educativos do concelho e enquadradas pelas linhas orientadoras, pelos objetivos gerais e específicos e pelas estratégias traçadas no projeto educativo (P3, P11)³³. Estabelece-se que o plano anual de atividades deve ter em consideração o ano letivo (P5) e o calendário escolar (P10), em virtude do significativo peso da educação formal na ação educativa das crianças e jovens, e alguns projetos estabelecem uma grelha para o plano (P5, P6, P14) ou uma ficha-tipo para cada atividade (P11) ou, simplesmente, referem a criação de materiais com vista a facilitar a implementação das ações (P1).

A implementação das ações visa contribuir para "modificar a situação" diagnosticada e "superar os problemas educativos do concelho" (P9). Há, no entanto, a perceção, de que não chega estabelecer as linhas estratégias, planejar as ações e criar instrumentos facilitadores, porquanto a execução das ações requer a criação das condições necessárias, nomeadamente do envolvimento das instituições e dos agentes educativos e o desenvolvimento de um trabalho "em rede, articulado e flexível às necessidades encontradas" (P10).

³³ Três projetos incorporam mesmo uma grelha a ser preenchida (P5, P6, P13).

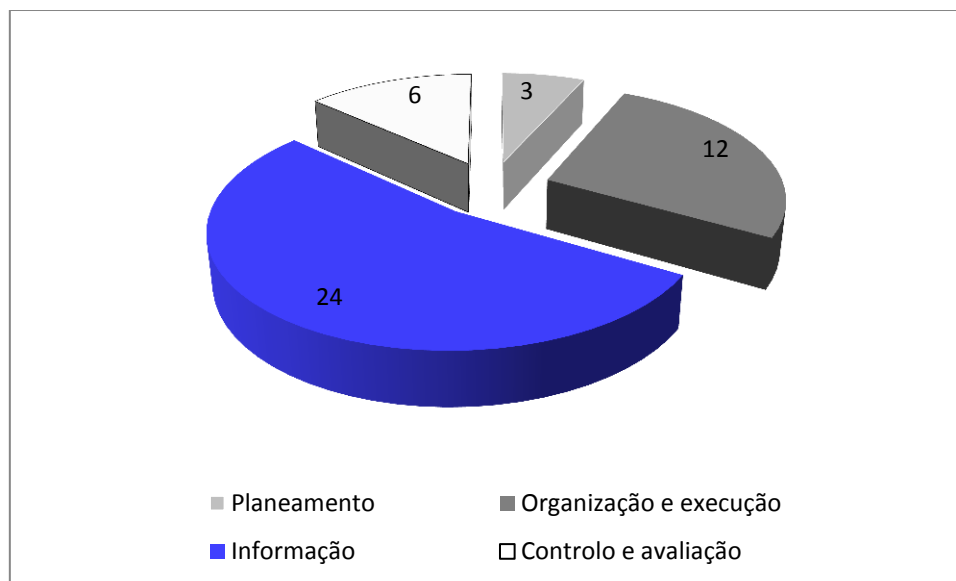
A consideração do projeto educativo como um processo dinâmico aproxima a sua execução da metodologia de investigação-ação e, conseqüentemente, imprime-lhe uma lógica de construção e reconstrução que faz do documento produzido um produto inacabado, porquanto a sua implementação pode implicar a definição de novas etapas e a reformulação de estratégias com vista a corrigir efeitos e ajustar ou prever novas etapas (P1).

A maioria dos projetos prevê, assim, a sua monitorização enquanto processo de acompanhamento em permanência, de recolha regular de informação, de análise e reflexão sobre as ações realizadas e a prossecução dos objetivos definidos (P11). Cerca de metade dos projetos educativos prevê a constituição de um grupo de trabalho ou uma equipa e/ou de um observatório local de educação a "crescer" a partir do Conselho Municipal de Educação (P1, P3, P5, P6, P7, P12, P14, P15).

A equipa a constituir seria "multidisciplinar" e "interinstitucional", porque integraria técnicos da autarquia (de preferência, de áreas diversas) e representantes no Conselho Municipal de Educação (P15) ou, numa versão (que pode ser) mais lata, "representantes de entidades públicas e privadas com ou sem fins lucrativos, com intervenção direta ou indireta na área educativa e/ou formativa do município" (P3).

Esta equipa terá funções de planeamento, organização e execução, informação e controlo e avaliação - Ver Quadro 26. A análise deste quadro mostra que, nos projetos educativos municipais analisados, predominam as referências à função de informação (24), que são o dobro das referências às funções de organização e coordenação (12), o quádruplo das referências à função de controlo e avaliação (6) e o óctuplo das referências à função de planeamento (3) – Ver Gráfico 45.

Gráfico 45 - Funções da equipa PEM



Na discriminação das funções, são referidas mais vezes as tarefas de recolha e sistematização da informação (7 vezes), de divulgação do PEM junto da população (4 vezes), de monitorização e avaliação do PEM (4 vezes), de elaboração da proposta de plano de ação anual (3 vezes) e de elaboração de relatórios de avaliação (três vezes).

Quadro 26 - Funções da equipa PEM

Funções	Descrição	Frequência
Planeamento (3)	Elaborar proposta de plano de ação anual	+ + +
Organização e execução (12)	Coordenar o PEM	+
	Elaborar plano de ação anual	+
	Articular atividades e projetos do PEM com outros projetos em curso	+
	Promover e reforçar redes de parceria	+
	Mobilizar as entidades locais na concretização do PEM	+
	Assegurar a coordenação técnica das ações no âmbito do PEM	+
	Estruturar o Observatório Local de Educação	+
	Executar deliberações do CME	+
	Estimular a colaboração ativa de entidades locais (públicas e privadas)	+
	Realizar sessões públicas de informação e discussão sobre as políticas educativas	+
	Promover reuniões com os diversos parceiros	+
	Gerir processos operacionais relevantes (refeições escolares, intervenção nos estabelecimentos escolares, transportes escolares)	+

Informação (24)	Recolher e sistematizar informação - criar base de dados	++ ++ + + +
	Partilhar informação com entidades parceiras	+ +
	Facilitar o acesso da população à informação	+
	Produzir relatórios sobre execução e progresso do PEM	+
	Divulgar o PEM e do plano de ação junto da população	+ + + +
	Difundir o conhecimento produzido e as "boas práticas"	+
	Emitir e Elaborar pareceres ou recomendações	+ +
	Fornecer indicadores para futuras reformulações	+
	Elaborar relatórios de avaliação	+ + +
	Atualizar o diagnóstico	+ +
Controlo e avaliação (6)	Acompanhar, monitorizar e avaliar a execução do plano de ação	+ + + +
	Avaliação anual	+
	Avaliação final externa (se possível)	+

Avaliação

Os projetos educativos incorporam a dimensão de avaliação como dispositivo de monitorização do seu desenvolvimento, apuramento dos resultados e regulação dos processos e das ações (P5, P10). A avaliação visa produzir informação de sustentação da ação e fornecer os dados necessários para a tomada de decisões com vista à melhoria do projeto educativo, seja ao nível da organização seja ao nível do funcionamento (P7, P9).

A avaliação vai, pois, para além da vertente de monitorização e visa os seguintes **objetivos**:

- Produzir indicadores de desempenho (P9);
- Recolher e compilar dados sobre as atividades (P9), a gestão e funcionamento do projeto, as expectativas dos agentes educativos, os resultados, os impactos e os custos (P10);
- Produzir conhecimento sobre o território educativo e a execução do projeto (P9);
- Identificar os fatores críticos para a concretização das ações planeadas (P7);
- Aferir os resultados, os objetivos alcançados e as metas concretizadas (P9);
- Explicar os resultados das iniciativas realizadas (P12);
- Compreender “o que está a resultar e o que está a falhar” (P9);
- Aferir os pontos fortes e fracos através da análise SWOT (P9);
- Sugerir a reorientação ou o reforço de iniciativas e adequação dos recursos disponíveis (P12);
- Rever os métodos e as atividades (P9);
- Contribuir para a resolução dos problemas encontrados, o ajustamento de estratégias e objetivos às novas situações (P9);
- Alterar, se necessário, o trajeto da ação (P12);
- Medir o impacto do projeto na comunidade (P9);

- Contribuir para a visibilidade das intervenções e dos seus resultados (P12);
- Inculcar credibilidade ao projeto (P9).

A avaliação do projeto educativo municipal é vista como componente do próprio processo de planeamento porque permite analisar e refletir sobre o seu desenvolvimento e vem a ser um importante veículo de promoção de “boas práticas”, de melhoria dos resultados e de aperfeiçoamento da prestação do serviço educativo no território concelhio (P6).

Na verdade, a avaliação focaliza-se tanto no ajuizamento ou valoração dos resultados e das ações face ao prosseguido como no exame do grau de adequação da ação com vista à tomada de decisão. Contempla, por isso, a avaliação tanto do funcionamento como do progresso do PEM.

À avaliação do projeto educativo municipal são atribuídas diversas **funções**:

- a função de **diagnóstico** - a avaliação contribui para o diagnóstico de necessidades e do ponto da situação (P11);
- a função de **informação** - a avaliação dá informações sobre a realização, a evolução e os desvios face aos objetivos estabelecidos, os resultados alcançados e os impactos produzidos (P6, P11);
- a função de **medição** - a avaliação mede o grau de realização e os resultados das ações, bem como a retroação do PEM e a sua consolidação (P12);
- a função de **orientação** - a avaliação fornece os dados necessários para orientar a planificação e a ação (P11);
- a função de **operatividade** - a avaliação orienta-se para a ação com vista à melhoria (P9);
- a função de **acompanhamento** - a avaliação funciona ao longo do desenvolvimento do projeto com vista à monitorização e regulação da ação (P9);
- a função de **regulação** - a avaliação em permanência permite a reformulação das ações ou a reorganização dos recursos (P5, P6);
- a função de **participação** - a avaliação associa os agentes educativos às práticas avaliativas, o que facilita a devolução dos resultados (P9);
- a função de **formação** - a avaliação cria condições para a formação e aprendizagem conjunta dos agentes educativos que nela participam (P6, P9);
- a função de **controlo** - a avaliação disponibiliza mecanismos de acompanhamento e controlo da ação (P12);
- a função de **reconhecimento** - a avaliação permite conhecer as forças e as fragilidades do projeto e das suas ações (P6) e reconhecer o tipo e grau de envolvimento das instituições e dos agentes educativos;

- a função de **certificação** - a avaliação atesta a competência dos participantes nos projetos e ações (P11);
- a função de **motivação** - a avaliação contribui para a motivação dos participantes tendo em vista maior responsabilização pelo processo (P11);
- a função de **prestação de contas** - a avaliação informa a comunidade e os agentes educativos sobre a eficácia e os impactos das ações realizadas e a aplicação dos impostos (P11).

Alguns projetos educativos municipais enunciam ainda os **critérios** genéricos em que deve assentar a sua avaliação: *pertinência* dos objetivos e das ações e sua *relevância* face ao contexto, aos problemas e aos desafios; *adequação* das ações com os objetivos a atingir; *eficácia* das medidas e das ações face aos objetivos estabelecidos; *eficiência* dos recursos utilizados para a consecução dos objetivos; *equidade* na distribuição dos recursos; e *impacto* das ações no contexto educativo (P6, P7, P11, P12).

Contudo, pelos processos de avaliação perpassam algumas incertezas de ordem conceptual e metodológica que validam o seu questionamento, nomeadamente no que respeita às unidades de medida e às variáveis utilizadas para descrever a realidade, aos processos e aos instrumentos de recolha de dados (P11). Daí que sejam diversificados os **instrumentos** e as **fontes** a utilizar na avaliação dos projetos educativos municipais - grelhas de registo, questionários, *checklists*, narrativas, painéis, *focus group*, observação direta, análise estatística, fórum de discussão (P1, P5, P10, P12) - e as orientações surjam ora num registo de prescrição - “deve recorrer a” (P10) - ora num registo de possibilidade - “sugere-se”, “será importante criar”, “parece ser importante”, “é importante”, “pode ser efetuada” (P10).

No que respeita às **fases de avaliação**, distinguem-se três nos projetos educativos municipais e a respetiva modalidade: a fase prévia - avaliação diagnóstica; a fase de implementação - avaliação formativa (centrada não apenas no funcionamento, mas também nos progressos); e a fase posterior - avaliação sumativa (P9, P10). Estas fases não são estanques e sequenciais, porquanto elas se intersectam e influenciam.

Alguns projetos determinam a quem cabe a **responsabilidade** de conduzir esta avaliação: se genericamente ela é da responsabilidade da autarquia (P10), ela é operacionalizada pela equipa responsável pelo Observatório local de educação (P1), preferencialmente constituída por técnicos daquela (equipa multidisciplinar) e outros agentes educativos (P10, P12, P15), nomeadamente representantes do Conselho Municipal de Educação (equipa interinstitucional). É a esta equipa que cabe produzir os relatórios intermédios e um relatório final (P1, P7, P12).

Os quinze Projetos Educativos Municipais em análise apresentam-se em **distintos estádios de desenvolvimento**: ainda em fase de coleta de dados e elaboração de diagnóstico estratégico, em fase de construção do projeto de ação e/ou do plano de execução e em fase de apresentação a discussão pública. Esta diferença de estágio de desenvolvimento está, em parte, na origem das diferenças de extensão entre a secção do contexto e do diagnóstico e a secção do plano de ação, bem como da desproporção entre as mesmas. Mas esta desproporção reflete igualmente, por um lado, o manancial de dados de que dispõem os municípios para o diagnóstico do território relativamente à geografia, à história, ao património, à cultura, à população e à economia e, por outro, a inexperiência em elaborar planos de ação tão abrangentes no domínio da educação como é o projeto educativo municipal.

Neste sentido, é de sublinhar a significativa **abrangência de entidades envolvidas** na elaboração dos PEM, contemplando os setores público, privado e o terceiro setor, assim como funções muito diversas, de que são exemplo: educação, ação social, segurança, saúde, comércio e indústria, cultura e património, desporto, entre outras. Esta significativa abrangência não impede, porém, um desequilíbrio acentuado a favor das escolas, especialmente as da rede pública, o que, em alguns casos, torna hiperbólica a proclamação do envolvimento de “todos”: instituições, agentes, interessados.

Ainda no que respeita à estratégia metodológica utilizada na elaboração do PEM, constitui um ponto forte o predomínio de **formas de participação** mais interativas (e.g., investigação-ação, construção partilhada, fóruns de discussão e partilha, inquérito ou questionário), relativamente a essouras menos interativas, como a análise de estatísticas, por exemplo.

No que diz respeito ao **diagnóstico da educação** no território concelhio, destaca-se pela positiva a caracterização detalhada e exaustiva na maioria dos projetos, mobilizando indicadores educativos relativos à escolarização, ao abandono escolar, aos resultados académicos, à transição de ano e à conclusão de ciclo, e, em alguns deles, a projeção da análise do sucesso educativo tendo como referência as metas nacionais estabelecidas para 2015 e 2020. Nota-se, no entanto, na maioria dos projetos analisados a ausência de referências à acessibilidade das crianças e dos alunos aos estabelecimentos educativos.

No que concerne ao diagnóstico da educação no território concelhio, merece atenção especial dos agentes educativos locais o facto de, em alguns municípios, as equipas técnicas se confrontarem com a dificuldade inesperada de acederem a dados de avaliação interna de algumas escolas e agrupamentos que, na prática, têm procrastinado sistematicamente a sua disponibilização. Tal facto pode resultar de medos e desconfianças historicamente sustentadas mas atualmente dissipadas pelo historial das práticas dos municípios e da interação dos atores

locais no desenvolvimento da política educativa local (Fernandes, 2000), sem esquecer, no entanto, a “longa duração da ideia de que os municípios na educação e na cultura decorreu em cenários de incerteza” e que “tais efetividade e incertezas prolongam-se pela atualidade, sob a forma de desafios de diversa grandeza e natureza” (Adão & Magalhães, 2013).

No que concerne aos planos de ação desenhados ou ainda em desenho, é de realçar, em primeiro lugar, a importância atribuída ao projeto educativo municipal como documento que vertebra o planeamento da ação no domínio da educação e que está na base da clarificação dos **princípios orientadores** da mesma em alguns dos PEM analisados. É de realçar também a assinalável multidimensionalidade dos **eixos de desenvolvimento educativo** do território municipal, na medida em que os PEM contemplam a prestação do serviço educativo, os resultados académicos, mas também a sociedade e cidadania (de forma expressiva), o emprego e economia, bem como a cultura e património, embora se verifique desequilíbrio a desfavor sobretudo do último eixo, isto é, cultura e património. É de realçar ainda a concentração na **oferta formativa das escolas** e a preocupação com a articulação com o emprego e a economia, embora, em alguns casos, ela se confunda com subordinação às supostas necessidades do mercado de emprego e dos índices de “empregabilidade”.

À guisa de conclusão, pode-se afirmar que a elaboração dos PEM é um processo em níveis de desenvolvimento diferenciado e reflete níveis distintos de envolvimento dos atores educativos locais e de capacitação sobretudo das equipas técnicas que as autarquias constituíram. As desigualdades evidenciadas sugerem a necessidade de criação de um dispositivo de acompanhamento e de apoio, bem como a diversificação dos meios para alavancarem a implementação dos projetos educativos municipais.

IX. Conclusões e recomendações

Analisados os contextos, os processos e os resultados até ao momento obtidos (dezembro de 2013) e considerando o tempo *relativamente* escasso de intervenção no terreno de cada um dos municípios ³⁴ pode afirmar-se, à luz dos dados recolhidos e analisados, que os processos de construção e desenvolvimento dos PEM se constituíram como fatores muito importantes de conhecimento e reconhecimento das potencialidades e limitações da educação e da formação em cada território municipal. Destaca-se, em particular, o processo de sistematização dos resultados internos e externos produzidos ao nível das instituições educativas e respetiva comparação à escala municipal e nacional e o esforço de definição de metas específicas, realistas e atingíveis, tornando possível o exercício de *benchmarking* que pode desafiar e elevar as possibilidades de cumprimento dos desígnios educativos dos territórios. As dinâmicas de auscultação e participação que foram sistematicamente geradas criaram as bases indispensáveis para que a educação seja, de facto, assunto e compromisso de todos os atores sociais. Isto significa que se deu um passo decisivo para que a educação assuma uma perspetiva territorializada, as escolas deixem de estar asfixiadas por um excesso de mandatos impossíveis de cumprir (Nóvoa, 2005) e se estabeleça um laço e um novo *contrato social* em torno da educação.

Sendo esta a conclusão mais expressiva, não podemos deixar de assinalar outras que, de algum modo, a sustentam.

Assim, assumimos, à luz do que foi documentado:

1. A territorialização das políticas de educação e formação são uma possibilidade para as escolas, as autarquias e as comunidades que elas servem, como se evidenciou ao longo deste processo.
2. Os objetivos, as atividades e produtos previstos em sede de Caderno de Encargos foram genericamente cumpridos bem como o cronograma de atividades.
3. A avaliação dos processos de construção dos PEM ocorreu de forma sistemática e contínua, recorrendo a uma diversidade de instrumentos e fontes. Os dados recolhidos, depois de devidamente triangulados, permitem sustentar a existência de

³⁴ O programa iniciou-se efetivamente em setembro de 2012 e decorreu de forma intensiva até setembro de 2013. As eleições autárquicas que ocorreram no final de setembro de 2013 introduzem um tempo de lentificação e até de pausa em alguns municípios. A mudança de executivos municipais, a apropriação dos dossiês, e a definição de prioridades para ação acabaram por gerar um certo efeito de pausa que parece estar em vias de cessação em dezembro de 2013, tempo em que começam a surgir pedidos de retoma de trabalhos.

uma significativa abrangência e participação e uma elevada qualidade dos procedimentos adotados. Da avaliação da qualidade dos processos de elaboração pode salientar-se

- a) A adoção de uma metodologia eficaz geradora da participação social. De facto, a estratégia metodológica utilizada na elaboração do PEM gerou o predomínio de formas de participação mais interativas (e.g., investigação-ação, construção partilhada, fóruns de discussão e partilha, inquérito ou questionário) o que naturalmente enriqueceu o processo;
- b) A pertinência e relevância do referencial para a elaboração dos PEM por parte de cada município;
- c) Um maior conhecimento, articulação e rendibilização dos recursos educativos e formativos existentes no município, densificando e qualificando, deste modo, a resposta educativa a nível municipal;
- d) A vontade de continuar a implicar os diferentes atores educativos no desenvolvimento e avaliação do PEM. Esta vontade, sendo condição *sine qua non*, pode, no entanto, ser insuficiente se não houver visão e determinação política de agir na construção efetiva de uma resposta educativa mais integrada;
- e) A instituição ou manutenção de um dispositivo de coleta de dados sobre práticas e dinâmicas de educação e formação de base municipal;
- f) O impacto positivo ao nível da articulação entre diferentes setores / departamentos municipais e entre diferentes projetos, ações e/ou programas;
- g) O reconhecimento unânime da importância do PEM para o desenvolvimento do município revelando, por um lado, as elevadas expectativas que os interlocutores municipais colocam na respetiva implementação e, por outro lado, o cariz operacional deste documento, que parece ser encarado não como uma mera *carta de intenções*, mas sim como um documento orientador de uma ação mais sustentada e eficaz no âmbito da educação.

- 4. A grande maioria dos municípios considera que os objetivos do Programa PEM foram alcançados parcial ou completamente;

5. O envolvimento das equipas municipais com as escolas e agrupamentos de escolas terá ido para além da mera recolha de dados estatísticos, apontando para dinâmicas de interação mais abrangentes, centradas no (re)conhecimento das vantagens de um trabalho mais colaborativo e na criação de sinergias;
6. A conjugação de todos os dados recolhidos parece apontar para o facto de o processo de elaboração dos PEM ter aparentemente aberto caminho para uma colaboração mais estreita entre os parceiros locais e o município, podendo, contudo, haver a necessidade de cimentar dinâmicas de interação e implicação dos parceiros que permitam uma efetiva articulação de vontades. Ainda relativamente à participação dos parceiros no processo de elaboração do PEM, a maioria dos inquiridos afirma que esta permitiu parcialmente ou completamente um melhor aproveitamento e uma maior racionalização dos recursos mobilizados;
7. A visão dos parceiros educativos locais sobre a utilidade e importância do PEM é francamente positiva, havendo um consenso geral quanto à utilidade deste instrumento para as entidades educativas;
8. A elaboração dos PEM é um processo em níveis de desenvolvimento diferenciado e reflete níveis distintos de envolvimento dos atores educativos locais e de capacitação sobretudo das equipas técnicas que as autarquias constituíram, o que aconselha a disponibilização também diferenciada de recursos em função do estágio de desenvolvimento e da vontade de investimento *imaterial* nestes processos de construção de novas dinâmicas educativas e formativas;
9. A realização pela Católica Porto de quatro iniciativas de formação (dois seminários internacionais e duas jornadas técnicas) foi expressivamente valorizada pela generalidade dos participantes. A avaliação realizada no final de cada jornada permite sustentar que os processos desencadeados no âmbito da elaboração dos Projetos Educativos Municipais são percebidos pelos agentes diretamente envolvidos como tendencialmente muito positivos e promotores de dinâmicas de trabalho intra e intermunicípios mais coerentes e consistentes no que respeita ao campo da Educação e Formação;
10. Todos os interlocutores expressam apreço e reconhecimento pela ação realizada pela Universidade Católica Portuguesa para a elaboração dos Projetos Educativos Municipais da AMP;
11. Em suma, partindo da avaliação realizada, pode-se afirmar que o processo de elaboração dos PEM parece ter lançado as bases para um trabalho mais participado, mais colaborativo e mais integrado ao nível da educação nos municípios. Contudo, as

dinâmicas instituídas com este processo só poderão enraizar-se e dar frutos consistentes ao nível da melhoria das respostas e dos resultados educativos se forem consolidadas na fase de implementação dos PEM. Para tal, revela-se essencial criar mecanismos consistentes de monitorização, que envolvam efetiva e eficazmente os parceiros educativos locais, criando espaços de reflexão conjunta sobre as ações realizadas e sobre formas de as melhorar e atuando em rede intra e intermunicipal, numa atitude de real implicação e corresponsabilização de todos os parceiros pelos projetos educativos municipais e metropolitano. Esta linha de ação é, aliás, expressamente referenciada por todos os interlocutores auscultados - vereadores da educação, técnicos municipais, *stakeholders* locais – o que confere consistência a esta visão prospetiva.

Enunciadas estas 11 (+ 7) conclusões gerais passamos agora a enunciar as seguintes recomendações que dirigimos genericamente à AMP e indiretamente aos poderes municipais:

1. A educação é uma matéria eminentemente política no sentido em que é vital para o desenvolvimento pessoal, social, cultural, económico e institucional e em que interfere com as vontades individuais e coletivas. Como tal, é indispensável uma maior implicação política no reconhecimento do potencial de *territorialização das políticas educativas e formativas*. De facto, estando genericamente cumprida a fase da instalação de uma rede escolar, parece imperativo passar-se à fase da rendibilização dos investimentos, dotando os municípios de instrumentos de gestão política que, de algum modo, superem a fragmentação, a débil articulação e a dispersão que vem caracterizando a política educativa global.
2. Como forma de densificar a ação política, sugere-se a revisão *urgente* da missão, atribuições, composição do Conselho Municipal de Educação e Formação, reforçando as suas competências de participação comunitária na condução e avaliação das políticas municipais de educação e formação. A integração de representantes da direção das escolas e agrupamentos, centros de formação, a manutenção da representação das entidades competentes ao nível da saúde, emprego, ação social, segurança, a representação das associações de pais e de estudantes, de associações empresariais e sindicais, de associações culturais e desportivas é uma ação vital se queremos fazer da educação uma base

indispensável para o desenvolvimento integrado, comprometido e sustentado do território.

3. O trabalho realizado tornou evidente o largo e expressivo número de atividades realizadas a nível municipal. Os dados recolhidos apontam, no entanto, para a necessidade de haver um maior investimento ao nível da avaliação da eficácia dos programas educativos e formativos já existentes, pois foi emergindo a hipótese de que alguns eixos de ação podem não estar alinhados com as estratégias de promoção de mais e melhor educação para todos os cidadãos. Neste campo, ganha pertinência a criação de um observatório das qualidades da educação e formação em cada município e ao nível metropolitano.
4. O trabalho evidenciou que os municípios não dispõem de dados (nomeadamente estatísticos) que retratem a realidade concelhia, interconcelhia, regional e nacional a nível dos principais indicadores de realização educativa: taxas de abandono, abandono escolar precoce, taxas de transição, resultados académicos internos e externos por séries temporais, qualidade do sucesso, valor esperado face ao contexto, taxas de empregabilidade dos cursos profissionais... Considera-se que o poder municipal tem de dispor de indicadores atualizados do seu desempenho educativo, criando para o efeito uma base de dados que permita consolidar e desenvolver os mecanismos de coleta de dados já existentes na maioria dos municípios.
5. As ações realizadas permitiram, por outro lado, reconhecer e visibilizar um conjunto expressivo de boas práticas educativas e formativas. Uma linha de ação que importaria prosseguir consiste no conhecimento e reconhecimento de boas práticas, numa lógica de partilha e divulgação capaz de gerar dinâmicas de coesão inter e intramunicipal e, por outro lado, identificar aquelas que careçam de intervenções que aumentem o seu grau de eficácia e adequação.
6. Todos os municípios têm assento, de forma direta ou indireta, nos conselhos gerais das escolas e agrupamentos. Os resultados académicos, sociais e pessoais obtidos pelas instituições educativas passam, em regra, à margem das políticas educativas municipais. Ora, sendo estes resultados um dos indicadores centrais da

atividade formativa, parece ser relevante conhecer e analisar esses resultados para que possam ser decididas medidas de apoio à promoção da qualidade da educação ministrada no território.

7. O 1º ciclo (e a educação de infância) tem sido sistematicamente reconhecido como o alicerce essencial para uma escolaridade bem-sucedida. Embora o município não detenha legalmente competências pedagógicas neste campo, o facto é que despende avultados recursos na gestão da rede do ensino básico, no apoio económico aos alunos carenciados, na gestão de rede de transportes, na gestão do pessoal não docente. E, dado o relativo *abandono* a que é votado e dada a centralidade do investimento na promoção das aprendizagens neste nível de ensino, é altamente recomendável que os poderes municipais ajam no sentido de promover e garantir a elevação das oportunidades de aprendizagem de todos os alunos através de parcerias ativas com os agrupamentos de escolas.
8. De um modo geral, praticamente todos os municípios elaboraram *o seu projeto educativo*. É agora necessário passar à fase da implementação, monitorização e avaliação. Uma estratégia congruente de desenvolvimento metropolitano passa agora por uma aposta consistente no apoio à implementação dos Projetos Educativos Municipais enquanto ferramenta para uma ação educativa mais estratégica e eficaz, cujas traves mestras assentam na promoção do sucesso educativo e numa gestão integrada da oferta e da procura do ensino profissional.
9. A ação empreendida veio revelar e visibilizar o poder transformador do conselho de vereadores da educação da AMP. A partilha (mais sistemática) de recursos e boas práticas entre municípios da AMP e a realização de iniciativas *anuais* que permitam pensar a Educação numa perspetiva local e metropolitana é outro vetor de desenvolvimento que pode prolongar os efeitos positivos desta dinâmica.
10. Para que seja possível agir de forma mais concertada a nível do ensino profissional e criar mais sinergias com o tecido empresarial da região, parece recomendável a criação e gestão de uma Plataforma Metropolitana da Rede Educativa e Formativa, com o objetivo de fazer uma gestão integrada das ofertas educativas na região em articulação com o tecido empresarial.

11. O esforço de articulação entre as escolas e entre estas e os poderes municipais deveria poder gerar um maior entrosamento entre projetos educativos municipais e projetos educativos de escola. Os princípios que subjazem a esta recomendação são o da *soma positiva*, em que todos podem ganhar com um maior conhecimento e articulação, e o da *subsidiariedade*, em que tudo o que puder ser feito a nível da escola aí deverá ser decidido. Assume-se, por outro lado, como decorre aliás do enunciado dos próprios PEM, que as escolas e agrupamentos devem manter (e reforçar) as autonomias legais de que dispõem.

12. O trabalho realizado revela diversas desigualdades intra e intermunicipais no que diz respeito à *igualdade de sucesso*. As desigualdades evidenciadas sugerem a necessidade de criação de um dispositivo de acompanhamento e de apoio, bem como a diversificação dos meios para alavancarem a implementação dos projetos educativos municipais que estejam efetivamente ao serviço da elevação das oportunidades de sucesso de todos os alunos, com particular destaque para o 1º ciclo do ensino básico, para as populações escolares mais fragilizadas, para os alunos do ensino profissional e vocacional.

Referências bibliográficas

Adão, A. & Magalhães, J. (Org.) (2013). *História dos municípios na educação e na cultura: incertezas de ontem, desafios de hoje*. Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa.

Azevedo, J. M. (2013). *Escolarização na região do Norte. Evolução das disparidades territoriais 1991-2011*. Porto: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte.

Baixinho, A. (2013). *As autarquias e a educação num contexto de mudança das formas de governação*. Lisboa: Chiado Editora.

Barroso, J. (1996). *Autonomia e gestão das escolas*. Lisboa: Ministério da Educação.

Barroso, J. (1999). *A escola entre o local e o global: Perspetivas para o século XXI*. Lisboa: Educa.

Fernandes, A. S. (2000). Municípios e escolas: normativização e contratualização da política educativa local. In J. Machado, J. Formosinho e A. S. Fernandes, *Autonomia, Contratualização e município: Actas do seminário realizado em 24 de maio de 2000, no Instituto de Estudos da Criança da Universidade do Minho*. Braga: CGAE Braga/Sul, pp. 35-46.

Fernandes, A. S. (2005). Contextos de intervenção educativa local e a experiência dos municípios portugueses. In J. Formosinho, A. S. Fernandes, J. Machado & F. I. Ferreira, *Administração da educação: lógicas burocráticas e lógicas de mediação* (pp. 193-223). Porto: Edições ASA.

Gallopín, G. C. (1996). Environmental and sustainability indicators and the concept of situational indicators: a system approach. *Environmental Modeling & Assessment*, 1(3), 101-117., on-line, 14 novembro, 2013. Disponível em: <http://link.springer.com/article/10.1007%2F01874899#page-2>.

Guerreiro, M. D. (coord.) (2009). *Trajetórias escolares e profissionais de jovens com baixas qualificações*. Lisboa: Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação. Disponível em:

http://repositorio-iul.iscte.pt/bitstream/10071/3136/1/trajectorias_escolares_e_profissionais.pdf.

Machado, J. (2004). Cidade educadora e administração local da educação na cidade de Braga. In *V Congresso Português de Sociologia – “Sociedades Contemporâneas. Reflexividade e Ação. Atas dos ateliers do Vº Congresso Português de Sociologia. Atelier: Cidades, campos e Territórios* (pp. 83-89). Braga, Universidade do Minho, 12 a 15 de Maio 2004. Disponível em http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR461180422234c_1.pdf.

Machado, J. (2005). Cidade educadora e coordenação local da educação. In J. Formosinho, A. S. Fernandes, J. Machado & F. I. Ferreira, *Administração da educação: lógicas burocráticas e lógicas de mediação* (pp. 225-264). Porto: Edições ASA.

Nazareth, J. (2004). *Demografia a ciência da população*. Lisboa: Editorial Presença

Pinhal, J. (2004). Os municípios e a provisão pública de educação. In Costa, J. A., Neto-Mendes, A. & Ventura, A. (Ed.). *Políticas e Gestão Local da Educação* (pp. 45-60). Aveiro: Universidade de Aveiro.

Nóvoa, A. (2005). *Evidentemente. Histórias da Educação*. Porto: Edições ASA.

Pinhal, J. (2004). Os municípios e a provisão pública de educação. In Costa, J. A., Neto-Mendes, A. & Ventura, A. (Ed.). *Políticas e Gestão Local da Educação* (pp. 45-60). Aveiro: Universidade de Aveiro.

Wutmacher, W. (1992). A escola em todos os seus estados: evidências, críticas e novas perspectivas. In A. Nóvoa (Coord.), *As organizações escolares em análise*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

Apêndices

Apêndice 1 – Referencial do Projeto Educativo Municipal

1. Contexto e objeto

Este referencial surge no âmbito do caderno de encargos do concurso *apoio à elaboração, desenvolvimento e avaliação de projetos educativos municipais* e estabelece princípios, parâmetros e normas gerais que podem ajudar à respetiva elaboração.

2. Princípios orientadores

Um documento como o PEM, que pretende referenciar, congregar e potenciar a ação educativa e formativa do município, tem de se nortear por princípios que criem e sustentem condições de exequibilidade de um projeto de ação onde as pessoas e as instituições se revejam. Neste quadro, os princípios orientadores e organizadores são os seguintes:

i. Princípio da Auscultação/Diálogo – A escuta e o diálogo são instrumentos que ativam e impulsionam a participação, adaptam a teoria aos contextos, potenciam o conhecimento, fomentam o envolvimento pessoal e institucional e devem estar presentes em todas as fases do PEM (concepção, desenvolvimento e avaliação).

ii. Princípio da Participação/Implicação – Mais do que um documento, o PEM é uma visão e uma dinâmica de envolvimento de muitas pessoas e instituições que operam no município e que ajudam a construir e a definir o sentido estratégico da ação educativa e formativa. O PEM traduz a participação, implicação e co-responsabilização de pessoas e instituições na concretização das metas e estratégias previstas num projeto de cariz municipal.

iii. Princípio de Integração/Articulação – O PEM é um documento aglutinador das diferentes ações realizadas pelos diversos atores educativos e formativos do município, devendo estar continuamente recetivo ao esforço de inovação. Valorizando o que há de convergente e de distintivo em cada instituição, o PEM aposta na articulação e na complementaridade.

iv. Princípio da Equidade - O PEM assenta nos valores do respeito, da tolerância e do equilíbrio, favorece o diálogo em condições de igualdade e garante o princípio da equidade entre todas as instituições.

v. Princípio da Valorização das Pessoas e das Instituições – O PEM faz-se para as pessoas, acolhe as suas expectativas e necessidades, estimula as suas competências e fomenta as suas realizações. Nessa medida, fortalece e humaniza o trabalho desenvolvido pelas diferentes instituições, que também se valorizam com pessoas motivadas e disponíveis para novos desafios.

vi. Princípio da Utilidade/Orientação para a Ação – O PEM é um documento com informação relevante para os diferentes atores educativos e decisores políticos, constituindo simultaneamente uma bússola para os objectivos e metas a atingir e uma âncora para a mudança e para os caminhos e processos a reequacionar.

vii. Princípio da Monitorização e da Consequência/Avaliação – Tendo como finalidade a melhoria efetiva das práticas educativas e formativas do município, o PEM requer práticas de autoavaliação contínuas e exigentes e de uma constante monitorização dos resultados obtidos, confrontando-os com o diagnóstico e as expectativas inicialmente afirmadas. Deste

modo se dá consequência ao trabalho realizado pelas diferentes pessoas e instituições e se consolidam os mecanismos de regulação e de avaliação contínua, tendo em vista a melhoria de todo o processo educativo e formativo.

viii. Princípio de Comprometimento e da Sustentabilidade – O PEM impulsiona o estabelecimento de compromissos e de parcerias entre os diferentes atores e instituições do território, mobilizando as melhores vontades de mudança e dando resposta às aspirações e preferências da comunidade. A sustentabilidade do PEM implica uma contínua concretização de ações promotoras da melhoria do quadro educativo e formativo do município.

3. Objetivos

Os principais objetivos do PEM são os seguintes:

- desenvolver uma cultura de pesquisa, reflexão e interação em Educação;
- desenvolver o papel de ator responsável e interveniente na comunidade educativa;
- detetar eventuais situações desajustadas ou problemáticas, tendo em vista a busca de soluções eficazes e inovadoras;
- fomentar a interdisciplinaridade, relacionando diferentes áreas e contextos educativos;
- desenvolver a capacidade de questionar e a criatividade;
- elaborar produtos úteis, necessários e aplicáveis;
- inovar e melhorar as práticas na área e contexto-alvo
- contribuir para o desenvolvimento e resolução de problemas, procurando dar resposta a um conjunto de questões-chave, a saber:
 - a) O PEM como dinâmica de afirmação de uma identidade
(O que nos singulariza, o que nos marca, o que nos distingue, o que nos unifica?)
 - b) O PEM como fator de desenvolvimento de um território
(O que nos potencia, o que pode promover e alavancar um desenvolvimento articulado e sustentado?)
 - c) O PEM como elemento catalisador e inspirador da ação
(O que nos mobiliza e anima, o que faz agir, em termos pessoais e institucionais?)
 - d) O PEM como vantagem percebida
(Qual a mais valia, o que vem acrescentar aos projetos educativos já existentes?)
 - e) O PEM como instrumento de monitorização, regulação, avaliação formativa da ação
(O que pode regular e inspirar as ações das partes e do todo?)

4. Metodologia global

Por forma a dar resposta a estes imperativos, recorrer-se-á a uma metodologia de *investigação-ação*, que permita realizar um projeto de intervenção elaborado em função das necessidades do meio num esforço contínuo para ligar, relacionar e confrontar a ação e a reflexão. Pretende-se que a reflexão abra novas opções para a ação e que a ação permita reexaminar a reflexão que a orientou.

As dinâmicas de investigação-ação a desenvolver serão complementadas por uma lógica de formação-ação, que permita capacitar os agentes envolvidos na construção dos projetos educativos municipais *na* e *para* a ação.

O trabalho a realizar desenvolver-se-á a partir de uma fase inicial de diagnóstico que consiste na recolha e análise de informação sobre projetos educativos e projetos em educação junto dos 16 municípios da AMP. Esta fase visa o (re)conhecimento dos contextos municipais em matéria de educação, com vista à valorização e à integração das dinâmicas pré-existentes.

A partir da fase de diagnóstico o trabalho desenvolver-se-á, numa lógica de investigação-ação, numa espiral de ciclos de três fases: planeamento, acção; monitorização dos resultados da acção.

Atendendo à diversidade de situações dos municípios, quer em relação aos recursos existentes, quer ao trabalho já desenvolvido por cada um dos municípios nesta matéria, parece-nos mais aconselhável apresentar duas propostas diferentes de estrutura do PEM, sendo uma considerada como estrutura base e outra como estrutura desenvolvida, sendo desejável que todos os municípios tenham esta última no seu horizonte temporal de médio prazo.

(versão base, minimalista)

Estrutura do Projeto Educativo Municipal

Índice

I. Introdução

II. Caracterização geral do território educativo

2.1. Contexto social, económico e cultural

2.2. Rede escolar e oferta educativa/formativa

2.3. Estruturas de apoio, redes de parcerias e projetos socioeducativos existentes no Município

2.4. Sucesso educativo e análise Swot

III. Plano de ação

3.1. Linhas orientadoras do projeto educativo

3.2. Objetivos gerais e específicos do projeto

3.3. Estratégia metodológica

3.4. Plano de atividades (atividade, intervenientes, calendarização e outros recursos)

IV. Intervenção/execução

4.1. Desenvolvimento do projeto

4.2. Monitorização e controlo

V. Avaliação do projeto educativo

VI. Anexos Página 5 de 6

(versão desenvolvida, maximalista)

Estrutura do Projeto Educativo Municipal

Índice

I. Introdução

1. As competências dos Municípios na Educação
2. O papel do Conselho Municipal de Educação e a articulação entre projeto educativo municipal e projetos educativos de escolas/agrupamentos
3. Estratégia metodológica para a construção do projeto educativo municipal (auscultação, envolvimento e implicação dos atores educativos)

II. Contexto e diagnóstico

1. **Caraterização social, económica e cultural do município** (IDS, economia, emprego, índices de escolarização, apoios sociais/ASE ...)
2. **Rede escolar** (pública, privada e cooperativa) **e acessibilidades**
3. **Oferta formativa** (pública, privada e cooperativa)
4. **Estruturas locais/municipais de apoio, redes de parcerias** (instituições, departamentos, equipamentos, agentes, oportunidades...) **e projetos socioeducativos existentes no Município**
5. **Sucesso educativo** (resultados académicos, abandono escolar, taxas de transição e de repetência, resultados da avaliação externa das escolas...)
6. **Análise Swot** (pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças)

III. Plano de ação

1. **Linhas orientadoras do projeto educativo** (rede escolar, oferta formativa, valorização do capital humano, sucesso educativo (ao nível da instrução, socialização e estimulação), formação contínua, formação de adultos, prevenção do abandono escolar e da exclusão social, educação para a cidadania, educação para a saúde...)
2. **Objetivos gerais e específicos do projeto educativo** (educação pré-escolar, ensino básico, ensino secundário, formação de adultos, formação contínua, outras atividades formativas, rede escolar, oferta formativa, projetos, metas a alcançar...) Página 6 de 6

3. Estratégias (criação de mecanismos de auscultação e de participação dos diferentes atores educativos, articulação do projeto educativo municipal com os projetos educativos das escolas/agrupamentos e com outros instrumentos de planeamento, articulação e cooperação entre as diferentes áreas departamentais e instituições municipais e intermunicipais, requalificação dos equipamentos, racionalização dos recursos, criação de plataformas e dispositivos de cooperação e de divulgação de projetos e de boas práticas, organização e racionalização da oferta educativa/formativa, criação de uma equipa de dinamização do projeto educativo municipal, divulgação do projeto, projetos e atividades educativas...)

4. Plano de atividades e calendarização (atividades, projetos, prazos, datas e etapas, metas lugar/instituição...)

5. Recursos (identificação e afetação de recursos humanos, financeiros, serviços/departamentos, equipamentos...)

IV. Intervenção/execução

1. Desenvolvimento do projeto (concretização de projetos e atividades, prossecução das etapas e metas fixadas ao nível de cada programa e serviço/departamento, nas diferentes áreas educativas/formativas)

2. Monitorização e controlo (observatório, ações de acompanhamento, criação de uma comissão de acompanhamento e pilotagem, relatórios intermédios, periodicidade, eventuais ajustamentos intermédios...)

V. Avaliação do projeto educativo (auto e heteroavaliação, avaliação dos processos e dos resultados, ampla participação dos atores envolvidos, momentos e periodicidade, elaboração e divulgação dos relatórios)

V. Glossário (nomes, conceitos, acrónimos...)

VI. Bibliografia

VII. Anexos (dados estatísticos, espaços socioeducativos, rede escolar, oferta formativa, fichas, questionários, mapas,...)

09/10/2012

Apêndice 2 – Referencial para a elaboração, Desenvolvimento e Avaliação do Projeto Educativo Metropolitano

1. Contexto

Cabe à Área Metropolitana do Porto "assegurar a articulação das actuações" entre os municípios que a integram e os serviços da administração central em várias áreas, nomeadamente na da rede educativa e de formação profissional (Lei nº 46/2008, de 27 de agosto, artº 4º, nº 2, al. c).

Neste âmbito, a Junta Metropolitana do Porto aprovou, em 2 de Março de 2012, o lançamento de um concurso para a **elaboração, desenvolvimento e avaliação de projectos educativos municipais e de projecto educativo metropolitano**. Ao lançar um programa deste âmbito, a Área Metropolitana do Porto pretendeu potenciar a possibilidade de realização educativa das comunidades locais, enquadrar a regulação territorial da educação e a organização de sistemas educativos nas estruturas de governo locais e metropolitanas, consensualizar projectos educativos municipais e metropolitano como dinâmica de afirmação da identidade dos territórios educativos, qualificar as redes de instituições educativas e formativas, locais e metropolitanas, superar a fragmentação e duplicação de redes de serviços, racionalizar os recursos educativos existentes, e monitorizar e avaliar as políticas e os projetos educativos e delinear propostas de melhoria.

Por concurso, coube à Universidade Católica (Porto), através da sua Faculdade de Educação e Psicologia, dinamizar este programa, sendo que uma das atividades inscritas no Caderno de Encargos é a elaboração de um **Referencial para o Projeto Educativo Metropolitano**, até ao final do 13º mês de trabalho.

É neste contexto que se apresenta este referencial para a elaboração, desenvolvimento e avaliação do Projeto Educativo Metropolitano.

2. Pressupostos e Princípios

Os pressupostos de partida desta proposta de referencial assentam nos princípios da participação, da flexibilidade, da cooperação, da integração, da subsidiariedade e da autonomia.

Princípio da participação - O Projeto Educativo Metropolitano resulta de um processo de construção baseado numa metodologia de participação dos municípios envolvidos e dos seus munícipes.

Princípio da cooperação - As metas e ações estabelecidas pelo Projeto Educativo Metropolitano assentam na cooperação e pressupõem o exercício comum de competências dos municípios.

Princípio da integração - As políticas de educação são integradas nas demais políticas da Área Metropolitana do Porto e concatenadas com a ação dos municípios nesta área, gerando meios que as melhoram.

Princípio da subsidiariedade - O Projeto Educativo Metropolitano visa ancorar e imprimir ganhos de eficiência aos Projetos Educativos dos Municípios da Área Metropolitana para melhor satisfação das necessidades da população.

Princípio da autonomia - O Projeto Educativo Metropolitana respeita as competências, as responsabilidades e o âmbito de ação das instituições educativas e dos municípios, os principais e mais eficazes agentes do desenvolvimento do território.

3. Objeto

O projeto Educativo Metropolitano é um instrumento de referência, orientação, articulação e integração das políticas educativas e formativas dos Municípios da Área Metropolitana do Porto.

4. Objetivos

O projeto Educativo Metropolitano assume como objetivos os consignados ao nível dos PEM, mas agora à escala Metropolitana, sendo de destacar os seguintes:

- desenvolver uma cultura de pesquisa, reflexão e interação em Educação;
- desenvolver o papel de ator responsável e interveniente na comunidade educativa;
- detetar eventuais situações desajustadas ou problemáticas, tendo em vista a busca de soluções eficazes e inovadoras;
- fomentar a interdisciplinaridade, relacionando diferentes áreas e contextos educativos;
- desenvolver a capacidade de questionar e a criatividade;
- elaborar produtos úteis, necessários e aplicáveis;
- inovar e melhorar as práticas na área e contexto-alvo
- contribuir para o desenvolvimento e resolução de problemas, procurando dar resposta a um conjunto de questões-chave, a saber:

5. Eixos de estruturação de ação

5.1. Estudos para a elaboração de uma proposta de carta educativa/formativa metropolitana para os ensinos secundário e superior, educação de adultos e formação profissional

5.2. Elaboração de proposta de articulação das cartas educativa, cultural e social metropolitanas

5.3. Plano de utilização/fruição de equipamentos culturais localizados na AMP

5. 4. Elaboração de um roteiro de entidades educativas/formativas, espaços e equipamentos de tempos livres e desporto

5.5. Plataforma de gestão integrada da oferta e da procura da formação profissional*

5.6. Revalorização do Ensino Profissional e sua ligação ao mundo empresarial*

5.7. Promoção do sucesso escolar*

5.8. Monitorização, avaliação e melhoria dos PEM*

*linhas de acção desenvolvidas em anexo

6. Metodologia global

Por forma a dar resposta a estes imperativos, recorrer-se-á a uma metodologia de *investigação-ação*, que permita realizar um projeto de intervenção elaborado em função das necessidades do meio num esforço contínuo para ligar, relacionar e confrontar a ação e a reflexão. Pretende-se que a reflexão abra novas opções para a ação e que a ação permita reexaminar a reflexão que a orientou.

As dinâmicas de investigação-ação a desenvolver serão complementadas por uma lógica de formação-ação, que permita capacitar os agentes envolvidos na construção dos projetos educativos municipais *na e para* a ação.

O trabalho a realizar desenvolver-se-á a partir de uma fase inicial de diagnóstico que consiste na recolha e análise de informação sobre projetos educativos e projetos em educação junto dos 16 municípios da AMP. Esta fase visa o (re)conhecimento dos contextos municipais em matéria de educação, com vista à valorização e à integração das dinâmicas pré-existentes.

A partir da fase de diagnóstico o trabalho desenvolver-se-á, numa lógica de investigação-ação, numa espiral de ciclos de três fases: planeamento, acção; monitorização dos resultados da acção.

Atendendo à diversidade de situações dos municípios, quer em relação aos recursos existentes, quer ao trabalho já desenvolvido por cada um dos municípios nesta matéria, parece-nos mais aconselhável apresentar duas propostas diferentes de estrutura do PEM, sendo uma considerada como estrutura base e outra como estrutura desenvolvida, sendo desejável que todos os municípios tenham esta última no seu horizonte temporal de médio prazo.

7. Estruturação do Projeto

O Projeto Educativo Metropolitano parte da realidade existente, cujos aspetos essenciais destaca, e antecipa a realidade pretendida num período temporal determinado pelos órgãos da Área Metropolitana, ao mesmo tempo que hierarquiza as prioridades, estabelece metas e determina ações estratégicas para a sua consecução, bem como aspetos organizativos e metodológicos necessários. Prevê ainda o acompanhamento, monitorização e avaliação do seu processo de desenvolvimento e concretização.

Assim, sugere-se uma estrutura que contemple seis andamentos:

1. Diagnóstico de contexto, tendo como referencial os eixos de ação
2. Objetivos estratégicos, prioridades e metas
3. Plano de ação
4. Metodologia de implementação
5. Organização e gestão
6. Avaliação

8. Acompanhamento, monitorização e avaliação do projeto

O controlo e a garantia da qualidade dos processos e dos resultados poderão ser assegurados através dos seguintes procedimentos:

A. Domínio Metodológico

- i) Adoção de procedimentos metodológicos que garantam o rigor científico do trabalho a desenvolver (triangulação de fontes, métodos, sujeitos e dados e monitorização e regulação sistemáticas, com vista à (re)orientação do trabalho para os objetivos traçados);
- ii) Definição de parâmetros de *benchmarking* referentes aos modos de elaboração e concretização do Projeto Educativo Metropolitano;
- iii) Construção de listas de verificação da qualidade dos processos e produtos;
- iv) Avaliação intercalar (a meio da implementação do PEM), sob coordenação da comissão técnica de acompanhamento do projeto e com a participação da comissão científica;
- v) Construção e aplicação de questionários de satisfação aos principais intervenientes autárquicos e metropolitanos na Educação/Formação, a outros institucionais e aos munícipes (amostra);
- vi) Realização de grupos de discussão focalizada com os agentes envolvidos na conceção e desenvolvimento dos projetos educativos.

B. Domínio organizacional

- i) Constituição de uma comissão científica do projeto, responsável por acompanhar, monitorizar e avaliar a qualidade do trabalho, reunindo bimestralmente;
- ii) Constituição de uma comissão técnica de acompanhamento do projeto que assegure e monitorize a execução das ações previstas no projeto, devendo elaborar relatórios trimestrais;
- iii) Contratação de um auditor externo que emitirá semestralmente parecer técnico-científico sobre os principais produtos previstos no projeto.

9. Anexos

- dados estatísticos, mapas, tabelas, questionários, roteiros, projetos educativos municipais...

Apêndice 3 – Ações a desenvolver no âmbito do Projeto Educativo Metropolitano

i) Linha de ação

Monitorização e Avaliação dos Projetos Educativos Municipais e do Projeto Educativo Metropolitano

ii) Contextualização

A Área Metropolitana do Porto e a Universidade Católica – Porto estabeleceram um contrato-programa para a Elaboração, Desenvolvimento e Avaliação de Projetos Educativos Municipais (PEM) e de Projeto Educativo Metropolitano, previsto inicialmente para vigorar durante 18 meses e terminar em dezembro de 2013. Alguns atrasos, no entanto, fizeram com que o programa se iniciasse apenas em Setembro de 2012, através da realização de um seminário de apresentação do referido programa aos 16 municípios da AMP.

Não obstante a Católica Porto ter cumprido todos os prazos estabelecidos no Caderno de Encargos para execução de ações e elaboração dos instrumentos necessários à elaboração dos PEM e ter dado todo o apoio previsto às equipas municipais, só em julho foi possível obter as primeiras versões dos referidos projectos educativos. E alguns municípios só em Setembro/outubro poderão ter os respectivos PEM aprovados. O cumprimento dos planos de actividade em curso, as numerosas tarefas dos técnicos municipais e a insuficiência de recursos foram os principais motivos invocados para justificar o atraso na elaboração dos PEM. Nesse sentido, alguns técnicos municipais têm questionado os consultores da Católica sobre a permanência da sua acção por mais tempo.

Assim, constatamos que o acompanhamento da fase de desenvolvimento dos PEM por parte da Católica ficará confinado ao máximo de 2 meses, o que é manifestamente insuficiente para produzir os resultados esperados. Pelos mesmos motivos, será inviabilizada a fase de avaliação dos PEM. É neste contexto que a Católica propõe o estabelecimento de um novo contrato-programa para monitorizar e avaliar a execução dos projectos educativos municipais durante quinze meses.

iii) Objetivos

Com o programa de Monitorização e Avaliação dos Projetos Educativos Municipais e do Projeto Educativo Metropolitano pretende-se alcançar os seguintes objectivos:

- Apoiar os municípios no desenvolvimento dos seus projectos educativos municipais;

- Implementar sistemas e mecanismos de recolha de informação e tratamento de dados tendo em vista a monitorização dos PEM;
- Avaliar os processos e os resultados da implementação dos projetos educativos;
- Delinear planos e propostas e de melhoria face aos resultados apurados.

iv) *Operacionalização (intervenientes, responsabilidades...)*

A monitorização e avaliação dos PEM deverá respeitar as metodologias e os princípios fixados pelos próprios municípios nos respetivos PEM, podendo a Católica emitir opinião ou recomendações quando solicitada para o efeito. À Católica compete apoiar os municípios na construção dos instrumentos e mecanismos de monitorização e recolha de informação, no desenvolvimento das metodologias, no tratamento dos dados, na elaboração dos relatórios de avaliação e capacitar os técnicos municipais e outros recursos humanos envolvidos na monitorização e avaliação de projetos.

A intervenção da Católica decorrerá no período compreendido entre janeiro de 2014 e julho de 2015, de modo a abranger um ano lectivo completo, e far-se-á ao longo de 3 etapas principais: (i) apoio à construção e desenvolvimento de mecanismos de monitorização, até março de 2014; (ii) apoio à elaboração e aplicação de instrumentos de recolha de dados/informação, até dezembro de 2014 ; (iii) elaboração dos relatórios de avaliação externa, até julho de 2015.

v) *Atividades partilhadas pela Católica Porto e pelos Municípios*

A Católica Porto dará apoio aos municípios na concretização das seguintes ações:

- a) Elaboração de Regulamento e criação de um Observatório PEM a nível metropolitano
- b) Divulgação pública do PEM pelos municípios
- c) Criação de uma equipa de autoavaliação por município
- d) Realização de ações de monitorização do PEM
- e) Elaboração de mecanismos e instrumentos de recolha de dados/informação (categorias, questões, perguntas...)
- f) Recolha de informação para avaliação a nível municipal (entrevistas, *focus group*, inquéritos, análise documental...)
- g) Elaboração do plano de melhoria de cada município

vi) *Atividades da responsabilidade da Católica Porto*

- a) Jornadas de formação na Católica (Jornadas iniciais de lançamento do projeto de monitorização, Jornadas intermédias de ponto da situação da monitorização

dos PEM e Seminário Internacional de divulgação dos resultados da avaliação externa)

b) Reuniões mensais do consultor com técnicos municipais

c) Avaliação externa do PEM de cada município e produção do respetivo relatório (partindo de diversas metodologias e instrumentos de recolha de dados que permitam a triangulação e a compreensão holística da realidade)

d) Edição de um livro com a avaliação externa dos PEM

vii) Atividades da responsabilidade de cada município

Cada município compromete-se a assegurar as seguintes condições e atividades:

a) Participar em todos os encontros, jornadas e reuniões promovidas pela AMP ou pela Católica Porto

b) Criar uma equipa de autoavaliação do PEM

c) Realizar um seminário de divulgação pública do PEM

Participar na organização do seminário de divulgação pública da avaliação dos PEM

d) Fornecer a informação documental e estatística solicitada pela Católica Porto

e) Recolher informação, através da aplicação de questionários, realização de entrevistas e grupos de focagem

f) Tratar os dados recolhidos no âmbito da monitorização dos PEM

g) Garantir a disponibilidade de espaços, instalações e equipamentos necessários à realização dos eventos programados

viii) Mais-valias expectáveis

Concluídos os 15 meses de vigência do programa de Monitorização e Avaliação dos Projetos Educativos Municipais, todos os municípios deverão ter uma estrutura que confira sustentabilidade ao desenvolvimento dos respectivos PEM, designadamente:

a) um Observatório PEM

b) uma equipa de autoavaliação ou

c) uma equipa municipal com formação específica na área da monitorização e avaliação de projetos educativos

d) um maior conhecimento da realidade educativa e formativa de cada município e da AMP que permita instituir processos de autorregulação

e) elevação da qualidade dos processos e resultados educativos através de práticas de *benchmarking*, melhorando o desempenho académico nos rankings relativos à educação

f) instituição de práticas sistemáticas de produção de conhecimento sobre as realidades educativas municipais

g) elaboração de planos de melhoria sustentados em práticas de monitorização e avaliação externa

ix) *Coordenadores*
Valdemar Castro Almeida
Susana Castanheira

x) *Equipa de trabalho*
José Matias Alves
Ilídia Vieira
Luísa Orvalho
Joaquim Machado
Cristina Palmeirão
Isabel Salvado

i) Linha de ação

Plataforma Tecnológica de gestão da oferta e da procura de formação no município.

ii) Contextualização

Formar e captar talento é fundamental para a competitividade do tempo atual. A génese da criação dessa oportunidade advém da capacidade de fundamentar e criar evidências de necessidades de formação e da sua eficácia na empregabilidade e no desenvolvimento económico e social do município. Esta atividade poderá ser fortemente facilitada com recurso a uma Plataforma, de Base Tecnológica, de Suporte à sua Gestão.

iii) Objetivos

Agregar diferentes fontes de dados e disponibilizar ao Município dados prospetivos, estudos, catálogos de qualificações, perfis de formação e de saída e demais informações de interesse nacional e regional.

Colocar as pessoas no centro das soluções ao identificar as competências dos recursos humanos do município, resultantes do ensino profissional/profissionalizante e comparar com os requisitos do meio empresarial.

Identificar escolas, centros de formação, cursos, estudantes, docentes e empresas para, sistemicamente acompanhar o percurso dos estudantes, entrada no mercado de trabalho, eficácia da formação, solicitações das empresas e satisfação. Isto é identificar cursos tirados, para onde foram quando os concluíram (ensino superior, emprego, que emprego (se ligado ao curso ou não, quanto tempo demoraram a conseguir emprego...)).

iv) Operacionalização (intervenientes, responsabilidades...)

Será da responsabilidade do município a manutenção dos dados da plataforma no plano da intervenção municipal. A Universidade facilita os instrumentos de recolha de dados das escolas, empresas e formandos.

A Universidade desenvolve a plataforma, a formação para a sua exploração e o acesso aos relatórios de análise de dados, assim como atualiza no plano macro a informação nacional e europeia.

v) Atividades

Construção de um sistema de recolha de dados de acompanhamento dos formandos e das necessidades das empresas e, conseqüente, a recolha e manutenção de dados das escolas, Cursos, Estudantes e Empresas.

Definição de competências técnicas específicas por curso e identificação do nível do seu domínio por cada estudante.

vi) Mais-valias expectáveis

Fundamentar as opções da rede escolar e rede de oferta educativa/formativa.

Criar evidências da eficácia da formação desenvolvida e das necessidades futuras que fundamentem a rede.

Facilitar o recrutamento ao permitir às empresas identificar as competências técnicas do formando (ex.: não sabe apenas que é programador, mas que sabe JAVA, C++, etc.), com níveis de total confidencialidade nos dados.

Identificar as competências técnicas disponíveis e comparar com as solicitadas na atividade económica do município.

Permitir que cada formando compare o seu perfil de competências técnicas com a globalidade dos restantes e as exigências do mercado.

Explicitar às escolas e centros de formação necessidades de formação e qualidade do trabalho desenvolvido.

Ser a base de uma plataforma de gestão do conhecimento da formação.

vii) Coordenadores

António Andrade e Luísa Orvalho

viii) Contactos

António Andrade e Luísa Orvalho

1. Linha de ação

Promoção do Sucesso Escolar

2. Contextualização

A Faculdade de Educação e Psicologia da Católica Porto, na sequência do programa de apoio à elaboração, desenvolvimento e avaliação de projetos educativos municipais e de projeto educativo metropolitano da AMP iniciado em 2012, concebeu um plano de ação orientado para uma segunda fase deste programa. Este plano foi especificamente pensado para promover e acompanhar, junto dos municípios, um conjunto de ações integradas e articuladas que permitam rentabilizar as potencialidades dos diferentes projetos educativos municipais e elevar as possibilidades de realização educativa das comunidades locais.

A linha de *Promoção do Sucesso Escolar* é uma das quatro linhas que integram o referido plano de ação, pretendendo afirmar-se como uma aposta estratégica dos municípios no que toca à melhoria da qualidade dos processos e resultados educativos.

De facto, estas melhorias são o essencial de programas e dinâmicas que visam elevar a capacitação das instituições e das pessoas que nelas se acolhem.

3. Objetivos

- i) Apoiar os municípios na conceção, implementação e monitorização de uma estratégia global para a promoção do sucesso escolar das escolas e/ou agrupamentos que desejem elevar os patamares de qualidade
- ii) Promover e apoiar processos integrados de reflexão – ação no município com vista à melhoria dos processos e dos resultados educativos
- iii) Fomentar novas formas de organização escolar para o sucesso
- iv) Promover dinâmicas de análise sistemática e integrada (numa lógica de cooperação município – escola) dos resultados escolares que permitam reorientar as práticas educativas para o sucesso
- v) Contribuir para a consecução das metas concelhias ao nível das taxas de sucesso escolar previstas no projeto educativo municipal

4. Operacionalização

A linha de *Promoção do Sucesso Educativo* desenvolve-se através do apoio prestado aos municípios ao nível da conceção, implementação e monitorização de projetos que visem a melhoria das aprendizagens e dos resultados escolares nas escolas / agrupamentos de escola. Os projetos a desenvolver deverão emergir da realidade concreta das escolas / agrupamentos de escola, sendo concebidos pelos atores educativos locais com a consultoria científica e pedagógica da Faculdade de Educação e Psicologia da Católica Porto.

Apresentam-se, em seguida, as principais responsabilidades dos diferentes intervenientes:

a. Municípios

- i. Identificam as escolas ou agrupamentos de escola nos quais irão desenvolver-se os projetos de melhoria das aprendizagens
- ii. Medeiam a relação entre a FEP e as escolas / agrupamentos de escola
- iii. Acompanham a conceção, desenvolvimento e monitorização dos projetos de melhoria a implementar, em articulação com o Projeto Educativo Municipal
- iv. Recolhem e analisam periodicamente os dados relativos ao sucesso escolar no município, articulando-os com as metas traçadas no projeto educativo municipal e reorientando a estratégia educativa concelhia, sempre que necessário, para os resultados esperados

b. Escolas / Agrupamentos de Escolas

- i. Interagem e cooperam com os municípios nas fases de conceção, desenvolvimento e monitorização dos projetos de melhoria das aprendizagens
 - ii. Criam equipas de trabalho que, com o apoio da FEP:
 - diagnosticam as necessidades específicas da escola / agrupamento de escolas
 - concebem projetos numa lógica *bottom up*, capazes de responder às necessidades identificadas
 - dinamizam a implementação dos referidos projetos
 - iii. Facultam aos municípios os dados relativos às taxas de sucesso escolar, procedendo a uma análise conjunta dos mesmos e reorientando a ação para as metas traçadas ao nível do projeto
- c. *A Faculdade de Educação e Psicologia da Católica Porto*
- i. Apoia os municípios na conceção e implementação de uma estratégia global de promoção do sucesso escolar nas suas escolas / agrupamentos de escola
 - ii. Presta consultoria pedagógica e científica às escolas identificadas pelos municípios, apoiando-as nas fases de conceção, implementação e monitorização de projetos que visem a melhoria das aprendizagens
 - iii. Disponibiliza o conhecimento adquirido através da investigação e da ação nas escolas no que toca a projetos que visam melhoria das aprendizagens (Equipas Educativas, Programa Mais Sucesso Escolar – Turma Mais, Projeto Fénix, Mediação Educativa, Tutorias e Assessorias Pedagógicas)
 - iv. Faculta o acesso gratuito dos núcleos de trabalho das escolas a todas as iniciativas que venham a ser dinamizadas na Católica Porto no âmbito da educação

5. Atividades

- i. Criação de um referencial para a melhoria da ação educativa, enraizado nas necessidades e características dos municípios
- ii. Reuniões mensais de trabalho com os municípios e/ou escolas / agrupamentos de escola
- iii. Dinamização de sessões de formação para professores no âmbito do apoio à conceção, implementação e monitorização dos projetos de melhoria das aprendizagens
- iv. Apoio à realização de seminários de divulgação de boas práticas nas escolas do município
- v. Apoio ao nível da criação de instrumentos de diagnóstico e de monitorização das práticas educativas

6. Mais-valias expectáveis

- i. Reforço das dinâmicas de cooperação entre as escolas e o município
- ii. Rentabilização e otimização dos projetos educativos municipais, através da sua articulação com projetos de melhoria das aprendizagens a desenvolver nas escolas / agrupamentos de escola
- iii. Melhoria da qualidade das aprendizagens no município e
- iv. Aumento das taxas de sucesso escolar ao nível da transição de ano, ao nível dos resultados das provas externas e da qualidade do sucesso.

7. Coordenador

Ilídia Vieira

8. Contactos: mvieira@porto.ucp.pt | Telf.: 226 196 247

Linha de acção:

Revalorização do Ensino Profissional e sua ligação ao mundo empresarial

i. Contextualização

Os municípios têm vindo a assumir crescentes responsabilidades em áreas como equipamentos escolares, os transportes, a ação social, as AEC, a gestão do pessoal não docente, a fruta escolar, Com a obrigatoriedade da escolaridade até aos 18 anos, é preciso um esforço de compreensão sobre a validade do conhecimento e a importância do ensino profissional, como via alternativa de qualificação profissional e académica, exigindo de todos os cidadãos, uma reflexão sobre a génese do EP em Portugal e o seu desenvolvimento e, uma ação concertada para desconstruir as representações sociais que marcam as visões sobre a escola e, em particular, dos seus percursos profissionalizantes.

ii. Objetivos

- 1- Constituir, desenvolver e monitorizar uma rede de educação e formação (VET) concelhia articulada com a rede metropolitana, que seja *apoiada por uma plataforma integrada da gestão de oferta e procura de formação*.
- 2- Fazer uma cobertura geográfica de cada território municipal, em termos de VET, tendo em conta o conhecimento e a especialização de cada parceiro, face às áreas de formação profissional.
- 3- Articular as escolas com o mundo empresarial, favorecendo a relação escola-meio e o intercâmbio formativo entre diferentes entidades e instituições.
- 4- Contribuir para o reconhecimento social e económico dos cursos profissionais.
- 5- Aumentar a qualificação de dupla certificação de jovens e adultos.
- 6- Promover a empregabilidade sustentável.

iii. Operacionalização (intervenientes, responsabilidades...)

Constituição de uma Rede de educação e formação concelhia, *apoiada por uma plataforma integrada da gestão de oferta e procura de formação*, coordenada pela autarquia, com todas as Escolas, Agrupamentos, Universidades, Politécnicos, Centros de Formação Profissional do IEFP, Centros para a Qualificação e o Ensino Profissional, Instituições de I&D, Empresas, Associações socioprofissionais e científicas, Centro de Emprego, CCDR-N, MEC e MTSS.

iv. Atividades

1- Diagnóstico de necessidades de educação e formação trienal para o território, como documento estratégico que reflita as necessidades prospetivas do mercado, em termos de desenvolvimento sustentável, com base em indicadores socioeducativos, culturais e económicos.

2- Assinatura de um protocolo para a constituição de uma rede VET concelhia (Regulamento/Regimento/ Plano de atividades trienal e anual), com representatividade de todas as organizações e instituições promotoras de formação e I&D, onde se explicita as responsabilidades de cada uma das partes

3- A Coordenação da rede é feita ao nível da autarquia, com subgrupos especializados dentro da rede e divulgação na página da Internet da autarquia.

4- Tipo de atividades a desenvolver anualmente:

a) Feiras de orientação e divulgação da oferta e mostra tipo “ Qualifica”

b) Concursos de Empreendedorismo patrocinados pelas empresas locais

c) Bolsas de mérito para os melhores alunos dos cursos profissionais /qualificantes

d) Jornadas de Reflexão sobre VET

e) Semana VET

...

v. Mais-valias expectáveis

Valorização social dos cursos profissionais e melhor articulação da oferta formativa

Divulgação atempada dos cursos e melhor organização do ano letivo.

Respostas adequadas às necessidades do tecido produtivo.

vi. Coordenadores: Luísa Orvalho, Ilídia Vieira e António Andrade

vii. Contactos: luisa.orvalho@gmail.com ; mvieira@porto.ucp.pt ; aandrade@porto.ucp.pt

Apêndice 4 - Guia de Boas Práticas e Projetos Inovadores em Educação e Formação na AMP

1. Introdução

Muitas são as dimensões que podem promover o sucesso escolar. Este guia aborda algumas das boas práticas e projetos inovadores em educação e formação que estão a ser promovidos pelos municípios e pelos seus parceiros socioeducativos e culturais, numa rede de parceria aprendente. As dimensões que mais têm contribuído para a melhoria dos processos e resultados escolares educativos, são identificados pelos municípios no desenvolvimento dos seus Projetos Educativos Municipais (PEM). Por uma questão metodológica, neste guia optou-se por descrever as Boas Práticas e Projetos Inovadores em Educação e Formação que os municípios, as escolas e demais parceiros socioeducativos apresentaram nos dois Seminários Internacionais realizados nos dias 23 e 24 de janeiro de 2013 e, nos dias 27 e 28 de maio de 2013. O primeiro seminário, subordinado ao tema *“Projetos Inovadores em Educação e Formação – Dinâmicas de Participação, Implicação e Inovação Educacional”*, decorreu no auditório da Biblioteca Almeida Garrett, no Porto. O segundo seminário, subordinado ao tema *“Projetos Educativos Municipais – Dinâmicas de Construção, Implementação e Monitorização”*, teve lugar no auditório Ilídio Pinho, da Universidade Católica Portuguesa, do Centro Regional do Porto, onde foi apresentada uma Mostra de Projetos Inovadores.

2. Enquadramento Geral

Embora a Área Metropolitana do Porto seja, atualmente e após a entrada de Paredes, constituída por 17 Municípios, o presente guia foi desenvolvido tendo por base a composição definida pela Lei 46/2008, revogada pela publicação da Lei 75/2013, que entrou em vigor no final do mês de setembro de 2013. Consideram-se assim, no âmbito do presente documento, os seguintes 16 Municípios: Arouca, Espinho, Gondomar, Maia, Matosinhos, Oliveira de Azeméis, Porto, Póvoa de Varzim, Santa Maria da Feira, Santo Tirso, São João da Madeira, Trofa, Vale de Cambra, Valongo, Vila do Conde e Vila Nova de Gaia.

Este guia surge no âmbito do contrato para a *Elaboração, Desenvolvimento e Avaliação de Projetos Educativos Municipais e de Um Projeto Educativo Metropolitano*, estabelecido entre a Área Metropolitana do Porto (AMP) e a Faculdade de Educação e Psicologia, da Universidade Católica Portuguesa, do Centro Regional do Porto, em junho de 2012.

3. Metodologia para identificação das boas práticas e projetos inovadores em educação e formação

Tivemos dois momentos importantes, de recolha de dados sobre as boas práticas a este nível: a mostra de projetos inovadores (o mais importante), que foi apresentada no Seminário Internacional, *Projetos Inovadores em Educação e Formação – Dinâmicas de Participação, Implicação e Inovação Educacional*, realizado nos dias 27 e 28 de maio de 2013, no Auditório Ilídio Pinho, da Católica Porto, sob a forma de comunicação e poster. No Seminário Internacional sobre *Projetos Educativos Municipais - Dinâmicas de Construção, Implementação e Monitorização*, realizado nos dias de 23 e 24 de janeiro de 2013, os municípios de Gondomar, Matosinhos e São João da Madeira, apresentaram três casos de sucesso, no painel sobre *Projetos Educativos Municipais - Experiências e Boas práticas* e, catorze municípios mais a AMP, apresentaram uma mostra significativa de vinte e seis posters sobre a mesma temática. Do conjunto dos dois momentos foi possível extrair matéria relevante para este Guia.

4. Área Metropolitana do Porto - Boas Práticas e Projetos Inovadores em Educação e Formação

4.1 Boas práticas dos municípios

Faz-se aqui uma síntese muito *sumária e seletiva* das boas práticas identificadas pelos municípios, entre muitas das existentes. O Quadro 27 apresenta um resumo das temáticas dos posters sobre projetos e boas práticas dos municípios, apresentados no seminário de janeiro de 2013, o que ilustra bem a forma como estes têm investido nas políticas territorializadas de educação e formação.

Quadro 27 – Resumo das temáticas dos posters sobre boas práticas dos municípios apresentados no seminário internacional de 23 e 24 de janeiro de 2013

Entidade	Temática do poster	Pessoa de contacto
Área Metropolitana do Porto	Grupo de Trabalho da Avaliação do Impacto Social dos Projetos de Atividades de Enriquecimento Curricular	Sandra Pascoal Email: sandrapascoal@cm-maia.pt
Câmara Municipal de Gondomar	Projeto Educativo Municipal de Gondomar	Lídia Costa Email: lidia.costa@cm-gondomar.pt
Câmara Municipal de Matosinhos	Projeto “A Ler Vamos...”	Fátima Pombal Email: fatima.pombal@cm-matosinhos.pt
Câmara Municipal de Matosinhos	Projeto “Matiga – Matemática Amiga”	Fátima Pombal Email: fatima.pombal@cm-matosinhos.pt
Câmara Municipal de Matosinhos	O Regime de Fruta Escolar em Matosinhos – Um Exemplo de Boas Práticas	Fátima Pombal Email: fatima.pombal@cm-matosinhos.pt
Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis	Programa de Animação de Recreios	Vera Ferreira Email: vera.luisa@cm-oaz.pt
Câmara Municipal do Porto	Programa Educação para os valores	Ana Fonseca Email: anafonseca@cm-porto.pt
Câmara Municipal do Porto	Plano Municipal de Educação	Ana Fonseca Email: anafonseca@cm-porto.pt
Câmara Municipal do Porto	Programa Porto de Futuro	Ana Fonseca Email: anafonseca@cm-porto.pt
Câmara Municipal da Póvoa do Varzim	Correntes d’ Escrita	António Ferreira Email: AntonioRamalho2@cm-pvarzim.pt
Câmara Municipal da Póvoa do Varzim	ACAJUV – Acampamento Juvenil	António Ferreira Email: AntonioRamalho2@cm-pvarzim.pt
Câmara Municipal da Póvoa do Varzim	Projeto Escola da Minha Vida	António Ferreira Email: AntonioRamalho2@cm-pvarzim.pt

Câmara Municipal de Santa Maria da Feira	Projeto Orquestra Criativa	Andreia Santos Email: mailto:andreia.santos@cm-feira.pt
Câmara Municipal de Santo Tirso	Outlet Empresarial	Sandra Rios Email: srios@cm-stirso.pt
Câmara Municipal de Santo Tirso	ROBOTOP	Sandra Rios Email: srios@cm-stirso.pt
Câmara Municipal de Santo Tirso	Santo Tirso COMvida	Sandra Rios Email: srios@cm-stirso.pt
Câmara Municipal de S. João da Madeira	Apoio Psicopedagógico	Nélson Costa Email: nelsoncosta@cm-sjm.pt
Câmara Municipal da Trofa	Diagnóstico Participativo: Uma Prática de Construção Dialógica	Maria João Carvalho Email: Marial.Carvalho@mun-trofa.pt
Câmara Municipal de Vale de Cambra	Apostar nas Pessoas, Ganhando o Futuro	Teresa Gomes Email: teresagomes@cm-valedecambra.pt
Câmara Municipal de Valongo	Biblioteca Humana: Um Projeto para uma Educação Radicada em Valores	Maria de Fátima Azevedo Email: MAzevedo@cm-valongo.pt
Câmara Municipal de Vila do Conde	Projeto Ciência & Fantasia	Jacinta Costa Email: jacinta.costa@cm-viladoconde.pt
Câmara Municipal de Vila do Conde	Projeto da Educação para a Saúde	Jacinta Costa Email: jacinta.costa@cm-viladoconde.pt
Câmara Municipal de Vila do Conde	Vitamina L	Jacinta Costa Email: jacinta.costa@cm-viladoconde.pt
Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia	Escola Virtual e Quadros Interativos em Gaia – Boas Práticas Tecnológicas	Rui Canedo Email: rcanedo@cm-gaia.pt
Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia	“Gaia Educa a Brincar” e “AEC em Férias” - Um projeto social nas interrupções letivas	Rui Canedo Email: rcanedo@cm-gaia.pt

Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia	Avaliação da Prevalência de Excesso de Peso/Obesidade Infantil nos Jardins de Infância do Município de Vila Nova de Gaia	Rui Canedo Email: rcanedo@cm-gaia.pt
---------------------------------------	--	---

4.2 Projetos inovadores dos parceiros socioeducativos

Os projetos inovadores, surgem da candidatura apresentada pelas escolas e outros parceiros socioeducativos dos dezasseis municípios da AMP.

Das 37 candidaturas a Projetos Inovadores em Educação e Formação, submetidas a concurso (no máximo 3 por cada município), a distribuição pelas sete categorias: inovação pedagógica e organizacional para o sucesso educativo, relação escola comunidade, tecnologias educativas ao serviço da aprendizagem, educação e cidadania, redes e parcerias, arte e cultura e saúde e ambiente, foi aquela que se mostra no Quadro 28. Destas, o júri selecionou 16, um por cada município, para serem apresentadas pelos seus autores, no Seminário Internacional de maio de 2013, na forma de comunicação, em quatro dos painéis temáticos. Os restantes foram discutidos em posters com visita guiada. Cada município teve a oportunidade de dar, também, o seu parecer à proposta inicial do júri, constituído pelos membros da comissão científica e pelo coordenador operacional do Programa PEM, da Faculdade de Educação e Psicologia, da Católica Porto.

Quadro 28 – Candidaturas a projetos inovadores em educação e formação por categoria

Inovação pedagógica para o sucesso educativo	Relação escola comunidade	Tecnologias educativas ao serviço da aprendizagem	Educação e cidadania	Redes e parcerias	Arte e cultura	Saúde e ambiente
6	5	1	14	3	4	4

Sem se pretender fazer uma profunda distinção qualitativa das iniciativas encontradas, mas apenas referenciar aquelas de elevado potencial de inovação, demonstrativas da riqueza e

diversidade dos projetos existentes na AMP, no Quadro 29 apresenta-se uma síntese dessas 37 candidaturas presentes na Mostra.

Quadro 29 – Resumo das candidaturas à Mostra de Projetos de Inovação Educacional na AMP e apresentadas no seminário internacional de 27 e 28 de maio de 2013

Município	Autoria/ Entidade parceira	Designação do projeto	Destinatários	Área
Matosinhos1	Escola Secundária. Augusto Gomes	Como na Vida! Numa escola de compreender o mundo.	Alunos do 3ºCEB.	Inovação pedagógica e organizacional para o sucesso educativo
Matosinhos2	Divisão de Educação e Formação	"A Ler Vamos..."	Crianças do Pré-escolar	Inovação pedagógica e organizacional para o sucesso educativo
Matosinhos4	Divisão Promoção Cívica: Juventude, Voluntariado e Desporto	Workshops de Intervenção Juvenil	Jovens adolescentes e jovens adultos, do 2º ciclo ao Ensino Superior	Redes e Parcerias
Gondomar1	Bibliotecas escolares do município	Concurso de poesia "Poemas Soltos"	Alunos do EB, do Secundário e Adultos	Arte e Cultura
Gondomar2	Vereador Dr. Joaquim Castro Neves / Pelouro do Ambiente da CM Gondomar	Plano de Educação Ambiental da C.M. Gondomar	Todos os públicos e sectores de atividade. Comunidade escolar - faixas etárias desde os 3 anos, correspondente ao ensino pré-escolar, até ao ensino secundário	Saúde e Ambiente
Gondomar3	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Gondomar	Projeto de Mediação Educativa	Alunos e alunas do ensino público de Gondomar.	Redes e Parcerias
Santo Tirso1	Escola Secundária D. Afonso Henriques (Vila das Aves)	Projeto etwinning - "Como tornar a nossa escola mais amiga do ambiente - troca de ideias" / "What can we do to make our School eco-friendly?"	10º ano	Saúde e Ambiente

Santo Tirso2	Oficina - Escola Profissional do Instituto Nun`Alvres	Bgreen / Ecological Film Festival	Jovens dos 14 aos 21 anos	Inovação pedagógica e organizacional para o sucesso educativo
Santo Tirso3	Câmara Municipal de Santo Tirso	A Poesia Está na Rua	Dirige-se à população em geral, envolvendo crianças, jovens, adultos e seniores.	Arte e Cultura
Oliveira de Azeméis1	Escola Básica e Secundária Ferreira de Castro	Projeto Diversão Solidária	Alunos, professores, funcionários e famílias dos alunos.	Relação Escola-Comunidade
Oliveira de Azeméis2	Divisão Municipal de Ambiente e Conservação da Natureza	Laboratório Pingote	Pré-escolar e 1º CEB	Saúde e Ambiente
Oliveira de Azeméis3	Agrupamento de Escolas Soares Basto - Escola Secundária Soares Basto	Digileitur@s	Alunos e Professores da Escola Secundária Soares Basto e comunidade em geral	Tecnologias educativas ao serviço da aprendizagem
Trofa1	Câmara Municipal da Trofa / Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra	Orçamento Participativo Jovem da Trofa	Todos os jovens residentes e a estudar no Concelho da Trofa, idades entre os 10 e 30 anos (inclusive)	Educação e Cidadania
Trofa2	Câmara Municipal da Trofa – Divisão de Educação, Desporto e Juventude - Gabinete Municipal de Acompanhamento Psicológico e Pedagógico (Serviço de Terapia da Fala) / Escola Superior de Tecnologia da Saúde do Porto – Instituto Politécnico do Porto	Vou para a Escola	Crianças que frequentam o último ano do ensino pré-escolar da rede escolar pública do Concelho da Trofa, com idades compreendidas entre os cinco e os seis anos. A população-alvo do projeto abrange também as respetivas educadores de infância e assistentes operacionais	Redes e Parcerias
Trofa3	Divisão de Cultura da Câmara Municipal da Trofa / Casa da Cultura da Trofa	Hoje, vou ao Café... ouvir Poesia	Todos os munícipes da Trofa.	Arte e Cultura

SM Feira1	Câmara Municipal de Santa Maria da Feira Associação Empresarial do Concelho de Santa Maria da Feira Escola Secundária de Santa Maria da Feira	Juntos pela Educação	Todos os atores locais de desenvolvimento e toda a comunidade local	Educação e Cidadania
S. M Feira	Centro de recursos Educativos	Assembleia de Crianças	Alunos do 3º e 4º anos do 1º ciclo do EB	Educação e Cidadania
Maia1	Câmara Municipal da Maia	Programa de Saúde Escolar (PSE)	Todos os alunos do ensino pré-escolar e 1ºciclo do ensino básico da rede de escolas públicas do concelho da maia, bem como aos alunos dos infantários da Santa Casa da Misericórdia da Maia.	Saúde e Ambiente
Maia2	Câmara Municipal da Maia	ETI - Escola a Tempo Inteiro TIC@Cidadania, SAF e CAF	Crianças e alunos que frequentam os estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico das escolas da rede pública do concelho da Maia, respetivamente.	Educação e Cidadania
Maia3	Câmara Municipal da Maia / Estabelecimentos de ensino da rede pública e privada e CPCJ da Maia	Maia Não Desiste	Alunos residentes no Concelho da Maia que se encontram abrangidos pela escolaridade obrigatória e respetivos agregados familiares.	Inovação pedagógica e organizacional para o sucesso educativo
Valongo1	Câmara Municipal de Valongo	Biblioteca Humana	Jovens em idade escolar, em particular a população juvenil do Concelho que frequenta as escolas básicas e secundárias	Educação e Cidadania
Valongo2	Câmara Municipal de Valongo	Atos de Intervenção	O público-alvo visado são os/as jovens em idade escolar, sobretudo jovens	Educação e Cidadania

			com 9.º ano ou que frequentam o ensino secundário.	
Valongo3	Câmara Municipal de Valongo	Aprender com Histórias	Crianças do pré-escolar com idades compreendidas entre os 3 e os 5 anos	Educação e Cidadania
Arouca1	AGA – Associação Geoparque Arouca	Concursos escolares anuais: Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (2004-2015)	Todos os alunos e professores dos estabelecimentos de ensino público e privado da Área Metropolitana do Porto (Jardins-de-Infância, Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico, Escolas do 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico, Escolas do Ensino Secundário, Escolas Profissionais).	Relação Escola - Comunidade
Arouca2	AGA – Associação Geoparque Arouca	Programas Educativos do Arouca Geopark: Um território onde ensinar e aprender!	Comunidade Escolar nacional: todos os níveis de ensino desde o Pré-Escolar ao Ensino Secundário, Universitário e Sénior.	Educação e Cidadania
Póvoa de Varzim1	Pelouro da Educação da C. M. / Escolas do 1º CEB, Associações de Pais/Encarregados de Educação, Grupo Nacional de Escutas - Núcleo Cego do Maio e Junta de Freguesia de Rates	ACAUV - Acampamento Juvenil	Alunos do 3º e 4º ano do 1º Ciclo do Ensino Básico	Educação e Cidadania
Póvoa de Varzim2	Pelouro da Ação Social e Juventude	Escola da Minha Vida	Escolas de ensino básico do 2º e 3º Ciclos e Secundárias, do concelho.	Educação e Cidadania
Vila do Conde1	Cooperativa de Produção Cultural Curtas Metragens CRL	ANIMAR	Comunidade educativa: população escolar de vários escalões etários (educação pré-escolar, o ensino básico, secundário e superior); pessoal	Relação Escola-Comunidade

			docente e não docente, pais/ encarregados de educação; população em geral.	
Vila Nova de Gaia1	Escola Superior Paula Fassinetti e Pelouro da Educação do Município de Gaia / Escola Superior Paula Frassinetti e Associação Portuguesa de Crianças Sobredotadas	INVESTIR NA CAPACIDADE	Alunos das escolas do ensino básico do concelho (públicas e privadas). Este projeto tem início com alunos do 1º ciclo e visa o acompanhamento destes até ao 9º ano (14/15 anos) bem como das suas famílias.	Inovação pedagógica e organizacional para o sucesso educativo
Porto1	Câmara Municipal do Porto	Programa Educativo Porto de Crianças	Professores, crianças e alunos do ensino básico – pré-escolar e 1º ciclo da rede pública do Porto.	Relação Escola - Comunidade
Porto2	Câmara Municipal do Porto	Programa Educativo O Porto a Ler	População em geral com especial incidência na população infantil do ensino básico – pré escolar e 1º ciclo – e restante comunidade educativa envolvente.	Arte e Cultura
Porto3	Faculdade de Medicina da Universidade do Porto – Serviço de Bioética	Projeto Educação Financeira	Jovens do 1º, 2º e 3º ciclos	Educação e Cidadania
Espinho	Câmara Municipal de Espinho (DEJ +DEE) e agrupamento de escolas Dr. Manuel Laranjeira	Na escola eu tenho tudo	Crianças e jovens com NEE, inseridas nas unidades de Ensino Estruturado (autismo) e unidades de Ensino Especializado (Multideficiências) do 1º, 2º e 3º, ciclos EB	Inovação pedagógica e Organizacional para o sucesso educativo

Espinho	Câmara Municipal de Espinho+ Universidade do Porto	Programa Universidade Júnior	Estudantes do Ensino Secundário e dos 2º e 3º ciclos do EB	Relação Escola - Comunidade
Vale de Cambra	Município de Vale de Cambra	Educação Parental “Simplesmente Pais”	Pais e mães de crianças entre os 6 e os 12 anos de idade.	Educação e Cidadania 15
S. João da Madeira	Município de São João da Madeira	Pequenos Cientistas	Alunos do 1º ciclo do EB	Educação e Cidadania 16

4.3 Resumo dos Projetos Inovadores em Educação e Formação

De seguida uma síntese de cada um dos projetos inovadores selecionados, relevando as suas características inovadoras, em cada uma das 6 áreas do concurso.

1- Educação e Cidadania

Maia

Designação do projeto: Escola a tempo Inteiro | Tic@Cidadania, SAF e CAF

Características inovadoras:

- Promover a utilização das TIC como ferramenta quotidiana de aprendizagem;
- Potenciar a capacidade de iniciativa e a criatividade;
- Projetar a socialização e a comunicação para fora da Escola;
- Trabalhar os valores e a responsabilidade social;
- Potenciar a participação dos alunos e das famílias na comunidade local;
- Criar uma cultura de segurança e alertar para os comportamentos de risco;
- Reconhecer e incluir a diferença;
- Promover comportamentos adequados de gastar e de poupar;
- Melhorar os conhecimentos socioculturais e políticos sobre a comunidade local e global;
- Guardar as crianças a um preço justo e adequado aos rendimentos das famílias.

Autores/parceiros: CM Maia, Serviço de Apoio à Família (SAF) e Componente de Apoio à Família (CAF)

O problema que justificou o projeto: colmatar as necessidades que as famílias manifestam atualmente: uma guarda segura, supervisionada e consciente dos seus filhos *durante* o tempo não curricular, com horário de funcionamento alargado, entre as 07h30 e as 19h00.

Público - alvo prioritário/destinatários: crianças de educação pré-escolar e alunos do 1º ciclo do ensino básico das escolas da rede pública

Estratégias e ações: Atividades de enriquecimento curricular organizadas em ateliers abertos onde as crianças têm a oportunidade de desenvolver atividades de expressão motora, musical, dramática e plástica, privilegiando os jogos e o convívio espontâneo e os ajudem, simultaneamente, a desempenhar um papel ativo na comunidade local, nacional, internacional e a estarem informados e conscientes dos seus direitos, responsabilidades e deveres.

Intervenientes: As parcerias são diversas e de acordo com o objeto de cada projeto, variando entre Lares de Idosos, Centros de Dia, Casas de Acolhimento, IPSS's, Empresas privadas, Juntas de Freguesia, Associações Desportivas e Culturais e Estabelecimentos de ensino europeus.

Reconhecimento como uma boa prática - pode ser medido pelas distinções e prémios, dos quais se destacam os seguintes prémios nacionais: “Potencial do Efeito Perdurar” atribuído pela Associação High Play – Design For Change (EB1/JI da Maia), “Amigo do Ambiente” atribuído pela Associação High Play – Design For Change (EB1/JI Moutidos) ou o prémio no âmbito do Concurso Nacional de Ideias e Prevenção e Controlo do Tabagismo, iniciativa da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, Universidade do Minho e a Direção-Geral da Educação. (Centro Escolar do Corim – Criação de um clube anti-tabaco).

Póvoa de Varzim

Designação do projeto: Escola da Minha Vida

Características inovadoras:

Dinamizar a **comunidade escolar e a juventude** sensibilizando-a para novos valores e modelos de, e para a vida, através da dinâmica articulada da educação formal e não formal numa perspetiva de educação integradora, participativa e ampla para todos.

Potenciar a **interação entre os estabelecimentos de ensino do concelho e as estruturas municipais** que proporcionam aos jovens os espaços facilitadores para um desenvolvimento criativo e sustentável na construção da sua personalidade.

Realçar a importância da escola como agente promotor de novos desafios para projetos de animação e ocupação dos tempos livres contribuindo para a aprendizagem dos jovens enquanto indivíduos e cidadãos.

Desafiar e **estimular o sentido de decisão e oportunidade dos jovens** de modo a permitir-lhes fazer as suas escolhas e evidenciar as suas capacidades e habilidades nas mais diversas dimensões - físicas, intelectuais e artísticas.

Autores/parceiros: Casa da Juventude

O problema que justificou o projeto: surge da necessidade de acentuar a importância da escola na prática das profissões e fortalecer a formação pessoal e social dos jovens

Público-alvo: Escolas de ensino básico do 2º e 3º Ciclos e Secundárias, do concelho.

Estratégias e ações: estratégia de aproximação entre as diferentes aprendizagens do sistema educativo formal e não formal, implementando relações estreitas entre as escolas e as diferentes estruturas educativas do concelho, proporcionando novos desafios para os projetos de animação de toda a comunidade educativa.

Intervenientes: sete escolas EB 2/3 - de Aver-o-Mar, Beiriz, Rates, Dr. Flávio Gonçalves, Cego do Maio; duas secundárias - Rocha Peixoto, Eça de Queirós; um colégio particular - Colégio de Amorim; e uma instituição particular de ensino especial - MAPADI (Movimento de Apoio a Pais e Amigos do Diminuído Intelectual); para além dos serviços de desporto e juventude do município: pelouro do desporto e pelouro da juventude - através da Casa da Juventude.

Impacto do projeto (resultados esperados e ou observado): maior aproximação dos jovens à Casa da Juventude procurando-a como um espaço alternativo e complementar da sua educação formal, dando lugar à criatividade e à exploração das suas capacidades através da construção de novos projetos.

Reconhecimento como uma boa prática: o número e qualidade dos projetos que são apresentados a concurso em diferentes escalões (faixas etárias - 2º e 3º ciclos e secundárias) e temas (modalidades a concurso), todos os anos, desde 1999. Atualmente mais de um milhar de alunos das diferentes escolas apresentam-se em palco para darem o seu contributo a esta festa, que decorre no pavilhão municipal.

São João da Madeira

Designação do projeto: Pequenos Cientistas

Características inovadoras:

Desenvolver programas educativos em vários campos do conhecimento científico, tecnológico e social para que os alunos compreendam, progressivamente, que existem assuntos, metodologias, técnicas e formas de pensar mais associados ao carácter investigativo, culminando na realização de uma feira de ciência anual.

Autores/parceiros: Município de São João da Madeira e famílias

O problema que justificou o projeto: complementar as áreas curriculares disciplinares com especial enfoque no Estudo do Meio.

Público-alvo: Alunos do 1º ciclo do EB e crianças da educação pré-escolar

Estratégias e ações: Atividades de caráter prático e experimental, de desenvolvimento de saberes e competências na tomada de decisões sobre assuntos de natureza ambiental.

Reconhecimento como uma boa prática: em janeiro de 2013 realizou-se já a 7ª edição desta Feira de Ciência

Trofa

Designação do projeto: Orçamento Participativo Jovem da Trofa

Características inovadoras:

Contribuir para o exercício de uma intervenção informada e responsável dos jovens cidadãos do concelho, dos 10 aos 30 anos, nos processos de governação local, garantindo a participação individual, em contexto escolar ou através do movimento associativo.

Aprofundar o diálogo e o debate entre os jovens e o executivo municipal, na procura das melhores políticas públicas municipais, adequando-as às necessidades e expectativas dos jovens;

Contribuir para o exercício responsável da Cidadania Ativa dos jovens

Autores/parceiros: CM da Trofa e Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

O problema que justificou o projeto: O deficit de participação ativa dos jovens na governação do seu concelho.

Público-alvo: Todos os jovens residentes e a estudar no Concelho da Trofa, idades entre os 10 e 30 anos (inclusive)

Estratégias e ações: Criação de um grupo multidisciplinar e interdepartamental de apoio ao OPJ – GATOP, com a colaboração do CES da Universidade de Coimbra. Este grupo, adotou uma metodologia iminentemente participada, conduzindo um processo de mobilização, de implicação e de auscultação dos diferentes atores, assumindo-se como uma ferramenta formativa.

Impacto do projeto (resultados esperados e ou observado): A identificação das necessidades emergentes do 1.º ciclo OPJ, o investimento formativo e a estratégia de proximidade adotada, poderão estar subjacentes ao sucesso do 2.º ciclo OPJ, medido quantitativamente pela participação dos jovens trofenses (e.g. no 1.º ciclo OPJ, em 2011, estavam inscritos 259 jovens na Assembleia Municipal Jovem, tendo participado nesta 25, no que concerne ao 2.º ciclo OPJ,

em 2012, 614 jovens inscreveram-se na Assembleia Municipal Jovem, dos quais 230 participaram ativamente na mesma).

Reconhecimento como uma boa prática: Considerando a adesão dos jovens, a concretização dos objetivos, e a implementação dos projetos vencedores pela Autarquia, decorreu em 2013 um 3.º ciclo OPJ, disponibilizando-se uma verba de 25 000 €, dos quais 10 000 € se destinam ao desenvolvimento de projetos de âmbito escolar e 15 000 € a projetos de âmbito geral ou associativo.

Santa Maria da Feira

Designação do projeto: Assembleia de Crianças

Características inovadoras:

Promover comportamentos que favoreçam aprendizagens significativas e diversificadas no âmbito da cidadania;

Autores/parceiros: Câmara Municipal de Santa Maria da Feira | Associação Empresarial do Concelho de Santa Maria da Feira | Escola Secundária de Santa Maria da Feira

O problema que justificou o projeto: desenvolver a formação cívica nas crianças.

Público-alvo: Um espaço onde os alunos do 3.º E 4.º ANOS das escolas EB1 do concelho, têm um papel ativo e participativo

Estratégias e ações: As crianças são convidadas a estarem presentes em eventos promovidos no concelho e a participarem nas decisões quotidianas, como pequenos deputados numa Assembleia de Crianças. Em simultâneo são convidados diversas entidades a intervirem nestas reuniões, gerando, assim, uma partilha enriquecedora para o crescimento global, estimulando estes agentes a terem um papel ativo na construção de um concelho melhor. No final do ano letivo faz-se uma assembleia de crianças municipal, aberta a toda a comunidade escolar. Visita à Assembleia da República e o Intercâmbio com a cidade geminada Joué -Lés –Tours, são dois pontos fortes do projeto.

Intervenientes: Todos os atores locais de desenvolvimento e toda a comunidade local

Impacto do projeto (resultados esperados e ou observado): cidadãos mais ativos e interventivos no seu espaço local.

Reconhecimento como uma boa prática: Os alunos que tiveram contacto com esta experiência, são ainda hoje, indivíduos ativos e participativos na comunidade, destacando-se nas mais variadas áreas (alunos dos quadros de honra, notoriedade a nível cultural, artístico e desportivo).

Vale de Cambra

Designação do projeto: Educação Parental “Simplesmente Pais”

Características inovadoras:

Dar uma resposta na área da parentalidade.

Criar uma rede de suporte formal e de um espaço de partilha e de troca de experiências entre pais e educadores.

Apoiar as mães/pais no que se refere às tarefas específicas da parentalidade.

Autores/parceiros: CM e profissionais especialistas nas áreas do desenvolvimento, da regulação comportamental e da parentalidade positiva.

O problema que justificou o projeto: A inexistência (2009) de qualquer projeto local, específico, de apoio ao exercício da parentalidade. Atitudes intolerantes e indiferentes face às responsabilidades parentais e perturbações no processo de vinculação com o filho

Público-alvo: Pais e mães de crianças entre os 6 e os 12 anos de idade.

Estratégias e ações: implementação de 2 grupos de suporte junto de pais de crianças em idade escolar e outros 3 grupos com pais de crianças em idade pré-escolar. Conjunto de 11 sessões (1 por semana), em horário pós-laboral, com duração média de 2h por sessão. Destina-se a pais/mães de crianças entre os 6 e os 12 anos de idade, que por iniciativa própria demonstraram especial interesse em debater/aprofundar questões associadas à parentalidade e às questões psicossociais inerentes. Cada sessão tem um tema específico a ser tratado/trabalhado, por exemplo a redefinição de papéis no âmbito de novo ciclo da vida familiar; a importância da família para o desenvolvimento harmonioso da criança; os princípios de uma parentalidade eficaz, a implementação de regras e limites, entre outros. A inovação em relação à 1ª edição prende-se com a existência de sessões intercaladas para o público em geral e não restrito ao grupo de pais participantes onde participam profissionais especialistas nas áreas do desenvolvimento, da regulação comportamental e da parentalidade positiva.

Impacto do projeto (resultados esperados e ou observado): mudança de crenças e implementação de estratégias para lidar com os comportamentos indesejados dos filhos.

Reconhecimento como uma boa prática: a avaliação positiva deste projeto fez com que, em 2013 e, no âmbito do Projeto Regeneração Urbana- ConViver Vale de Cambra, promovido pela Câmara Municipal de Vale de Cambra, fosse instituído o Programa de Educação Parental “Simplesmente Pais”.

Valongo

Designação do projeto: Biblioteca Humana

Características inovadoras:

Empowerment de agentes alvo de exclusão social, através da educação para os valores, da promoção da igualdade e dos direitos humanos

Facultar o diálogo construtivo e informal entre jovens estudantes e pessoas que representam grupos que frequentemente são alvo de preconceitos e estereótipos;

Criar a oportunidade de relacionamento interpessoal entre grupos que habitualmente não teriam a possibilidade de interagir;

Permitir o confronto com estereótipos e preconceitos num ambiente estruturado e protegido;

Combater a discriminação e desconstruir estereótipos, de forma a favorecer a aproximação entre povos, culturas e religiões.

Autores/parceiros: CM de Valongo/pessoas que representam grupos que frequentemente são alvo de preconceitos e estereótipos

O problema que justificou o projeto: Exclusão social

Público-alvo: Jovens em idade escolar, em particular a população juvenil do Concelho que frequenta as escolas básicas e secundárias

Estratégias e ações: Diálogo construtivo e informal entre jovens estudantes e pessoas que representam grupos que frequentemente são alvo de preconceitos e estereótipos, a Biblioteca Humana adotou o desafiante *slogan* “Não julgues o livro pela capa”.

Impacto do projeto (resultados esperados e ou observado): No terreno desde 2010, a Biblioteca Humana abrangeu quase 2000 participantes desde que foi implementada.

Reconhecimento como uma boa prática: na medida em que aposta na sensibilização da juventude para a importância da inclusão, da diversidade cultural e da igualdade de oportunidades;

2- Inovação pedagógica e organizacional para o sucesso educativo

Espinho

Designação do projeto: Na escola eu tenho tudo

Características inovadoras: público-alvo e os serviços terapêuticos prestados

Autores/parceiros: Município de Espinho – Divisão de Educação e Juventude, Agrupamento de Escolas Dr. Manuel Laranjeira/Cerciespinho e Aeroclube Costa Verde – Secção de Hipismo

O problema que justificou o projeto: disponibilizar às crianças com necessidades educativas especiais (em especial autismo e multideficiência) a possibilidade de, em contexto escolar, poderem beneficiar de um conjunto de serviços terapêuticos (psicomotricidade, fisioterapia, terapia da fala e hipoterapia).

Público-alvo: alunos dos jardins de infância, escolas do 1.º, 2.º e 3.º ciclos, Unidades de Ensino Estruturado (autismo) e Unidades de Apoio Especializado (multideficiência) deste Agrupamento.

Os destinatários da atividade de hipoterapia são exclusivamente as crianças com NEE inseridas nas Unidades de Ensino Estruturado (autismo) e Unidades de Apoio Especializado (multideficiência), dos 1.º/2.º/3.º ciclos do ensino básico.

Estratégias e ações: Recolha de elementos de caracterização das crianças com NEE e suas famílias. Avaliação individualizada da criança. Elaboração de um programa de intervenção. Intervenção direta pela equipa (terapeutas e professores), junto das crianças. Avaliação contínua do processo de intervenção junto de todos os intervenientes.

Impacto do projeto (resultados esperados e ou observado): os grandes benefícios que as medidas implementadas tiveram para todas as crianças com necessidades educativas especiais e o grau de satisfação dos intervenientes.

Reconhecimento como uma boa prática: O aparecimento de um subprojecto de ocupação de tempo de férias de verão (“Há férias na escola”) que abrange as crianças que integram as Unidades de Ensino Estruturado, para a educação de alunos com perturbações de espectro do autismo (1.º, 2.º e 3.º ciclos) e Unidades de Apoio Especializado, para a educação de alunos com multideficiência e surdocegueira congénita (1.º, 2.º e 3.º ciclos).

Matosinhos

Designação do projeto: Como na Vida! Numa escola de compreender o mundo.

Características inovadoras:

Promover o sucesso dos alunos do 3º ciclo do EB, reforçando as suas competências transversais.

Autores/parceiros: Escola Secundária. Augusto Gomes

O problema que justificou o projeto: A falta de um desenvolvimento curricular integrado que promova aprendizagens significativas.

Público-alvo: Alunos do 3ºCiclo do EB.

Estratégias e ações: A partir de um tema-problema desencadeia-se a planificação, interdisciplinar dos saberes e a transdisciplinaridade das competências através da partilha de estratégias e atividades comuns. Os alunos envolvem-se e os conteúdos emergem de forma natural. Procede-se à apresentação final do desafio, às conclusões dos trabalhos, dando-se resposta ao desafio -problema proposto.

Impacto do projeto (resultados esperados e ou observado): A motivação dos alunos é maior e o trabalho cooperativo e colaborativo aumentou na escola.

Reconhecimento como uma boa prática: foi alargada a utilização das ferramentas adotadas neste projeto ao ensino secundário, como os e-portefólios e as apresentações públicas, de forma a monitorizar e orientar o trabalho ativo dos alunos.

S. Tirso

Designação do projeto: Bgreen / Ecological Film Festival

Características inovadoras:

Sensibilizar os jovens para as questões ambientais através da criação de spots vídeo;

Inculcar valores ambientais, como a ecologia, respeito pela natureza e sustentabilidade ambiental;

Desenvolver ações ligadas ao ambiente, que proporcionem melhorias da qualidade de vida das populações carenciadas das comunidades locais.

Autores/parceiros: Oficina - Escola Profissional do Instituto Nun`Alvares, famílias, com o apoio de cerca de 150 alunos voluntários/ Departamentos de Ação Social das Câmaras Municipais.

O problema que justificou o projeto: surge da necessidade da Oficina – Escola Profissional do Instituto Nun'Alvares desenvolver um projeto unificador, transversal e mobilizador internamente, e responder a um desafio do mundo atual, através de um contributo útil para toda a sociedade, designadamente, para os jovens. Paralelamente, no rescaldo da vitória do primeiro prémio no Festival Internacional Italiano *food4you* e inspirados pelos Objetivos do Milénio definidos pelas Nações Unidas, a Escola inicia-se neste projeto.

Público-alvo: Estudantes do ensino secundário ou equivalente, com idades entre os 14 e os 21 anos, residentes na Europa.

Estratégias e ações: tem quatro vertentes: educativa, social, ambiental e audiovisual. Estes quatro pilares interligam-se de forma dinâmica e atuam, quer ao nível das aprendizagens formais em contexto educativo, permitindo a aprendizagem e o aprofundamento dos conhecimentos técnicos na área da comunicação audiovisual, como também, ao nível da educação não formal, através das ações desenvolvidas, por alunos voluntários da Escola, com as comunidades locais. Os grupos poderão ser de um até 6 elementos e terão de ter associado um professor responsável. Os melhores vídeos serão selecionados, de acordo com os critérios expostos no regulamento, como criatividade, pertinência da mensagem ou qualidade técnica, e serão convidados a estarem presentes na grande gala de entrega dos prémios.

Intervenientes: Os alunos da Oficina, que participam na elaboração de vídeos e como voluntários, nas atividades organizadas no âmbito do Projeto Social do *bgreen*. Estudantes do ensino secundário ou equivalente, residentes na Europa. Habitantes de complexos habitacionais sociais dos concelhos de Santo Tirso e Vila Nova de Famalicão.

Impacto do projeto (resultados esperados e ou observado): Nas duas primeiras edições, o *bgreen // ecological film festival* chegou a mais de 300 mil alunos, de ensino secundário ou equivalente de escolas públicas e privadas de todo o território nacional.

Nesta terceira edição, o universo abrangido são mais de 5 milhões de alunos.

Relativamente ao Projeto Social, ao longo das três edições já trabalhamos com cerca de 200 famílias, com o apoio de cerca de 150 alunos voluntários.

Reconhecimento como uma boa prática: Este Festival já vai na sua 3ª edição e com uma participação exponencial.

Vila Nova de Gaia

Designação do projeto: Investir na Capacidade

Autores/parceiros: Escola Superior Paula Frassinetti e Pelouro da Educação do Município de Gaia / Escola Superior Paula Frassinetti e Associação Portuguesa de Crianças Sobredotadas

Público-alvo: Este projeto tem início com alunos do 1º ciclo e visa o acompanhamento destes até ao 9º ano (14/15 anos) bem como das suas famílias.

3- Relação escola comunidade

Arouca

Designação do projeto: Concursos escolares anuais: Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável -DNUEDS (2004-2015)

Características inovadoras:

Contribuir para uma maior consciencialização entre os alunos, docentes e as comunidades educativas participantes, sobre as questões relacionadas com a Década;

Contribuir para a procura de propostas efetivas para a melhoria das condições de vida das comunidades escolares e locais.

Autores/parceiros: No Arouca Geopark a organização do concurso escolar é da responsabilidade da AGA – Associação Geoparque Arouca, da Câmara Municipal de Arouca e da Comissão Nacional da UNESCO. No Naturtejo, Fórum Português de Geoparques, Câmara Municipal de Arouca e Comissão Nacional da UNESCO. No Geopark Naturtejo a organização do concurso escolar é da responsabilidade do Geopark Naturtejo e da Comissão Nacional da UNESCO, com o apoio dos seis Municípios que compõem este território (Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Nisa, Oleiros, Proença-a-Nova e Vila Velha de Ródão).

O problema que justificou o projeto: a necessidade de proteger o ambiente

Público-alvo: Alunos e professores dos estabelecimentos de ensino público e privado da Área Metropolitana do Porto (Jardins-de-Infância, Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico, Escolas do 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico, Escolas do Ensino Secundário, Escolas Profissionais).

Estratégias e ações: É promovida, anualmente, a realização de Concursos Escolares, enquadrados nas estratégias e orientações da DNUEDS, com subtemas renovados anualmente, através da criação de trabalhos sob a forma de cartazes, telas, filmes, maquetes e/ou spots publicitários.

Impacto do projeto (resultados esperados e ou observado): tem-se revelado uma experiência verdadeiramente enriquecedora para todas as entidades envolvidas tendo em conta o número de alunos e docentes coordenadores participantes e o número de trabalhos candidatados.

Reconhecimento como uma boa prática: Considerando o sucesso destes concursos será dada continuidade aos mesmos esperando-se que ele venha a constituir-se como um projeto educativo inspirador para outras entidades.

Vila do Conde

Designação do projeto: ANIMAR

Autores/parceiro : Cooperativa de Produção Cultural Curtas Metragens CRL

Público-alvo: Comunidade educativa: população escolar de vários escalões etários (educação pré-escolar, o ensino básico, secundário e superior); pessoal docente e não docente, pais/ encarregados de educação; população em geral.

4- Tecnologias educativas ao serviço da aprendizagem

Oliveira de Azeméis

Designação do projeto: Digileitur@s

Características inovadoras:

Fomentar o uso dos livros digitais no âmbito da abordagem às diversas áreas do currículo

Autores/parceiros: Agrupamento de Escolas Soares Basto - Escola Secundária Soares Basto/ Fundação Calouste Gulbenkian, no âmbito do concurso Bibliotecas Escolares / Centros de Recursos

O problema que justificou o projeto: qual o impacto do uso dos ebooks e da web2.0 em contexto escolar?

Público-alvo: Alunos e Professores da Escola Secundária Soares Basto e comunidade em geral

Estratégias e ações: Disseminação da leitura de livros em formato digital quer em contexto de biblioteca, quer em contexto de sala de aula, nomeadamente no que concerne às obras adotadas;

Impacto do projeto (resultados esperados e ou observado): número de leitores de livros digitais ao longo do ano de projeto nos diversos contextos (evidências - Dados dos registos de funcionamento da BEMS); Incremento do número total de e-books conseguidos em conjunto

com os parceiros (evidências – nº de e-books adquiridos e conseguidos gratuitamente);
Número de obras requisitadas e respetiva diversidade (evidências - Dados dos registos de funcionamento da BEMS);

Reconhecimento como uma boa prática: o facto da Fundação Calouste Gulbenkian, ter atribuído à escola um averba de 500€ para aquisição de ebooks

5- Redes e parcerias

Gondomar

Designação do projeto: Projeto de Mediação Educativa

Características inovadoras:

Contribuir para uma articulação efetiva entre as Escolas/Agrupamentos de Gondomar e a CPCJG;

Promover o combate ao absentismo e abandono escolar no Município de Gondomar;

Contribuir para a diminuição das sinalizações à CPCJG;

Dinamizar formação com vista ao envolvimento dos vários intervenientes na promoção de uma intervenção sustentada.

Autores/parceiros: Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Gondomar (CPCJG)

O problema que justificou o projeto: O absentismo e abandono escolares no Município de Gondomar e o elevado número de sinalizações à CPCJG

Público-alvo: Alunos do ensino público de Gondomar.

Estratégias e ações: cooperação institucional de partilha e integração de experiências e de recursos através da implementação, nos estabelecimentos de ensino do Município de Gondomar, da figura do Mediador Educativo.

Intervenientes: CPCJ de Gondomar, as Escolas/Agrupamentos da rede pública de Gondomar, os Professores/Técnicos Mediadores Educativos e a Rede Social.

Impacto do projeto (resultados esperados e ou observado): uma melhor articulação entre as escolas e a CPCJG no seguimento dos alunos sinalizados e uma redução do absentismo e abandono escolares

6- Arte e cultura

Porto

Designação do projeto: Programa Educativo “O Porto a Ler”

Características inovadoras:

Contribuir, a nível local, para o aumento dos níveis de literacia da população em geral e especificamente da população infantil do ensino básico, pré-escolar e 1º ciclo, no âmbito do Plano Nacional da Leitura.

Autores/parceiros: Município do Porto / Comissão para o Plano Nacional de Leitura.

O problema que justificou o projeto: combater a iliteracia através da promoção da leitura

Público-alvo: população em geral com especial incidência na população infantil do ensino básico - pré-escolar e 1º ciclo – e restante comunidade educativa envolvente.

Estratégias e ações: promoção da leitura através do reforço da atividade escolar e pelo reforço de competências dos agentes envolvidos, no qual se priorizam as seguintes áreas de intervenção: Sensibilização (*Muppies* e *outdoors*), Fundo documental (apetrechamento das bibliotecas escolares e atribuição de verbas) Formação (de educadores de infância e assistentes de ação educativa, de divulgação e disseminação boas práticas passíveis de replicação na área da promoção da leitura, em contexto de jardim de infância, palestra/mensagem alusiva ao Dia Internacional do Livro Infantil), Concursos (*Ler a Brincar*, concurso nacional de ideias para a criação de um jogo de incentivo à leitura com edição e colocação à venda no mercado do jogo vencedor - *Pontos nos is!*), Concursos Literários e Animação (das bibliotecas escolares e municipais; *Feira do Livro Itinerante* pelas escolas; Projeto de escrita criativa, compilação em livro da troca de correspondência dos alunos com um personagem misterioso chamado *Orvil*; Animação da *Feira do Livro* da cidade do Porto; a *Hora do Conto*; Dinamização de oficinas ao longo do ano letivo sob o tema das *lengalengas* para os mais pequeninos do jardim de infância e das *histórias pelo correio* para os 1º e 2º anos do 1º ciclo do ensino básico. Atividades desenvolvidas pelo Serviço Educativo da Fundação de Serralves.

Impacto do projeto (resultados esperados e ou observado): o aumento dos níveis de literacia da população em geral e especificamente da população infantil, através do envolvimento de centenas de crianças na tradicional animação da Hora do Conto.

Reconhecimento como uma boa prática: desde 2006 que este projeto está reconhecido como pilar estruturante da política educativa municipal, implementando um programa de sensibilização e incentivo à leitura em articulação com diferentes parceiros. A título de exemplo o projeto bianual 2012/13, *O Museu e EU*, culminou com a edição de um livro, onde

as crianças do 1º ciclo do ensino básico retrataram os museus municipais da cidade do Porto através da escrita criativa. Com a coadjuvação de profissionais da literatura infanto-juvenil e de ilustradores, foi construído um livro no qual se pode ler uma breve inserção técnica acerca de cada um dos espaços museológicos contemplados, seguindo-se um texto e várias ilustrações da autoria da imaginação das crianças que participaram neste projeto.

5- Síntese Conclusiva

Esta excelente amostra de projetos inovadores revela a existência de uma grande densidade de boas práticas de educação e formação e de iniciativas inspiradoras de melhoria de processos e resultados educativos que estão local, ou regionalmente, a contribuírem para a construção de uma região educadora e para a promoção do sucesso escolar.

Em todos os 16 concelhos foi possível identificar não só uma boa prática, mas sim várias, concretizadas através de projetos inovadores emblemáticos em curso ou já concluídos, com características identitárias específicas, envolvendo públicos-alvo e parceiros socioeducativos muito diversificados.

Estes projetos ilustram, de forma inequívoca, não só todo o potencial que a agenda da educação e da formação apresenta em toda esta região, mas também as dinâmicas de participação, implicação e inovação educacional emergentes. Considera-se, por isso, ser esta uma fonte de inspiração e uma forma de disseminar as boas práticas e de colocar em rede indivíduos e organizações que apostam na Inovação Educacional, abrindo, deste modo uma janela mais ampla para que surjam outras iniciativas.

Apêndice 5 - Programas dos Seminários e Workshops

6 de dezembro de 2012

Jornada de Formação Técnico-Científica



JORNADA DE FORMAÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA

6 de dezembro de 2012 | 14h00 às 17h45 | Católica Porto (*Campus Foz*)

ENQUADRAMENTO

A Jornada de Formação Técnico-Científica insere-se no âmbito do Programa de Apoio à Elaboração, Desenvolvimento e Avaliação de Projetos Educativos Municipais e do Projeto Educativo Metropolitano, a desenvolver pela Faculdade de Educação e Psicologia da Católica Porto na Área Metropolitana do Porto (AMP).

O programa envolve os 16 municípios da AMP e tem em vista o “estabelecimento de práticas sistemáticas de cooperação, no quadro de um processo evolutivo e de uma dinâmica de auscultação, participação, implicação e compromisso dos atores educativos, no âmbito de uma estratégia de afirmação da identidade dos territórios educativos”.

DESTINATÁRIOS

Equipas técnicas municipais dos departamentos de Educação, Cultura, Ação Social, Saúde e Ambiente

OBJETIVOS

1. Capacitar as equipas técnicas municipais para a elaboração de projetos educativos integrais e integradores
2. Proporcionar a troca de experiência e de conhecimentos entre diferentes equipas técnicas
3. Contribuir para o desenvolvimento e consolidação de um ambiente de cooperação metropolitana (AMP)

PROGRAMA

14h00 – Receção

14h30 - *Princípios orientadores e vantagens do PEM* – José Matias Alves (Comissão de Gestão do Programa PEM da FEP - Católica Porto)

14h45 – *Indicadores de qualidade de processos e resultados, métodos e instrumentos de recolha de dados/informação* – Valdemar Almeida (Comissão de Gestão do Programa PEM da FEP - Católica Porto) e Ilídia Vieira (Comissão de Gestão do Programa PEM da FEP - Católica Porto)

15h30 – Esclarecimentos/Debate

16h00 – Intervalo



CATÓLICA PORTO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO E PSICOLOGIA



Projetos Educativos Municipais e Projeto Educativo Metropolitano

16h15 – Trabalho de grupo

Grupo 1 - Demonstração do uso da plataforma PEM e trabalhos práticos – António Andrade (Faculdade de Economia e Gestão da Católica Porto)

Grupo 2 – Articulação município-escolas - Moderador: Joaquim Machado (Faculdade de Educação e Psicologia da Católica Porto)

Grupo 3 – Gestão integrada de recursos - Moderadora: Cristina Palmeirão (Faculdade de Educação e Psicologia da Católica Porto)

Grupo 4 – Análise e promoção do sucesso educativo - Moderadora: Ilídia Vieira (Comissão de Gestão do Programa PEM da FEP - Católica Porto) e Isabel Salvado (Equipa PEM da FEP - Católica Porto)

Grupo 5 – Educação de Adultos e Formação Profissional – Moderadora: Luísa Orvalho (Faculdade de Educação e Psicologia da Católica Porto)

17h15 – Sessão plenária para apresentação das conclusões dos grupos de trabalho

17h45 – Avaliação da jornada (preenchimento de uma ficha) e encerramento

INSCRIÇÕES

Preenchimento de formulário eletrónico disponível [aqui](#)

CONTACTOS E INFORMAÇÕES

Filipa Vilaverde | 226 196 243 | s.academicos@porto.ucp.pt

Francisco Martins | 226 196 200 (ext. 183) | fmartins@porto.ucp.pt



CATÓLICA PORTO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO E PSICOLOGIA



23 e 24 de janeiro de 2013

“Projetos Educativos Municipais – Dinâmicas de Construção, Implementação e Monitorização”



Programa

Dia 23 de janeiro de 2013

14h00 - **Receção aos participantes**

14h30 - **Momento musical**

14h40 - **Sessão de abertura**

João Gracho - Secretário de Estado do Ensino Básico e Secundário (em representação do Senhor Ministro da Educação e Ciência)

Rui Rio - Presidente da Junta Metropolitana do Porto

Joaquim Azevedo - Presidente da Católica Porto

15h00 - **Conferência e debate**

Descentralização e desenvolvimento municipal e metropolitano

Luís Valente de Oliveira - Presidente da Assembleia Municipal do Porto

Presidente: *Maria Elisa Ferraz* - Vereadora da Educação da Câmara Municipal de Vila do Conde

Comentador: *José Maria Azevedo* - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte

15h45 - **Debate**

16h00 - **Pausa para café**

16h30 - **Painel e debate**

Dinâmicas de cooperação intra e intermunicipal no campo da educação e formação

Isabel Cruz - Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares

César Oliveira Ferreira - Delegado Regional do Norte do IEFP - Instituto do Emprego e Formação Profissional

Lino Ferreira - Presidente da Comissão Executiva da Área Metropolitana do Porto

Guilhermina Rego - Vereadora do Conhecimento e Coesão Social da Câmara Municipal do Porto

Presidente: *Isidro Figueiredo* - Vereador da Educação da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis

Comentadora: *Maria do Céu Roldão* - Faculdade de Educação e Psicologia da Católica Porto

18h00 - **Fim da sessão**



Seminário Internacional

PROJETOS EDUCATIVOS MUNICIPAIS - DINÂMICAS DE CONSTRUÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO E MONITORIZAÇÃO

23 e 24 de janeiro de 2013 | Auditório da Biblioteca Almeida Garrett - Porto

Dia 24 de janeiro de 2013

9h30 - **Receção**

9h40 - **Conferência e debate**

Territórios Educativos e Conselhos Municipais de Educação

Fernando Ilídio Ferreira - Instituto da Educação, Universidade do Minho

Presidente: Ana Maria Ferreira - Vereadora da Educação da Câmara Municipal de Santo Tirso

Comentador: Valdemar C. Almeida - Coordenador Operacional do projeto PEM da FEP - Católica Porto

11h00 - **Pausa para café**

11h20 - **Painel e debate**

Projetos educativos municipais - Experiências e boas práticas

Municípios de Gondomar, Matosinhos, São João da Madeira e Sesimbra

Presidente: Margarida C. Belém - Vereadora da Educação da Câmara Municipal de Arouca

Comentador: José Matias Alves - Diretor científico do projeto PEM da FEP - Católica Porto

13h00 - **Almoço**

14h30 - **Conferência e debate**

Os territórios como espaço de integração e desenvolvimento pessoal e social

Roser Bertran Coppini - Universidad Corporativa CIDEU | Vicepresidente da Fundación Kreanta

Presidente: Maria Teresa Coelho - Vereadora da Educação da Câmara Municipal da Trofa

Comentadora: Ilídia Vieira - Comissão de Gestão do projeto PEM da FEP - Católica Porto

16h00 - **Conclusões**

16h30 - **Sessão de encerramento:**

Guilhermina Rego - Coordenadora do Conselho Metropolitano de Vereadores da Educação

José Matias Alves - Diretor científico do projeto PEM da FEP - Católica Porto e Diretor Adjunto da Faculdade de Educação e Psicologia da Universidade Católica

Mostra de posters

Ao longo deste seminário decorrerá uma mostra de posters com exemplos de boas práticas de diferentes municípios ao nível do desenvolvimento dos seus projetos educativos municipais.

Consulte [aqui](#) o Regulamento para apresentação de posters.



CATÓLICA PORTO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO E PSICOLOGIA



27 e 28 de maio de 2013

“Seminário Internacional “Projetos Inovadores em Educação e Formação – Dinâmicas de Participação, Implicação e Inovação Social”



Seminário Internacional

PROJETOS INOVADORES EM EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO – DINÂMICAS DE PARTICIPAÇÃO, IMPLICAÇÃO E INOVAÇÃO EDUCACIONAL

27 e 28 de maio de 2013 | Auditório Carvalho Guerra | Católica Porto

Programa

27 de maio de 2013

14h00 – Receção

14h30 – Sessão de abertura

Guilhermina Rego - Coordenadora do Conselho Metropolitano de Vereadores da Educação

Valdemar Castro Almeida - Coordenador operacional do programa PEM / Católica Porto

14h45 – Painel 1: Apresentação de 4 projetos inovadores em educação

- Projeto ETI - Escola a Tempo Inteiro | TIC@Cidadania, SAF e CAF - Câmara Municipal da Maia

- "Como na Vida! Numa escola de compreender o mundo" - Câmara Municipal de Matosinhos

- "Bgreen / Ecological Film Festival- Câmara Municipal de Santo Tirso

- "Investir na Capacidade" - Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia

Moderador: *António Vicente Pinto* - Vereador da Educação da CM de Espinho

15h45 – Debate

16h15 – Coffee break

16h30 – Painel 2: Apresentação de 4 projetos inovadores em educação

- "Na escola eu tenho tudo" - Câmara Municipal de Espinho

- Projeto de Mediação Educativa - Câmara Municipal de Gondomar


- "Simplesmente Pais" - Câmara Municipal de Vale de Cambra

- "Programa Educativo O Porto a Ler" - Câmara Municipal do Porto

Moderador: *Luís Diamantino Batista* - Vereador da Educação da CM da Póvoa de Varzim

17h30 – Debate

18h00 – Fecho da sessão



Seminário Internacional **PROJETOS INOVADORES EM EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO – DINÂMICAS DE PARTICIPAÇÃO, IMPLICAÇÃO E INOVAÇÃO EDUCACIONAL**

27 e 28 de maio de 2013 | Auditório Carvalho Guerra | Católica Porto

28 de maio de 2013

9h30 - **Conferência: Dinâmicas de participação, implicação e inovação educacional (Miguel Santos Guerra - Universidade de Málaga)**

Moderadora: *Cristina Tenreiro* - Vereadora da Educação da CM de Santa Maria da Feira

10h30 - **Debate**

11h00 - **Intervalo**

11h30 - **Painel 3: Apresentação de 4 projetos inovadores em educação**

- "Escola da Minha Vida" - Câmara Municipal da Póvoa
- "Pequenos Cientistas" - Câmara Municipal de São João da Madeira
- "Orçamento Participativo Jovem da Trofa" - Câmara Municipal da Trofa
- "Biblioteca Humana" - Câmara Municipal de Valongo

Moderadora: *Elisabete Rocha* - Vereadora da Educação da CM de Vale de Cambra

12h30 - **Debate**

13h00 - **Intervalo para almoço**

14h30 - **Visita guiada aos posters**

15h00 - **Painel 4: Apresentação de 4 projetos inovadores em educação**

- "Concursos Escolares Anuais: Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (2004 - 2015)" - Câmara Municipal de Arouca
- "Assembleia de Crianças" - Câmara Municipal de Santa Maria da Feira
- Projeto Digileitur@s - Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis
- "ANIMAR" - Câmara Municipal de Vila do Conde

Moderadora: *Mª da Trindade Vale* - Vereadora da Educação da CM de Valongo

16h00 - **Debate**

16h30 - **Entrega de certificados dos projetos selecionados**

17h00 - **Conclusões e encerramento**

José Matias Alves - Diretor científico do programa PEM da FEP - Católica Porto

Lino Ferreira - Presidente da Comissão Executiva da Área Metropolitana do Porto

Mostra de posters

Ao longo deste seminário decorrerá uma mostra de posters sobre projectos inovadores desenvolvidos e/ou em desenvolvimento nos municípios da AMP.

1 de 2 de julho de 2013

Jornadas de Formação “Metas, modos de avaliação e redes de cooperação”



Jornadas de Formação - *Metas, modos de avaliação e redes de cooperação*

1 e 2 de julho de 2013 | Auditório Carvalho Guerra | Católica Porto - Campus Foz

ENQUADRAMENTO

As Jornadas de (auto)formação *Metas, modos de avaliação e redes de cooperação* inscrevem-se no quadro do Programa de Apoio à Elaboração, Desenvolvimento e Avaliação de Projetos Educativos Municipais e do Projeto Educativo Metropolitano, promovido pela Área Metropolitana do Porto (AMP) e coordenado pela Faculdade de Educação e Psicologia da Católica Porto.

As jornadas envolvem os 16 municípios da AMP e têm como finalidade promover a reflexão e o debate sobre a temática em análise, como forma de capacitação das equipas técnicas municipais para a elaboração e dinamização de projetos educativos municipais integrais e integradores.

Na sequência das Jornadas serão disponibilizados na plataforma PEM diversos materiais que permitam o aprofundamento das temáticas analisadas, numa lógica de autoformação.

DESTINATÁRIOS

Equipas técnicas municipais dos departamentos de Educação, Cultura, Ação Social, Saúde, Ambiente e Juventude e Dirigentes das escolas

OBJETIVOS

- Dotar as equipas técnicas municipais de ferramentas que lhes permitam a elaboração e desenvolvimento de Projetos Educativos Municipais
- Clarificar o sentido das metas de aprendizagem e a necessidade de gerar uma visão e uma estratégia globais para melhorar a qualificação dos municípios
- Refletir sobre modelos e instrumentos de autoavaliação e de avaliação processual que permitam obter informação relevante e orientem os processos de mudança e de melhoria
- Analisar a importância das redes de cooperação entre os parceiros socioeducativos / agentes de um território ou de uma região como motor de progresso de uma sociedade moderna, sustentável e competitiva.
- Contribuir para o desenvolvimento e consolidação de um ambiente de cooperação metropolitana (AMP)

INSCRIÇÕES

Preenchimento de formulário eletrónico disponível [aqui](#), entre os dias 19 e 26 de junho.

CONTACTOS E INFORMAÇÕES

Francisco Martins | 226 196 200 (ext. 183) | fmartins@porto.ucp.pt

Eventos Católica Porto | 226 196 210 | eventos@porto.ucp.pt



Projetos Educativos Municipais e Projeto Educativo Metropolitano

PROGRAMA

01 de julho de 2013

10h00 – Acolhimento dos participantes

10h15 – Abertura das Jornadas

José Matias Alves - Diretor Científico do Programa PEM da FEP – Católica Porto

10h30 – Conferência: Avaliação de escolas: benchmarking, valor acrescentado, rankings e valor esperado do contexto

Conceição Portela - Faculdade de Economia e Gestão da Católica Porto

12h00 – almoço [livre]

14h00 – Workshops

O essencial sobre as metas de (para as) aprendizagem concelhias

Cristina Palmeirão - Equipa PEM da FEP – Católica Porto

Como se pode materializar a avaliação do(s) projeto(s)?

Isabel Salvado - Equipa PEM da FEP – Católica Porto

16h00 – Debate e conclusões

Valdemar Almeida - Coordenador Operacional do Programa PEM da FEP – Católica Porto

02 de julho de 2013

09h30 – Acolhimento dos participantes

09h45 – Apresentação global do módulo de formação Redes de Cooperação:
uma relação em que todos ganham

Luísa Orvalho - Equipa PEM da FEP – Católica Porto

09h55 – 1º Estudo de caso: Rede Educação e Formação no concelho de Vila Nova de Famalicão, promovida pela Associação para a Educação Profissional do Vale do Ave - um exemplo a nível nacional

Manuela Guimarães - Escola Profissional Forave

10h50 – Intervalo

11h05 – 2º Estudo de caso - Learning Partnerships – creating the future!

1-Oficinas de Projetos em Portugal, 1997-1998

2-Development of a joint learning strategy in a regional context, Dinamarca, 2000

Luísa Orvalho - Equipa PEM da FEP – Católica Porto

11h40 – 3º Estudo de caso - Rede de Cooperação Escola/Família/Sociedade

Laura Rocha - Escola Profissional Raúl Dória


12h15 – Debate e conclusões

Valdemar Almeida - Coordenador Operacional do Programa PEM da FEP – Católica Porto



Mais informações disponíveis [aqui](#)

Apêndice 6 - Plataforma de apoio à elaboração dos PEM

**CATÓLICA PORTO**


Campus OnlineComunidadeseLearning**PEM**Católica Porto | Web TV

PROJETO DE ELABORAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E AVALIAÇÃO DE PROJETOS EDUCATIVOS MUNICIPAIS E DE PROJETO EDUCATIVO METROPOLITANO.

Envolve 18 Municípios da área metropolitana do Porto.

Equipa técnica da Católica Porto

- Joaquim Azevedo
- José Matias Alves
- Maria do Céu Roldão
- Joaquim Machado
- Luísa Orvalho
- Ilídia Vieira
- Cristina Palmeirão
- Valdemar Almeida
- Maria Isabel Salvado
- António Andrade



[Programa PEM: objetivos, metodologias e etapas](#)

[Referencial do PEM](#)

[Seminário Internacional sobre Projetos Educativos Municipais: Dinâmicas de construção, implementação e monitorização](#)

[Seminário Internacional sobre Projetos Inovadores em educação e formação - dinâmicas de participação, implicação e inovação educacional](#)

[Programa das jornadas de formação técnico-científica, de 6 de dezembro](#)

[Programa das jornadas de formação sobre metas, modos de avaliação e redes de cooperação](#)

Iniciar Sessão Aqui

[Alterar tamanho do texto](#) | [Configurações de Contraste alto](#)

Não está Autenticado
Insira as suas credenciais e clique no botão Logon abaixo.

NOME DE UTILIZADOR:

SENHA:

Logon


PEM-Municípios

Municípios do Projeto

S. João da Madeira	Oliveira de Azeméis Trofa	Santa Maria da Feira
Vila do Conde	Póvoa do Varzim	Matosinhos
Gondomar	S. Tirso	
Arouca	Valongo	Espinho
Vale de Cambra	Maia	Vila Nova de Gaia
Porto		

Outros Municípios

[Sesimbra](#)



PEM-Seminário Internacional

Apresentações feitas no Seminário

Posters

PEM-Eventos Abertura



Lançamento público do Projeto Educativo Municipal no Teatro do Campo Alegre, Porto, no dia 7 de setembro.

Disponível em

https://campus.porto.ucp.pt/webapps/porta/frameset.jsp?tab_group_id=107_1

Apêndice 7 - Questionários aplicados na avaliação do processo de elaboração dos PEM

Questionário aplicado aos interlocutores municipais em julho de 2013

Caracterização do processo de elaboração dos Projetos Educativos Municipais (PEM)

Este questionário insere-se no âmbito do Programa de Elaboração, Desenvolvimento e Avaliação de Projetos Educativos Municipais e de Projeto Educativo Metropolitano promovido pela Área Metropolitana do Porto e desenvolvido pela Faculdade de Educação e Psicologia da Católica Porto.

Com o presente questionário pretende-se:

- fazer um retrato do processo e dos resultados da elaboração do PEM em cada município;
- recolher informação relevante sobre as variáveis, os indicadores educativos e as prioridades que os municípios mais valorizam em determinado contexto;
- perceber as dinâmicas de envolvimento dos parceiros educativos;
- recolher informação necessária à elaboração do Projeto Educativo Metropolitano.

Deverá registar em cada item a situação relativa ao PEM do seu Município.

Muito obrigado pela sua colaboração.

A Comissão de Gestão

* Required

Identificação do Município *

1. No processo de elaboração do PEM foi implementada uma metodologia participativa eficaz, quer ao nível dos métodos, quer dos instrumentos de coleta de dados (audição, envolvimento, implicação) *

Sim, absolutamente

Sim, parcialmente

Não

2. A elaboração do PEM contou com a colaboração das seguintes instituições:

2.1. escolas / agrupamentos *

Sim, absolutamente

Sim, parcialmente

Não

2.2. centros de formação profissional *

Sim, absolutamente

Sim, parcialmente

Não

2.3. outras instituições educativas/formativas *

Sim, absolutamente

Sim, parcialmente

Não

2.4. associações de pais e encarregados de educação *

Sim, absolutamente

Sim, parcialmente

Não

2.5. associações culturais, recreativas e de solidariedade social *

Sim, absolutamente

Sim, parcialmente

Não

2.6. CPCJ *

Sim, absolutamente

Sim, parcialmente

Não

2.7. associações empresariais *

Sim, absolutamente

Sim, parcialmente

Não

2.8. serviços / instituições de saúde *

Sim, absolutamente

Sim, parcialmente

Não

2.9. serviços / instituições de segurança *

Sim, absolutamente

Sim, parcialmente

Não

2.10. outros serviços / departamentos municipais (para além da Educação) *

Sim, absolutamente

Sim, parcialmente

Não

2.11. outros parceiros (Indicar quais)

3. O Conselho Municipal de Educação foi ouvido na elaboração do PEM *

Sim, absolutamente

Sim, parcialmente

Não

4. Os autarcas das freguesias e os representantes das forças partidárias municipais foram ouvidos na fase de diagnóstico e de recolha de sugestões *

Sim, absolutamente

Sim, parcialmente

Não

5. O Conselho Municipal de Educação aprovou as linhas orientadoras, os eixos de intervenção e as metas do PEM *

Sim, absolutamente

Sim, parcialmente

Não

6. Foi criada uma equipa multidisciplinar e intersectorial de dinamização e gestão do PEM (emprego, saúde, formação profissional, educação) *

Sim, absolutamente

Sim, parcialmente

Não

7. Uma grande parte dos membros da equipa de dinamização do PEM tem formação de base ou experiência relevante em Educação/Formação *

Sim, absolutamente

Sim, parcialmente

Não

8. Foi definido e adotado um referencial para o PEM *

Sim, absolutamente

Sim, parcialmente

Não

9. Foram recolhidos e analisados os projetos de educação e formação das instituições do município *

Sim, absolutamente

Sim, parcialmente

Não

10. O PEM faz uma caracterização geral e uma contextualização do território educativo municipal *

Sim, absolutamente

Sim, parcialmente

Não

11. Foi efetuada uma análise Swot com base na recolha de informação sobre os indicadores educativos mais relevantes, assinalando-se os pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças *

Sim, absolutamente

Sim, parcialmente

Não

12. Foram tratados os dados da auscultação e projetados em novas ações *

Sim, absolutamente

Sim, parcialmente

Não

13. Avaliou-se a eficácia dos programas educativos/formativos já existentes *

Sim, absolutamente

Sim, parcialmente

Não

14. Foram identificados os pontos críticos e os pontos positivos da qualificação das crianças, adolescentes e jovens *

Sim, absolutamente

Sim, parcialmente

Não

15. Foram identificados os pontos críticos e os pontos positivos da qualificação de adultos *

Sim, absolutamente

Sim, parcialmente

Não

16. Recolheram-se e sistematizaram-se boas práticas educativas e formativas - guia de boas práticas - e identificaram-se, a nível municipal, as práticas que requerem intervenção/correção *

Sim, absolutamente

Sim, parcialmente

Não

17. Realizou-se uma análise participada dos resultados (ao nível de professores, pais, alunos, técnicos de educação....) e definiram-se processos, metas e projetos de melhoria *

Sim, absolutamente

Sim, parcialmente

Não

18. Foram analisados os indicadores do sucesso educativo e fixadas metas temporalmente definidas relativamente a:

18.1. frequência da população escolar (dos 3 aos 18 anos) *

Sim, absolutamente

Sim, parcialmente

Não

18.2. taxas de transição e de conclusão *

Sim, absolutamente

Sim, parcialmente

Não

18.3. resultados dos exames do 4º, 6º, 9º, 11º, 12º anos *

Sim, absolutamente

Sim, parcialmente

Não

18.4. frequência do ensino profissional *

Sim, absolutamente

Sim, parcialmente

Não

18.5. acesso ao ensino superior *

Sim, absolutamente

Sim, parcialmente

Não

18.6. inserção no mercado de trabalho *

Sim, absolutamente

Sim, parcialmente

Não

18.7. educação/formação de adultos *

Sim, absolutamente

Sim, parcialmente

Não

18.8. estágios profissionais *

Sim, absolutamente

Sim, parcialmente

Não

18.9. frequência das bibliotecas *

Sim, absolutamente

Sim, parcialmente

Não

18.10. visitas de estudo (museus, monumentos, parques, etc) *

Sim, absolutamente

Sim, parcialmente

Não

18.11. frequência de atividades desportivas *

Sim, absolutamente

Sim, parcialmente

Não

18.12. outras atividades de enriquecimento curricular *

Sim, absolutamente

Sim, parcialmente

Não

18.13. população escolar com apoios socioeducativos *

Sim, absolutamente

Sim, parcialmente

Não

18.14. respostas a necessidades educativas especiais *

Sim, absolutamente

Sim, parcialmente

Não

18.15. oferta de formação profissional (docentes e outros) *

Sim, absolutamente

Sim, parcialmente

Não

18.16. oferta de formação parental *

Sim, absolutamente

Sim, parcialmente

Não

19. Foi elaborada uma carta de recursos educativos/formativos, por área de educação e formação, disponibilizando informação sobre estabelecimentos, equipamentos e recursos públicos e privados *

Sim, absolutamente

Sim, parcialmente

Não

20. Foram mobilizados para o PEM, de forma integrada, os recursos municipais (instituições, pessoas, equipamentos...) *

Sim, absolutamente

Sim, parcialmente

Não

21. Foram estabelecidos princípios e orientações para a (re)elaboração da rede escolar e da rede de oferta educativa *

Sim, absolutamente

Sim, parcialmente

Não

22. Definiu-se ou aperfeiçoou-se o processo de comunicação entre atores institucionais e munícipes *

Sim, absolutamente

Sim, parcialmente

Não

23. Foram definidos e consensualizados os resultados educativos a considerar (pessoais, sociais, académicos....) ao nível das diversas instituições *

Sim, absolutamente

Sim, parcialmente

Não

24. Face aos valores esperados e observados das taxas de conclusão/ transição e das classificações académicas, foram fixados valores superiores a atingir nos próximos anos pelas diferentes escolas/ agrupamentos *

Sim, absolutamente

Sim, parcialmente

Não

25. Foram tidos em conta os resultados das avaliações institucionais (autoavaliação e avaliação externa) *

Sim, absolutamente

Sim, parcialmente

Não

26. Foi instituído (ou mantido) dispositivo de coleta de dados sobre práticas e dinâmicas de educação e formação de base municipal *

Sim, absolutamente

Sim, parcialmente

Não

27. O PEM define objectivos gerais e específicos / operatórios *

Sim, absolutamente

Sim, parcialmente

Não

28. O PEM estabelece uma estratégia metodológica de mobilização e implicação dos atores *

Sim, absolutamente

Sim, parcialmente

Não

29. O PEM fixa metas, com a respectiva calendarização, relativas aos principais indicadores educativos (taxas de escolarização, abandono, sucesso, frequência...) *

Sim, absolutamente

Sim, parcialmente

Não

30. O PEM contempla planos anuais ou plurianuais de actividades *

Sim, absolutamente

Sim, parcialmente

Não

31. O PEM acolhe acções que concretizam o exercício das principais competências municipais na Educação *

Sim, absolutamente

Sim, parcialmente

Não

32. O PEM define estratégias de desenvolvimento para a consecução dos objetivos *

Sim, absolutamente

Sim, parcialmente

Não

33. O PEM identifica as pessoas, instituições, estruturas, serviços e parcerias mobilizadas para o seu desenvolvimento *

Sim, absolutamente

Sim, parcialmente

Não

34. As acções de resposta aos problemas educativos abrangem os diferentes níveis e ciclos de ensino e as diferentes modalidades de educação/formação *

Sim, absolutamente

Sim, parcialmente

Não

35. A rede escolar foi definida com critérios de racionalidade, integração e articulação de estruturas e equipamentos *

Sim, absolutamente

Sim, parcialmente

Não

36. Foram sistematizadas e articuladas as ofertas educativas e formativas existentes no município *

Sim, absolutamente

Sim, parcialmente

Não

37. Foram concertadas as ofertas educativas e formativas numa base de médio prazo (quadrienal) *

Sim, absolutamente

Sim, parcialmente

Não

38. Foram previstas respostas socioeducativas para os diferentes níveis de educação/formação *

Sim, absolutamente

Sim, parcialmente

Não

39. Foi previsto um programa de formação profissional e parental, abrangendo docentes, técnicos de educação, outro pessoal não docente e pais/encarregados de educação *

Sim, absolutamente

Sim, parcialmente

Não

40. O PEM contempla estratégias e instrumentos de monitorização e de controlo *

Sim, absolutamente

Sim, parcialmente

Não

41. O PEM prevê a elaboração de relatórios periódicos *

Sim, absolutamente

Sim, parcialmente

Não

42. Estão previstos mecanismos de auscultação e de participação dos diferentes atores educativos no desenvolvimento e avaliação do PEM *

Sim, absolutamente

Sim, parcialmente

Não

43. Instituíram-se programas ou projetos de promoção do sucesso escolar (do tipo mais sucesso escolar) *

Sim, absolutamente

Sim, parcialmente

Não

44. Criaram-se estratégias de valorização do ensino profissional capazes de estimular a procura social *

Sim, absolutamente

Sim, parcialmente

Não

45. Criou-se um observatório de autorregulação e melhoria das práticas educativas ou outro dispositivo equivalente *

Sim, absolutamente

Sim, parcialmente

Não

46. Foram lançados programas de promoção das aprendizagens no 1º ciclo do ensino básico (ou outras iniciativas equivalentes que confirmam centralidade à aprendizagem no 1º ciclo) *

Sim, absolutamente

Sim, parcialmente

Não

47. Criou-se um observatório da eficácia da coordenação/ liderança/ comunicação/ ensino e aprendizagem nas escolas/ agrupamentos *

Sim, absolutamente

Sim, parcialmente

Não

48. Foram criadas estratégias de auscultação e divulgação local do PEM (seminário/sessões, publicação, publicitação electrónica...) *

Sim, absolutamente

Sim, parcialmente

Não

49. Criaram-se estratégias de apoio municipal ao desenvolvimento organizacional e profissional dos atores que intervêm no processo educativo, designadamente através da formação/capacitação dos atores *

Sim, absolutamente

Sim, parcialmente

Não

50. Foi criado um modelo de avaliação participada dos resultados do PEM (intercalar e de final de ciclo), incluindo o modo de divulgação *

Sim, absolutamente

Sim, parcialmente

Não

51. O PEM foi divulgado junto dos parceiros e do público em geral *

Sim, absolutamente

Sim, parcialmente

Não

Questionário aplicado aos interlocutores municipais em novembro de 2013

O presente questionário insere-se no processo de avaliação do programa PEM, previsto no Caderno de Encargos apresentado pela AMP. Solicita-se o seu preenchimento on line até ao dia 14 de novembro de 2013.

* Required

Identificação do Município *

I. Processo de elaboração do PEM

1. O processo de elaboração do PEM contribuiu para a implicação e articulação de vários setores / departamentos municipais? *

Sim, completamente.

Sim, parcialmente.

Não.

Sem opinião.

2. O processo de elaboração do PEM contribuiu para a articulação de diferentes projetos, ações e/ou programas municipais? *

Sim, completamente.

Sim, parcialmente.

Não.

Sem opinião.

3. O processo de elaboração do PEM imprimiu uma nova dinâmica no trabalho da equipa técnica da Educação? *

Sim, completamente.

Sim, parcialmente.

Não.

Sem opinião.

4. O processo de elaboração do PEM fomentou o envolvimento e colaboração dos parceiros locais? *

Sim, completamente.

Sim, parcialmente.

Não.

Sem opinião.

4.1. Se respondeu afirmativamente indique, por favor, quais os três principais parceiros envolvidos, do mais importante para o menos importante. *

5. O envolvimento e os contributos dos parceiros locais contribuíram para a melhoria de qualidade e da diversidade das respostas educativas municipais? *

Sim, completamente.

Sim, parcialmente.

Não.

Sem opinião.

6. A participação dos parceiros no processo de elaboração do PEM permitiu um melhor aproveitamento e uma maior racionalização dos recursos mobilizados para o PEM? *

Sim, completamente.

Sim, parcialmente.

Não.

Sem opinião.

7. O documento final produzido é um documento estratégico importante para o desenvolvimento do município? *

Sim, completamente.

Sim, parcialmente.

Não.

Sem opinião.

II. O papel da Universidade Católica

8. Qual a relevância do papel da Universidade Católica, através das iniciativas de formação, promoção de seminários internacionais e disponibilização de recursos para o processo de elaboração do PEM? *

Muito relevante.

Relevante.

Pouco relevante.

Nada relevante.

Sem opinião.

9. Qual a relevância do trabalho desenvolvido pelo consultor da Católica no processo de elaboração do PEM? *

Muito relevante.

Relevante.

Pouco relevante.

Nada relevante.

Sem opinião.

10. Qual o grau de adequabilidade à realidade e às necessidades do município do referencial para a elaboração do PEM apresentado pela Católica? *

Muito adequado.

Adequado.

Pouco adequado.

Nada adequado.

Sem opinião.

11. Considera que os objetivos do programa PEM foram alcançados? *

Sim, completamente.

Sim, parcialmente.

Não.

Sem opinião.

III. Linhas de desenvolvimento futuro e sugestões

12. Assinale as três linhas que, no seu entender, faria mais sentido desenvolver no município como suporte ao processo de implementação do PEM *

Monitorização do PEM

Gestão integrada da oferta e de procura do ensino profissional

Valorização do ensino profissional

Promoção do sucesso escolar

Apoio ao 1º Ciclo do Ensino Básico

Outro:

13. Sugestões de projetos para o desenvolvimento estratégico da educação e formação na AMP (a considerar num Projeto Educativo Metropolitano).

Questionário aplicado aos Vereadores da Educação

O presente questionário insere-se no processo de avaliação do programa PEM, previsto no Caderno de Encargos apresentado pela AMP. Conforme acordado na reunião do Conselho Metropolitano de Vereadores da Educação, de 06/09/2013, solicita-se o seu preenchimento *on line* até ao dia 27 de setembro.

* Required

Município *

1. O processo de elaboração do PEM contribuiu para a implicação e articulação de vários setores / departamentos municipais? *

Sim, completamente

Sim, parcialmente

Não

Sem opinião

2. O processo de elaboração do PEM contribuiu para a articulação de diferentes projetos, ações e/ou programas municipais? *

Sim, completamente

Sim, parcialmente

Não

Sem opinião

3. O processo de elaboração do PEM imprimiu uma nova dinâmica no trabalho da equipa técnica da Educação? *

Sim, completamente

Sim, parcialmente

Não

Sem opinião

4. O processo de elaboração do PEM fomentou o envolvimento e colaboração dos parceiros locais? *

Sim, completamente

Sim, parcialmente

Não

Sem opinião

4.1. Se respondeu afirmativamente assinale por favor quais os principais parceiros envolvidos:

*

escolas e centros de formação

associações culturais, sociais e/ou recreativas

entidades públicas

empresas e/ou entidades privadas

5. O processo de elaboração do PEM impulsionou uma dinâmica de articulação de vontades entre o município e os parceiros locais? *

Sim, completamente

Sim, parcialmente

Não

Sem opinião

6. O documento final produzido é um documento estratégico importante para o desenvolvimento do município? *

Sim, completamente

Sim, parcialmente

Não

Sem opinião

7. Foram criados dispositivos de acompanhamento e monitorização da implementação do PEM? *

Sim

Não

Não sabe

7.1. Se respondeu afirmativamente, assinale por favor os principais dispositivos de acompanhamento e monitorização previstos: *

constituição de equipa própria

elaboração de referencial específico

criação de métodos e instrumentos

Outro:

8. Qual a relevância do papel da Universidade Católica, através das iniciativas de formação, promoção de seminários internacionais, consultoria e disponibilização de recursos, para o processo de elaboração do PEM? *

Muito relevante

Relevante

Pouco relevantes

Sem opinião

9. Assinale as duas linhas que, no seu entender, faria mais sentido desenvolver no município como suporte ao processo de implementação do PEM *

Monitorização do PEM

Gestão integrada da oferta e de procura do ensino profissional

Valorização do ensino profissional

Promoção do sucesso escolar

Apoio ao 1º Ciclo do Ensino Básico

Outro:

10. Sugestões para desenvolvimento estratégico da educação e formação no município:

11. Sugestões de projetos para o desenvolvimento estratégico da educação e formação na AMP (a considerar num Projeto Educativo Metropolitano:

Questionário aplicado aos parceiros educativos

O presente questionário insere-se no processo de avaliação do programa PEM, previsto no Caderno de Encargos apresentado pela AMP. Solicita-se o seu preenchimento *on line* até ao dia 20 de novembro de 2013.

* Required

Identificação do Município *

Tipo de entidade a que pertence: *

Instituição Educativa

Centro de formação

Associação empresarial

IPSS

Outra:

I. Processo de elaboração do PEM

1. O processo de elaboração do PEM contribuiu para uma maior interação entre os serviços educativos do município e os parceiros educativos locais? *

Sim, completamente.

Sim, parcialmente.

Não.

Sem opinião.

2. O processo de elaboração do PEM contribuiu para a melhoria de articulação entre os projetos municipais e os projetos educativos das escolas/agrupamentos? *

Sim, completamente.

Sim, parcialmente.

Não.

Sem opinião.

3. O processo de elaboração do PEM impulsionou uma dinâmica de articulação de vontades entre o município e os parceiros locais? *

Sim, completamente.

Sim, parcialmente.

Não.

Sem opinião.

4. Considera que o PEM é um instrumento útil para as entidades educativas e formativas do concelho? *

Sim, completamente.

Sim, parcialmente.

Não.

Sem opinião.

5. A participação dos parceiros no processo de elaboração do PEM permitiu um melhor aproveitamento e uma maior racionalização dos recursos mobilizados para o PEM? *

Sim, completamente.

Sim, parcialmente.

Não.

Sem opinião.

6. O documento final produzido é um documento estratégico importante para o desenvolvimento do município? *

Sim, completamente.

Sim, parcialmente.

Não.

Sem opinião.

7. Considera que os objetivos do programa PEM foram alcançados? *

Sim, completamente.

Sim, parcialmente.

Não.

Sem opinião.

II. Linhas de desenvolvimento futuro e sugestões

8. Assinale as três linhas que, no seu entender, faria mais sentido desenvolver no município como suporte ao processo de implementação do PEM *

Monitorização do PEM

Gestão integrada da oferta e de procura do ensino profissional

Valorização do ensino profissional

Promoção do sucesso escolar

Apoio ao 1º Ciclo do Ensino Básico

Outra:

9. Sugestões de projetos para o desenvolvimento estratégico da educação e formação na AMP
(a considerar num Projeto Educativo Metropolitano)

Seminário Internacional

PROJETOS EDUCATIVOS MUNICIPAIS - DINÂMICAS DE CONSTRUÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO E MONITORIZAÇÃO

23 e 24 de janeiro de 2013 | Auditório da Biblioteca Almeida Garrett - Porto

A Universidade Católica atribui a maior importância à qualidade das suas ações. Assim, pedimos aos presentes que participem no Sistema de Garantia Interna de Qualidade através do preenchimento deste questionário cujo tratamento resultará em informação fundamental para a melhoria progressiva das nossas iniciativas.

Questionário de Avaliação

As questões apresentam-se sob a forma de afirmações relativamente ao modo como decorreu o seminário. Para cada uma, é-lhe pedido que assinale em que medida concorda com ela, utilizando a escala seguinte:

1	2	3	4	5	6	Nop
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

nada

totalmente

Nop significa Sem Opinião ou Sem informação suficiente para avaliar

Área	Questões	1	2	3	4	5	6
I - Organização do seminário	Os objectivos são claros.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	O seminário está bem organizado.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	As intervenções foram bem geridas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	A abordagem dos assuntos é clara.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	As temáticas foram pertinentes.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

	Globalmente, fiquei satisfeito(a) com este seminário.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
II - Apoio dos Serviços	O processo de inscrição foi adequado.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	A recepção e acolhimento foi adequado.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
III - Local do evento.	O local do seminário oferece as condições necessárias (físicas e ambientais)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	Os equipamentos informáticos estão adaptados às necessidades do seminário.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

IV- Observações e Sugestões	-
-----------------------------	---

Obrigada pela sua colaboração !



CATÓLICA PORTO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO E PSICOLOGIA



Anexos

Anexo 1 – Entrevista ao Presidente da Comissão Executiva Metropolitana

Esta entrevista insere-se no processo de avaliação do programa PEM, previsto no Caderno de Encargos subscrito pela Católica Porto.

Solicitam-se respostas sucintas, de modo a não ultrapassar as quatro páginas A4 no conjunto das sete questões da entrevista.

1. Tendo em consideração as expectativas que presidiram ao lançamento do programa PEM, acha que os objectivos foram/estão a ser atingidos?

Creio bem que o principal objetivo foi plenamente atingido.

Não se pretendia fazer um trabalho fechado, produzir um documento, fazer um estudo. O que se pretendeu foi pôr as pessoas que, de alguma forma, se implicam no processo educativo no município a pensar e a trabalhar em conjunto.

Importava que a Escola saísse dos seus muros e trabalhasse com as outras instituições que se implicam no processo formativo das crianças e jovens. Era também importante que a Autarquia se envolvesse na Escola, de forma colaborante e participativa no seu dia-a-dia.

A Escola, por vezes, fecha-se dentro de si própria. Pensa e trabalha com os alunos e com os encarregados de educação. E pensa bem! Não é isso que está em causa. Mas precisa de ir mais além. Precisa de difundir o seu saber e as suas estratégias junto de outras instituições tais como museus, casas de cultura, centros de formação profissional, universidades, clubes desportivos e recreativos, etc.

2. Disse, mais do que uma vez, que o programa PEM era o grande projeto do mandato 2009-13 na AMP. Passados cerca de 15 meses desde o início do programa, qual é a perceção que tem sobre a forma como a maioria dos municípios acolheram o projeto?

Tivemos o maior cuidado na elaboração do caderno de encargos para este concurso. Sabemos bem que, na atual conjuntura, não faltariam propostas para este trabalho. Mas nós pretendíamos um trabalho que se fundasse na experiência vivida nas escolas e nas autarquias, nos projetos educativos de cada escola e no muito que já está feito (e bem feito) no terreno. Queríamos que os consultores a contratar fossem capazes de se situar neste contexto e trabalhar em conjunto. Não queríamos sábios. Queríamos que fossem verdadeiras alavancas para o desenvolvimento.

A melhor proposta foi, sem dúvida, a da Universidade Católica. É conhecida a experiência da Católica e, sobretudo, da sua Faculdade de Psicologia e Educação, no trabalho com as escolas e com alguns municípios.

Na minha opinião, tratou-se de uma aposta ganha. Foi um excelente projeto apoiado pelo QREN no âmbito da nossa candidatura à Capacitação Institucional.

Mais importante, contudo, que a minha opinião, é o testemunho que fomos ouvindo dos Vereadores e dos Técnicos das Autarquias. De um período inicial de algum receio e, até, desconfiança, por parte de alguns, fomos vendo ultrapassadas essas dúvidas e uma completa adesão ao projeto.

3. Quais são, em sua opinião, os principais resultados positivos que se podem colher deste programa?

O mais positivo é, sem dúvida, o que fica depois do projeto acabar.

Fica o saber partilhar, pensar e planear em conjunto, trabalhar para o mesmo fim. Pode não ficar um documento acabado, aprovado nos vários órgãos do município e das escolas. Mas ficam, sem dúvida, os alicerces de um trabalho que nunca termina – o da educação e da formação.

4. E quais foram os principais pontos críticos?

Beneficiariámos todos se tivéssemos um pouco mais de tempo.

Houve necessidade de, no princípio, criar confiança, aclarar bem os objetivos, criar as equipas e disponibilizar tempo. Estes primeiros meses de arranque eram fundamentais para criar o entusiasmo e ver mais longe. Sentimos, sobretudo da parte das escolas, numa fase inicial, algumas dúvidas sobre as verdadeiras vantagens deste projeto. Era vulgar ouvir-se dizer que “já todos tínhamos os projetos educativos feitos”.

Depois, criaram-se parcerias fiáveis e ambientes de trabalho confortáveis. O entrosamento entre os consultores e os vários grupos de trabalho foi conseguido e a confiança foi um dado adquirido.

Quando tudo estava em velocidade de cruzeiro, eis que surge o calendário eleitoral, com novas apostas para a gestão autárquica. E este período veio a coincidir justamente com o calendário final do projeto, por imperativo da sua conclusão dentro dos prazos impostos pelo QREN para os relatórios finais.

5. Como avalia a intervenção da Católica neste processo, quer em termos de coordenação, cooperação com a AMP, formação disponibilizada aos técnicos e consultoria aos municípios?

Sou dos que pensa que a Católica foi, de facto, a melhor escolha. Os seus consultores têm uma verdadeira ligação às escolas, refutando alguma sobrançeria que, por vezes, sentimos da parte dos académicos.

Sabemos que a Equipa de Consultores foi cuidadosamente selecionada e a ligação de cada um deles ao seu município teve em conta os perfis conhecidos de desenvolvimento já existentes em cada um deles, dos trabalhos já feitos na área da educação.

Salienta-se, ainda, o papel preponderante quer do Coordenador do Projeto, Dr. Valdemar Castro Almeida, quer do Coordenador Científico, Prof. Doutor Matias Alves. A sua ligação permanente à AMP permitiu, em cada momento, monitorizar a evolução dos processos, com vista a um resultado positivo.

6. Ao longo do processo verificamos que os municípios evidenciaram dinâmicas diferentes, o que se repercutiu nos prazos de conclusão das diferentes fases na elaboração do PEM. Como explica esta diferença?

Essa diferença, para mim, é a prova evidente do sucesso do projeto. Cada município tem a sua realidade, vivida de forma diferente, com dinâmicas diferentes e com pontos de partida bem diferentes também.

É justamente essa a grande riqueza deste trabalho. Não chegámos a impor processos, *timings*, e resultados. Chegámos, vimos, sentimos, e ajudámos a construir. Quando muito, ajudámos a criar entusiasmo pela partilha e pela definição clara de objetivos.

Claro que essa riqueza, que aqui saliento, irá perder-se se não continuar o processo. Se alguém pensa que o projeto educativo municipal está feito, concluído e o arquivar, irá matá-lo, irremediavelmente.

A dinâmica terá que ser mantida, por cada município, desde o ponto em que se encontra e até ao futuro, muito longínquo. O processo educativo nunca acaba e nunca está completo, perfeito. Ele altera-se, forçosamente, com a velocidade do tempo, das novas tecnologias, da cada vez maior comunicação, da globalização.

7. Partindo do conhecimento que tem dos principais problemas que afetam a AMP, quais deveriam ser as prioridades, em termos de eixos e projetos, a valorizar e desenvolver nos próximos 4 anos, tendo em vista a capacitação institucional e a coesão social?

O atual Conselho Metropolitano do Porto está a iniciar o seu percurso e está a definir as grandes linhas programáticas para o próximo quadriénio. Essas linhas deverão ter também em conta o próximo Quadro de Referência Estratégico que

deverá ser desenhado pela região, com um horizonte ainda mais alargado, isto é, até 2020.

Sabemos da predominância que será dada ao desenvolvimento económico, social e à consequente criação de emprego qualificado. Quer isto dizer que será dada uma importância enorme à Educação e à Formação.

Penso, porém, que deverá ser o próprio Conselho Metropolitano a definir esses eixos, através do Conselho Metropolitana de Vereadores da Educação e Ação Social.

Muito obrigado pela sua colaboração

Anexo 2 - Entrevista a uma assessora da Comissão Executiva Metropolitana

A presente entrevista insere-se no processo de avaliação do programa PEM promovido pela AMP e coordenado pela Faculdade de Educação e Psicologia da Universidade Católica – Porto.

Solicitam-se respostas sucintas, de modo a não ultrapassar as quatro páginas A4 no conjunto das oito questões da entrevista.

1. Tendo em consideração as expectativas que presidiram ao lançamento do programa PEM, acha que os objectivos foram/estão a ser globalmente atingidos?

Relativamente aos objetivos definidos, considero que de forma gradual e no geral, estes estão a ser atingidos, dos quais gostaria de destacar o envolvimento e comprometimento dos diversos agentes educativos locais na construção do PEM municipal, sendo este um fator determinante para o desenvolvimento e consequente consolidação de parcerias estratégicas, bem como para a consensualização de projetos e políticas educativas locais. Apesar de este processo já ter sido iniciado por alguns municípios, embora assumindo outros formatos e conteúdos, a intencionalidade, integração e sequencialidade que caracteriza a dinâmica deste projeto, considero que irá também garantir a boa prossecução dos objetivos propostos.

2. Qual é a percepção que tem sobre a forma como a maioria dos municípios acolheram este programa?

Tal como referido, o fato de alguns municípios já terem iniciado alguns procedimentos tendo em vista a construção do PEM, terá implicado alguma “resistência” inicial, que foi sendo dissipada com intervenção da AMP e da equipa de consultores da FEP – UCP. Após este período inicial, entendo que o acolhimento do programa foi positivo, tendo os municípios assumido a mais-valia da existência de um referencial comum e articulado entre todos, bem como a construção de um referencial orientador e sistematizador da ação local.

3. Quais são, em sua opinião, os principais resultados positivos que se podem colher deste programa?

Este programa permite a construção de dinâmicas de trabalho baseadas na cooperação e na partilha de informação e práticas entre os vários agentes da comunidade local, o reforço do sentido de pertença e participação na comunidade, a implementação de processos participativos estruturados e consequentes, permitindo o desenvolvimento de sentido de controle e mestria de todos os que são envolvidos no processo. A existência de um referencial permite igualmente introduzir mecanismos de avaliação do processo bem como de melhoria contínua pois passa a ter indicadores de base consensualizados, e metas bem definidas. O desenvolvimento deste programa, numa lógica de capacitação institucional, vai possibilitar aos municípios uma maior autonomia e eficácia na sua intervenção, a médio e longo prazo, com vista à construção e dinamização de um território educativo coerente, cooperante e

socialmente desafiante e inovador. A nível supramunicipal, este programa permite reforçar o sentido de pertença e identidade metropolitanas, permitindo aos municípios uma leitura mais integrada do território municipal e supramunicipal. Este tipo de programas irá contribuir para uma menor hierarquização e isolamento nos processos de tomada de decisão, devido à introdução de novas práticas de auscultação e envolvimento da comunidade. Em última instância, irá contribuir para uma menor dependência do “território educativo local” em relação aos períodos eleitorais e às novas equipas políticas locais que tendem a começar tudo de novo pela inexistência de um histórico co-construído da realidade educativa local.

4. E quais foram os principais pontos críticos?

Considero que um dos pontos críticos prendeu-se com o condicionamento temporal para o desenvolvimento do programa uma vez que seria importante para uma adequada consolidação do processo o seu prolongamento por dois anos. Este fator foi agravado pela coincidência com o fim do mandato e período eleitoral, o que condicionou também a disponibilidade das equipas técnicas municipais para se apropriarem dos conceitos, metodologias e implementarem o processo. Apesar da implementação do programa resultar de uma decisão do cmv educação, nem sempre foi possível ou visível o envolvimento direto dos vereadores no processo, o que seria relevante para a motivação e envolvimento das equipas técnicas.

5. Como avalia a intervenção da Católica neste processo, quer em termos de coordenação, cooperação com a AMP, formação disponibilizada aos técnicos e consultoria aos municípios?

Penso que o processo foi conduzido de forma adequada e com elevado profissionalismo pela equipa da FEP-UCP, nas suas diferentes vertentes de coordenação, monitorização e consultoria, sendo de realçar a permanente disponibilidade para fazer ajustamentos ao processo em função das características ou particularidades dos municípios e respetivas equipas técnicas. O primeiro momento de formação dos técnicos ocorrido na FEP-UCP carecia de um tempo mais alargado de preparação, tal como me foi referido pelos técnicos, no entanto, uma vez mais os condicionamentos temporais poderão ter contribuído para que tal não acontecesse. Será porém um ponto a melhorar, no sentido de garantir e reforçar o comprometimento dos técnicos em todos os momentos do processo.

Relativamente à AMP, considero que a relação foi exemplar a todos os níveis. Como oportunidade de melhoria, poderá ser relevante a existência de mais momentos de partilha entre as equipas técnicas no contexto da AMP, no sentido de fomentar as sinergias e convergências intermunicipais. O referencial metropolitano poderá ser o denominador comum de um território que se pretende socialmente coeso e potenciador do desenvolvimento e da inovação.

6. Na sua opinião, as ações programadas pela Católica (seminários, jornadas de formação, plataforma electrónica, reuniões presenciais do consultor com os técnicos

municipais...) e os instrumentos produzidos (textos, referenciais e outros) mostraram-se adequadas como resposta aos objetivos do programa PEM?

Globalmente, os mecanismos e instrumentos desenvolvidos pela FEP-UCP mostraram-se adequados. No entanto, penso que a plataforma eletrónica foi pouco rentabilizada, enquanto instrumento de partilha intermunicipal, devendo o suporte de base ser no site da AMP para uma maior apropriação pelos municípios das potencialidades desta ferramenta de apoio à construção do PEM.

7. O referencial do Projeto Educativo Metropolitano elaborado pela Católica correspondeu às expectativas da AMP? O que é que mais valoriza na apreciação ao projeto e quais são os aspectos que considera mais críticos?

Globalmente, o referencial vai de encontro às expectativas da AMP, nomeadamente no que se refere aos princípios, objetivos, metodologia, estrutura do projeto e alguns dos eixos estratégicos já identificados. Um dos aspetos que realço no projeto consiste no acompanhamento, monitorização e avaliação do projeto, com o enfoque na qualidade dos processos e tendo presente a melhoria contínua do mesmo. Aliada a uma metodologia que privilegia a participação e o comprometimento de todos os agentes em todo o processo, considero que temos as ferramentas necessárias para o desenvolvimento do PEMetropolitano.

No entanto, penso que o atual referencial deveria já refletir, de forma mais clara, o trabalho desenvolvido pela FEP-UCP com os municípios no âmbito deste programa, por exemplo, com a indicação de uma *matrix* de indicadores de base transversais a todos, bem como evidenciar a pertinência de consensualizar de projetos e políticas educativas locais e metropolitanas.

8. Acha que este trabalho em torno do PEM tem potencialidades para prosseguir e ser aprofundado? Através de que projetos ou ações?

Tendo presente o pressuposto da Educação como “fator de competitividade e de coesão social” e definindo-a como prioridade estratégica metropolitana, considero que o PEM é sem dúvida um dos projetos mais estruturantes e estratégicos para a definição das linhas de atuação de médio e longo prazo da AMP. Com vista a potenciar a inovação e o desenvolvimento individual e coletivo, o PEM tem por base uma dinâmica de participação, implicação e compromisso dos agentes educativos, bem como a consensualização de políticas educativas locais e metropolitanas e a consolidação de parcerias estratégicas, sendo por isso, fundamental o aprofundamento de práticas já implementadas ao longo do programa, cujos resultados começam já a ter expressão nos PEMunicipais.

De acordo com os eixos prioritários já identificados, considero estratégico avançar com a Monitorização e Avaliação dos PEM, uma vez que permitirá reforçar e melhorar as dinâmicas despoletadas com a construção do PEM, e simultaneamente criar condições de motivação e comprometimento para o desenvolvimento do PE Metropolitano. A apropriação pelos 17 municípios da relevância do projeto na construção de um território socialmente coeso com o qual se identificam e no qual participam

ativamente, terá de ser uma das metas “obrigatórias” a nível metropolitano inserida e articulada com os objetivos e metas definidas pelo programa Horizonte 2020.

Muito obrigado pela sua colaboração.